

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

MICHAEL E PORTER E SCOTT STERN
COM MICHAEL GREEN



**SOCIAL
PROGRESS
IMPERATIVE**



O Social Progress Imperative é uma organização sem fins lucrativos constituída nos Estados Unidos. Agradecemos às seguintes organizações por seu apoio financeiro:



ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

PREFÁCIO	2
AGRADECIMENTOS	4
SUMÁRIO EXECUTIVO	11
CAPÍTULO 1 / POR QUE MEDIR O PROGRESSO SOCIAL?	27
CAPÍTULO 2 / RESULTADOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015.....	9
CAPÍTULO 3 / PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	65
CAPÍTULO 4 / COMPARAÇÃO DO PROGRESSO SOCIAL	89
CAPÍTULO 5 / APLICAÇÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL	105
CAPÍTULO 6 / A REDE DE PROGRESSO SOCIAL.....	121
APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES	140
APÊNDICE B / RESULTADOS COMPLETOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015	146
APÊNDICE C / RESULTADOS CORRIGIDOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2014	148
APÊNDICE D / ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL VS. HISTÓRICO DO PIB PER CAPITA.....	150
APÊNDICE E / PONTUAÇÕES E CORRELAÇÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015	151
APÊNDICE F / RESUMO DAS PONTUAÇÕES	152

O Social Progress Imperative acredita que redefinir o que significa ser uma sociedade bem-sucedida irá capacitar líderes e agentes de mudanças para criar melhores resultados para as pessoas e o planeta. É, portanto, com muita satisfação que, dois anos apenas depois do lançamento da primeira versão do índice de progresso Social, ainda em teste, já estamos vendo um verdadeiro impacto. Em dezembro, o governo do Paraguai lançou um novo Plano Nacional de Desenvolvimento para 2030 que visa explicitamente não somente o crescimento econômico, mas também o progresso social. Junto a esse plano estão as novas prioridades orçamentárias, os novos investimentos para atingir esses objetivos, um dos quais é reduzir a desnutrição infantil para 2% ou menos da população até 2018. O Índice de progresso Social ajudou o governo do Presidente Horacio Cartes a identificar problemas como este e, com o apoio dos envolvidos do governo, das empresas e da sociedade civil na Rede de Progresso Social do Paraguai, para mobilizar os recursos para encontrar soluções.

Este é apenas um exemplo. No ano passado, vimos uma explosão de interesse na adoção e no uso da ferramenta de Progresso Social não apenas pelos governos nacionais, mas também por organizações internacionais como a Comissão Europeia e por regiões e cidades na América Latina e, mais recentemente, na América do Norte. Na verdade, o primeiro Índice de Progresso Social subnacional lançado em agosto de 2014 em 772 municípios em toda a região amazônica do Brasil provou ser um modelo e uma inspiração para cidades, regiões e comunidades em todo o mundo, como descrevemos no Capítulo 6 deste relatório. As empresas também estão vendo o poder de compreender seu impacto na sociedade. Neste relatório você encontrará um estudo de caso do nosso trabalho com a Coca-Cola, a Natura e a Ipsos para medir o progresso social no nível da comunidade e impulsionar a colaboração intersetorial para encontrar soluções para problemas socioambientais.

Agradecemos imensamente a liderança intelectual do Presidente de nosso Conselho Consultivo, Prof. Michael Porter, e do Prof. Scott Stern, que guiaram o desenvolvimento do Índice de Progresso Social. É graças à sua liderança intelectual, juntamente com os outros membros do nosso Conselho Consultivo – Matthew Bishop (cuja ideia inicial gerou essa empreitada), Judith Rodin, Hernando de Soto e Ngaire Woods – que o Índice de Progresso Social se firmou tão rapidamente dentro do debate global.

Também somos profundamente gratos pelo apoio financeiro de Fundação Avina, Compartamos Banco, Cisco, Deloitte, Fundação Rockefeller e Fundação Skoll, que nos permitiu chegar a este ponto. Temos a sorte de ter um grupo de apoiadores empenhados e visionários, cuja contribuição ultrapassa em muito o valor financeiro. Um agradecimento especial à Fundação Skoll por fazer do Social Progress Imperative parte integrante do Skoll World Forum sobre Empreendedorismo Social e à Fundação Avina, à Deloitte e a José Roberto Marinho por seu apoio prático e participativo na construção da Rede de Progresso Social na América Latina e além.

O Social Progress Imperative já trilhou um longo caminho num curto período de tempo, mas temos um grande e audacioso objetivo: redefinir como o mundo mede o sucesso, colocando o progresso social ao lado do PIB ao determinarmos o desempenho da sociedade. Tenho plena confiança de que poderemos chegar lá graças à dedicação, sabedoria e inspiração dessa excelente equipe que compõe nosso conselho de administração. Roberto Artavia Loria, nosso Vice-Presidente, tem sido não apenas um arquiteto do Índice de Progresso Social, mas também um incansável defensor do progresso social. É sua defesa que posicionou a América Latina como pioneira na aplicação do Índice e na construção de redes nacionais para promover a mudança social. A determinação de Sally Osberg, sempre buscando as metas mais elevadas e envolvendo tanto sua mente criativa e desafiadora para nos ajudar a chegar lá, revelou-se extremamente contagiante. Alvaro Rodriguez Arregui, nosso tesoureiro, orientou a organização durante nosso crescimento e expansão com sabedoria prática e generosidade compartilhada. Steve Almond, o mais novo membro da nossa equipe, trouxe uma visão estratégica e percepções no momento em que precisávamos mais. Agradeço a todos – bem como os ex-conselheiros Matthew Bishop, Heather Hancock e Tae Yoo – que nos guiaram em nossa jornada.

A segunda razão pela qual estou confiante que o Social Progress Imperative possa cumprir a sua promessa é a equipe, liderada por Michael Green, nosso diretor executivo. Temos uma excelente equipe de profissionais comprometidos em suas diferentes áreas de especialização e, em Michael, um líder dedicado cuja palestra no TED sobre o Índice de Progresso Social passou uma mensagem clara ao mundo que chegou a hora de uma revolução na medição.

No entanto, o que me dá mais confiança é a rede de parceiros que trabalham em campo, para tornar o mundo um lugar melhor. Entre este grupo podemos citar presidentes, ministros, governadores, prefeitos, CEOs, empreendedores sociais e cidadãos engajados em todos os níveis. É um prazer ver que o Índice de Progresso Social provou ser uma ferramenta tão poderosa, mas ele só tem força nas mãos dessas pessoas comprometidas. Agradeço a eles e espero que cada vez mais inovadores sociais como esses venham juntar-se a este empreendimento para colocar o progresso social no centro de como todos nós pensamos, falamos e agimos.

Brizio Biondi-Morra

Presidente, Social Progress Imperative

AGRADECIMENTOS

A criação do Índice de Progresso Social somente foi possível com a ajuda de inúmeras pessoas e organizações. Agradecemos a todos que tem contribuído para nosso esforço. Jamais conseguiremos mencionar todos aqueles que nos ajudaram, mas gostaríamos de destacar as seguintes pessoas e organizações por suas contribuições. A todos que possamos ter esquecido, só podemos pedir que sejam tão generosos em espírito quanto foram com o tempo de vocês.

Agradecemos nossos apoiadores financeiros Cisco, Compartamos Banco, Deloitte, Fundação Avina, Fundação Rockefeller e Fundação Skoll. Essas organizações acreditaram no nosso projeto e generosamente financiaram o nosso trabalho.

Pelo trabalho incansável em nosso nome para conduzir o trabalho em toda a América Latina, agradecemos à equipe da Fundação Avina e da Avina Américas: Gabriel Baracatt, Glauca Barros, Martin Beaumont, Edgard Bermudez, Diana Castro, Marcus Fuchs, Tatiana Lopez, Cynthia Loría, Sean McKaughan, María José Meza, Valdemar Oliveira, Francisca Rivero, Eduardo Rotela, Guillermo Scallan, Bernardo Toro e Pablo Vagliente. A equipe de Emily Adelman Hunsberger, Emily Fintel Kaiser e Adrian Naranjo deu apoio essencial ao Social Progress Imperative antes de ele se tornar uma organização independente e nos apoiou desde então. Raul Gauto liderou esforços especiais na Fundação Avina para criar a nossa Rede de Progresso Social na América Latina.

Agradecemos à Deloitte por suas contribuições significativas em âmbito global em diversas áreas estratégicas: liderança e direção no Conselho de Administração; dados estratégicos para desenvolver uma estratégia de engajamento do setor privado; convocação dos principais envolvidos em torno do Índice de Progresso Social e a agenda do Social Progress Imperative; experiência de consultoria econômica e ideias para a criação de um relatório global sobre a relação entre o investimento estrangeiro direto e o progresso social; assessoria de comunicações estratégicas, experiência e execução para apoiar atividades de lançamento, mundialmente e no país, junto com a mídia, governo e setor privado para formar uma consciência e avançar no debate global sobre o progresso social; orientação e apoio nas discussões sobre índice subnacional na América do Norte e na UE; e participação ativa nas redes de progresso social em toda a América Latina para avançar nas discussões e ações sobre as prioridades nacionais.

Agradecimento especial à ótima equipe da Fundação Skoll: Edwin Ou, Paula Kravitz, Renee Kaplan e Suzana Grego. No Fórum Mundial Skoll, agradecemos a Sarah Borgman, Lindsey Fishleder, Jill Ultan, Gabriel Diamond, Phil Collis e Tina Tan-Zane. Além de fornecer uma plataforma para o lançamento em 2013 da nossa organização e a versão beta do nosso índice e para o lançamento em 2014 da rede de progresso Social, o fórum permitiu-nos beber da sabedoria de alguns dos principais inovadores sociais do mundo.

Na Fundação Rockefeller, nossos agradecimentos a Zia Khan, Nancy MacPherson, John Irons, Alyson Wise, Jeremy Cooper, Tommy O'Donnell, Laura Gordon, Abigail Carlton, Erissa Scalera, Michael Myers, Selina Patton e Laura Fishler.

Nossos agradecimentos ao trabalho inovador e à inspiração do professor Jean-Paul Fitoussi, do Institut d'Études Politiques de Paris; do professor Amartya Sen, da Universidade de Harvard; do

professor Joseph E. Stiglitz, da Universidade de Columbia; e do professor Mahbub ul Haq, da Universidade de Karachi. Nosso projeto seria literalmente inimaginável sem a possibilidade de dar continuidade ao trabalho de vocês.

Obrigado aos membros do grupo especialista de alto nível da OCDE: Professor Joseph E. Stiglitz, professor de economia, negócios e assuntos internacionais, Universidade de Colúmbia; Jean-Paul Fitoussi, professor de economia na Sciences Po (Paris) e Luiss (Roma); Martine Durand, chefe de estatística, OCDE; e os membros Yann Alchan, professor de economia, Sciences-Po, Paris; Timothy Besley, professor de economia e ciências políticas, London School of Economics; Francois Bourguignon, diretor, Escola de economia de Paris; Angus Deaton, Dwight D. Eisenhower, professor de economia e assuntos internacionais, Woodrow Wilson School of Public and International Affairs e o departamento de economia da Universidade de Princeton; Enrico Giovannini, professor de estatística econômica, Universidade de Roma Tor Vergata; Jacob Hacker, diretor da Instituição de Estudos Sociais e Políticos e Stanley B. Resor, professor de Ciências Políticas na Universidade de Yale; Geoffrey Heal, Garrett, professor de Políticas Públicas e Responsabilidade Corporativa, professor de economia e finanças, Graduate School of Business da Universidade de Columbia Diretor do centro de economia, meio-ambiente e sociedade do Instituto da Terra; Ravi Kanbur, T.H. Lee, professor de assuntos internacionais, professor internacional de economia aplicada e gestão e professor de economia da Universidade de Cornell; Alan Krueger, Bendheim, professor de economia e assuntos públicos da Universidade de Princeton; Nora Lustig, Samuel Z. Stone, professor de economia latino-americana da Tulane University; Jil Matheson, ex-estatístico nacional do Reino Unido Thomas Piketty, professor, Escola de Economia de Paris; Walter Radermacher, diretor-geral, Eurostat; Chiara Saraceno, membro honorário do Collegio Carlo Alberto, Turim; Pronab Sen, presidente da Comissão Nacional de Estatística, Índia; Arthur Stone, cientista comportamental sênior, professor de psicologia, Universidade do Sul da Califórnia; e Yang Yao, diretor do CCER e reitor da Escola Nacional de Desenvolvimento da Universidade de Pequim.

Nossos agradecimentos também aos estudiosos cuja sabedoria ajudou a dar forma a nosso trabalho: Marc Fleurbaey, Universidade de Princeton; Nava Ashraf, Harvard Business School; Sigal Barsade, Wharton School, Universidade da Pensilvânia; Manuel Trajtenberg, Conselho para o ensino superior em Israel; Justin Wolfers, Universidade de Michigan, Denise Lievesley, Sabina Alkire, Oxford Poverty and Human Development Initiative, Universidade de Oxford; Terra Lawson-Remer; e Allister McGregor, Institute for Development Studies, Universidade de Sussex.

Na Harvard Business School e em seu Instituto de Competitividade, nossos agradecimentos a Richard Bryden, Marcela Merino, Alexandra Houghtalin, Kyla Hanaway, Jordan Goldberg, Jill Hogue, Jem Hudson, Christian Ketels, Jorge Ramirez-Vallejo e Michael Toffel.

No Massachusetts Institute of Technology, nossos agradecimentos a Bella DiMambro.

Nossos agradecimentos a Alison Kennedy e Anuja Singh no Instituto de Estatísticas da Unesco; Fiona David, Katharine Bryant e Davina Durgana na Fundação Walk Free; Juan Botero e Alejandro Ponce no Projeto Justiça Mundial; e Diana Fletschner na Landesa pelos dados técnicos em componentes e indicadores.

AGRADECIMENTOS

Obrigado a Patrick O'Sullivan, Professor de ética empresarial, Escola de Administração de Grenoble e Universidade de Varsóvia, por contribuir com texto sobre os desafios de medir o tempo de lazer e a Clive Bates por escrever sobre os desafios da medição da sustentabilidade do ecossistema.

Agradecimento especial a Sir Martin Sorrell e Lady Cristina Falcone por hospedar o lançamento do Índice de Progresso Social de 2014.

Agradecimento especial a Darren Walker da Fundação Ford por destacar o Índice de Progresso Social na Iniciativa Global Clinton em 2014.

No TED, nossos agradecimentos a Bruno Giussani, Chris Anderson, Emily McManus, Gwen Schroeder, Thu Huong Ha, Katerina Biliouri e Katherine McCartney.

Na Fundação BMW, nossos agradecimentos a Ilsabe von Campenhausen, Inna Veleva, Phillip von der Wippel, Sandra Ortiz Diaz, Dra. Astrid Skala-Kuhmann, Mark Fliegau, Dr. Oliver Meinecke, Dr. Steffi Augter, Dr. Joerg Mayer-Ries e Oliver Renner.

Na Fundação Bill e Melinda Gates, nossos agradecimentos a Gargee Ghosh e Julie Walz.

No Banco Mundial, nossos agradecimentos a Maitreyi Bordia Das, Fabrice Houdart, Aleem Walji, Anil Sinha e Neil Fantom. No Centro de Desenvolvimento Global, nossos agradecimentos a Andy Sumner e Owen Barder. Na Fundação das Nações Unidas, nossos agradecimentos a Andrew Maskrey e Bina Desai no relatório de avaliação Global sobre redução do risco de desastres.

Nossos agradecimentos também a nossos amigos Henry e Colleen Timms, Pamela Hartigan, Indy Johar, Randolph Kent, Laurie Joshua e Michael Borowitz por sua sabedoria e inspiração.

Agradecimento especial ao nossos ex-colegas Madelyn Swift e Sarah Orzell, que tanto contribuíram para este trabalho.

Várias organizações parceiras da América Latina estiveram entre os primeiros a nos apoiar e continuam sendo nossos apoiadores mais constantes e inovadores. Na Fundación Latinoamérica Posible, agradecimento especial a Roberto Artavia, por liderar nossos esforços pioneiros e pela sua contínua orientação e apoio à Rede de Progresso Social na América Latina, bem como a Shannon Music, Monika Schmid, Ethan Murray, Roberto J. Artavia e Eduardo López. No CiC, nossos agradecimentos a Urs Jagger, Felipe Castro e Arturo Rodriguez. Na Gentera, nossos agradecimentos a Alejandro Puente e Jorge Daniel Manrique. Na Ignia, nossos agradecimentos a Sebastian Cueva Pena e Gladys Garza Rivera. Na INCAE Business School, nossos agradecimentos especiais a Arturo Condo pelo apoio contínuo para nossa implantação pioneira na América Latina desde 2013; a Abraham Naranjo, Maria Balbas, Camelia Ilie e Luatania Vega, por nos ajudar a implementar o primeiro treinamento especialista em metodologia IPS em maio de 2014; e a Victor Umaña, Ronald Arce, Andrea Prado e Melania Chaverri por liderar uma agenda de pesquisa aplicada em progresso social no Centro Latino-Americano de Competitividade e Desenvolvimento Sustentável (CLACDS).

Muitas organizações no Paraguai assumiram o risco e integraram nossa primeira rede nacional e ajudaram no uso pioneiro do Modelo do Progresso Social. Agradecemos aos líderes e às equipes da Secretaria Técnica de Planejamento do Desenvolvimento Econômico e Social (STP), da Fundação Avina, da Fundação Paraguuaia, da Fundação Moisés Bertoni, da Fundação para o Desenvolvimento na Democracia, da Mingará, da Feprinco, da Associação de Empresários Cristãos, do Clube de Executivos, do Pro Desarrollo Paraguay, da/do Equipo Nacional de Estrategia País, da Fundação MAE UC, da Global Shapers Assunção, da Deloitte Paraguai, da Rede de Líderes para a Competitividade e da Rede do Pacto Global do Paraguai. Agradecimento especial ao Ministro José Molinas por liderar o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento do Paraguai 2030, que adota o Índice de Progresso Social como indicador chave de desempenho. Nossos agradecimentos a Eduardo Rotela, presidente da rede nacional e Rodrigo Medina, coordenador executivo.

No Brasil, várias organizações parceiras foram fundamentais para algumas das primeiras aplicações reais das nossas ferramentas no nível subnacional. Nossos agradecimentos ao Banco do Brasil, Coca-Cola Brasil, Comunitas, Camargo Correa, Centro Ruth Cardoso, CLUA, Deloitte, Fundação Avina, Fundação Amazônia Sustentável, Fundação Dom Cabral, Fractal Processos, GIFE, Giral, Good Energies, Instituto Arapyauú, Instituto Ethos, Instituto Pereira Passos, ICE, Imazon, Imaflores, IPSOS, Instituto Ethos, ISA, Natura, Observatório do Clima, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Sistema B e Vale. Nossos agradecimentos a Tasso Azevedo e Anna Peliano. Agradecimentos especiais a José Roberto Marinho pelo apoio contínuo na aplicação do Índice de Progresso Social no Brasil. Nossos agradecimentos a Glauca Barros, presidente da rede, Renato Souza, líder de comunicações e Paula Sarquis e Elaine Smith, coordenação executiva. Agradecimento especial à Imazon por liderar o primeiro Índice de Progresso Social a nível municipal e à Coca-Cola, Natura e Ipsos por liderar a primeira aplicação da metodologia de progresso social no nível comunitário.

No Chile, um agradecimento especial ao Ministério de Desenvolvimento Social, Acción RSE, Deloitte, Fundação Avina, Fundação de Superación da Pobreza, Masisa. Nossos agradecimentos a Francisca Rivero por presidir a rede e a Patricia Jara.

Na Costa Rica, um agradecimento especial à AED, Borge & Asociados, Cenecoop, Deloitte, Fenecoop, Fifco, Fundação Avina, Flap, INCAE Business School, Infocoop e Voces Vitales. Um agradecimento especial aos líderes e organizações do movimento cooperativista por liderar a primeira aplicação do índice de progresso Social no nível setorial.

Na Colômbia, nossos agradecimentos à Fundación Corona, Bogotá Como Vamos, Compartamos con Colombia, Deloitte e Fundación Avina. Agradecimento especial a Angela Escallón e Diana Castro por liderar nossos esforços para construir a primeira aplicação do Índice de Progresso Social no nível da cidade e Alvaro Bernal e nossos colegas na Compartamos con Colombia para assegurar a coordenação executiva da nossa rede emergente

Em El Salvador, um agradecimento especial a Alejandro Poma, Manuel Sanchez Masferrer e às organizações que promovem o Índice de Progresso Social: Fundación Poma e Escuela Superior de Economía y Negocios.

AGRADECIMENTOS

Na Guatemala, agradecimentos especiais a Emmanuel Seidner, sua equipe no Instituto Progreso Social Guatemala e organizações de apoio como ASIES, CABI, CIEN, CEUR-USAC, Deloitte, Fundación Avina, FUNDESA, Mejoremos Guate, Alianza por la Nutrición, IDIES-URL, INCAE Business School, Facultad de Medicina USAC, Fundación Fe y Alegría, Grupos Gestores, Obras Sociales del Hermano Pedro, Observatorio de Salud Urbana, WAKAMI e a prefeitura da cidade de Guatemala.

No Panamá, agradecimentos especiais a Marcela Alvarez Calderon por presidir nossa rede emergente e Maripaz Vindas por assegurar sua coordenação executiva. Nossos agradecimentos às seguintes organizações de apoio: Ministério do Desenvolvimento Social, Ministério da economia e das finanças, Ministério da saúde, prefeitura de Panamá, Contraloría General de la República, Cámara de Comercio de Panamá, CEAL, Centro Nacional de Competitividad, Deloitte, Fundación Ciudad del Saber, INADEH, Llorete y Cuenta, Sumarse e United Way - Fondo Unido de Panamá.

No Peru, um agradecimento especial a Juan Manuel Arribas por presidir nossa rede emergente e a Alexandra Ames por assegurar sua coordenação executiva. Nossos agradecimentos às seguintes organizações de apoio: Ministerio de Cultura, Ministerio de Desarrollo e Inclusión Social, Fundación Avina, CIES, Perú 2021, Grupo Radio Programas del Peru, Soluciones Empresariales contra la Pobreza, Sociedad Nacional de Industrias, UNACEM and Universidad del Pacífico. Também agradecimentos especiais a Percy Medina da IDEA Internacional, Patricia Zárate, Arturo Maldonado, Luis Egúsqiza, Ana Neyra y Luis Fernando Llanos.

Queremos também agradecer às seguintes organizações que estão apoiando atividades relacionadas ao IPS e redes emergentes: Government of Salta and Fundación Avina (Argentina), Ciudadania (Bolívia), ChangeX (Irlanda), Scope Consult (Malásia) e LifeSupport Caribbean (Trinidad e Tobago).

Na Europa, a liderança ativa da Comissão Europeia, através da DG Regions e o Centro de Pesquisa Conjunta e o apoio da Orkestra (Instituto de Competitividade Basco) e da Deloitte, está liderando o primeiro Índice de Progresso Social aplicado no nível regional.

Na América do Norte, inúmeros defensores de nosso trabalho estão liderando o crescimento das redes nos EUA e Canadá. Nossos agradecimentos a Emechete Onuoha da Xerox Canada. Em Michigan, nossos agradecimentos a Alicia Douglas da Passion in Philanthropy, Dan Pitera do Detroit Mercy's Collaborative Design Center da University of Detroit, Mark Davidoff da Deloitte, Rob Collier do Michigan Council of Foundations, Jill Ford do gabinete do prefeito da cidade de Detroit e Paul Groll e Harvey Hollins no estado de Michigan. Agradecimento especial ao prefeito Joseph Curtatone cuja visão para a cidade de Somerville em Massachusetts é de progresso social e sua equipe na SomerStat, incluindo Skye Stewart, Emily Monea e John Harding. Nossos agradecimentos também a Mark Esposito da Harvard Business School e da rede de microeconomia da competitividade, Patrick O'Sullivan da Ecole de Management de Grenoble e Ayesha Khalid, do Massachusetts Institute of Technology.

Agradecimentos a Benjamin Wiederkehr e sua equipe na Interactive Things, incluindo Peter Gassner, Piotr Fedorczyk, Jeremy Stucki e Christian Siegrist, por mais uma vez receberem nossa

infindável lista de requisitos técnicos e solicitações para mudanças de última hora e fornecer um site e uma ferramenta on-line de exploração de dados de nível internacional em <http://www.socialprogressimperative.org>. Nossos agradecimentos a Robert Ludke, Holly Fisher Skillin e equipe da H&K Strategies pela consultoria e assistência especializada em nossas comunicações. Nossos agradecimentos a Oliver Kendall e Michael Williams na Westminster Public Affairs por liderar nossos esforços para apresentar o Índice de Progresso Social aos jornalistas.

Nossos agradecimentos a RJ Andrews, Mark de Graef, Julie Moores e Andrea Nordstrom pela parte gráfica e layout deste relatório.

Nossos agradecimentos a Karen Weisblatt e equipe da Weisblatt & Associates pela realização de um estudo do usuário para melhorar este relatório.

Por fim, nossa gratidão às organizações cujos dados serviram de base para a criação do Índice de Progresso Social 2015: Ranking Acadêmico das Universidades no Mundo, Base de Dados de Desempenho Educacional Barro-Lee,

Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards, Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, Freedom House, Índice de Estados Frágeis do Fundo para a Paz, Gallup World Poll, Heritage Foundation,

Índice Global da Paz do Instituto de Economia e Paz, Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde Global, Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde, União Internacional de Telecomunicações,

Banco de dados de Igualdade de Gênero, Instituições e Desenvolvimento da OCDE, Índice de Restrições Governamentais do Centro de Pesquisas Pew, Índice de Hostilidades Sociais do Centro de Pesquisas Pew, Rankings Universitários Internacionais QS, Repórteres sem Fronteiras, Energia Sustentável para Todos, Rankings Universitários Mundiais da Times Higher Education, Transparência Internacional, Grupo Interagências da ONU para Estimativa da Mortalidade Infantil, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Divisão de População das Nações Unidas, Programa de Monitoramento Conjunto para o Abastecimento de Água e Saneamento OMS/Unicef, Banco Mundial, Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial, Organização Mundial da Saúde, Instituto de Recursos Mundiais, Centro de Leis e Políticas Ambientais da Universidade de Yale e Índice de Desempenho Ambiental da Rede Internacional de Informações sobre Ciências da Terra da Universidade de Colúmbia e Instituto de Estatísticas da Unesco. O uso que fizemos desses dados não implica a aprovação dessas organizações. Como organização que acredita que melhores informações podem construir um mundo melhor, reconhecemos e valorizamos aqueles que criaram recursos tão importantes de dados.

SUMÁRIO EXECUTIVO

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

No último meio século, o crescimento econômico tirou centenas de milhões de pessoas da pobreza e melhorou a vida de muitas outras. No entanto, está cada vez mais claro que um modelo de desenvolvimento baseado apenas no progresso econômico é incompleto. Crescimento econômico sozinho não é suficiente. Uma sociedade que deixa de atender às Necessidades Humanas Básicas, não fornece os meios para a população melhorar a qualidade de vida, proteger o meio ambiente e dar oportunidades a muitos de seus cidadãos não está se saindo bem. Precisamos ampliar nosso entendimento do sucesso das sociedades para além dos resultados econômicos. Para haver crescimento inclusivo é preciso alcançar o progresso econômico e social.

O Índice de Progresso Social pretende suprir essa necessidade premente, criando um modelo de mensuração robusto e holístico para os desempenhos sociais e ambientais nacionais que possa ser utilizado por líderes de governos, de empresas e da sociedade civil para medir o sucesso e acelerar o progresso. O Índice de Progresso Social é o primeiro modelo abrangente para medir o progresso social que não depende do PIB, mas o complementa. Nossa visão é a de um mundo no qual o progresso social está ao lado do PIB como indicador central do desempenho nacional. O índice fornece a base empírica e sistemática para orientar a estratégia para o crescimento inclusivo.

A mensuração do progresso social nos direciona na tradução dos ganhos econômicos em avanço do desempenho social e ambiental de maneira que desencadeiem sucesso econômico ainda maior. O Índice de Progresso Social oferece um meio concreto para entender e então priorizar uma agenda factível para avançar no desempenho social e econômico.

METODOLOGIA DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

O Índice de Progresso Social incorpora quatro princípios-chave de projeto:

1. **Indicadores exclusivamente sociais e ambientais:** a intenção é medir o progresso social de forma direta e não utilizar indicadores econômicos. Ao excluir os indicadores econômicos, podemos, pela primeira vez, de maneira rigorosa e sistemática, analisar a relação entre o desenvolvimento econômico (medido, por exemplo, pelo PIB per capita) e o desenvolvimento social. Esforços anteriores para ir “além do PIB” misturaram indicadores sociais e econômicos, dificultando a separação de causa e efeito.
2. **Resultados e não contribuições:** a intenção é medir os resultados que sejam importantes para a vida de pessoas reais, não as contribuições. Por exemplo, queremos medir a saúde e o bem-estar alcançados por um país, e não quanto esforço é despendido nem quanto o país gasta em saúde.
3. **Holístico e pertinente para todos os países:** o objetivo é criar uma medida holística do progresso social que abranja os diferentes aspectos da saúde das sociedades. Por razões compreensíveis, a maioria dos esforços anteriores concentrou-se nos países mais pobres. Mas saber o que constitui uma sociedade saudável para qualquer país, incluindo os países de maior renda, é indispensável para traçar um curso para que as sociedades menos prósperas cheguem lá.
4. **Factível:** o Índice pretende ser uma ferramenta prática para ajudar líderes e profissionais de governos, de empresas e da sociedade civil a implementar políticas e programas que impulsionarão mais rapidamente o progresso social. Para alcançar esse objetivo, medimos os resultados de um modo detalhado que se concentra em áreas específicas que podem ser implementadas diretamente. O Índice está estruturado em torno de 12 componentes e 52 indicadores distintos. O modelo nos permite não apenas fornecer uma pontuação e uma classificação agregadas de um país, mas também possibilita análises detalhadas de áreas específicas de pontos fortes e fracos. A transparência da mensuração com o uso de um modelo abrangente permite que agentes de mudanças identifiquem e ajam com base nas questões mais prementes em suas sociedades.

Definimos o progresso social de forma abrangente e inclusiva. **O progresso social é a capacidade de uma sociedade atender às Necessidades Humanas Básicas de seus cidadãos, estabelecer os componentes básicos que permitam aos cidadãos e às comunidades melhorar e manter a qualidade de vida e criar as condições para que todos atinjam seu pleno potencial.**

Esta definição é a base das três dimensões do progresso social: Necessidades Humanas Básicas, Fundamentos de Bem-Estar e Oportunidades.

Modelo dos componentes do Índice de Progresso Social



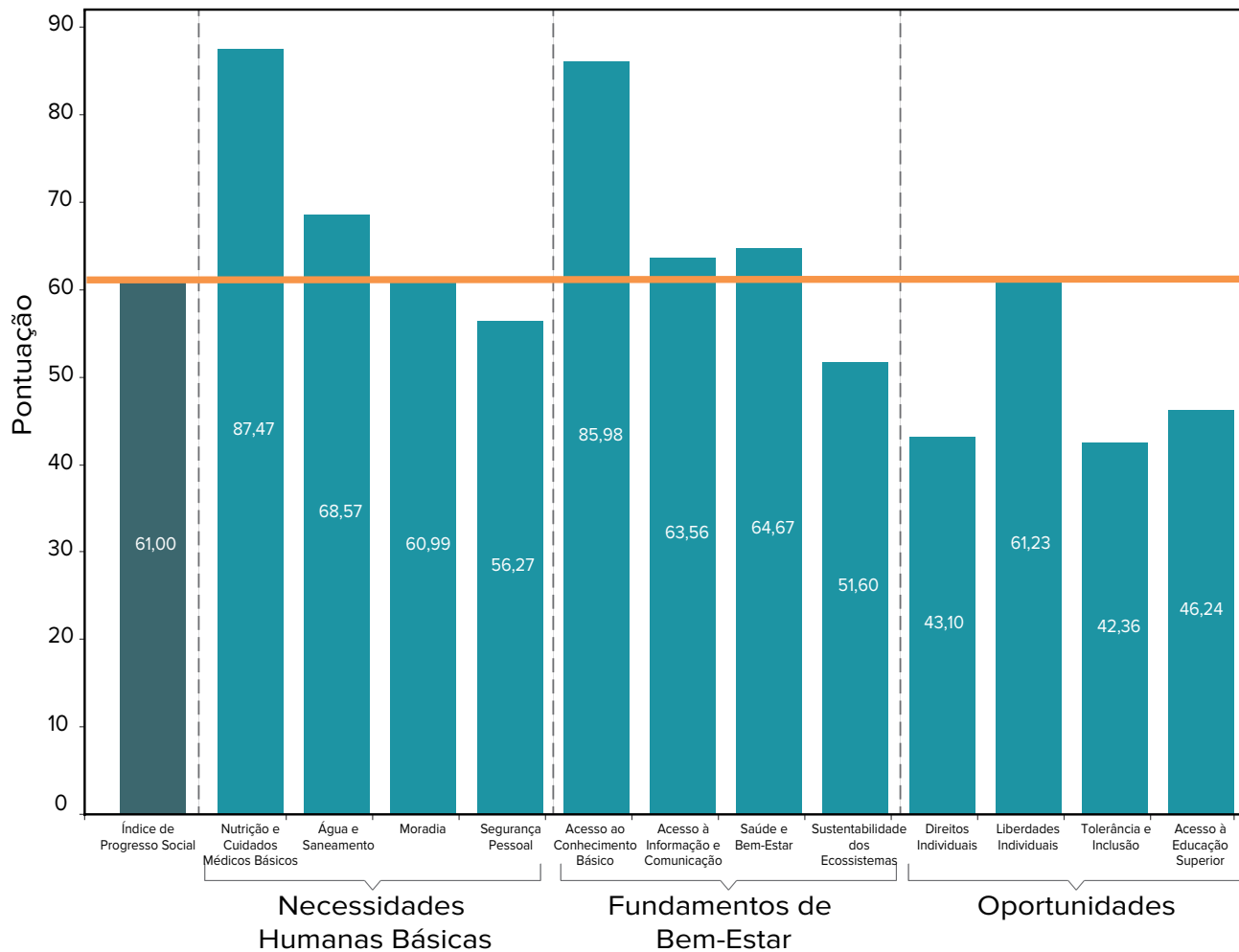
Cada componente do modelo compreende de três a cinco indicadores de resultados específicos. Os indicadores incluídos são escolhidos por serem adequadamente aferidos, com metodologia consistente, pela mesma organização em todos (ou basicamente todos) os países de nossa amostra. Este modelo tem como objetivo capturar uma ampla gama de fatores inter-relacionados, revelados pela literatura acadêmica e experiência prática como sustentação do progresso social. O modelo de alto nível do Índice de Progresso Social 2015 continua o mesmo de 2014. No entanto, devido a mudanças na disponibilidade de dados, algumas pequenas modificações foram feitas na composição de diversos componentes.

Para obter uma explicação completa de como é calculado o Índice de Progresso Social, veja nosso Relatório *Metodológico de 2015 separado*. Todos os dados subjacentes estão disponíveis para download no nosso site, em www.socialprogressimperative.org. A metodologia foi refinada e melhorada graças ao feedback generoso de muitos indivíduos e organizações em todo o mundo. Continuaremos a refinar e melhorar a metodologia e mensagens são bem-vindas no endereço feedback@social-progress.org.

RESULTADOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

O Índice de Progresso Social 2015 inclui 133 países cobrindo 94% da população mundial, mais 28 países com dados parciais. Se o mundo fosse um país, ele teria uma pontuação de 61,00 no Índice de Progresso Social numa base de população ponderada. Vemos importantes diferenças globais entre os diversos aspectos do progresso social.

Pontuações do Índice de Progresso Social mundial e componentes



Classificamos os 133 países com dados suficientes, do mais alto para o mais baixo, em termos de progresso social, ordenados em seis níveis de "Progresso Social Muito Alto" a "Progresso Social Muito Baixo".

Resultados do Índice de Progresso Social 2015

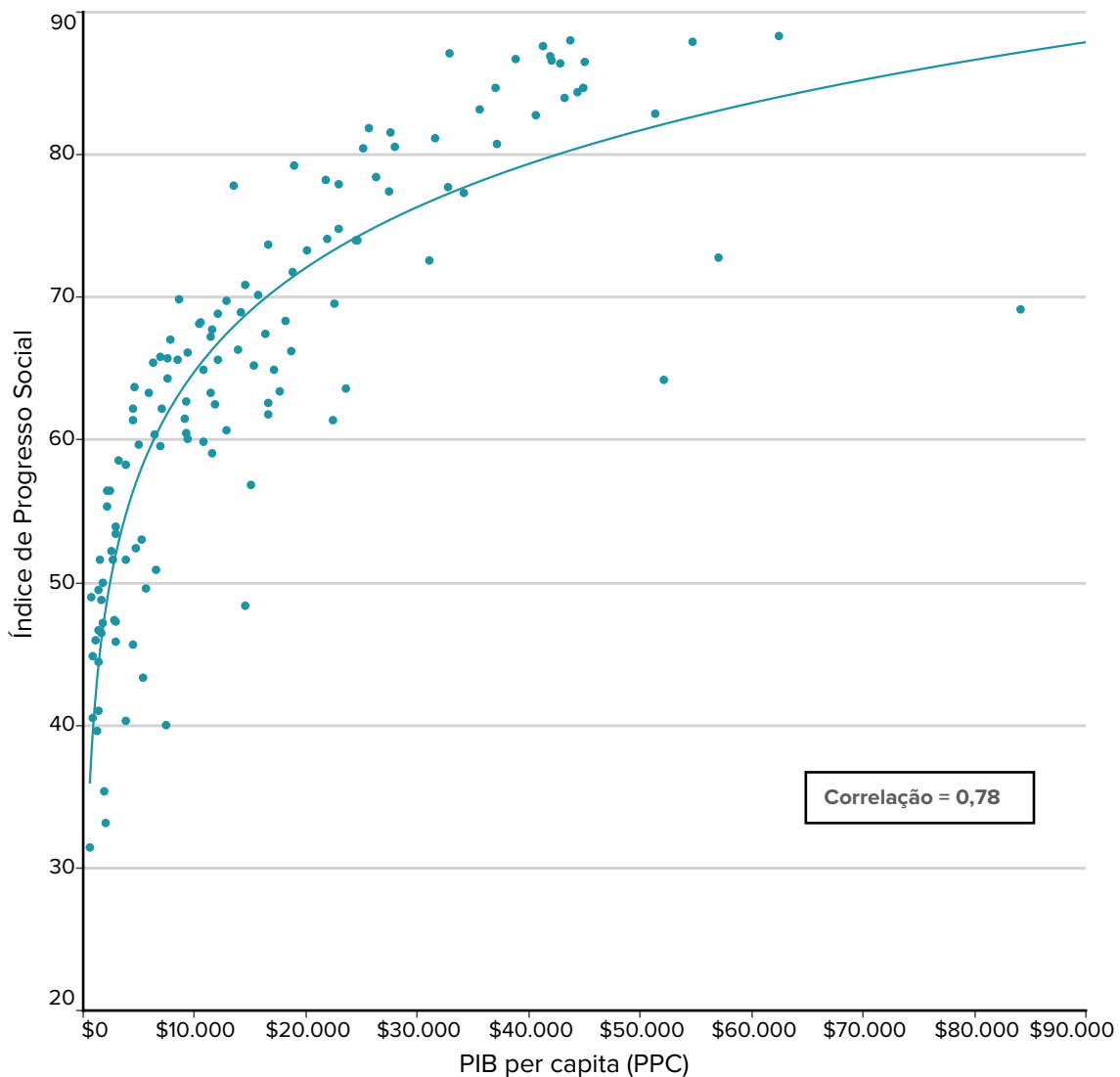
POSICÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	PIB PER CAPITA	POSICÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	PIB PER CAPITA	POSICÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	PIB PER CAPITA
PROGRESSO SOCIAL MUITO ALTO				45	Sérvia	69,79	\$ 12.893	91	Marrocos	59,56	\$ 6.967
1	Noruega	88,36	\$ 62.448	46	Malásia	69,55	\$ 22.589	92	China	59,07	\$ 11.525
2	Suécia	88,06	\$ 43.741	47	Kuwait	69,19	\$ 84.188	93	Quirguistão	58,58	\$ 3.110
3	Suíça	87,97	\$ 54.697	48	Montenegro	69,01	\$ 14.152	94	Gana	58,29	\$ 3.864
4	Islândia	87,62	\$ 41.250	49	Colômbia	68,85	\$ 12.025	95	Irã	56,82	\$ 15.090
5	Nova Zelândia	87,08	\$ 32.808	50	Romênia	68,37	\$ 18.200	96	Tajiquistão	56,49	\$ 2.432
6	Canadá	86,89	\$ 41.894	51	Equador	68,25	\$ 10.541	97	Senegal	56,46	\$ 2.170
7	Finlândia	86,75	\$ 38.846	52	Albânia	68,19	\$ 10.405	98	Nepal	55,33	\$ 2.173
8	Dinamarca	86,63	\$ 41.991	53	Macedônia	67,79	\$ 11.609	PROGRESSO SOCIAL BAIXO			
9	Holanda	86,5	\$ 44.945	54	México	67,5	\$ 16.291	99	Camboja	53,96	\$ 2.944
10	Austrália	86,42	\$ 42.831	55	Peru	67,23	\$ 11.396	100	Bangladesh	53,39	\$ 2.853
PROGRESSO SOCIAL ALTO				56	Paraguai	67,1	\$ 7.833	101	Índia	53,06	\$ 5.238
11	Reino Unido	84,68	\$ 37.017	PROGRESSO SOCIAL MÉDIO BAIXO				102	Laos	52,41	\$ 4.667
12	Irlanda	84,66	\$ 44.931	57	Tailândia	66,34	\$ 13.932	103	Lesoto	52,27	\$ 2.494
13	Áustria	84,45	\$ 44.376	58	Turquia	66,24	\$ 18.660	104	Quênia	51,67	\$ 2.705
14	Alemanha	84,04	\$ 43.207	59	Bósnia e Herzegovina	66,15	\$ 9.387	105	Zâmbia	51,62	\$ 3.800
15	Japão	83,15	\$ 35.614	60	Geórgia	65,89	\$ 6.946	106	Ruanda	51,6	\$ 1.426
16	Estados Unidos	82,85	\$ 51.340	61	Armênia	65,7	\$ 7.527	107	Suazilândia	50,94	\$ 6.471
17	Bélgica	82,83	\$ 40.607	62	Ucrânia	65,69	\$ 8.508	108	Benim	50,04	\$ 1.733
18	Portugal	81,91	\$ 25.596	63	África do Sul	65,64	\$ 12.106	109	Congo, República do	49,6	\$ 5.680
19	Eslovênia	81,62	\$ 27.576	64	Filipinas	65,46	\$ 6.326	110	Uganda	49,49	\$ 1.368
20	Espanha	81,17	\$ 31.596	65	Botsuana	65,22	\$ 15.247	111	Malawi	48,95	\$ 755
21	França	80,82	\$ 37.154	66	Belarus	64,98	\$ 17.055	112	Burkina Faso	48,82	\$ 1.582
22	República Tcheca	80,59	\$ 27.959	67	Tunísia	64,92	\$ 10.768	113	Iraque	48,35	\$ 14.471
23	Estônia	80,49	\$ 25.132	68	El Salvador	64,31	\$ 7.515	114	Camarões	47,42	\$ 2.739
24	Uruguai	79,21	\$ 18.966	69	Arábia Saudita	64,27	\$ 52.068	115	Djibuti	47,27	\$ 2.903
25	Eslováquia	78,45	\$ 26.263	70	Moldávia	63,68	\$ 4.521	116	Tanzânia	47,14	\$ 1.718
26	Chile	78,29	\$ 21.714	71	Rússia	63,64	\$ 23.564	117	Togo	46,66	\$ 1.346
27	Polônia	77,98	\$ 22.877	72	Venezuela	63,45	\$ 17.615	118	Mali	46,51	\$ 1.589
28	Costa Rica	77,88	\$ 13.431	73	Bolívia	63,36	\$ 5.934	119	Mianmar	46,12	
29	Coreia, República da	77,7	\$ 32.708	74	Jordânia	63,31	\$ 11.407	120	Moçambique	46,02	\$ 1.070
30	Chipre	77,45	\$ 27.394	75	Namíbia	62,71	\$ 9.276	121	Mauritânia	45,85	\$ 2.945
31	Itália	77,38	\$ 34.167	76	Azerbaijão	62,62	\$ 16.594	122	Paquistão	45,66	\$ 4.454
PROGRESSO SOCIAL MÉDIO ALTO				77	República Dominicana	62,47	\$ 11.795	123	Libéria	44,89	\$ 850
32	Hungria	74,8	\$ 22.914	78	Nicarágua	62,2	\$ 4.494	124	Madagascar	44,5	\$ 1.369
33	Letônia	74,12	\$ 21.825	79	Guatemala	62,19	\$ 7.063	125	Nigéria	43,31	\$ 5.423
34	Grécia	74,03	\$ 24.540	80	Líbano	61,85	\$ 16.623	PROGRESSO SOCIAL MUITO BAIXO			
35	Lituânia	74	\$ 24.483	81	Mongólia	61,52	\$ 9.132	126	Etiópia	41,04	\$ 1.336
36	Ilhas Maurício	73,66	\$ 16.648	82	Honduras	61,44	\$ 4.445	127	Níger	40,56	\$ 887
37	Croácia	73,3	\$ 20.063	83	Cazaquistão	61,38	\$ 22.467	128	Iêmen	40,3	\$ 3.832
38	Argentina	73,08		84	Cuba	60,83		129	Angola	40	\$ 7.488
39	Emirados Árabes Unidos	72,79	\$ 57.045	85	Argélia	60,66	\$ 12.893	130	Guiné	39,6	\$ 1.213
40	Israel	72,6	\$ 31.029	86	Indonésia	60,47	\$ 9.254	131	Afeganistão	35,4	\$ 1.884
41	Panamá	71,79	\$ 18.793	87	Guiana	60,42	\$ 6.336	132	Chade	33,17	\$ 2.022
42	Brasil	70,89	\$ 14.555	88	Sri Lanka	60,1	\$ 9.426	133	República Centro-Africana	31,42	\$ 584
43	Bulgária	70,19	\$ 15.695	89	Egito	59,91	\$ 10.733				
44	Jamaica	69,83	\$ 8.607	90	Uzbequistão	59,71	\$ 5.002				

ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O Índice de Progresso Social, ao separar a medição de desempenho social do desempenho econômico, permite uma compreensão empírica rigorosa da relação entre desenvolvimento econômico e progresso social. Ele também pode nos ajudar a compreender como o progresso social pode levar ao crescimento econômico.

Apesar da correlação entre o progresso econômico e o progresso social, a variabilidade entre os países, mesmo para um certo nível de PIB, é considerável. Consequentemente, o **desempenho econômico sozinho não explica totalmente o progresso social**. Em qualquer nível de PIB per capita, há oportunidades para maior progresso social e riscos de menor progresso social.

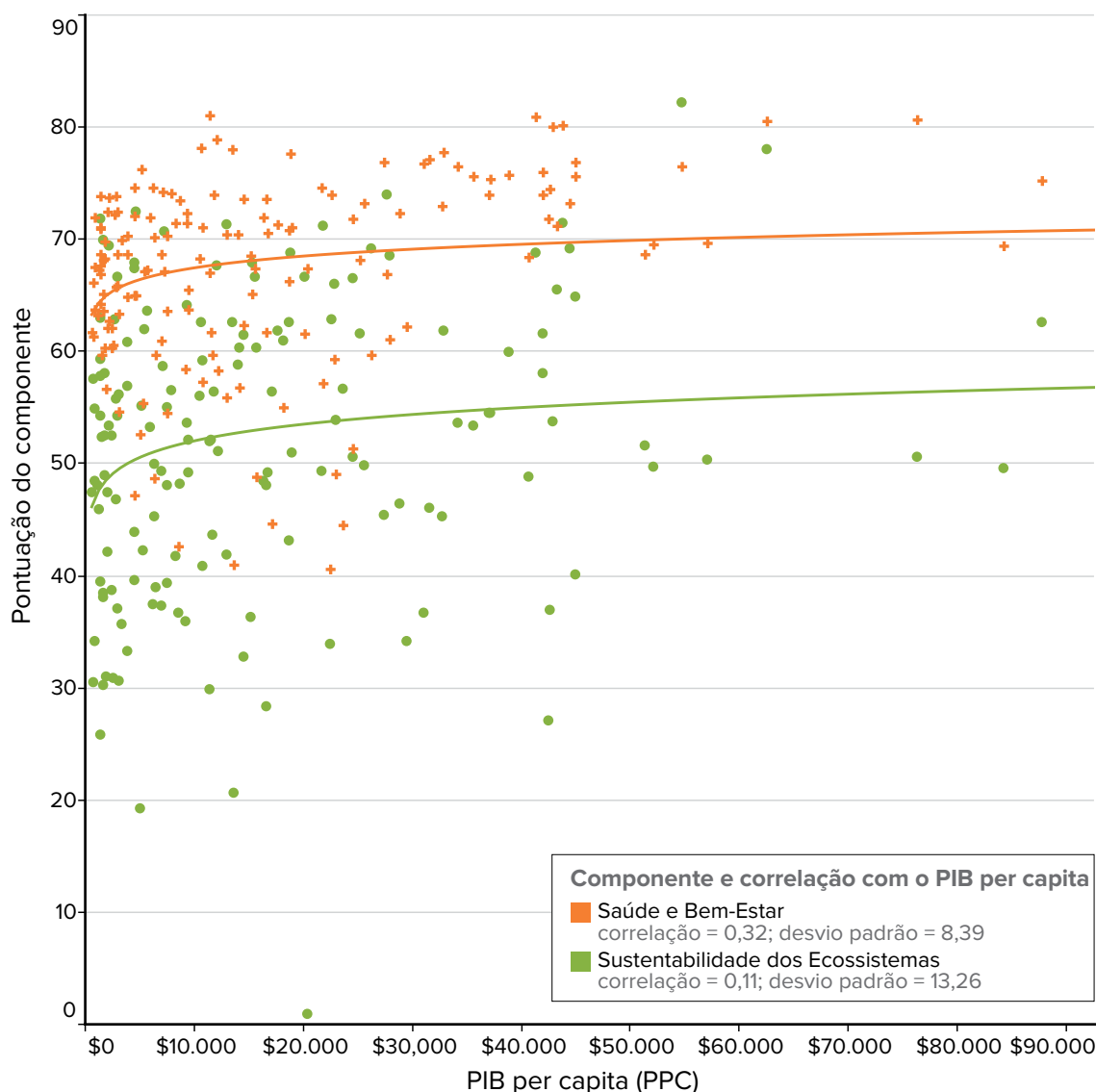
Índice de Progresso Social x PIB per capita



Para entender melhor a relação entre o desempenho econômico e o progresso social, podemos desagregar os dados para examinar as relações entre os componentes individuais do modelo e o PIB per capita. Por exemplo, dois componentes – Sustentabilidade dos ecossistemas e Saúde e Bem-Estar – têm uma relação complexa com o PIB. Por um lado, cada um desses componentes tem elementos individuais que tendem a melhorar com o desenvolvimento econômico e outros que têm uma relação nula ou mesmo negativa com o desenvolvimento econômico. Por conseguinte, a relação global entre esses componentes e o PIB per capita é desigual. Mais do que todos os outros componentes no Índice, Sustentabilidade dos Ecossistemas e Saúde e Bem-Estar destacam as tensões associadas com o desenvolvimento econômico.

Nossas conclusões sugerem importantes implicações para os formuladores de políticas. Simplificando, as estratégias de desenvolvimento com base unicamente no desenvolvimento econômico estão incompletas. Uma estratégia de crescimento inclusivo deve focar diretamente melhorias no progresso social.

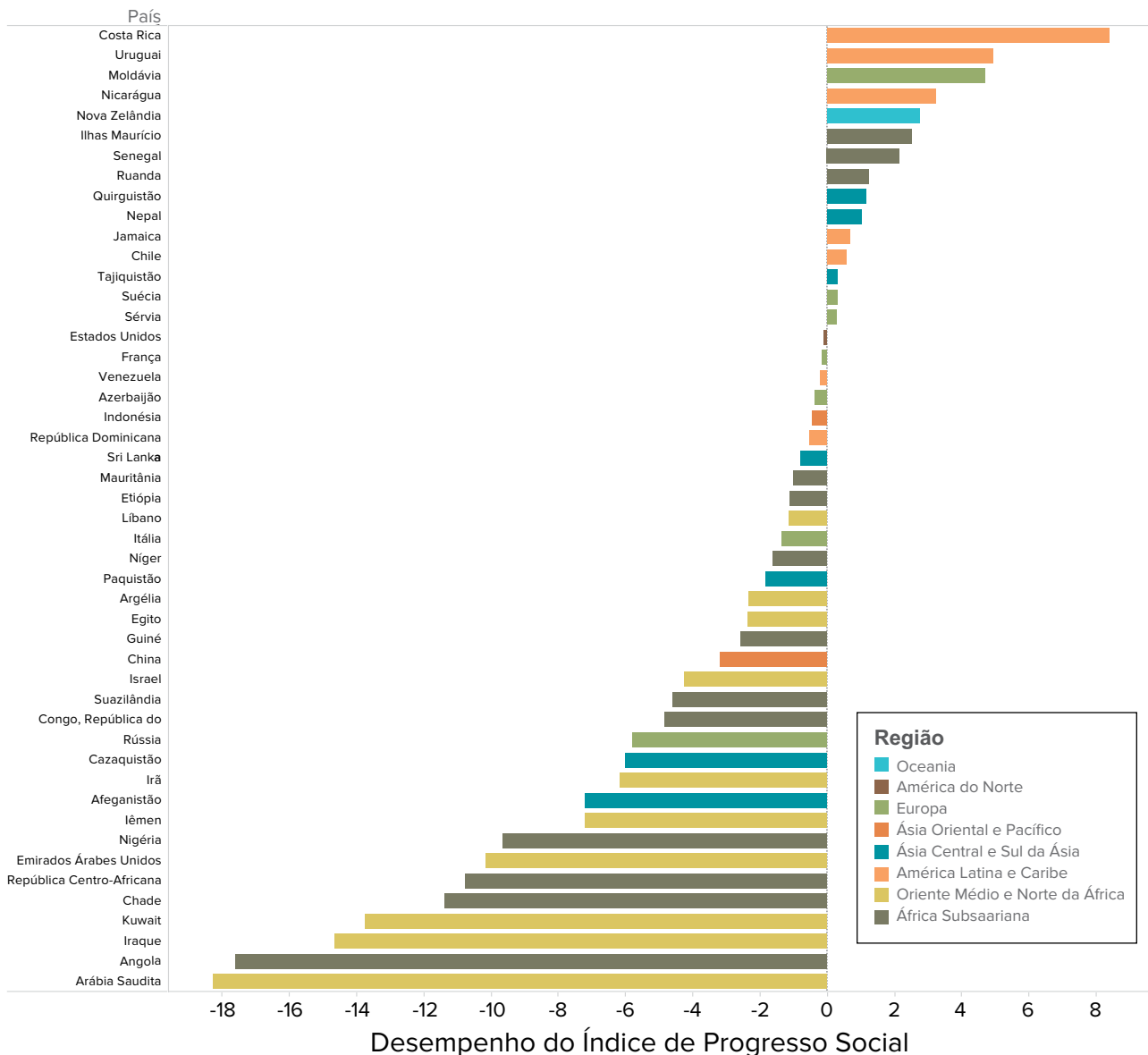
Pontuações em Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas vs. PIB per capita



ANÁLISE COMPARATIVA DO PROGRESSO SOCIAL EM RELAÇÃO AOS PARES ECONÔMICOS

As conclusões do Índice de Progresso Social revelam que os países alcançam níveis muito diferentes de progresso social em níveis semelhantes de PIB per capita. Um país rico pode estar indo bem no progresso social absoluto, e assim mesmo ter um desempenho fraco em relação a seus pares de receita similar; um país pobre pode atingir níveis modestos de progresso social e, no entanto, ter um desempenho muito melhor do que seus pares com limitações de recursos semelhantes. Para determinar o desempenho no progresso social relativo de um país podemos designar um grupo de pares relevante, os outros 15 países mais similares em termos de PIB per capita e calcular as pontuações de progresso social mediano para o grupo de mesmo nível (globalmente e por dimensão, componente e indicador). Comparamos então o desempenho de um país em relação às pontuações de progresso social da mediana de seu grupo de pares para identificar seus pontos fortes e fracos.

Melhores e piores desempenhos do Índice de Progresso Social



As pontuações do Índice de Progresso Social podem ser desagregadas para mostrar o desempenho por dimensão e componente. Muitas vezes o desempenho varia em todas as áreas, com a maioria dos países mostrando seus pontos fortes e fracos em todos os componentes. Podemos examinar o desempenho relativo dos países nas dimensões e componentes específicos.

Usamos esses dados para analisar cada país em detalhe e desenvolver pontuações no nível de país. As pontuações para todos os 157 países com dados do Índice de Progresso Social e do PIB estão disponíveis em nosso site socialprogressimperative.org. Um resumo da análise dos pontos fortes e fracos relativos por país e região é apresentado na seção de apêndices do relatório completo. Medindo o desempenho de um país em relação aos 15 pares de renda mais próximos, ganhamos uma compreensão mais profunda do desempenho e desenvolvimento relativos a cada país. Vemos que mesmo países de rendimento elevado podem ter fraquezas significativas em relação a seus pares, e países de baixa renda podem ter pontos fortes significativos. Olhando por essa lente, os formuladores de políticas podem melhor identificar e priorizar as áreas que necessitam de melhoria dentro de seus próprios países. As pontuações podem também fazer emergir modelos potenciais para melhoria destacando países com desempenho comparativamente alto.

Pontuações da África do Sul



SUMÁRIO EXECUTIVO

Melhores e piores desempenhos por dimensão e componente

		Melhores desempenhos	Piores desempenhos
	Índice de Progresso Social	Costa Rica (+8,37) Uruguai (+4,95) Moldávia (+4,72)	Arábia Saudita (-18,27) Angola (-17,59) Iraque (-14,63)
	Necessidades Humanas Básicas	Moldávia (+9,40) Nepal (+8,29) Quirguistão (+6,96)	Angola (-19,45) Congo, República do (-16,67) Nigéria (-16,53)
	Fundamentos de Bem-Estar	Suécia (+4,14) Uganda (+3,89) Islândia (+3,82)	Líbia (-14,68) Cazaquistão (-12,71) Iraque (-12,39)
	Oportunidades	Uruguai (+12,15) Costa Rica (+9,08) Jamaica (+7,87)	Arábia Saudita (-37,47) Bahrain (-30,02) Kuwait (-29,61)
Necessidades Humanas Básicas	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Quirguistão (+10,56) Moldávia (+7,80) Gâmbia (+5,28)	Chade (-24,97) República Centro-Africana (-23,93) Serra Leoa (-23,22)
	Água e Saneamento	Quirguistão (+22,87) Comores (+20,84) Gâmbia (+15,24)	Gabão (-31,71) Congo, República do (-26,28) Angola (-24,60)
	Moradia	Uzbequistão (+23,75) Moldávia (+10,33) Turcomenistão (+9,02)	Angola (-22,73) Mongólia (-22,12) Kuwait (-17,81)
	Segurança Pessoal	Butão (+17,68) Bósnia e Herzegovina (+9,34) Djibuti (+8,97)	Trinidad e Tobago (-31,37) Iraque (-27,52) Venezuela (-26,63)
Fundamentos de Bem-Estar	Acesso ao Conhecimento Básico	Comores (+17,94) Ruanda (+8,73) Tajiquistão (+8,42)	Angola (-25,19) Iraque (-20,69) Chade (-20,20)
	Acesso à Informação e Comunicação	Zimbábue (+5,36) Cabo Verde (+4,38) Moldávia (+4,03)	Djibuti (-26,71) Turcomenistão (-22,61) Arábia Saudita (-19,72)
	Saúde e Bem-Estar	Peru (+6,02) Colômbia (+3,87) Vietnã (+3,58)	Cazaquistão (-24,21) Turcomenistão (-23,43) Ucrânia (-21,80)
	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Uganda (+12,67) Suíça (+11,76) Burkina Faso (+10,75)	Líbia (-52,83) Turcomenistão (-27,27) Bahrain (-27,05)
Oportunidades	Direitos individuais	Cabo Verde (+28,20) Gana (+19,16) Timor-Leste (+15,11)	Arábia Saudita (-74,89) Emirados Árabes Unidos (-62,86) Bahrain (-54,89)
	Liberdades individuais	Ruanda (+13,26) Uruguai (+10,35) Lesoto (+6,10)	Angola (-27,33) Arábia Saudita (-25,72) Iraque (-22,51)
	Tolerância e inclusão	Uruguai (+21,83) Portugal (+12,85) Costa Rica (+11,29)	Arábia Saudita (-24,26) Bahrain (-22,39) Paquistão (-21,77)
	Acesso à Educação Superior	Rússia (+22,07) Ucrânia (+21,51) Quirguistão (+21,18)	Kuwait (-28,51) Bahrain (-19,78) Catar (-18,78)

APLICAÇÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

O Índice de Progresso Social proporciona uma nova lente para avaliar uma série de questionamentos prementes sobre as políticas e as iniciativas destinadas a solucioná-los. Como as preocupações sobre desigualdade e as chamadas para “crescimento inclusivo” têm crescido mais fortemente na esteira da estagnação da renda da classe média em países de alta renda e o crescimento nos países em desenvolvimento, impulsionado pelas indústrias extrativas, vemos um crescente compromisso com a “prosperidade compartilhada” com base em objetivos intuitivos, em oposição a dados empíricos. Proporcionando uma medida rigorosa e holística da inclusão independente do PIB e outras medidas econômicas, o Índice de Progresso Social se constitui uma ferramenta poderosa para líderes de governos, empresas e sociedade civil para avaliar o desempenho, identificar as prioridades de ações e controlar o impacto das intervenções.

Neste relatório, examinamos três questões essenciais:

- *Desigualdade e pobreza:* Com maior atenção às questões de desigualdade de renda, exploramos como o Índice de Progresso Social se relaciona com a distribuição de renda global, bem como a incidência da pobreza de forma absoluta e relativa. O progresso social oferece uma nova lente com a qual se pode ver este debate polarizador.
- *Ajuda internacional:* Decisões sobre quais países recebem auxílio e quão fortemente dependem de medidas de desempenho econômico, particularmente o PIB per capita. Mostramos como ir além da modificação exclusiva de medidas econômicas oferece novas percepções sobre como a ajuda internacional pode ser estruturada.
- *Satisfação de vida:* Tem havido um crescente interesse internacional no uso de medidas de bem-estar subjetivo para orientar as políticas governamentais e o engajamento da sociedade civil. Descrevemos como o Índice de Progresso Social se refere às medidas de bem-estar subjetivo e nos permite compreender como essas medidas podem dar subsídios ao debate público.

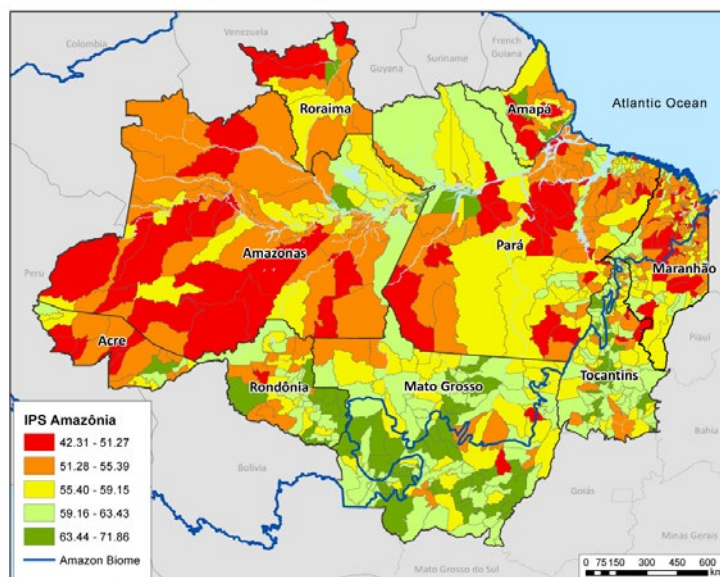
Há amplas possibilidades de utilizar os dados do Índice de Progresso Social para alimentar debates acadêmicos e políticos. Convidamos todos a usar nossos dados para fins de análise.

A REDE DE PROGRESSO SOCIAL

Graças a parcerias nacionais – a crescente Rede de Progresso Social – estamos construindo uma “rede de redes” global promovida pelo Social Progress Imperative. Sob esse guarda-chuva, os primeiros a adotar o Índice estão envolvidos em iniciativas que usam o modelo conceitual e metodológico do Índice de Progresso Social como ponto de partida para ação em seus países.

Mapa de progresso social dos municípios da Amazônia brasileira

IPS Amazônia: Overall Results



Foram feitos grandes progressos na América Latina, onde redes dinâmicas surgiram depois da publicação da versão beta do Índice há dois anos; especialmente na Amazônia brasileira, no estado do Pará e no Rio de Janeiro, com os governos nacionais no Paraguai e na Colômbia, com foco especial nas cidades. Em 2015, a Rede de Progresso Social está se expandindo para a União Europeia e os Estados Unidos, colaborando com organizações internacionais, como a Comissão Europeia, e governos subnacionais, como o estado de Michigan.

Em agosto de 2014, a rede de parceiros Progresso Social Brasil produziu o primeiro Índice de Progresso Social subnacional, abrangendo os 772 municípios e nove Estados da Amazônia brasileira. O Social Progress Imperative estimula enfaticamente a criação de Índices de Progresso Social subnacionais e fornece diretrizes para garantir a consistência nos esforços em lugares distintos, permitindo também a personalização para melhorar a relevância e utilidade dos resultados.

O movimento para complementar a medição econômica tradicional com ferramentas inovadoras para a promoção do progresso social está crescendo. A aplicação do Índice de Progresso Social está contribuindo para destacar os desafios e trazer novos parceiros para promover mudanças em comunidades em todo o mundo. Junte-se à nossa rede de parceiros em governos, empresas, universidades e sociedade civil que já estão usando o Índice de Progresso Social como um catalisador para a ação. Escreva para partner-network@social-progress.org para mais informações.

Rede de parceiros na América Latina

1 GUATEMALA

- Prefeitura da Cidade da Guatemala
- Alianza por la Nutrición
- ASIES
- CABI
- CIEN
- CEUR-USAC
- Deloitte
- Facultad de Medicina USAC
- Fundación Avina
- Fundación Fe y Alegría
- FUNDESA
- Grupos Gestores
- IDIES-URL
- NCAE Business School
- Mejoremos Guate
- Obras Sociales del Hermano Pedro
- Observatorio de Salud Urbana
- WAKAMI

2 EL SALVADOR

- Fundación Poma
- ESEN

3 COSTA RICA

- AED
- Borge & Asociados
- Cenecoop
- Deloitte
- Fenecoop
- Fíco
- Fundación Avina
- FLAP
- INCAE Business School
- Infocoop
- Voces Vitales

4 PANAMÁ

- Ministério do Desenvolvimento
- Ministério da Economia e Finanças
- Ministério da Saúde
- Prefeitura do Panamá
- Contraloría General de la República
- Cámara de Comercio de Panamá
- CEAL
- Centro Nacional de Competitividad
- Deloitte
- Fundación Ciudad del Saber
- INADEH
- Llorete y Cuenta
- Sumarse
- United Way- Fondo Unido de Panamá

5 COLOMBIA

- Ciudades Como Vamos Network
- Compartamos con Colombia
- Deloitte
- Fundación Avina
- Fundación Corona

6 TRINIDAD E TOBAGO

- Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Sustentável
- Ministério do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- Ministério do Desenvolvimento Social e da Pessoa
- Central Statistical Office
- Council of Competitiveness
- Caribbean Procurement Institute
- Communications Limited
- Deloitte
- IGovtt
- LifeSupport Caribbean
- Network of NGOs
- Papillon Multimedia
- TEP Resources
- UNDP
- UNESCO
- University of the West Indies Social Science Faculty St. Augustine

7 PERU

- Ministério da Cultura
- Ministério do Desenvolvimento e da Inclusão Social
- CIES
- Fundación Avina
- Grupo Radio Programas del Peru
- Perú 2021
- Sociedad Nacional de Industrias
- Soluciones Empresariales contra la Pobreza
- UNACEM
- Universidad del Pacífico

8 BRASIL

- Banco do Brasil
- Coca-Cola Brasil
- Comunitas
- Camargo Correa
- Centro Ruth Cardoso
- CLUA
- Deloitte
- Fundación Avina
- Fundação Amazônia Sustentável
- Fundação Dom Cabral
- Fractal Processos
- GIFE
- Giral
- Good Energies
- Instituto Arapyau
- Instituto Ethos
- Instituto Pereira Passos
- ICE
- Imazon
- Imaflores
- IPSOS
- Instituto Ethos
- ISA
- Natura
- Observatório do Clima
- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- Sistema B
- Vale

9 CHILE

- Ministério do Desenvolvimento Social
- Acción RSE
- Deloitte
- Fundación Avina
- Fundación Superación Pobreza
- Masisa

10 PARAGUAI

- Ministério do Planejamento
- Asociación de Empresarios Cristianos
- Club de Ejecutivos
- Deloitte
- Equipo Nacional de Estrategia País
- Feprinco
- Fundación Avina
- Fundación Desarrollo en Democracia
- Fundación MAE UC
- Fundación Moisés Bertoni
- Fundación Paraguaya
- Global Shapers Asunción
- Mingará
- Pro Desarrollo Paraguay
- Red de Líderes para la Competitividad
- Red del Pacto Global Paraguay



CONSELHO CONSULTIVO



PROFESSOR MICHAEL E. PORTER, PRESIDENTE
Professor da cátedra Bispo William Lawrence, Escola de Administração de Harvard



MATTHEW BISHOP
The Economist



JUDITH RODIN
Fundação Rockefeller



HERNANDO DE SOTO
Instituto para a Liberdade e Democracia



SCOTT STERN
Instituto de Tecnologia de Massachusetts

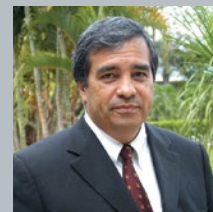


NGAIRE WOODS
Universidade de Oxford

QUADRO DE DIRETORES



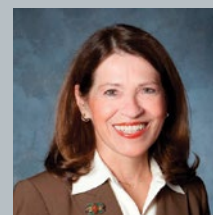
BRIZIO BIONDI-MORRA
PRESIDENTE
Presidente da Avina Americas
Presidente emérito da Incae
Escola de Negócios



ROBERTO ARTAVIA LORÍA
VICE-PRESIDENTE
VIVA Trust
Fundación Latinoamérica Posible



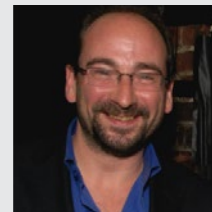
STEVE ALMOND
Deloitte Global



SALLY OSBERG
Fundação Skoll



ÁLVARO RODRÍGUEZ ARREGUI
IGNIA Partners, LLC



MICHAEL GREEN
DIRETOR EXECUTIVO
Social Progress Imperative



CAPÍTULO 1

POR QUE MEDIR O PROGRESSO SOCIAL?



POR QUE MEDIR O PROGRESSO SOCIAL?

O crescimento econômico retirou centenas de milhões de pessoas da pobreza e melhorou a vida de muitas outras nos últimos 50 anos. No entanto, é cada vez mais evidente que um modelo de desenvolvimento com base somente no progresso econômico é incompleto. O crescimento exclusivamente econômico não é suficiente. Uma sociedade que não consegue atender às necessidades humanas básicas, capacitar os cidadãos para que melhorem sua qualidade de vida, proteger o meio ambiente e oferecer oportunidades a muitos de seus cidadãos está fracassando. Precisamos ampliar nossa compreensão sobre o sucesso das sociedades para além dos resultados econômicos. O crescimento inclusivo requer *tanto* o progresso econômico quanto o social.

Um modelo mais amplo e inclusivo de desenvolvimento requer uma nova estrutura de indicadores com a qual legisladores e cidadãos possam avaliar o desempenho nacional. Precisamos ir além da simples medição do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, tornando medições sociais e ambientais parte integral da avaliação de desempenho nacional. Se pudermos acompanhar rigorosamente o desempenho da sociedade, seremos capazes de implementar melhores escolhas, políticas e investimentos por parte do governo e das empresas. A medição do progresso social também contribuirá para a tradução de ganhos econômicos em progresso social e para o avanço do desempenho social de maneiras que trarão sucesso econômico ainda maior.

O Índice de Progresso Social visa atender a essa necessidade urgente, ao criar uma estrutura de medição robusta e holística do desempenho social e ambiental que pode ser usada por líderes governamentais e empresariais e pela sociedade civil para avaliar o sucesso e acelerar o progresso. O Índice de Progresso Social é a primeira estrutura abrangente de medição do progresso social independente do PIB, mas que o complementa. Nossa visão é a de um mundo no qual o progresso social esteja lado a lado com o PIB como indicador do desempenho nacional. O Índice fornece as bases sistemáticas e empíricas para conduzir a estratégia de crescimento inclusivo.

O Índice de Progresso Social, por meio da separação das medições de desempenho socioambiental e econômico, fornece um entendimento empírico da relação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social. Também pode enriquecer nossa compreensão de como o progresso social pode impulsionar o crescimento econômico. Nossos dados sugerem que os países podem ter que fazer escolhas importantes em suas estratégias de desenvolvimento. Por exemplo, uma rota de desenvolvimento que gere menor crescimento econômico a curto prazo pode ser preferível desde que também gere progresso social, especialmente se essa pauta de progresso social também apoiar o crescimento econômico a longo prazo. Também permite fazer uma análise mais profunda das dimensões e dos componentes de vários aspectos do desenvolvimento econômico, como a desigualdade. A compreensão dessas escolhas e dinâmicas é uma prioridade de nossas pesquisas atuais.

O Índice de Progresso Social revela o desempenho do país em uma ampla gama de dimensões de desempenho social e ambiental, o que é relevante para países com todos os níveis de desenvolvimento econômico. Permite fazer uma avaliação não somente do desempenho absoluto, mas do desempenho relativo de um país em relação a seus pares econômicos. O Índice de Progresso Social também possibilita fazer a avaliação do sucesso de um país na transformação do progresso econômico em melhores resultados sociais. O acompanhamento rigoroso do desempenho socioambiental permite implementar melhores políticas públicas e fazer melhores escolhas de investimento por parte do governo e das empresas. A medição do progresso social também contribui para transformar os ganhos econômicos para em avanços do desempenho socioambiental de maneiras que trarão sucesso econômico ainda maior. O Índice de Progresso Social oferece uma forma concreta de compreender e priorizar uma agenda factível para o avanço do desempenho social assim como do econômico.

O PIB é um importante indicador de desempenho econômico há mais de meio século. O Índice de Progresso Social não visa substituir o PIB, mas complementá-lo, como indicador fundamental do desempenho nacional. Medir o progresso social oferece a cidadãos e líderes uma visão mais completa do desenvolvimento de seu país. Ajuda as sociedades a fazer escolhas melhores e criar comunidades mais fortes – melhorando vidas.

Este capítulo descreve as bases e princípios analíticos usados para elaborar o Índice de Progresso Social, a forma como o Índice de Progresso Social complementa e impulsiona outros esforços para ir “além do PIB” e apresenta o restante do relatório.

A METODOLOGIA DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

O Índice de Progresso Social, lançado em 2014 como aprimoramento de uma versão beta apresentada em 2013, mede um leque abrangente de componentes de desempenho socioambiental, agregando-os em uma única estrutura. O Índice foi desenvolvido com base em amplas discussões com partes interessadas de todo o mundo sobre o que falta quando os legisladores se concentram no PIB excluindo o desempenho social. Nosso trabalho foi influenciado pela contribuição inspiradora de Amartya Sen sobre desenvolvimento social e pelo recente chamado à ação no relatório *Mismeasuring Our Lives*¹ da Comissão sobre a Medição do Desempenho Econômico e Progresso Social.

¹ A Comissão sobre a Medição do Desempenho Econômico e Progresso Social foi criada pelo presidente Nicolas Sarkozy na França, em 2008, para identificar os limites do PIB como indicador de desempenho econômico e progresso social, incluindo os problemas de sua medição; considerar quais informações adicionais seriam necessárias para elaborar indicadores mais relevantes de progresso social; avaliar a viabilidade de ferramentas de medição alternativas; e discutir como apresentar as informações estatísticas de forma adequada. A Comissão foi presidida pelo professor Joseph E. Stiglitz, da Universidade de Columbia. O professor Amartya Sen, da Universidade de Harvard, foi assessor do presidente. O professor Jean-Paul Fitoussi, do Instituto de Estudos Políticos de Paris, presidente do Observatório Francês de Conjunturas Econômicas (OFCE), foi coordenador da Comissão.

O Índice de Progresso Social incorpora quatro princípios fundamentais de estruturação:

1. **Indicadores exclusivamente sociais e ambientais:** nosso objetivo é medir o progresso social diretamente, em vez de utilizar representações econômicas. Ao excluir os indicadores econômicos, podemos, pela primeira vez, analisar rigorosa e sistematicamente a relação entre o desenvolvimento econômico (medido, por exemplo, pelo PIB per capita) e o desenvolvimento social. Tentativas anteriores de ir “além do PIB” misturavam indicadores sociais e econômicos, dificultando a separação de causa e efeito.
2. **Resultados em vez de dados:** nosso objetivo é medir os resultados que afetam a vida de pessoas reais, não os dados. Por exemplo, queremos medir os níveis de saúde e o bem-estar alcançados por um país, e não quanto esforço foi despendido nem quanto o país gasta em saúde.
3. **Holístico e relevante para todos os países:** nosso objetivo é criar uma medição holística do progresso social que inclua os diversos aspectos da saúde das sociedades. A maioria dos esforços anteriores concentraram-se nos países mais pobres, por motivos compreensíveis. Mas saber o que constitui uma sociedade saudável em qualquer país, incluindo os países de renda mais alta, é indispensável para definir rumos para que sociedades menos prósperas cheguem lá.
4. **Factível:** o Índice visa ser uma ferramenta prática para ajudar líderes e especialistas de governos, empresas e da sociedade civil a aplicar políticas e programas que acelerem o progresso social. Para atingir esse objetivo, medimos os resultados de forma minuciosa, concentrando-nos em áreas específicas que podem ser implementadas diretamente. O Índice está estruturado em 12 componentes e 52 indicadores distintos. A estrutura permite não somente fornecer uma pontuação e um ranking agregados para os países, mas também permite fazer análises detalhadas de pontos fortes e fracos específicos. A transparência da medição usando uma estrutura abrangente permite aos agentes da mudança identificar os problemas mais urgentes em suas sociedades e agir.

Esses princípios estruturais são a base de nosso modelo conceitual. Definimos o progresso social de forma abrangente e inclusiva. O progresso social é a capacidade de uma sociedade atender às necessidades humanas básicas de seus cidadãos, estabelecer os componentes básicos que permitem a cidadãos e comunidades aprimorar e manter sua qualidade de vida e criar as condições para que todas as pessoas atinjam seu pleno potencial.

Essa definição reflete uma revisão extensa e crítica e uma síntese da literatura acadêmica e profissional de uma ampla gama de tópicos sobre desenvolvimento. O modelo do Índice de Progresso Social concentra-se em três questões distintas (apesar de relacionadas):

1. Um país atende às necessidades mais essenciais de sua população?
2. Existem os componentes básicos para que pessoas e comunidades melhorem e mantenham o seu bem-estar?
3. Há oportunidade para que todas as pessoas atinjam seu pleno potencial?

Essas três questões definem as três dimensões do progresso social: Necessidade humanas básicas, Fundamentos de Bem-Estar e Oportunidades.

Figura 1.1 / Estrutura do nível componente do Índice de Progresso Social



Para avaliar o desempenho de um país em cada uma dessas dimensões, é necessário subdividi-las em componentes práticos específicos (ver Figura 1.1). A primeira dimensão, Necessidades Humanas Básicas, avalia o quanto um país atende às necessidades essenciais de sua população, por meio da medição do acesso à nutrição e aos cuidados médicos básicos, se há acesso a água potável segura, acesso a habitação adequada com serviços públicos básicos e se a sociedade tem segurança e proteção.

A dimensão Fundamentos de Bem-Estar avalia se os cidadãos têm acesso a educação básica, informação e conhecimento proveniente de seus países e do exterior e se há condições para que tenham vidas saudáveis. A dimensão Fundamentos de Bem-Estar mede também o quanto um país protege seu meio ambiente: ar, água e solo, que são essenciais para o bem-estar atual e no futuro.

A última dimensão, Oportunidades, mede o nível de direitos e liberdades pessoais dos cidadãos de um país e até que ponto são livres para tomar suas próprias decisões e se há preconceitos ou hostilidades na sociedade que impeçam as pessoas de atingir seu potencial. A dimensão Oportunidades inclui também o grau de acessibilidade a formas avançadas de educação para aqueles que desejem ampliar seu conhecimento e habilidades, criando o potencial para oportunidades pessoais em diversos âmbitos.

Uma das características especiais do modelo do Índice de Progresso Social é que ele inclui a dimensão Oportunidades, um aspecto do bem-estar humano geralmente negligenciado ou separado quando se pensa o progresso social a partir de necessidades mais básicas e materiais como nutrição e assistência médica.

Cada componente do modelo abrange de três a cinco indicadores específicos de resultados. Os indicadores incluídos são selecionados por serem medidos adequadamente, com metodologia consistente, pela mesma organização, e em todos (ou essencialmente todos) os países de nossa amostra.

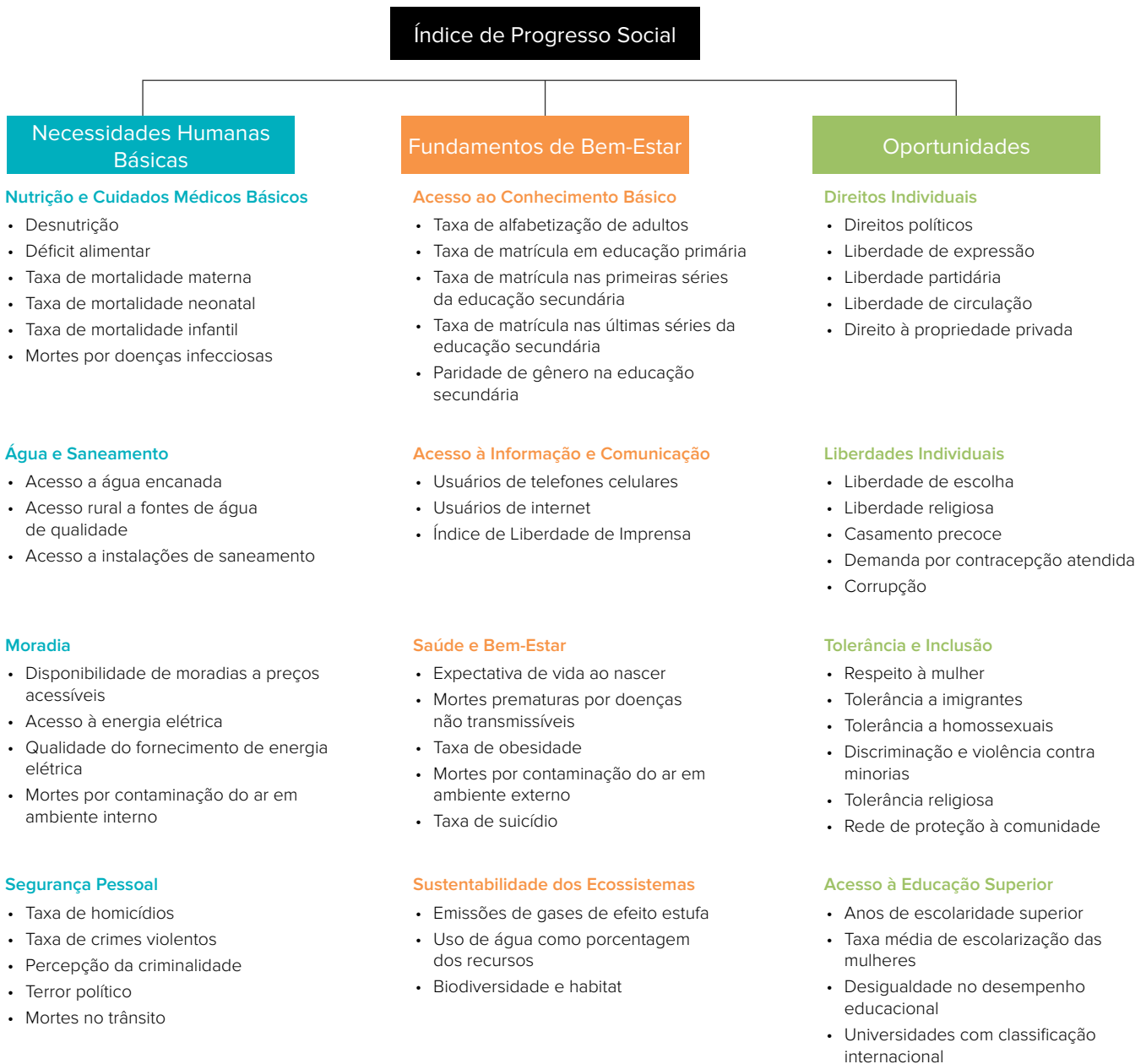
Tomada em conjunto, essa estrutura visa capturar uma vasta gama de fatores inter-relacionados revelados pela literatura acadêmica e pela experiência profissional como subjacentes do progresso social.

O Índice de Progresso Social geral é uma média simples de três dimensões. Cada dimensão, por sua vez, é uma média simples de seus quatro componentes. No Relatório Metodológico de 2015, analisamos os motivos para atribuir pesos iguais a cada componente e as alternativas consideradas.

Para converter um grupo de indicadores em um componente, usamos análise fatorial do componente principal para determinar os pesos dos indicadores de cada componente. Isso evita problemas de dupla contagem, em que dois ou mais indicadores de um componente podem se sobrepor em uma medição. Usando esse processo, descobrimos que a análise fatorial atribuiu a muitos indicadores pesos praticamente iguais dentro dos componentes, o que sinaliza uma boa seleção de indicadores para medir o conceito do componente. O Apêndice 2 do Relatório Metodológico exibe os pesos de 2015.

A Figura 1.2 lista cada indicador, por componente, com fontes resumidas no Apêndice A deste relatório.

Figura 1.2 / Estrutura do Nível Indicador do Índice de Progresso Social



As pontuações do Índice de Progresso Social nos níveis geral, de dimensão e de componente são todas baseadas em uma escala de 0-100. Essa escala é determinada identificando-se o melhor e o pior desempenho absoluto para cada indicador registrado por país desde 2004, e utilizando esses mesmos níveis de desempenho para definir os limites máximo (100) e mínimo (0). Portanto, o Índice de Progresso Social reflete o desempenho realista, e não medições abstratas. Essa escala também permite acompanhar o desempenho absoluto – e não somente relativo – dos países ao longo do tempo para cada componente do modelo.

COMO O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL SE DIFERENCIA DE OUTRAS MEDIÇÕES

Desde os anos 1970, houve muitas tentativas de incorporar alternativas ao PIB nas medições do desempenho de um país.² A maioria dessas inclui somente uma parcela do progresso social (como o meio ambiente ou necessidades básicas), combina medições sociais e econômicas, ou utiliza medidas de contribuições mais subjetivas, em vez de resultados. O Índice de Progresso Social é a primeira medição holística comprometida com resultados observáveis que se concentram exclusivamente em questões sociais e ambientais. (Para uma discussão mais detalhada, ver o Relatório Metodológico de Progresso Social de 2015).

Na elaboração do Índice de Progresso Social, reconhecemos a dívida intelectual que temos com outros trabalhos. Nosso trabalho alimenta-se de uma literatura acadêmica e profissional sobre avaliações de progresso social em franca expansão. Nosso objetivo foi complementar e ampliar esse trabalho.

A maioria dos índices de bem-estar, como o Índice de Desenvolvimento Humano e o Índice para uma Vida Melhor da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), incorpora diretamente o PIB ou outras medidas econômicas. São esforços valiosos de medição do bem-estar que estabeleceram bases importantes nesta área. Entretanto, por combinarem fatores econômicos e sociais, não conseguem explicar ou desemaranhar a relação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social. O Índice de Progresso Social mede o progresso social diretamente, independentemente do desenvolvimento econômico, de maneira ao mesmo tempo holística e rigorosa. O Índice de Progresso Social pode ser usado para avaliar o desempenho de um país em fatores sociais e ambientais em relação a seus pares econômicos de forma mais significativa e rigorosa do que quando o desempenho econômico é incluído como componente.

O Índice de Progresso Social foi elaborado também como uma estrutura de medição ampla que vai além das necessidades básicas dos países mais pobres, para que seja relevante para países com todos os níveis de renda. É uma estrutura que visa capturar não somente os desafios e as prioridades de hoje, mas também os desafios que os países enfrentarão à medida que sua prosperidade econômica aumente.

² Para um arcabouço elucidativo e uma discussão contemporânea tanto dos desafios quanto dos avanços em se tratando de ir “além do PIB”, veja Marc Fleurbaey e Didier Blanchet, “Beyond GDP: Measuring Welfare and Assessing Sustainability.” Oxford University Press, maio de 2013.

MUDANÇAS EM RELAÇÃO A 2014

A estrutura de alto nível do Índice de Progresso Social de 2015 permanece inalterada em relação a 2014. Devido a mudanças na disponibilidade de dados, algumas modificações foram feitas na composição de vários componentes. Além disso, melhorias foram feitas nas medições dos componentes Água e Saneamento e Acesso à Educação Superior.

Mudanças nos componentes:

- **Nutrição e Cuidados Médicos Básicos:** O indicador Taxa de mortalidade neonatal, publicado uma vez pela Organização Mundial da Saúde em 2009, foi removido pois provavelmente não será atualizado.
- **Sustentabilidade dos Ecossistemas:** Como as três medições neste componente não demonstram uma relação clara usando a análise dos componentes principais, agora têm o mesmo peso.
- **Liberdades Individuais:** Devido a mudanças na construção do Índice de Escravidão Global e a novos dados publicados no Índice de Instituições Sociais e Gênero da OCDE, o antigo indicador “Escravidão moderna, tráfico humano e casamento infantil” (que usava dados do Índice de Escravidão Global) foi substituído por um único indicador de casamento precoce.
- **Tolerância e Inclusão:** A questão da Pesquisa Mundial Gallup que serviu de base para o indicador Respeito à mulher foi excluída. Como não foi encontrada uma alternativa adequada, este indicador foi removido.

Melhorias na medição

- **Água e Saneamento:** O antigo indicador Acesso rural e urbano a fontes de água de qualidade foi elaborado para medir a desigualdade no acesso à água. Houve alguns casos de países com acesso relativamente alto à água que obtiveram, pontuação baixa neste indicador, e países com baixo acesso (mas pouca desigualdade) que obtiveram pontuação alta. Substituímos este indicador por uma medição do Acesso rural a água de qualidade.
- **Acesso à Educação Superior:** O Número de universidades com classificação internacional foi modificado do número de universidades do país entre as 400 melhores em qualquer das três principais classificações internacionais (agrupadas em grupos em uma escala de 0-5) a uma contagem de todas as universidades nas três classificações. Isso reflete melhor a presença de universidades de nível internacional no país.

Mudanças na inclusão de países

Novos dados disponíveis permitiram que acrescentássemos quatro novos países: Afeganistão, Chipre, Etiópia e Vietnã. Contudo, novas lacunas de dados implicaram na remoção de Burundi, Sudão e Trinidad e Tobago do Índice. O número geral de países analisado pelo Índice de Progresso Social aumentou de 132 para 133 em 2015. Além dos 133 países sobre os quais temos dados completos, há, neste ano, 28 outros países para os quais calculamos pontuações de componentes e dimensões. Esses países têm lacunas demais nos dados para serem incluídos no Índice geral, porém têm dados suficientes para pelo menos nove dos doze componentes. Incluí-los permite fazer comparações úteis neste nível.

RESUMO DESTE RELATÓRIO

No Capítulo 2, apresentamos os resultados do Índice de Progresso Social de 2015 de duas maneiras: agrupados em seis níveis: de Progresso Social Muito Alto a Progresso Social Muito Baixo e pelos principais agrupamentos regionais.

O Capítulo 3 amplia essa análise examinando o desempenho no Índice de Progresso Social geral e seus componentes com relação ao PIB per capita dos países. Aqui, observa-se como o Índice de Progresso Social alimenta nossa compreensão da relação entre desenvolvimento econômico e progresso social.

No Capítulo 4, apresentamos outra perspectiva sobre os resultados do Índice de Progresso Social de 2015, comparando o desempenho de países no Índice de Progresso Social com países com PIB per capita semelhante para avaliar quais deles são mais ou menos eficientes na conversão de seus recursos econômicos em progresso social.

O Capítulo 5 usa os dados do Índice de Progresso Social para investigar três questões importantes de políticas:

- a) Desigualdade e pobreza: O Índice de Progresso Social mede diretamente desigualdades nas sociedades. Na realidade, é impossível que um país alcance pontuação alta no Índice de Progresso Social se parte significativa de sua população estiver excluída do acesso às necessidades básicas de sobrevivência, às unidades básicas de uma vida melhor e à liberdade de fazer suas próprias escolhas de vida. O Índice de Progresso Social, portanto, oferece uma perspectiva nova e complementar às medições econômicas de desigualdade, como o coeficiente de Gini.
- b) Alocação de ajuda internacional: Os níveis de PIB per capita que definem os países como de “renda baixa” e “renda média” são bastante usados para determinar quanta ajuda os países devem receber de organizações internacionais de desenvolvimento. Como medida do desempenho nacional independente do PIB per capita, o Índice de Progresso Social fornece uma nova perspectiva sobre se a ajuda está sendo alocada aonde é mais necessária.
- c) Satisfação de vida: O progresso social é conceitualmente diferente da satisfação de vida e de outras medições de felicidade, bem como do PIB per capita. Examinamos como aspectos do progresso social se relacionam com a satisfação de vida, independentemente do PIB.

O Capítulo 6 informa como o Índice de Progresso Social está sendo usado pelos governos, empresas e sociedade civil como ferramenta para estimular o progresso social. Isso inclui o rápido desenvolvimento de Índices de Progresso Social subnacionais, que tratam de regiões, cidades e municípios.



CAPÍTULO 2

RESULTADOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015



RESULTADOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

O Índice de Progresso Social de 2015 inclui 133 países e abrange 94% da população mundial, além de 28 países com dados parciais. Isso representa uma cobertura total de 99% da população mundial. Este ano, o Índice de Progresso Social mais uma vez revela diferenças significativas entre os países em termos de seu desempenho social como um todo e nos componentes do progresso social. Este capítulo apresenta uma visão global das principais conclusões, a partir de duas perspectivas:

- A perspectiva global e de que forma o mundo, como um todo, se sai em diversos componentes do progresso social.
- Desempenho por país.

PROGRESSO SOCIAL NO MUNDO TODO

A pontuação do Índice de Progresso Social é uma média de três dimensões: Necessidades humanas básicas, Fundamentos de bem-estar e Oportunidades. Cada dimensão é composta de quatro componentes individuais igualmente ponderados, pontuados em uma escala objetiva que vai de 0 a 100. Pontuações mais altas significam progresso social mais elevado e as mais baixas, o oposto. Essa escala é determinada identificando-se o melhor e o pior desempenho global em cada indicador de um determinado país desde 2004 e utiliza esses níveis de desempenho para definir os limites máximo (100) e mínimo (0). Assim, a pontuação na escala do Índice de Progresso Social permite acompanhar o desempenho absoluto que pode ser comparado entre pares, em vez de usar medidas abstratas e relativas.

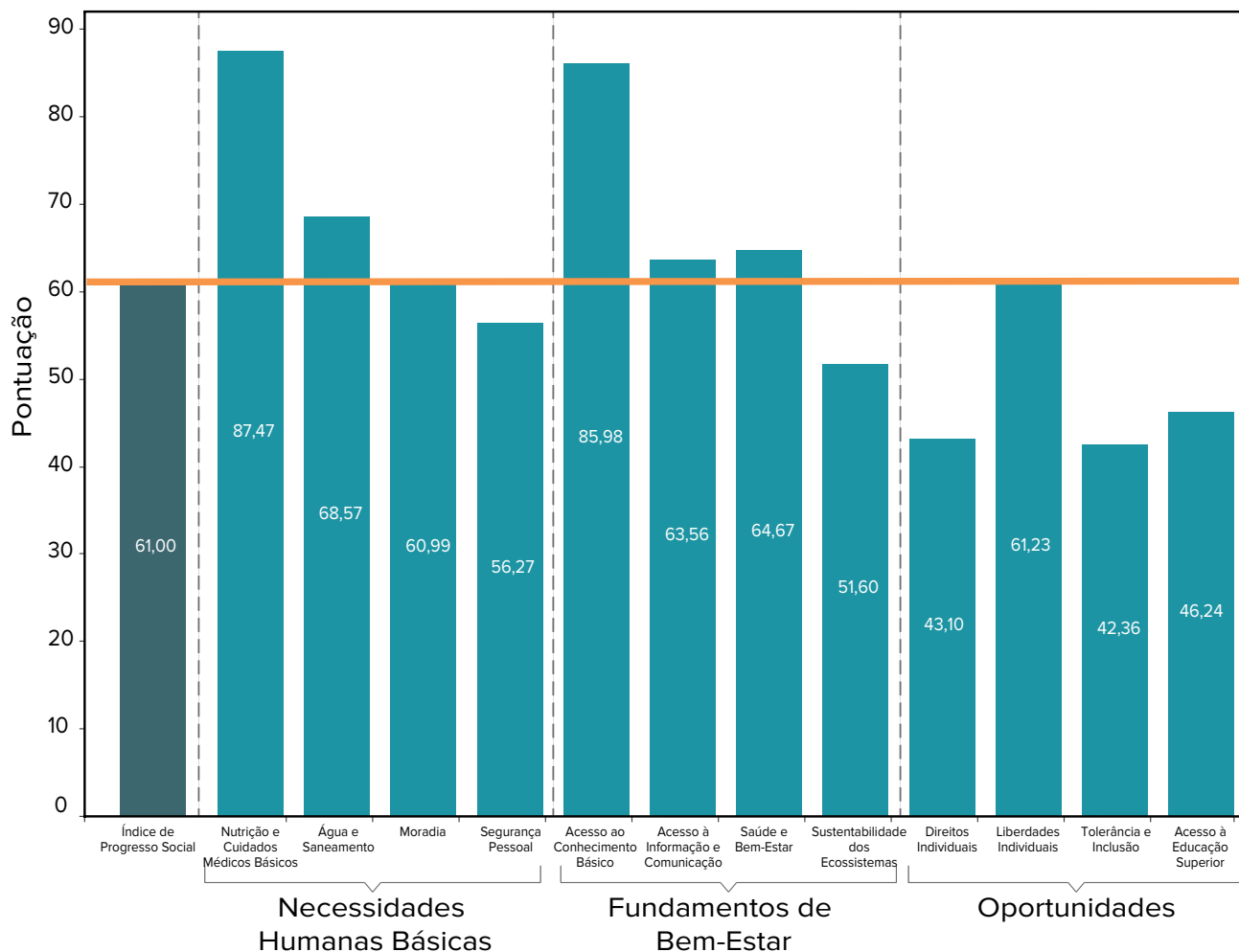
Calculando-se uma média das pontuações de todos os países ponderada por população podemos criar uma medida tangível do nível mundial do progresso social e que aspectos do progresso social estão mais e menos avançados.

Se o mundo fosse um país, obteria 64,39 pontos em termos de Progresso Social com base em uma média simples de países e 61,00, com base em uma média ponderada pela população. Essas médias são as equivalentes de países como Guatemala e Cazaquistão.

Com base em uma média ponderada pela população, podemos observar importantes diferenças globais em vários aspectos do progresso social (veja Figura 2.1). Embora a pontuação mundial seja de 68,33 na dimensão Necessidades Humanas Básicas e de 66,45 na dimensão Fundamentos de Bem-Estar, na dimensão Oportunidades a pontuação é de apenas 48,23. A criação de oportunidades

continua sendo uma meta que muitas nações não conseguem alcançar. As pontuações médias simples globais revelam o mesmo panorama. O mundo continua tendo melhor desempenho no preenchimento das Necessidades Humanas Básica e na criação dos Fundamentos de Bem-Estar (70,82 e 67,68). Houve uma queda significativa na pontuação da dimensão Oportunidades (52,03), apesar do fato de que os países em desenvolvimento continuam a ter um peso menor nesse aspecto. Isso mostra os desafios enfrentados por todos os países em relação a essa dimensão.

Figura 2.1 / Índice de Progresso Social no mundo e pontuações dos componentes



O exame mais detalhado dos componentes do progresso social em base global permite-nos ter uma melhor percepção do avanço, assim como dos desafios.

- **Necessidades Humanas Básicas:** O desempenho médio global é melhor nos componentes Nutrição e Cuidados Médicos Básicos (87,47) e Água e Saneamento (68,57). Isso reflete um importante avanço no desenvolvimento global em áreas que têm sido o foco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas. Nas duas últimas décadas e meia, a mortalidade infantil caiu

- 49%³ e o acesso a água potável aumentou de 76% para 89%⁴. A pontuação do componente Moradia, não considerada nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, é de 60,99. O componente de pior desempenho é a Segurança Pessoal (56,27), que também não é um Objetivo de Desenvolvimento do Milênio.
- **Fundamentos de Bem-Estar:** No mundo todo, o melhor desempenho médio é no componente Acesso ao Conhecimento Básico (85,98), que é área de foco dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. O acesso ao ensino fundamental aumentou 11 pontos desde 1990⁵. O Acesso à Informação e Comunicação (63,56) e Saúde e Bem-Estar (64,67) têm pontuações mais baixas, porém similares. O Acesso à Informação e Comunicação provavelmente continuará a aumentar com a disseminação contínua das telecomunicações móveis. Por outro lado, Saúde e Bem-Estar tem uma relação desigual em relação ao desenvolvimento econômico e aumento da riqueza (veja abaixo). O componente com pior desempenho dessa dimensão é a Sustentabilidade dos Ecossistemas (51,60), que continua a ser um problema para países de todos os níveis de renda.
 - **Oportunidades:** O desempenho médio global é melhor no componente Liberdades Individuais (61,23), com pontuações significativamente menores nos outros três componentes: Acesso à Educação Superior (46,24), Direitos Individuais (43,10) e Tolerância e Inclusão (42,36). Desses componentes, o de Direitos Individuais é a área que tem a maior variação, com alguns países apresentando pontuações de apenas 2,32, enquanto outros, de até 98,84. Em um terço dos países, o componente Tolerância e Inclusão ocupa o primeiro ou segundo lugar de pior pontuação. À medida que os países adquirem o status de país de renda média, a pontuação do componente Tolerância e Inclusão muitas vezes se deteriora antes de melhorar. O acesso à Educação Superior, por outro lado, tende a melhorar à medida que os países se tornam mais ricos, primeiro nos níveis de educação primária e secundária, e depois com um aumento da proporção de cidadãos com formação superior.

PROGRESSO SOCIAL POR PAÍS

Tendo essas médias globais como contexto, podemos agora nos concentrar no aspecto central de nossa análise: o Índice de Progresso Social 2015 (veja Tabela 2.1). Classificamos 133 países com dados suficientes para calcular as pontuações dos 12 componentes. Do mais alto ao mais baixo em termos de progresso social, classificamos os países em seis níveis, de Progresso Social Muito Alto” a “Progresso Social Muito Baixo”. Cada nível representa um grupo diferente de pontuações de progresso social em base estatística⁶.

³ http://www.childmortality.org/files_v19/download/unicef-2013-child-mortality-report-LR-10_31_14_195.pdf

⁴ http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP_report_2014_webEng.pdf

⁵ Taxa líquida de matrículas no ensino fundamental ajustada no mundo, ensino fundamental (% de crianças em idade escolar no ciclo fundamental) 1990 a 2012, Banco Mundial

⁶ Esses níveis baseiam-se na análise de agrupamento K-Means para avaliar rupturas inequívocas em grupos de países com base em suas pontuações no Índice de Progresso Social. Fez-se uma série de iterações de agrupamentos e, em seguida, decidiu-se pelas rupturas em comum, com seis diferentes níveis mais adequados para o Índice. Observamos que, embora esses níveis apresentem semelhanças entre os países em termos de desempenho agregado, a variação do desempenho de cada país quanto aos componentes é pequena.

CAPÍTULO 2 / RESULTADOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

Tabela 2.1 / Resultados do Índice de Progresso Social 2015

POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	PIB PER CAPITA	POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	PIB PER CAPITA	POSIÇÃO	PAÍS	PONTUAÇÃO	PIB PER CAPITA
PROGRESSO SOCIAL MUITO ALTO				45	Sérvia	69,79	\$ 12.893	91	Marrocos	59,56	\$ 6.967
1	Noruega	88,36	\$ 62.448	46	Malásia	69,55	\$ 22.589	92	China	59,07	\$ 11.525
2	Suécia	88,06	\$ 43.741	47	Kuwait	69,19	\$ 84.188	93	Quirguistão	58,58	\$ 3.110
3	Suíça	87,97	\$ 54.697	48	Montenegro	69,01	\$ 14.152	94	Gana	58,29	\$ 3.864
4	Islândia	87,62	\$ 41.250	49	Colômbia	68,85	\$ 12.025	95	Irã	56,82	\$ 15.090
5	Nova Zelândia	87,08	\$ 32.808	50	Romênia	68,37	\$ 18.200	96	Tajiquistão	56,49	\$ 2.432
6	Canadá	86,89	\$ 41.894	51	Equador	68,25	\$ 10.541	97	Senegal	56,46	\$ 2.170
7	Finlândia	86,75	\$ 38.846	52	Albânia	68,19	\$ 10.405	98	Nepal	55,33	\$ 2.173
8	Dinamarca	86,63	\$ 41.991	53	Macedônia	67,79	\$ 11.609	PROGRESSO SOCIAL BAIXO			
9	Holanda	86,5	\$ 44.945	54	México	67,5	\$ 16.291	99	Camboja	53,96	\$ 2.944
10	Austrália	86,42	\$ 42.831	55	Peru	67,23	\$ 11.396	100	Bangladesh	53,39	\$ 2.853
PROGRESSO SOCIAL ALTO				56	Paraguai	67,1	\$ 7.833	101	Índia	53,06	\$ 5.238
11	Reino Unido	84,68	\$ 37.017	PROGRESSO SOCIAL MÉDIO BAIXO				102	Laos	52,41	\$ 4.667
12	Irlanda	84,66	\$ 44.931	57	Tailândia	66,34	\$ 13.932	103	Lesoto	52,27	\$ 2.494
13	Áustria	84,45	\$ 44.376	58	Turquia	66,24	\$ 18.660	104	Quênia	51,67	\$ 2.705
14	Alemanha	84,04	\$ 43.207	59	Bósnia e Herzegovina	66,15	\$ 9.387	105	Zâmbia	51,62	\$ 3.800
15	Japão	83,15	\$ 35.614	60	Geórgia	65,89	\$ 6.946	106	Ruanda	51,6	\$ 1.426
16	Estados Unidos	82,85	\$ 51.340	61	Armênia	65,7	\$ 7.527	107	Suazilândia	50,94	\$ 6.471
17	Bélgica	82,83	\$ 40.607	62	Ucrânia	65,69	\$ 8.508	108	Benim	50,04	\$ 1.733
18	Portugal	81,91	\$ 25.596	63	África do Sul	65,64	\$ 12.106	109	Congo, República do	49,6	\$ 5.680
19	Eslovênia	81,62	\$ 27.576	64	Filipinas	65,46	\$ 6.326	110	Uganda	49,49	\$ 1.368
20	Espanha	81,17	\$ 31.596	65	Botsuana	65,22	\$ 15.247	111	Malawi	48,95	\$ 755
21	França	80,82	\$ 37.154	66	Belarus	64,98	\$ 17.055	112	Burkina Faso	48,82	\$ 1.582
22	República Tcheca	80,59	\$ 27.959	67	Tunísia	64,92	\$ 10.768	113	Iraque	48,35	\$ 14.471
23	Estônia	80,49	\$ 25.132	68	El Salvador	64,31	\$ 7.515	114	Camarões	47,42	\$ 2.739
24	Uruguai	79,21	\$ 18.966	69	Arábia Saudita	64,27	\$ 52.068	115	Djibuti	47,27	\$ 2.903
25	Eslováquia	78,45	\$ 26.263	70	Moldávia	63,68	\$ 4.521	116	Tanzânia	47,14	\$ 1.718
26	Chile	78,29	\$ 21.714	71	Rússia	63,64	\$ 23.564	117	Togo	46,66	\$ 1.346
27	Polônia	77,98	\$ 22.877	72	Venezuela	63,45	\$ 17.615	118	Mali	46,51	\$ 1.589
28	Costa Rica	77,88	\$ 13.431	73	Bolívia	63,36	\$ 5.934	119	Mianmar	46,12	
29	Coreia, República da	77,7	\$ 32.708	74	Jordânia	63,31	\$ 11.407	120	Moçambique	46,02	\$ 1.070
30	Chipre	77,45	\$ 27.394	75	Namíbia	62,71	\$ 9.276	121	Mauritânia	45,85	\$ 2.945
31	Itália	77,38	\$ 34.167	76	Azerbaijão	62,62	\$ 16.594	122	Paquistão	45,66	\$ 4.454
PROGRESSO SOCIAL MÉDIO ALTO				77	República Dominicana	62,47	\$ 11.795	123	Libéria	44,89	\$ 850
32	Hungria	74,8	\$ 22.914	78	Nicarágua	62,2	\$ 4.494	124	Madagascar	44,5	\$ 1.369
33	Letônia	74,12	\$ 21.825	79	Guatemala	62,19	\$ 7.063	125	Nigéria	43,31	\$ 5.423
34	Grécia	74,03	\$ 24.540	80	Líbano	61,85	\$ 16.623	PROGRESSO SOCIAL MUITO BAIXO			
35	Lituânia	74	\$ 24.483	81	Mongólia	61,52	\$ 9.132	126	Etiópia	41,04	\$ 1.336
36	Ilhas Maurício	73,66	\$ 16.648	82	Honduras	61,44	\$ 4.445	127	Níger	40,56	\$ 887
37	Croácia	73,3	\$ 20.063	83	Cazaquistão	61,38	\$ 22.467	128	Iêmen	40,3	\$ 3.832
38	Argentina	73,08		84	Cuba	60,83		129	Angola	40	\$ 7.488
39	Emirados Árabes Unidos	72,79	\$ 57.045	85	Argélia	60,66	\$ 12.893	130	Guiné	39,6	\$ 1.213
40	Israel	72,6	\$ 31.029	86	Indonésia	60,47	\$ 9.254	131	Afganistão	35,4	\$ 1.884
41	Panamá	71,79	\$ 18.793	87	Guiana	60,42	\$ 6.336	132	Chade	33,17	\$ 2.022
42	Brasil	70,89	\$ 14.555	88	Sri Lanka	60,1	\$ 9.426	133	República Centro-Africana	31,42	\$ 584
43	Bulgária	70,19	\$ 15.695	89	Egito	59,91	\$ 10.733				
44	Jamaica	69,83	\$ 8.607	90	Uzbequistão	59,71	\$ 5.002				

Países com Progresso Social Muito Alto

Dez países representam o “nível superior” em termos de progresso social e, em geral, têm desempenho elevado em todas as três dimensões. As pontuações médias nas dimensões deste nível são: Necessidades Humanas Básicas, 94,77, Fundamentos de Bem-Estar, 83,85 e Oportunidades, 83,07. Em geral, esses países têm desempenho elevado nos componentes Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão. Assim como acontece na maioria dos países de renda elevada, os dez primeiros têm a menor pontuação em Sustentabilidade dos Ecossistemas e Saúde e Bem-Estar, porém eles se distinguem por terem um desempenho ligeiramente melhor que seus pares em ambos os componentes. Praticamente todos os dez primeiros países são pequenos, apenas o Canadá tem uma população maior que 25 milhões de pessoas.

Os três países com o maior índice de progresso social são Noruega, Suécia e Suíça; suas pontuações são bastante semelhantes e variam de 88,36 a 87,97. Apesar de pontuações tão semelhantes, existe uma variação entre os países em termos de pontos fortes e pontos fracos.

A Noruega é o primeiro país no componente Fundamentos de Bem-Estar (com uma pontuação de 88,46), em parte graças ao fato de ter obtido a pontuação mais alta no componente Acesso à Informação e Comunicação. A Noruega ocupa o 9º lugar em termos de Necessidades Humanas Básicas e Oportunidades.

A Suécia, o país que ocupa o 2º lugar, apresenta um portfólio mais equilibrado no Índice. Embora não seja o melhor em nenhuma dimensão individual, está em 3º lugar na dimensão Fundamentos de Bem-Estar (86,43), 5º em termos de Oportunidades (82,93) e 8º em Necessidades Humanas Básicas (94,83).

A Suíça, que ocupa o 3º lugar, está em 2º tanto na dimensão Necessidades Humanas Básicas (95,66) quanto em Fundamentos de Bem-Estar (86,50) e é o país de melhor desempenho no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas. Por outro lado, a Suíça ocupa o 10º lugar em termos de Oportunidades (81,75), devido ao desempenho mais fraco nos componentes Acesso à Educação Superior e Tolerância e Inclusão.

Os demais países entre os dez melhores são Islândia, Nova Zelândia, Canadá (o membro do G7 com a pontuação mais alta), Finlândia, Dinamarca, Holanda e Austrália. Esses países formam um grupo com pontuações muito semelhantes, que vão de 86 a 88. De todo esse grupo, a Finlândia foi o país a obter as maiores pontuações em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e Liberdades Individuais; a Dinamarca tem o melhor desempenho em Moradia, a Nova Zelândia, em Direitos Individuais e a Islândia, em Tolerância e Inclusão.

No geral, as conclusões sobre os dez melhores países revelam que existem exemplos importantes de progresso social avançado. O desempenho consistente na dimensão Necessidades Humanas Básicas, assim como o destaque em diversas outras áreas como Fundamentos de Bem-Estar e Oportunidades são as principais características desse nível mais alto.

Em geral, mesmo os dez países mais fortes em termos de progresso social têm agendas incompletas e áreas que precisam ser melhoradas. Por exemplo, praticamente todos esses países obtiveram pontuação baixa em Sustentabilidade dos Ecossistemas, com uma pontuação média de apenas 66,08.

Países com Progresso Social Alto

Um grupo de 21 países, do Reino Unido (84,68) à Itália (77,38), representa o nível seguinte de países em termos de progresso social. O grupo inclui muitos países ricos, como seria de se esperar, mas também algumas economias emergentes com desempenho elevado na Europa, América Latina e Ásia. Esse grupo inclui algumas das principais economias do mundo em termos de PIB e população, entre eles os outros seis membros do G7: Reino Unido, Alemanha, Japão, Estados Unidos, França e Itália.

As pontuações médias nas dimensões deste nível são: Necessidades Humanas Básicas 90,86, Fundamentos de Bem-Estar, 77,83 e Oportunidades, 73,82. Embora os países desse nível tenham pontuações elevadas no Índice de Progresso Social, em geral eles têm um ou mais componentes com pontuações significativamente baixas. O componente mais fraco desse grupo como um todo é a Sustentabilidade dos Ecossistemas.

O Índice de Progresso Social revela diferenças significativas entre essas importantes nações.

- Os Estados Unidos lideram em Acesso à Educação Superior, tornando a dimensão Oportunidades (82,18) a de pontuação mais elevada (8º), mas é o país com a pontuação mais baixa em Sustentabilidade dos Ecossistemas e Saúde e Bem-Estar.
- O Reino Unido é forte na dimensão Oportunidades ocupando o 6º lugar com uma pontuação de 82,78, mas está em 19º na dimensão Necessidades Humanas Básicas (92,22).
- Na Alemanha, a dimensão de desempenho mais elevado é Fundamentos de Bem-Estar (10º) com uma pontuação de 81,50, apesar de seu desempenho ter sido muito inferior em Saúde e Bem-Estar quando comparado com o de outros países.
- Enquanto o Japão se destaca na área de Necessidades Humanas Básicas (95,01), nas dimensões Fundamentos de Bem-Estar e Oportunidades suas pontuações estão abaixo de 80 (o país ocupa o 20º e 19º lugares). O Japão ocupa o primeiro lugar no mundo no componente Acesso ao Conhecimento Básico e é o país com o pior desempenho em Sustentabilidade dos Ecossistemas. Na dimensão Oportunidades, o desempenho do Japão foi bom em Direitos Individuais (5º), mas ruim em Tolerância e Inclusão (60,31; 42º).
- O desempenho da França é melhor na dimensão Necessidades Humanas Básicas (91,16; 22º), mas o país enfrenta desafios nas outras dimensões devido às pontuações baixas em Sustentabilidade dos Ecossistemas e Tolerância e Inclusão.
- A Itália tem bom desempenho na dimensão Necessidades Humanas Básicas (88,39; 29º), mas é fraca na dimensão Oportunidades (66,76; 30º).

Os países emergentes europeus desse nível – Eslovênia, República Tcheca, Estônia, Eslováquia e Polônia – têm pontuação elevada em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, mas não conseguem preencher o nível de Saúde e Bem-Estar alcançado pelos outros países desse grupo.

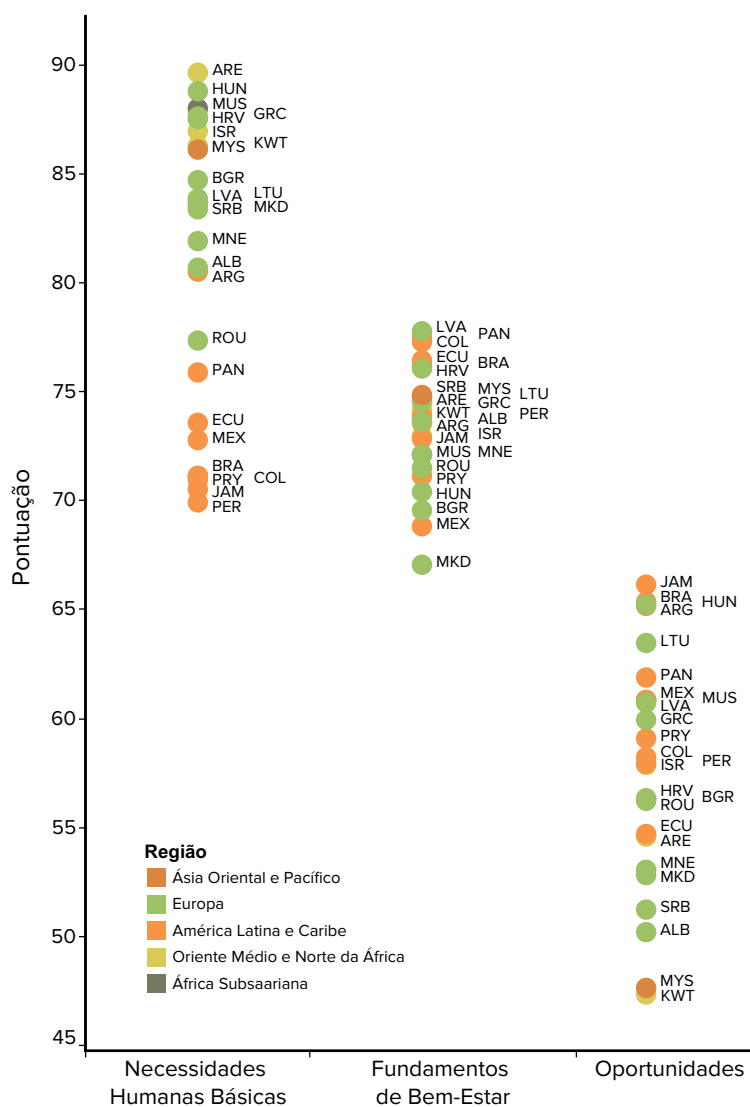
Em contrapartida, os países da América Latina, Uruguai, Chile e Costa Rica, têm desempenho relativamente equilibrado em todos os 12 componentes, com as pontuações mais baixas em Acesso à Educação Superior e Sustentabilidade dos Ecossistemas (veja Desempenho em Progresso Social por Região e Grupo de Países mais adiante neste capítulo).

As diferenças em desempenho nesse nível ilustram uma conclusão importante no Índice de Progresso Social: Mesmo com níveis relativamente elevados de desenvolvimento econômico, em todos os países existe uma variação considerável entre os componentes do progresso social. Mesmo em uma dimensão, o bom desempenho em um componente específico não necessariamente significa que o país seja forte em outros componentes daquela dimensão. Esses contrastes significativos nos pontos fortes e fracos refletem não apenas diferenças culturais, mas também as escolhas de políticas e de investimentos. Os países europeus, o Japão e os países latino-americanos de alto desempenho desse nível tendem a ter amplas redes de proteção social que podem explicar as diferenças nos resultados do progresso social. Esses países registram pontuações absolutas em declínio quando passam de Necessidades Humanas Básicas para Fundamentos de Bem-Estar e para Oportunidades. Em contrapartida, os Estados Unidos e o Reino Unido tenderam a fazer escolhas de políticas públicas e compromissos sociais com uma filosofia de maior individualismo. Esses países têm melhor desempenho na dimensão Oportunidades do que em Fundamentos de Bem-Estar.

Países com progresso social médio alto

Um terceiro nível de 25 países abrange algumas nações que entraram para a União Europeia depois do ano 2000, os países da região dos Balcãs, países latino-americanos, países ricos do Oriente Médio e a Grécia, o único país do UE-15 classificado nessa categoria em vez dos níveis um e dois. O grupo inclui

Figura 2.2 / Pontuações nas dimensões no Índice de Progresso Social dos países com progresso social médio alto



países em níveis muito diferentes de desenvolvimento econômico, do Paraguai (\$ 7.833) ao Kuwait (que tem um dos mais altos PIBs per capita no mundo, \$ 82.358, mas ocupa o 47º lugar em termos de Progresso Social). Esse grupo revela que um PIB per capita elevado não é sinônimo de progresso social. As pontuações variam da Hungria, com 74,80, ao Paraguai, com 67,10. Esse diversificado grupo de nações alcançou patamares geralmente bons de progresso social (embora não sejam os melhores do mundo). As pontuações médias desse nível são: Necessidades Humanas Básicas 80,66, Fundamentos de Bem-Estar, 73,52 e Oportunidades, 57,73.

Uma conclusão importante nesse grupo refere-se às pontuações significativamente mais baixas na dimensão Oportunidades comparada com Necessidades Humanas Básicas e Fundamentos de Bem-Estar. Conforme mostra a Figura 2.2, a pontuação de cada país do grupo de progresso social médio alto, independentemente da região, é significativamente mais baixa na dimensão Oportunidades do que em Necessidades Humanas Básicas e Fundamentos de Bem-Estar. Essa tendência é mais acentuada em países de renda muito alta, como os Emirados árabes Unidos e o Kuwait, que têm bom desempenho em aspectos do progresso social mais correlacionados com PIB per capita e países do sudeste da Europa, entre eles a antiga Iugoslávia, onde existem problemas específicos referente a minorias. Nesse nível, a Jamaica, o Brasil e o México divergem dessa tendência, mostrando menor variação entre as pontuações das três dimensões, reflexo de um desempenho positivo maior nessa dimensão nos países latino-americanos.

Israel, o quarto país mais rico desse grupo, ocupa o 40º no Índice de Progresso Social com 72,60. O desempenho de Israel em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e Água e Saneamento é semelhante ao dos países classificados no nível superior. Da mesma forma, o país tem bom desempenho nos componentes Acesso ao Conhecimento Básico e Acesso à Educação Superior. Porém, Israel fica bem atrás nos componentes Segurança Pessoal, Sustentabilidade dos Ecossistemas e Tolerância e Inclusão.

Países com Progresso Social Médio Baixo

O quarto nível, com 42 países, é o maior e vai da Tailândia no 57º lugar (pontuação de 66,34) ao Nepal que ocupa a 98ª posição (55,33). Um significativo nível de progresso social foi observado nesse nível, particularmente na dimensão Necessidades Humanas Básicas, em que nenhum país obteve pontuação abaixo de 55,50. No entanto, nenhum país integrante desse nível atinge mais que 62,38 na dimensão Oportunidades. As pontuações médias nas dimensões deste nível são: Necessidades Humanas Básicas 72,34, Fundamentos de Bem-Estar, 66,90 e Oportunidades, 47,14. Esses países formam um grupo com pontuações muito semelhantes em termos do Índice de Progresso Social total, mesmo quando comparados com outros níveis; porém, têm pontos fortes e fracos significativamente diferentes que resultam em agendas de progresso social divergentes.

Um grupo de países se destaca por ter pontos fracos na área de Necessidades Humanas Básicas, entre eles países latino-americanos como Honduras, Nicarágua e Venezuela, assim como nações africanas relativamente prósperas, como a África do Sul. Nesses países, a Segurança Pessoal é o componente com a menor pontuação na dimensão Necessidades Humanas Básicas nesses países. A pontuação da Venezuela e da África do Sul nesse componente está bem abaixo da média desse nível.

Outros grupos de países têm pontos fracos mais concentrados em Fundamentos de Bem-Estar ou Oportunidades. O Uzbequistão, por exemplo, tem um ponto fraco importante na dimensão Fundamentos de Bem-Estar, enquanto no Irã e no Egito, o maior ponto fraco está em Oportunidades. Essas diferenças refletem padrões regionais mais amplos, especificamente no Oriente Médio e no Norte da África, onde as pontuações na dimensão Oportunidades refletem os problemas no componente Direitos Individuais.

Países com Progresso Social Baixo

O 5º nível de 27 países vai do Camboja (99º, 53,96) à Nigéria (125º, 43,31) e inclui muitos países da África Subsaariana. O PIB per capita nesse grupo é bastante baixo, inferior a \$ 6.500, com a exceção do Iraque, que tem um PIB per capita bem mais alto. As pontuações médias nas dimensões deste nível são: Necessidades Humanas Básicas 50,03, Fundamentos de Bem-Estar, 58,01 e Oportunidades, 38,35. É interessante observar que é somente nesse nível e no nível de Progresso Social Muito Baixo que as pontuações das Necessidades Humanas Básicas são mais baixas que os Fundamentos de Bem-Estar. Isso sugere que, em média, os países desses dois níveis inferiores ainda não atingiram o nível de recursos econômicos para fazer avanços significativos na dimensão Necessidades Humanas Básicas.

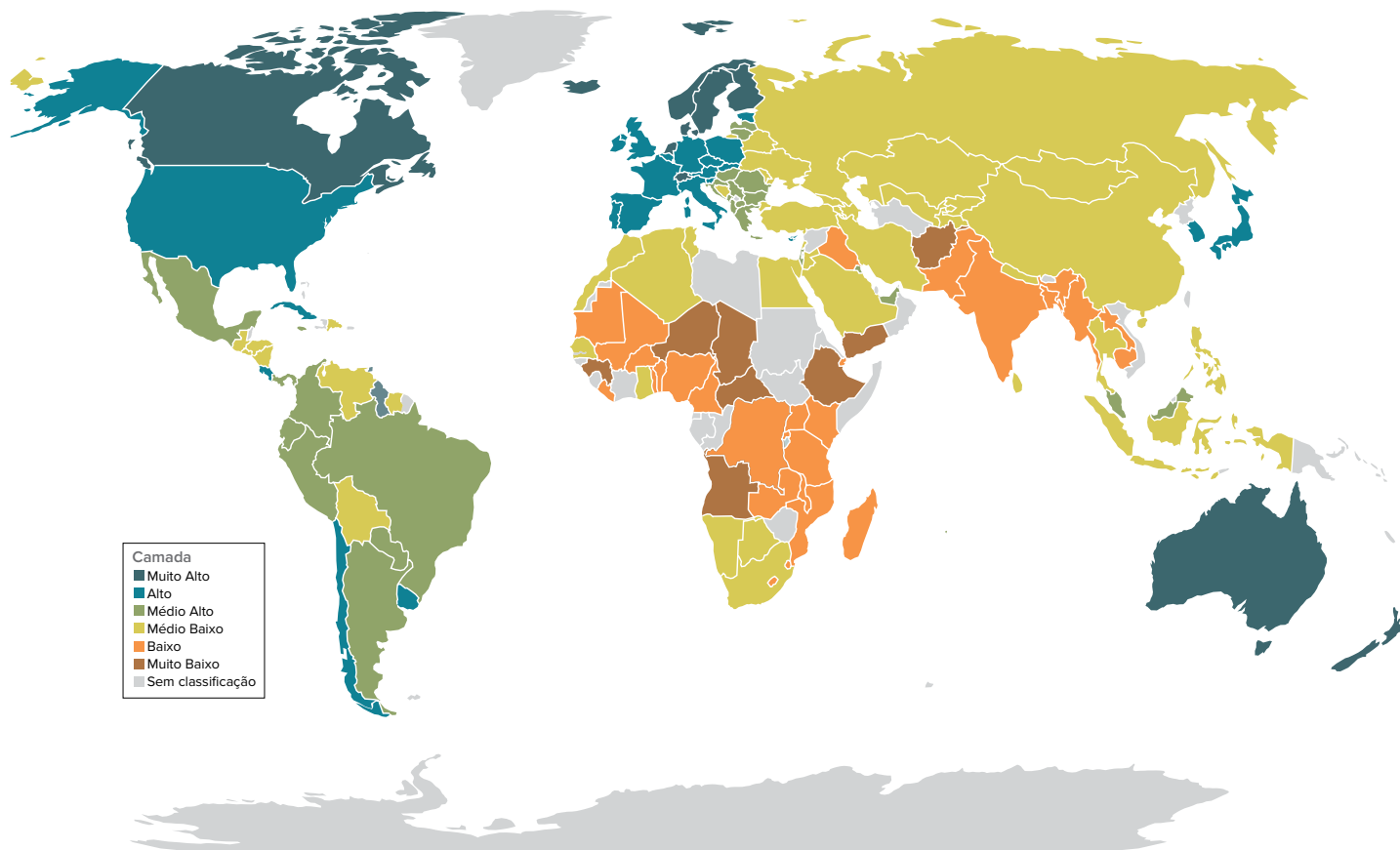
Esse grupo é liderado por um grupo de países asiáticos: Camboja (53,96), Bangladesh (53,39) e Índia (53,06). O Camboja tem o melhor desempenho na dimensão Fundamentos de Bem-Estar, ao passo que a pontuação mais alta da Índia é em Necessidades Humanas Básicas. Os Fundamentos de Bem-Estar, o segundo componente mais alto da Índia, mostra desempenho elevado no Acesso ao Conhecimento Básico. Bangladesh tem desempenho melhor na dimensão Fundamentos de Bem-Estar, com Necessidades Humanas Básicas em segundo lugar graças ao bom desempenho em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos. O Paquistão é o país asiático com o pior desempenho nesse grupo com uma pontuação total de 45,66.

Entre os países com progresso social baixo, existem grandes divergências nas pontuações nas três dimensões, particularmente nos países da África subsaariana. A pontuação de Djibuti, por exemplo, é de dez pontos acima dos outros países da região, na dimensão Necessidades Humanas Básicas (64,18). No entanto, é o país com o pior desempenho na dimensão Fundamentos de Bem-Estar (44,02). Essa incongruência é causada pelas baixas pontuações nos componentes Acesso ao Conhecimento Básico, Sustentabilidade dos Ecossistemas e Acesso à Informação e Comunicação. Nesse grupo, Ruanda tem uma pontuação relativamente alta, mas exibe um quadro heterogêneo no nível de dimensão e componente, com pontuações baixas no Acesso à Informação e Comunicação e Direitos Individuais. A Nigéria, o país com a menor pontuação do grupo, também exibe grandes contrastes entre as dimensões. É um dos piores desempenhos na dimensão Necessidades Humanas Básicas ocupando o 130º lugar (39,04), mas se sai bem melhor (100º) em Fundamentos de Bem-Estar (61,51).

A pontuação referente ao progresso social do Iraque é significativamente menor devido aos contínuos conflitos que estão causando baixo desempenho no componente Segurança Pessoal e na dimensão Oportunidades como um todo (26,67).

Os países desse grupo enfrentam sérios problemas de desenvolvimento em diversas áreas. O Índice de Progresso Social pode ser usado para identificar as áreas em que os países têm maiores necessidades, assim como para identificar possíveis exemplos de sucesso.

Tabela 2.3 / Resultados do Índice de Progresso Social 2015 por níveis



Progresso Social Muito Baixo

Um grupo de oito países registra os menores níveis de progresso social, da Etiópia (41,04) à República Centro-Africana (31,42), representando uma considerável queda nos países de baixo progresso social. As pontuações médias nas dimensões deste nível são: Necessidades Humanas Básicas 38,46, Fundamentos de Bem-Estar, 48,55 e Oportunidades, 26,05.

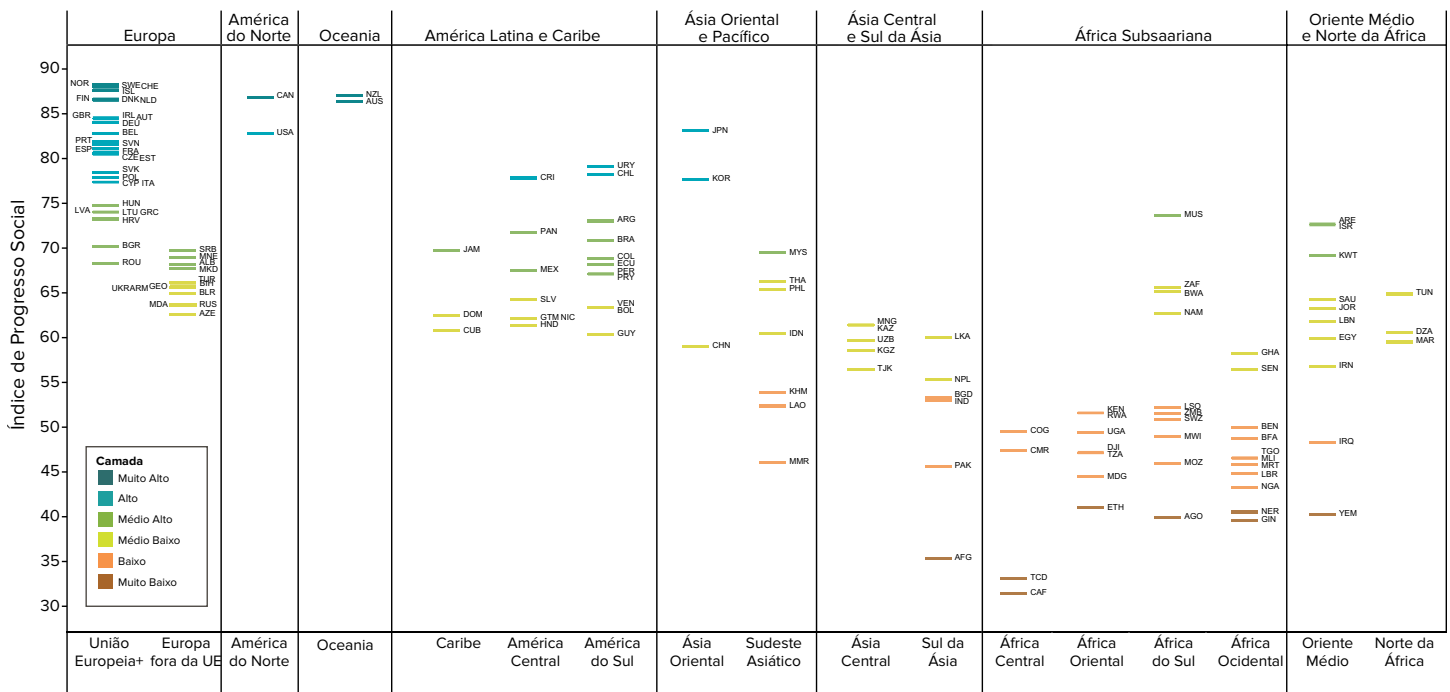
Dos oito países restantes, os cinco primeiros estão agrupados: Etiópia, Nigéria, Iêmen, Angola e Guiné com pontuação variando de 41,04 a 39,60 pontos. O desempenho de cada país é melhor na dimensão Fundamentos de Bem-Estar, mas a pontuação é muito baixa na dimensão Oportunidades. Esse grupo é acompanhado pelo Afeganistão depois de uma queda de mais de quatro pontos no Índice para 35,40.

O Índice de Progresso Social fornece provas de que o progresso social muito baixo não pode ser atribuído só à pobreza extrema. Apenas metade desses países está também entre os oito países mais pobres. Muitos outros países pobres também conseguem atingir níveis significativamente mais altos de progresso social. Nesse nível inferior, Angola e Iêmen são classificados pelo Banco Mundial como países de renda média, porém o progresso social se ressentiu no passado devido aos conflitos.

DESEMPENHO DO PROGRESSO SOCIAL POR REGIÃO E POR GRUPO DE PAÍSES⁷

Para obter maior compreensão dos fatores determinantes no progresso social, é preciso examinar os agrupamentos regionais e outros grupos de países. A Figura 2.4 apresenta as pontuações médias no Índice de Progresso Social de oito grandes agrupamentos regionais. Europa, América do Norte e Oceania (Austrália e Nova Zelândia) são as regiões com melhor desempenho no progresso social como um todo. A África Subsaariana, Ásia Central e Sul da Ásia são as regiões com o pior desempenho. Colocando em destaque as principais semelhanças e padrões de diferenciação dentro e entre as regiões, é possível obter uma maior compreensão de como o progresso social se realiza (ou não) no mundo todo.

Figura 2.4 / Resultados do Índice de Progresso Social 2015 por região



⁷ A análise inclui países com dados parciais, assim como países com dados completos do Índice de Progresso Social.

Europa

Quinze dos 20 principais países do Índice de Progresso Social são europeus. Noruega (1º), Suécia (2º), Suíça (3º) e Islândia (4º) lideram a região e o mundo. Os países nórdicos, culturalmente progressivos e com fortes redes de proteção social, são a área de melhor desempenho na Europa; todos os países têm pontuação entre os dez primeiros no Índice de Progresso Social e do mundo em praticamente todos os componentes. Os sete países com a menor pontuação da região são todos os estados da ex-União Soviética: Azerbaijão (76º), Rússia (71º), Moldávia (70º), Belarus (66º), Ucrânia (62º), Armênia (61º) e Geórgia (60º). Luxemburgo e Malta não têm dados suficientes para uma pontuação no Índice de Progresso Social, porém têm pontuações referentes a vários componentes.

EUROPA

Países: 44*

Índice de Progresso Social

Melhor: Noruega, 88,36
 Pior: Azerbaijão, 62,62
 Média da região: 76,16

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Dinamarca, 96,03
 Pior: Rússia, 74,10
 Média da região: 87,73

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Noruega, 88,46
 Pior: Ucrânia, 61,74
 Média da região: 75,81

Oportunidades

Melhor: Irlanda, 83,97
 Pior: Bósnia e Herzegovina, 42,33
 Média da região: 65,54

**2 com dados parciais apenas*

Se os 28 países da União Europeia fossem um só país⁸, eles totalizariam 80,78 pontos e se classificariam em 22º lugar, logo abaixo da França e logo acima da República Tcheca. Os UE-15, os países que antecederam a ampliação da União Europeia depois do ano 2000, ocupariam a 18ª posição, com uma pontuação de 82,21, enquanto os 13 novos países como grupo totalizariam apenas 75,33, ocupando a 32ª posição no mundo. De maneira geral, existe uma nítida consistência entre a pontuação e as tendências nos grupos de 15 e 13 países, embora existam também algumas divergências significativas.

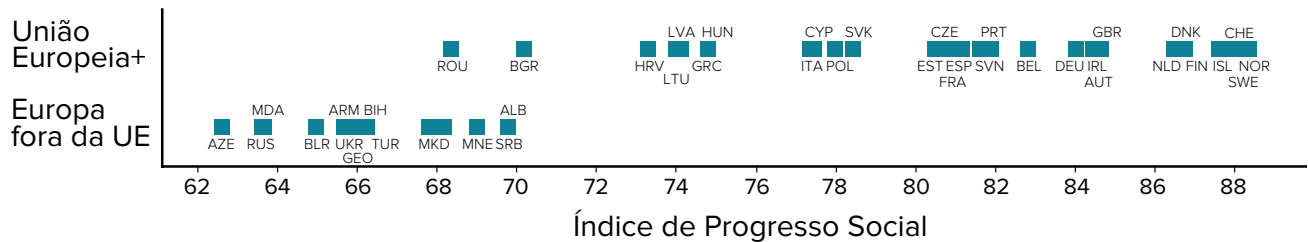
Eslovênia, República Tcheca, Estônia, Eslováquia e Polônia têm pontuação mais alta no Índice de Progresso Social do que a Itália (31º). A Eslovênia (19º) supera a Espanha (20º) e a França (21º). A Grécia, um país UE-15, tem um desempenho mais parecido ao de um país UE-13. Esse desempenho baixo não se explica pela atual crise econômica da Grécia, como discutiremos mais adiante no Capítulo 4.

Todos os países da União Europeia e da EFTA⁹ superam os países europeus que não pertencem à UE, com a exceção da Romênia, que fica atrás da Sérvia e Montenegro. O melhor desempenho da União Europeia pode ser observado particularmente no componente Direitos Individuais, Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão, aspectos importantes que os países que estão entrando para a União Europeia precisam levar em consideração. Os membros mais novos da UE, como a Romênia e a Bulgária, ficam bem atrás de seus pares da UE.

⁸ Excluindo-se Luxemburgo e Malta, que não têm dados suficientes para calcular uma pontuação total no Índice de Progresso Social.

⁹ A Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA) é uma organização intergovernamental estabelecida com a finalidade de promover o livre comércio e a integração econômica para benefício de seus quatro estados-membros: Islândia, Liechtenstein, Noruega e Suíça. Todos os países, exceto Liechtenstein, estão incluídos no Índice de Progresso Social.

Figura 2.5 / Progresso Social na Europa



O Reino Unido se destaca na Europa com uma pontuação alta na dimensão Oportunidades, particularmente na área de Direitos Pessoais e Acesso à Educação Superior. Por outro lado, o desempenho da Itália é relativamente ruim na dimensão Oportunidades com pontuações baixas em Liberdades Individuais e Acesso à Educação Superior. A Itália também tem a menor pontuação em Segurança Pessoal entre os países da União Europeia. A França e a Alemanha têm pontuação muito melhor na dimensão Necessidades Humanas Básicas e em Fundamentos do Bem-Estar do que em Oportunidades. Ambos os países têm sua classificação rebaixada devido à pontuação no componente Tolerância e Inclusão. A Espanha supera a maioria dos países grandes da União Europeia no componente Tolerância e Inclusão, mas tem desempenho particularmente ruim no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas.

Os dados do Índice de Progresso Social revelam nitidamente as diferenças no progresso dos países europeus que faziam parte da antiga União Soviética. A Estônia (23º) tem o melhor desempenho nesse grupo. A Letônia (33º) e a Lituânia (35º) estão bem atrás, mas ainda assim alcançaram um patamar de progresso social próximo ao da Grécia e bem à frente da Rússia (71º). Essas diferenças no desempenho no progresso social não podem ser explicadas apenas pelo desenvolvimento econômico. Apesar de ter um PIB per capita significativamente mais alto, o progresso social da Rússia fica bem atrás do da Geórgia, Armênia, Ucrânia, Belarus e Moldávia. Em parte, essas diferenças refletem diferentes posições iniciais – nem todas as Repúblicas Soviéticas tiveram um nível semelhante de desenvolvimento – mas os dados sugerem que esses países tiveram trajetórias de progresso social muito diferentes durante os últimos 20 anos, com as repúblicas do Báltico que entraram para a União Europeia exibindo o melhor desempenho.

Os antigos países comunistas dessa região têm bom desempenho nos componentes Acesso ao Conhecimento Básico e Acesso à Educação Superior. No entanto, eles têm desempenho particularmente ruim na dimensão Oportunidades, especialmente a Rússia, Belarus e Azerbaijão. Uma das conclusões mais importantes nos dados do Índice de Progresso Social é o desempenho ruim de todos os antigos países comunistas no componente Saúde e Bem-Estar, particularmente nas antigas repúblicas soviéticas. Mesmo os antigos países comunistas da União Europeia têm pior desempenho do que o resto do grupo em Saúde e Bem-Estar. O legado do comunismo em termos de estilos de vida não saudáveis e desempenho ambiental ruim é difícil de reverter.

A Turquia supera a maioria dos antigos países comunistas (que fazem ou não parte da UE) em Saúde e Bem-Estar, mas fica atrás em Segurança Pessoal, Acesso a Informação e Comunicação e na dimensão Oportunidades.

AMÉRICA DO NORTE

Países: 2

Índice de Progresso Social

Melhor: Canadá, 86,89
 Pior: Estados Unidos, 82,85
 Média da região: 84,87

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Canadá, 94,89
 Pior: Estados Unidos, 91,23
 Média da região: 93,06

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Canadá, 79,22
 Pior: Estados Unidos, 75,15
 Média da região: 77,19

Oportunidades

Melhor: Canadá, 86,58
 Pior: Estados Unidos, 82,18
 Média da região: 84,38

América do Norte

A região da América do Norte tem apenas dois países, Estados Unidos e Canadá (o México está incluído na América Latina e Caribe). O Canadá está em sexto lugar no mundo no Índice de Progresso Social, enquanto os Estados Unidos ocupam apenas a 16a posição. O Canadá supera os Estados Unidos em todas as três dimensões do Índice, embora estejam em primeiro lugar do mundo no Acesso à Educação Superior.

De maneira geral, os dois países têm pontuações semelhantes e ambos têm as menores pontuações no componente Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas, mas os Estados Unidos ficam significativamente atrás do Canadá em termos de Segurança Pessoal, Tolerância e Inclusão, e Saúde e Bem-Estar.

Oceania

A Oceania (Nova Zelândia e Austrália) é a região individual de desempenho mais alto em termos de progresso social (não existe pontuação geral no Índice de Progresso Social referente a Papua-Nova Guiné, com a Nova Zelândia classificada em 5º lugar e a Austrália em 10º).

A Nova Zelândia é particularmente forte nos componentes de Direitos Individuais, Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão. O desempenho da Austrália em geral é forte, mas ligeiramente fraco no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas. Papua-Nova Guiné, que tem dados em apenas nove dos 12 componentes, tem pontuação particularmente baixa em Água e Saneamento.

OCEANIA

Países: 3*

Índice de Progresso Social

Melhor: Nova Zelândia, 87,08
 Pior: Austrália, 86,42
 Média da região: 86,75

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Austrália, 93,73
 Pior: Nova Zelândia, 92,87
 Média da região: 93,30

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Nova Zelândia, 82,77
 Pior: Papua-Nova Guiné, 55,39
 Média da região: 72,71

Oportunidades

Melhor: Nova Zelândia, 85,6
 Pior: Austrália, 85,55
 Média da região: 85,58

**Papua-Nova Guiné tem dados suficientes para calcular apenas o componente Fundamentos de Bem-Estar.*

América Latina e Caribe

Os países latino-americanos com melhor desempenho no Índice de Progresso Social são Uruguai (24°), Chile (26°) e Costa Rica (28°); os de pior desempenho são Guiana (87°), Cuba (84°) e Honduras (82°). Belize, Haiti, Suriname e Trinidad e Tobago têm dados suficientes apenas para calcular alguns dos componentes do Índice de Progresso Social. De forma geral, a América do Sul, supera significativamente a América Central e ambas superam o Caribe. Embora cada país latino-americano tenha seus próprios pontos fortes e fracos, é interessante notar que esses países como grupo tendem a ter portfólios de progresso social relativamente equilibrados em comparação com outras regiões. Ao menos em parte, esse equilíbrio reflete alguns investimentos em comum na América Latina em progresso social. O governo e a sociedade civil têm trabalhado bastante para erradicar a pobreza extrema ou a falta de moradias, e para garantir acesso à educação fundamental e secundária. E, em relação a muitas outras áreas do mundo, houve uma mudança significativa em termos de escolhas que melhoraram a dimensão Oportunidades, incluindo um compromisso com direitos individuais assim como ampla tolerância.

Apesar disso, os países da América Latina como um todo ficam atrás nos componentes Segurança Pessoal e Acesso à Educação Superior quando comparados com outras regiões; a Venezuela tem a pontuação mais baixa em Segurança Pessoal e o Haiti, em Acesso à Educação Superior.

Uruguai, Chile e Costa Rica se destacam com pontuações particularmente altas na dimensão Oportunidades. Os três países estão entre os melhores países do mundo; Jamaica e Brasil também estão muito bem classificados. Cuba, por outro lado, tem o pior desempenho do mundo no componente Direitos Individuais. A Venezuela é o segundo pior país da região em termos de Direitos Individuais. Problemas de desenvolvimento de longo prazo, instabilidade crônica e o devastador terremoto fizeram com que o Haiti se tornasse um caso atípico extremo em Necessidades Humanas Básicas na região, com 30 pontos abaixo do segundo pior país, a República Dominicana. Em termos gerais, Haiti está acima apenas de Serra Leoa, Chade e República Centro-Africana nessa dimensão.

Como era de se esperar depois de décadas de isolamento, Cuba tem uma pontuação muito baixa no componente Acesso à Informação e Comunicação, classificando-se não apenas como o país com pior pontuação na região, mas acima apenas de Djibuti em termos gerais. Ao mesmo tempo, o país tem pontuação elevada na dimensão Necessidades Humanas Básicas, ocupando o primeiro lugar na região em termos de Segurança Pessoal, segundo lugar em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e segundo em Acesso ao Conhecimento Básico.

AMÉRICA LATINA E CARIBE

Países: 25*

Índice de Progresso Social

Melhor: Uruguai, 79,21
 Pior: Guiana, 60,42
 Média da região: 67,65

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Chile, 86,32
 Pior: Haiti, 36,02
 Média da região: 71,32

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Costa Rica, 78,83
 Pior: Cuba, 60,51
 Média da região: 72,12

Oportunidades

Melhor: Uruguai, 76,41
 Pior: Haiti, 36,89
 Média da região: 57,24

**4 países com dados parciais apenas*

Leste Asiático e Pacífico

A região do Leste Asiático e Pacífico abrange uma grande área geográfica e inclui países de dimensões, desenvolvimento econômico, desenvolvimento institucional e organização completamente diferentes. Assim, exibe uma ampla variação em termos de progresso social, que vai do alto desempenho do Japão (15º) e Coreia do Sul (29º) ao fraco desempenho de Mianmar (119º), Laos (102º) e Camboja (99º). Cingapura, Timor-Leste e Vietnã não têm dados suficientes para se calcular uma pontuação geral no Índice de Progresso Social.

O único componente que tem similaridade em toda a região é Saúde e Bem-Estar, no qual o Leste Asiático e o Pacífico têm pontuação alta em comparação com outras regiões. De todos os países do mundo, o Japão tem a expectativa de vida mais longa, embora Cingapura esteja à frente no componente Saúde e Bem-Estar na região. Vietnã e Japão também têm bom desempenho nesse componente. China, Mianmar e Laos ficam atrás dos demais países da região.

LESTE ASIÁTICO E PACÍFICO

Países: 13*

Índice de Progresso Social

Melhor: Japão, 83,15
 Pior: Mianmar, 46,12
 Média da região: 63,42

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Japão, 95,01
 Pior: Timor-Leste, 50,55
 Média da região: 71,03

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Japão, 78,78
 Pior: Mianmar, 49,19
 Média da região: 67,56

Oportunidades

Melhor: Japão, 75,66
 Pior: Mianmar, 30,28
 Média da região: 49,20

**3 países com dados parciais apenas*

O desempenho é bem variado no componente Direitos Individuais, e o Japão tem uma pontuação elevada, 20 pontos acima do próximo país da região, Timor-Leste. No outro extremo, os sistemas políticos restritivos da China, Mianmar, Vietnã e Laos faz com que esses países fiquem próximos das menores pontuações. Da mesma forma, Mianmar e Laos também ficam bem atrás dos demais países da região no componente Acesso à Informação e Comunicação.

Existe também uma ampla variação no componente Tolerância e Inclusão, embora nenhum país da região tenha pontuação alta nesse componente. Cingapura lidera a região. Mianmar, Indonésia e China registram as menores pontuações.

Ásia Central e Sul da Ásia

A Ásia Central e o Sul da Ásia ficam atrás de todas as regiões, com exceção da África Subsaariana, em termos de desempenho global no Índice. Os países de melhor desempenho na região são a Mongólia (81°), Cazaquistão (83°) e Sri Lanka (88°). Os de pior desempenho são o Afeganistão (131°) seguido pelo Paquistão (122°). Butão e Turcomenistão têm apenas dados parciais.

Há uma grande divergência entre o Sul da Ásia e as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central. A Ásia Central ainda desfruta dos benefícios dos investimentos feitos durante a era soviética e tem desempenho particularmente bom na área de Acesso ao Conhecimento Básico, com pontuações médias no mesmo nível de países que não fazem parte da União Europeia. Talvez também como resultado do legado soviético, esses países têm desempenho muito ruim em Saúde e Bem-Estar, Sustentabilidade dos Ecossistemas e Direitos Individuais. O Turcomenistão e o Uzbequistão, em particular, têm desempenho muito baixo no componente Direitos Individuais. No Cazaquistão, o rápido crescimento econômico ainda não permitiu que o país superasse significativamente seus pares da Ásia Central em termos de progresso social. A pontuação do Cazaquistão é de 61,38 no Índice, ficando em bem próximo da Mongólia, embora tenha um PIB per capita mais alto de cerca de \$ 13.000. O Sul da Ásia fica atrás nos componentes Moradia, Tolerância e Inclusão e Acesso à Educação Superior.

O Butão, que foi pioneiro em medidas alternativas ao PIB ao criar o conceito de Felicidade Interna Bruta em 1972, tem dados de apenas 10 dos 12 componentes. Como país budista com turismo restrito, não causa surpresa o fato de o país liderar a região por ampla margem em Segurança Pessoal e Sustentabilidade dos Ecossistemas. A Mongólia se destaca como um exemplo atípico positivo na dimensão Oportunidades, particularmente no componente Direitos Individuais.

O regime talibã seguido pelos conflitos incessantes no Afeganistão interrompeu significativamente o progresso social e, devido a isso, o Afeganistão fica atrás de outros países da região por uma ampla margem nos componentes da dimensão Necessidades Humanas Básicas e tem o pior desempenho nas dimensões Fundamentos do Bem-Estar e Oportunidades.

ÁSIA CENTRAL E SUL DA ÁSIA

Países: 13*

Índice de Progresso Social

Melhor: Mongólia, 61,52
Pior: Afeganistão, 35,40
Média da região: 54,60

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Uzbequistão, 79,31
Pior: Afeganistão, 37,17
Média da região: 64,09

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Butão, 69,17
Pior: Afeganistão, 46,50
Média da região: 59,79

Oportunidades

Melhor: Mongólia, 61,71
Pior: Afeganistão, 22,51
Média da região: 41,84

**2 países apenas com dados parciais*

África Subsaariana

A África Subsaariana fica em último lugar de todas as regiões na pontuação média do Índice de Progresso Social. Os países da África Subsaariana de melhor desempenho são Ilhas Maurício (36º), África do Sul (57º) e Botsuana (69º). A República Centro-Africana (133º) e o Chade (132º) tem o pior desempenho entre todos os países no Índice. A disponibilidade de dados é particularmente precária na África Subsaariana, de forma que 11 países têm pontuações em apenas alguns dos componentes do Índice de Progresso Social: Burundi, Cabo Verde, Comores, República Democrática do Congo, Costa do Marfim, Gabão, Gâmbia, Guiné-Bissau, Serra Leoa, Sudão e Zimbábue.

A região como um todo tem pontuação melhor em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Acesso ao Conhecimento Básico e Saúde e Bem-Estar. O terceiro componente, Saúde e Bem-Estar, capta

os pontos negativos na área da saúde mais prevalentes em países desenvolvidos, de forma que não causa surpresa o fato de essa região ter bom desempenho, com a notável exceção da África do Sul. Todas as sub-regiões da África ficam atrás do resto do mundo em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento e Moradia.

Os países de melhor desempenho em quase todos os componentes localizam-se fora do continente. Os pequenos países insulares Ilhas Maurício e Cabo Verde têm os mais altos níveis de progresso da região. As Ilhas Maurício têm o melhor desempenho em todos os quatro componentes da dimensão Necessidades Humanas Básicas, em geral por uma ampla margem. Cabo Verde é o primeiro país em Acesso a Informação e Comunicação e Saúde e Bem-Estar, liderando também todos os demais países da região em Direitos Individuais com 15 pontos acima do país seguinte, Gana.

O avanço em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos tem sido extremamente lento na República Centro-Africana, Serra Leoa e Chade, que têm pontuação muito inferior ao país seguinte com pior pontuação, a Zâmbia. A Zâmbia, por sua vez, tem pontuação significativamente inferior à do restante dos países da região. Gana apresenta desempenho alto em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e Direitos Individuais.

A África do Sul tem o segundo melhor desempenho nessa região, com uma pontuação de 65,64 no Índice, e uma pontuação destacada no Acesso a Informação e Comunicação. O Quênia ocupa o oitavo lugar na região. O país tem dificuldades significativas no preenchimento das Necessidades Humanas Básicas (46,48), mas tem bom desempenho nos componentes Saúde e Bem-Estar (72,20) e Sustentabilidade dos Ecossistemas (62,86).

ÁFRICA SUBSAARIANA

África Subsaariana

Países: 43*

Índice de Progresso Social

Melhor: Ilhas Maurício, 73,66
 Pior: República Centro-Africana, 31,42
 Média da região: 49,14

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Ilhas Maurício, 88,02
 Pior: República Centro-Africana, 26,81
 Média da região: 48,60

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Ilhas Maurício, 72,09
 Pior: Djibuti, 44,02
 Média da região: 58,08

Oportunidades

Melhor: África do Sul, 62,38
 Pior: República Centro-Africana, 22,62
 Média da região: 39,17

**11 países com dados parciais apenas*

A Nigéria luta com todos os aspectos do Índice de Progresso Social, com uma pontuação geral de 43,31, ocupando a 125ª posição. O país enfrenta desafios particularmente difíceis nos componentes Água e Saneamento, Segurança Pessoal e Tolerância e Inclusão. Esses dois últimos componentes refletem a crise atual com o aumento dos ataques cometidos pelo Boko Haram na região norte da Nigéria.

A epidemia de ebola que devastou o Oeste da África no ano passado continua a ameaçar a região, embora sua disseminação tenha se reduzido significativamente. Nos três países que mais sofreram com a epidemia (Guiné, Libéria e Serra Leoa), em comparação com outros que conseguiram conter os surtos da doença, o padrão prevalente é de pontuação baixa em Moradia, Acesso ao Conhecimento Básico e Acesso a Informação e Comunicação. Os desafios nessas áreas podem afetar diretamente os esforços das autoridades da área da saúde para isolar as pessoas afetadas pela doença e impedir a disseminação das informações sobre prevenção da infecção, assim como indicar uma falta geral de infraestrutura.

Oriente Médio e Norte da África

Os países com melhor desempenho em termos de progresso social no Oriente Médio e Norte da África são os Emirados Árabes Unidos (39º), Israel (40º) e Kuwait (47º). As pontuações mais baixas são do Iêmen (125º) e do Iraque (113º). Bahrein, Líbia, Omã, Catar e Síria têm dados suficientes para apenas alguns dos componentes.

A região do Oriente Médio e Norte da África inclui tanto os países ricos em petróleo quanto aqueles afetados por conflitos. Ambos os grupos têm desempenho fraco no Índice de Progresso Social, particularmente na dimensão Oportunidades, em comparação com outras regiões.

Nutrição e Cuidados Médicos Básicos é o componente com melhor pontuação da região e sua classificação é melhor do que a da América Latina. A região ocupa a pior colocação do mundo nos componentes Direitos Individuais, Tolerância e Inclusão e Sustentabilidade dos Ecossistemas.

Os países do Norte da África tendem a ter desempenho similar, com a exceção de Marrocos que fica significativamente atrás dos outros países em Água e Saneamento, Acesso ao Conhecimento Básico e Acesso à Educação Superior. A pontuação da Líbia é substancialmente inferior à do grupo em termos de Moradia, Segurança Pessoal e particularmente Sustentabilidade dos Ecossistemas. A maior variação é observada no componente Direitos Individuais. Embora nenhum país apresente bom desempenho nesse componente, a Tunísia, país com a mais alta classificação, tem pontuação significativamente maior que a da Líbia, que tem o pior desempenho.

ORIENTE MÉDIO E NORTE DA ÁFRICA

Países: 18*

Índice de Progresso Social

Melhor: Emirados Árabes Unidos, 72,79

Pior: Iêmen, 40,30

Média da região: 61,12

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Emirados Árabes Unidos, 89,63

Pior: Iêmen, 49,72

Média da região: 77,67

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Emirados Árabes Unidos, 74,16

Pior: Iêmen, 50,07

Média da região: 65,34

Oportunidades

Melhor: Israel, 57,85

Pior: Iêmen, 21,12

Média da região: 40,13

**5 países com dados parciais apenas*

Os países do Oriente Médio apresentam ligeiramente mais variação, com o Iêmen ocupando a posição mais baixa em praticamente todos os componentes. O Catar se destaca no componente Segurança Pessoal com uma pontuação bem acima da de outros países nessa região altamente volátil. Israel supera em muito os outros países da região no componente Acesso à Educação Superior.

BRICS

Embora os países do BRICS não pertençam à mesma região, em geral são considerados um importante grupo de países. Embora sejam consideradas áreas de grande potencial de crescimento econômico, o desempenho dos países do BRICS em termos de progresso social é, na melhor das hipóteses, variado. Três dos cinco países que formam o BRICS estão no grupo de renda média baixa, inclusive a África do Sul que ocupa a 63ª posição, a Rússia, a 71ª e a China, a 92ª. A Rússia tem um PIB muito mais alto que o do Brasil (42ª), no entanto tem classificação mais baixa no Índice de Progresso Social (71ª); O Brasil supera os demais países do BRICS em termos de progresso social, ocupando o 42º lugar na classificação de progresso social médio alto. A Índia se classifica no grupo de Progresso Social baixo com uma pontuação de 53,06 (101º).

O Brasil e a África do Sul são fortes na dimensão Oportunidades, mas têm desempenho ruim no componente Segurança Pessoal. A Rússia apresenta desempenho ruim em praticamente todos os componentes, com exceção de Acesso à Educação Superior, em que ocupa o segundo lugar do mundo. A China tem a pior pontuação na dimensão Oportunidades. China e Rússia têm pontuações muito baixas no componente Direitos Individuais. A Índia tem pontuações baixas como as de países de renda média baixa, mas seu desempenho é ruim principalmente nos componentes Saúde e Bem-Estar e Tolerância e Inclusão.

BRICS

Países: 5

Índice de Progresso Social

Melhor: Brasil, 70,89
Pior: Índia, 53,06
Média do país: 62,46

Necessidades Humanas Básicas

Melhor: Rússia, 74,10
Pior: Índia, 58,87
Média do país: 68,49

Fundamentos de Bem-Estar

Melhor: Brasil, 76,21
Pior: Índia, 57,38
Média do país: 67,31

Oportunidades

Melhor: Brasil, 65,33
Pior: China, 38,08
Média do país: 51,58

A MENSURAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DOS ECOSISTEMAS

Clive Bates, assessor de Sustentabilidade de Ecossistemas

Confúcio disse que “a vida é realmente simples, mas nós insistimos em complicá-la”. Acontece que Confúcio não teve que compilar o componente Sustentabilidade dos Ecossistemas do Índice de Progresso Social. O desafio é tomar algo tão complexo como o meio ambiente e nossas inúmeras interações com ele e caracterizar seu impacto sobre o progresso social com apenas três números. O componente Sustentabilidade dos Ecossistemas capta mudanças climáticas, recursos hídricos e biodiversidade e habitats.

Atmosfera – emissões de gases de estufa

O índice usa as emissões de gases de estufa por unidade de PIB, ou “intensidade das emissões”, um indicador da eficiência com que uma economia usa um sumidouro de carbono compartilhado, porém não se o está usando em demasia. Uma medida de emissões per capita foi rejeitada porque pontuações baixas tenderiam a refletir pobreza mais do que o progresso social. No entanto, a intensidade das emissões também apresenta diversos desafios. Um país como o Catar é responsável por quantidades elevadas de emissões, mas grande parte delas é proveniente de suas indústrias petroquímicas e de gás natural liquefeito, que produzem bens a serem exportados e usados por outras nações. Uma opção é usar medidas de emissões baseadas no consumo, ajustando para “emissões incorporadas” em bens importados e exportados. Até agora, a disponibilidade de dados continua a ser uma barreira para as medidas baseadas no consumo. Em todo caso, faz sentido penalizar os exportadores cuja atividade econômica é responsável pela emissão de elevadas quantidades de carbono, uma vez que essa atividade pode se tornar insustentável diante dos esforços internacionais cada vez maiores para controlar a emissão de gases de efeito estufa. As economias ricas se beneficiam da importação de produtos que exigem muita energia para sua fabricação, sem serem responsáveis pelas emissões geradas por essas atividades. Além disso, nesses países a atividade econômica tende a se concentrar na prestação de serviços, com emissões relativamente baixas. A intensidade de suas emissões pode ser menor simplesmente porque são mais ricos e consomem mais serviços e não por que tenham se adaptado a um sistema de energia mais eficiente e sustentável. Para enfrentar esse problema, uma opção seria estabelecer um limite de intensidades de emissões para economias de diferentes níveis de prosperidade e medir o desempenho de cada país em relação a esse limite. Neste momento, consideramos isso muito complicado e arbitrário. Por fim, a qualidade do ar, um importante aspecto de bem-estar e um desafio importante em muitas megacidades emergentes, está incluído no componente saúde e bem-estar.

Recursos hídricos – estresse hídrico de referência

No caso da água, o índice enfoca o estresse hídrico básico – a proporção entre a demanda anual e a disponibilidade de água anual renovável. Embora essa seja uma medida de referência confiável, a avaliação dos recursos hídricos é muito mais complexa. Por exemplo, a variabilidade de ano a ano e de estação a estação pode indicar escassez real – uma média anual sustentável poderia ocultar abundância no inverno e escassez no verão, um problema que pode ser contornado por meio do armazenamento para compensar fluxos irregulares em diferentes períodos. Outro aspecto do bem-estar relacionado a água é a resiliência ou vulnerabilidade a eventos extremos, como secas e enchentes, que podem ser administrados e mitigados com investimento em infraestrutura. A qualidade da água também é um fator, mas ainda não faz parte do índice. O desvio excessivo pode reduzir os fluxos e aumentar as concentrações de poluentes que penetram na água, enquanto o excesso de poluição pode limitar os usos de água não tratada e disseminar doenças. O índice geral, portanto, capta tanto o manejo sustentável da água e até que ponto a sociedade colocou a água em uso para preencher suas necessidades básicas: o acesso ao suprimento de água e saneamento é tratado como parte da dimensão Necessidades Humanas Básicas.

Biodiversidade e habitat – foco nas áreas protegidas

O índice avalia a biodiversidade e habitat com base em dados sobre a proporção de ecossistemas sensíveis cobertos pelo status legal de área protegida. A proteção de habitats e biodiversidade serve para representar numerosos “serviços de ecossistemas” valiosos, reguladores e culturais que os ecossistemas terrestres e marinhos fornecem ao ser humano. O desafio está no fato de o grau de áreas protegidas ser uma medida de processo intermediário e não um resultado. Os resultados dependem das ameaças à biodiversidade e habitats importantes, que medidas protetoras são realmente adotadas e o que acontece como resultado. O contínuo avanço do sensoriamento remoto e o desenvolvimento de técnicas aperfeiçoadas abre a possibilidade de serem adotadas melhores medidas de resultado, mas isso ainda não está em forma sintetizada que possamos usar no índice. Por último, não abordamos outros aspectos sobre o uso da terra que importam para o progresso social, como o domínio público, ou de que forma o planejamento espacial aloca terra para usos sociais e econômicos como moradia, lazer, infraestrutura ou indústria.

TEMPO DE LAZER E SUA MENSURAÇÃO

Patrick O’Sullivan, Escola de Administração de Grenoble e Universidade de Varsóvia

Dentre os elementos que contribuem para o bem-estar do homem e que não são de forma alguma capturados pelo PIB e, portanto, precisam ser incorporados a uma mensuração adequadamente abrangente de progresso social, um dos mais óbvios é a quantidade de tempo de lazer disponível para as pessoas. No entanto, desenvolver uma medida precisa de tempo de lazer desfrutado torna-se extremamente desafiadora em termos da conceptualização do que exatamente estamos tentando mensurar e em termos de obter dados suficientemente precisos de todos os países.

A análise econômica clássica do fornecimento de mão de obra considera o tempo em que não estamos trabalhando como tempo de lazer. Mas parte desse tempo fora do trabalho formal pode ser dedicada a trabalho informal não remunerado ou para a produção doméstica de vários tipos (incluindo obviamente o cuidado de crianças, mas também, por exemplo, o trabalho familiar na lavoura). Essas são apenas outras formas de trabalho e não devem ser consideradas lazer. Da mesma forma, dormir e comer devem ser consideradas fontes de felicidade ou contribuir para um senso de bem-estar humano? O tempo dedicado ao trabalho deve ser considerado sempre “ruim” ou difícil de tolerar e o tempo de lazer, por outro lado, sempre “bom” ou gratificante? Na realidade, para muitas pessoas o tempo no trabalho é fonte de autossatisfação; ao mesmo tempo, as pessoas que estão procurando trabalho podem não estar felizes com o tempo de lazer resultante do desemprego.

Mesmo que o campo minado de problemas conceituais e os julgamentos de valor implícitos possam ser contornados (e nós acreditamos que, em última análise, podem ser), a mensuração do tempo de lazer cria outros desafios. Em termos gerais, existem duas abordagens da mensuração: uma abordagem macro e uma micro.

Na abordagem macro, faz-se uma estimativa do número total de horas trabalhadas pela população empregada e esse número é subtraído do total de horas em um ano disponível para essa mesma população, para se chegar a uma estimativa do tempo total de lazer. A fora a óbvia limitação de que a estimativa abrange apenas a população empregada e, assim, exclui a classe de lazer ou pessoas que não fazem parte da força de trabalho, o trabalho não remunerado e a produção doméstica de todos os tipos são consideradas lazer, assim como dormir, comer e outro tempo dedicado a cuidados pessoais (embora esses sejam discutivelmente qualificáveis para serem incluídos até um determinado grau em uma medida ampla de tempo de lazer).

Uma abordagem alternativa à mensuração do lazer é a abordagem micro baseada em estudos sobre o uso do tempo. b Nesses estudos, os dados são coletados sobre a alocação detalhada das 24 horas por dia disponíveis para todas as pessoas entre categorias que normalmente incluem tempo de trabalho formalmente remunerado e/ou tempo dedicado ao estudo; trabalho não remunerado; cuidados pessoais; tempo de lazer puro (inclui esportes, hobbies, comparecimento a eventos culturais ou esportivos, socialização, assistir TV, ler ou navegar na internet, etc.); e uma pequena categoria residual “outros usos do tempo” que inclui qualquer coisa que não tenha sido captada em outros lugares (prática religiosa, por exemplo). Esses estudos podem nos dar um panorama mais detalhado e extremamente interessante sobre o uso que as pessoas fazem do tempo de lazer, mesmo se persistirem alguns problemas conceituais sobre os elementos acima que podemos querer contar como lazer com a finalidade de mensurar o progresso social. Infelizmente, só existem pesquisas detalhadas sobre uso do tempo para um número muito pequeno de países. Mesmo dentro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), elas são confiáveis em apenas 18 dos 30 estados membro.

A observação crucial já deixa evidente, porém, que existem diferenças significativas sobre o tempo de lazer seja ele baseado em uma definição ampla ou uma definição restrita. Portanto, é importante que, para se ter uma medida de progresso social completamente abrangente, continuemos a trabalhar em prol de uma integração de uma medida apropriada de tempo de lazer.

a Para obter uma confirmação das limitações da abordagem residual, veja por exemplo OCDE (2009) “Society at a glance 2009: OCDE Social Indicators” OCDE, Paris— ISBN 978-92-64-04938-3. Veja o capítulo 2, particularmente a página 22, e passim.

b Eles têm um legado bastante venerável, mesmo que ligeiramente fora do convencional dentro da Economia que se refere aos estudos preliminares de Gary Becker sobre as decisões microeconômicas de indivíduos em relação ao uso que fazem de seu tempo. O exemplo clássico é, obviamente, BECKER, G S, (1965) “A Theory of the Allocation of Time” no The Economic Journal, 75(299) 493-517

TENDÊNCIAS DO PROGRESSO SOCIAL

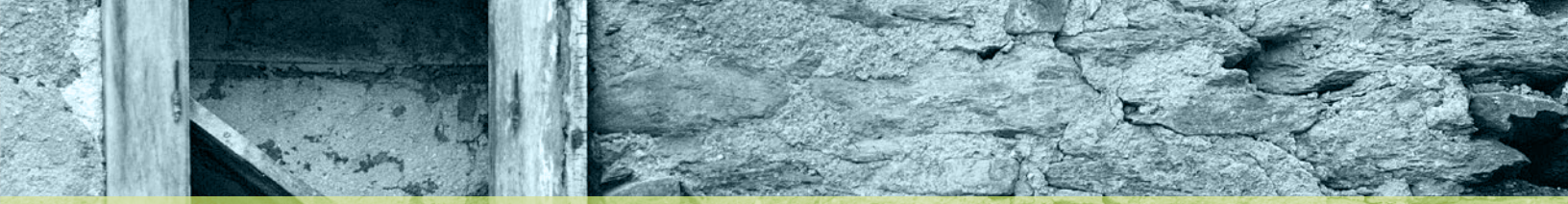
A mensuração do progresso social ao longo do tempo é prioridade do Índice de Progresso Social. Para comparar os resultados de 2015 com os de 2014, criamos um índice 2014 reformulado, que incorpora revisões metodológicas simples e dados atualizados pelas fontes. À semelhança do PIB ou do Índice de Desenvolvimento Humano, o Índice de Progresso Social continuará a ser atualizado no decorrer do tempo e, à medida que novos dados forem disponibilizados ou sejam retroativamente alterados pela fonte; atualizaremos nossos índices anteriores para fornecer a melhor mensuração possível com uma história comparável. O Apêndice C exhibe as pontuações de 2015 e de 2014 reformuladas dos 133 países com dados completos.

As principais conclusões da comparação dos dois índices são que, de maneira geral, os padrões são consistentes, o que mostra a solidez da metodologia. No entanto, alertamos para o perigo de se basear demais na comparação de ano a ano do Índice. Embora alguns dados do Índice mudem de ano para ano, muitos indicadores são atualizados com menos frequência. Portanto, uma comparação de dois anos mostrará apenas algumas pequenas mudanças, existindo o risco de ruído em uma mensuração de mudança feita apenas uma vez por ano. As tendências se tornarão mais claras à medida que forem sendo adicionados mais dados de séries temporais.

CONCLUSÃO

O Índice de Progresso Social, baseado exclusivamente em indicadores de resultados sociais e ambientais, traça um panorama revelador dos níveis de desenvolvimento dos países que é independente das medidas econômicas tradicionais. Mostra que os países têm padrões muito diferentes de progresso social e enormes diferenças no progresso social alcançado nas dimensões e componentes.

Países com todos os níveis de desenvolvimento podem usar esses dados para avaliar seu desempenho e estabelecer prioridades de melhora. A maioria dos países conseguirá identificar áreas específicas em que são relativamente fortes e que são fundamentos de progresso social nos quais podem se basear. Ao mesmo tempo, cada país exhibe áreas de pontos fracos, relativos e absolutos, identificando essas áreas como prioridades e investimento. Ao mesmo tempo, estabelecer uma agenda de progresso social dependerá, entre outros fatores, do nível de recursos disponíveis em um país, e a relação entre o Índice de Progresso Social e medidas tradicionais de desenvolvimento econômico. Em termos gerais, o índice revela que os países mais ricos tendem a alcançar maior progresso social que os países mais pobres. Ainda assim, nossa análise dos países e regiões individuais sugere também que essa relação não é simples e nem linear. Portanto, vamos explorar essa questão em profundidade no próximo capítulo.



CAPÍTULO 3

PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



PROGRESSO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Um objetivo central do Índice de Progresso Social é fornecer as bases para uma melhor compreensão da relação entre progresso social e desenvolvimento econômico. O Índice de Progresso Social permite analisar como o progresso social se relaciona com medições de sucesso econômico, e como esta relação varia por dimensão, componente e indicador para vários agrupamentos de países. De modo geral, o Índice de Progresso Social permite avaliar a *eficácia ou ineficácia na transformação do sucesso econômico de um país em progresso social*. O Índice de Progresso Social é uma ferramenta poderosa para compreender debates contemporâneos sobre crescimento inclusivo.

As deficiências das medições tradicionais de renda nacional, como o PIB, para capturar o verdadeiro progresso das sociedades, foram bem documentadas em relatórios como *Mismeasuring Our Lives*. Por outro lado, as evidências do último meio século contam uma história bastante positiva sobre como o desenvolvimento econômico desempenhou um papel crucial no avanço do progresso social em termos de redução da pobreza. Quando e como o desenvolvimento econômico acelera o progresso social (e quando e como não o acelera), tornou-se uma questão mais perturbadora devido às tensões sociais em países relativamente prósperos, ao debate crescente sobre os limites ambientais ao crescimento e às preocupações sobre a desigualdade. O crescimento inclusivo, e não o crescimento a qualquer custo, tornou-se uma prioridade amplamente aceita para organizações internacionais como as Nações Unidas, o Banco Mundial e para governos nacionais. No entanto, o crescimento inclusivo, ou prosperidade compartilhada, como é denominado algumas vezes, demonstrou ser difícil de definir.

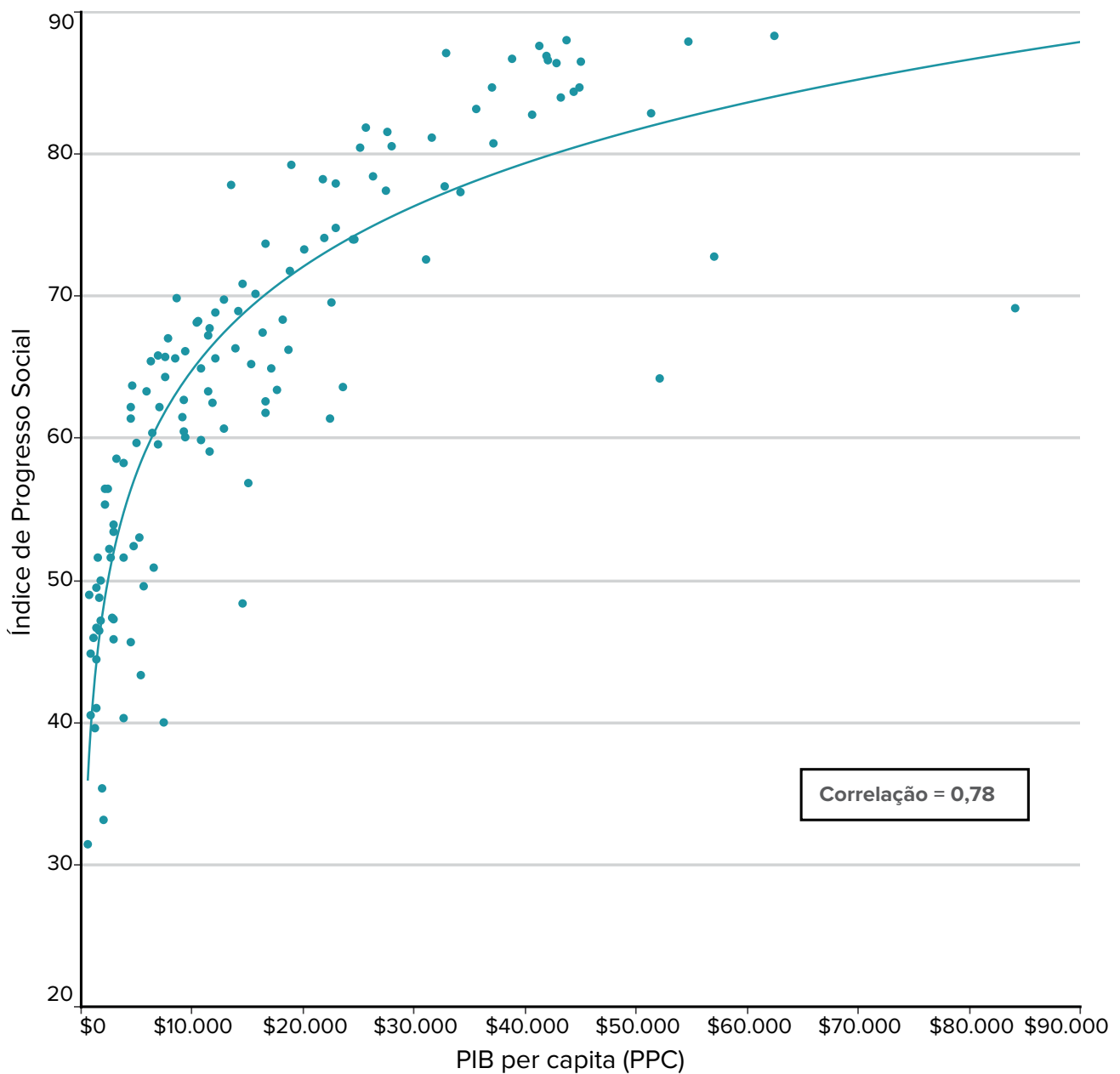
Acreditamos que o crescimento inclusivo seja a combinação do progresso econômico e social. O progresso social é uma medição ampla do desempenho social e ambiental. A desigualdade de renda *por si só* é, na melhor das hipóteses, uma medida rudimentar do crescimento inclusivo, repleta de complexidades (ver o Capítulo 5 para uma discussão mais profunda da relação entre progresso social e desigualdade econômica). Ao contrário, um crescimento associado ao amplo atendimento de necessidades básicas, com a melhora das fundações de bem-estar e com a criação de oportunidades é o que realmente deveria importar às sociedades. Assim, os cidadãos têm a liberdade, o acesso às ferramentas e a oportunidade de buscar o nível de renda que desejem.

O Índice de Progresso Social, por meio da separação das medições de desempenho social e econômico, fornece um entendimento rigoroso e empírico da relação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social. Também pode influenciar nossa compreensão de como o progresso social pode impulsionar o crescimento econômico. Acreditamos que existem opções importantes entre o desenvolvimento econômico e o progresso social, e pode ser necessário um equilíbrio entre os dois, pelo menos por um certo tempo. Por exemplo, pode ser preferível optar por uma trajetória de desenvolvimento (e investimento) que gere crescimento econômico menor a curto prazo desde que essa opção resulte em maior progresso social, e se esse progresso social der respaldo a um crescimento econômico mais robusto a longo prazo. A compreensão dessas escolhas e dinâmicas é uma prioridade de nossas pesquisas atuais.

Neste capítulo, iniciamos com nossas conclusões a respeito da relação agregada entre as pontuações do Índice de Progresso Social e do PIB per capita. Em seguida, desagregamos essa análise nas dimensões e componentes do modelo do Índice de Progresso Social para ver como esses distintos aspectos do progresso social têm relações diferentes com o desenvolvimento econômico.

A RELAÇÃO ENTRE O PROGRESSO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Figura 3.1 / Índice de Progresso Social em relação ao PIB per capita ¹⁰



A figura 3.1 mostra a relação geral entre o PIB per capita e o progresso social como um todo, uma relação que não podíamos examinar antes da criação do Índice de Progresso Social. Ela revela vários resultados importantes. Primeiramente, há uma relação positiva mas não linear entre o Índice de Progresso Social e o PIB per capita. Países com renda mais alta tendem a ter progresso social mais alto: A Noruega (PIB per capita de \$ 62.448) tem a maior pontuação em progresso social, enquanto a República Centro-Africana (PIB per capita de \$ 584) tem a menor.

Em segundo lugar, se, por um lado, a relação geral é positiva (ou seja, maior PIB per capita relacionado a uma maior pontuação no Índice de Progresso Social), por outro, a relação entre desenvolvimento econômico e progresso social se transforma à medida que aumenta a renda. Nos níveis de renda mais baixos, pequenas diferenças no PIB estão relacionadas a grandes melhorias no progresso social. À medida que os países alcançam níveis mais altos de renda, porém, a taxa de mudança cai. Nossas conclusões sugerem que os ganhos fáceis em progresso social decorrentes do desenvolvimento econômico são exauridos já que o crescimento econômico traz novos desafios sociais e ambientais.

Apesar da correlação entre progresso econômico e social, a variação entre países, mesmo entre aqueles com PIB semelhante, é considerável. Portanto, **o desempenho econômico por si só não explica inteiramente o progresso social**. Em qualquer nível de PIB per capita, há oportunidades para maior progresso social e riscos de menor progresso social. Por exemplo, a Costa Rica obtém uma pontuação no IPS de 77,88 com um PIB per capita de somente \$ 13.431, enquanto a Rússia, uma economia muito maior com um PIB per capita de \$ 23.564, obtém somente 63,64.

Há boas razões para crer que a correlação entre desenvolvimento econômico e progresso social seja parcialmente, ou em boa parte, devida ao fato que há mais recursos para se investir em questões sociais, em termos de consumo privado, investimento privado e investimento público. Entretanto, também pode haver uma relação causal no sentido oposto: melhores resultados sociais em termos de saúde, educação, segurança pessoal, oportunidade e outros possibilitam melhor desempenho econômico. A relação entre desenvolvimento econômico e progresso social é, portanto, complexa e a relação de causa pode orientar-se nos dois sentidos. Entender esta relação de causa em sentido duplo é uma pauta importante para futuras pesquisas.

¹⁰ Ver no Apêndice D um gráfico da relação entre o Índice de Progresso Social e o histórico do PIB. A correlação entre as pontuações do Índice de Progresso Social e o histórico do PIB per capita é de 0,88

MUDANÇAS EM RELAÇÃO A 2014

Ajuste em relação ao poder aquisitivo: Atualizações de 2014 à proporção da PPC

A conversão da paridade do poder de compra (PPC) cria um “dólar internacional”, que tem o mesmo valor em todas as moedas, possibilitando, portanto, comparações entre países nas medições de renda. Em abril de 2014, o Banco Mundial lançou seu novo PIB per capita baseado em uma revisão da proporção da PPC. O Programa de Comparação Internacional do Banco Mundial atualizou seus dados de PIB per capita expresso em paridade do poder de compra (PPC) para dólares internacionais constantes em 2011. As revisões implementadas por meio do Programa de Comparação Internacional são de natureza principalmente técnica e refletem uma tentativa de traduzir os índices domésticos em estatísticas de PIB comparáveis entre uma vasta gama de países. Basicamente, as revisões tiveram, entre outros efeitos, a consequência de aumentar o peso associado a mais mercadorias comercializadas internacionalmente passíveis de comparação e de elevar a estimativa do PIB per capita em muitos países menos desenvolvidos*.

As taxas de câmbio de poder aquisitivo atualizadas resultam em um aumento significativo da estimativa do PIB per capita em quase todos os países, mas os aumentos não estão uniformemente distribuídos. O maior percentual de mudanças no PIB per capita devido à revisão do índice PPC ocorreram no Iraque, na Nigéria, na Jordânia, no Kuwait, na Indonésia, na Guiana, em Gana e na Zâmbia, e esses países tiveram revisões para cima de mais de 100%. As maiores mudanças medidas em dólar internacional ocorreram no Kuwait (aproximadamente +\$ 44 mil), na Arábia Saudita (+\$ 23 mil), nos Emirados Árabes Unidos (+\$ 20 mil), na Noruega (+\$ 15 mil), e na Suíça (+\$ 12 mil). Como resultado, esses aumentos representam um PIB per capita acima de \$ 50 mil para os cinco países; anteriormente, nenhum país do Índice atingira esse patamar. Os Estados Unidos tiveram uma pequena revisão do PIB (+\$ 5.524) para também ir acima dos \$ 50 mil. Apesar das mudanças no nível do PIB per capita para países individualmente, a relação geral entre o Índice de Progresso Social e o PIB per capita continuam qualitativamente semelhantes.**

* Para mais informações, veja Ravallion, Martin. “An Exploration of the International Comparison Program’s New Global Economic Landscape.” *National Bureau of Economic Research* No. 20338. 2014. <http://econpapers.repec.org/paper/nbrnberwo/20338.htm>

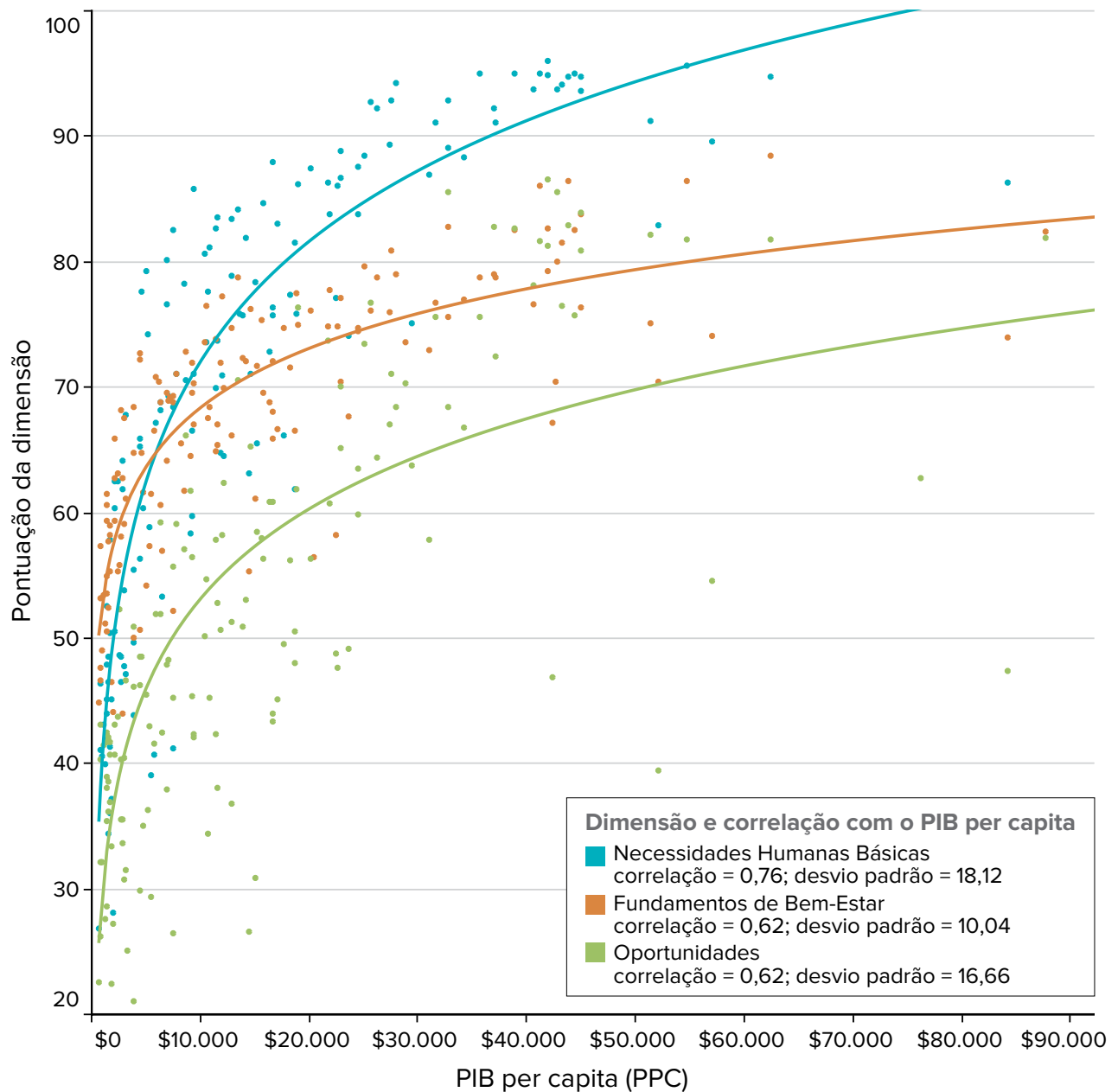
** Veja SPI post no blog “What Does Revision of the Purchasing Power Parity (PPP) Ratio Mean for the Social Progress Index?” 25 de fevereiro de 2015. <http://www.socialprogressimperative.org/blog/posts/what-does-revision-of-the-purchasing-power-parity-ppp-ratio-mean-for-the-social-progress-index#>

DESAGREGANDO A RELAÇÃO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO-PROGRESSO SOCIAL

As Dimensões do Índice de Progresso Social e do PIB per capita

Para uma melhor compreensão da relação entre o desenvolvimento econômico e o progresso social, examinamos como a relação varia por dimensão e componente. Há uma relação positiva entre renda e cada dimensão do progresso social, mas vemos padrões muito distintos para cada dimensão (ver Figura 3.2).

Figura 3.2 / Dimensões do Progresso Social em relação ao PIB per capita



Necessidades Humanas Básicas tem a correlação mais forte com o PIB per capita (0,76). Necessidades Humanas Básicas melhora rapidamente com o PIB per capita em níveis de renda relativamente baixos, e o aumento é forte. Uma vez que os países atingem o nível de renda médio-alto a alto, os dados mostram que parece haver recursos suficientes para atender às necessidades mais básicas. A dimensão Necessidades Humanas Básicas sobe mais rapidamente com a renda nos níveis baixos e continua a subir, apesar de mais lentamente, mesmo nos níveis de renda altos.

No entanto, a relação está longe de ser automática. No caso de países de renda baixa, concluímos que os países com rendas semelhantes têm desempenhos bastante diferentes em Necessidades Humanas Básicas. (Veja o Apêndice E para os dados completos sobre correlações e variabilidade). *Isso sugere que onde os recursos econômicos são mais limitados, a eficiência do país no uso desses recursos, associada à boa governança e ausência de conflitos, pode ter um impacto muito grande sobre até que ponto um país atende bem às Necessidades Humanas Básicas de sua população.*

Fundamentos de Bem-Estar se correlaciona menos com o PIB per capita (0,62). O desempenho aumenta rapidamente em níveis baixos de PIB per capita e depois se estabiliza. Acima de \$ 10 mil de PIB per capita, a dimensão Fundamentos de Bem-Estar melhora apenas marginalmente com níveis de renda mais altos. Como discutiremos, essa taxa mais baixa de aumento em pontuações na dimensão Fundamentos de Bem-Estar deve-se ao fato de que o progresso econômico traz novos desafios, como obesidade e degradação do meio ambiente, e não somente benefícios.

A dimensão Oportunidades também tem menor correlação com o PIB per capita (0,62). Talvez não seja surpresa, já que muitos aspectos da dimensão Oportunidades, como direitos e liberdades, não requerem necessariamente investimentos vultosos de recursos, mas sim normas e políticas. Contudo, para países de baixa renda, observamos uma estreita faixa de pontuação na dimensão Oportunidades, o que sugere que as possibilidades nesse quesito são restritas em rendas baixas. Não está claro se isso é consequência ou causa sem dados de um maior período de tempo.

No nível dos países de renda média, a possibilidade de maiores Oportunidades cresce, mas o desempenho se amplifica, com países pontuando significativamente alto ou baixo. A dimensão Oportunidades também aumenta mais rápido de acordo com o PIB per capita nos países de alta renda do que os Fundamentos de Bem-Estar.

Os componentes do Índice de Progresso Social e do PIB per capita

Para compreender melhor essas relações mais amplas, podemos desagregar mais os dados para examinar a relação entre os componentes individuais do modelo e o PIB per capita. Concluímos que os componentes se encaixam em quatro categorias quanto à sua relação com o PIB per capita:

1. *Componentes que demonstram melhora rápida de acordo com o PIB per capita seguido por estabilização à medida que os países alcançam pontuações próximas das máximas.* Nutrição e Assistência Médica Básica, Acesso ao Conhecimento Básico e Água e Saneamento seguem esse padrão. São componentes cujo desempenho tem potencial para melhora com investimentos relativamente modestos. É importante observar que todas essas áreas também já foram priorizadas como parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e nossas conclusões refletem o progresso significativo desses componentes em vários países com níveis de desenvolvimento econômico relativamente baixos.
2. *Componentes que demonstram um progresso contínuo acompanhando o aumento da renda que não se estabiliza até que o nível do PIB per capita seja muito superior.* Acesso à Informação e Comunicação, Habitação, Segurança Pessoal e Acesso à Educação Superior seguem esse padrão. O desempenho desses componentes melhora de forma mais lenta à medida que aumenta o PIB per capita, pois incluem problemas cujo enfrentamento é mais complexo e custoso que aqueles incluídos em componentes como Nutrição e Assistência Médica Básica. Além disso, muitas dessas áreas têm sido prioritárias para governos, doadores e organizações de desenvolvimento econômico.
3. *Componentes que incluem alguns indicadores que melhoram com o PIB per capita e alguns que tendem a piorar com ele.* Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas seguem esse padrão. Em todos esses casos, a relação entre o progresso social e o PIB per capita é matizada. Uma prosperidade maior permite que mais recursos sejam destinados para atingir esses aspectos do progresso social, mas o próprio desenvolvimento econômico pode erodir o progresso social nessas áreas.
4. *Componentes que apresentam melhoria de acordo com o PIB per capita apesar de sua relação com a renda ser altamente variável.* Liberdades Individuais, Tolerância e Inclusão e Direitos Individuais seguem esse padrão. Neste caso, parece que o motivador não é só a renda, mas normas, cultura e políticas. Apesar de não haver necessariamente uma relação entre os recursos econômicos e o desempenho nesses componentes, países de renda alta têm performance significativamente melhor que os de renda baixa e média.

Exploramos cada um desses quatro padrões em detalhes a seguir.

1. Nutrição e Assistência Médica Básica, Acesso ao Conhecimento Básico e Água e Saneamento: Pontuações praticamente perfeitas com baixo nível de PIB per capita



O primeiro grupo de componentes – Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Acesso ao Conhecimento Básico e Água e Saneamento – demonstra melhorias substanciais em níveis de renda relativamente baixos (ver Figura 3.3). O desempenho de países com PIB per capita de \$ 5 mil, apesar de baixo em termos absolutos, é surpreendentemente melhor que o dos países com PIB per capita de \$ 1.500. Com um PIB per capita de \$ 20 mil, a maioria dos países já atingiu um nível muito alto de desempenho, com pouco espaço para melhorias.

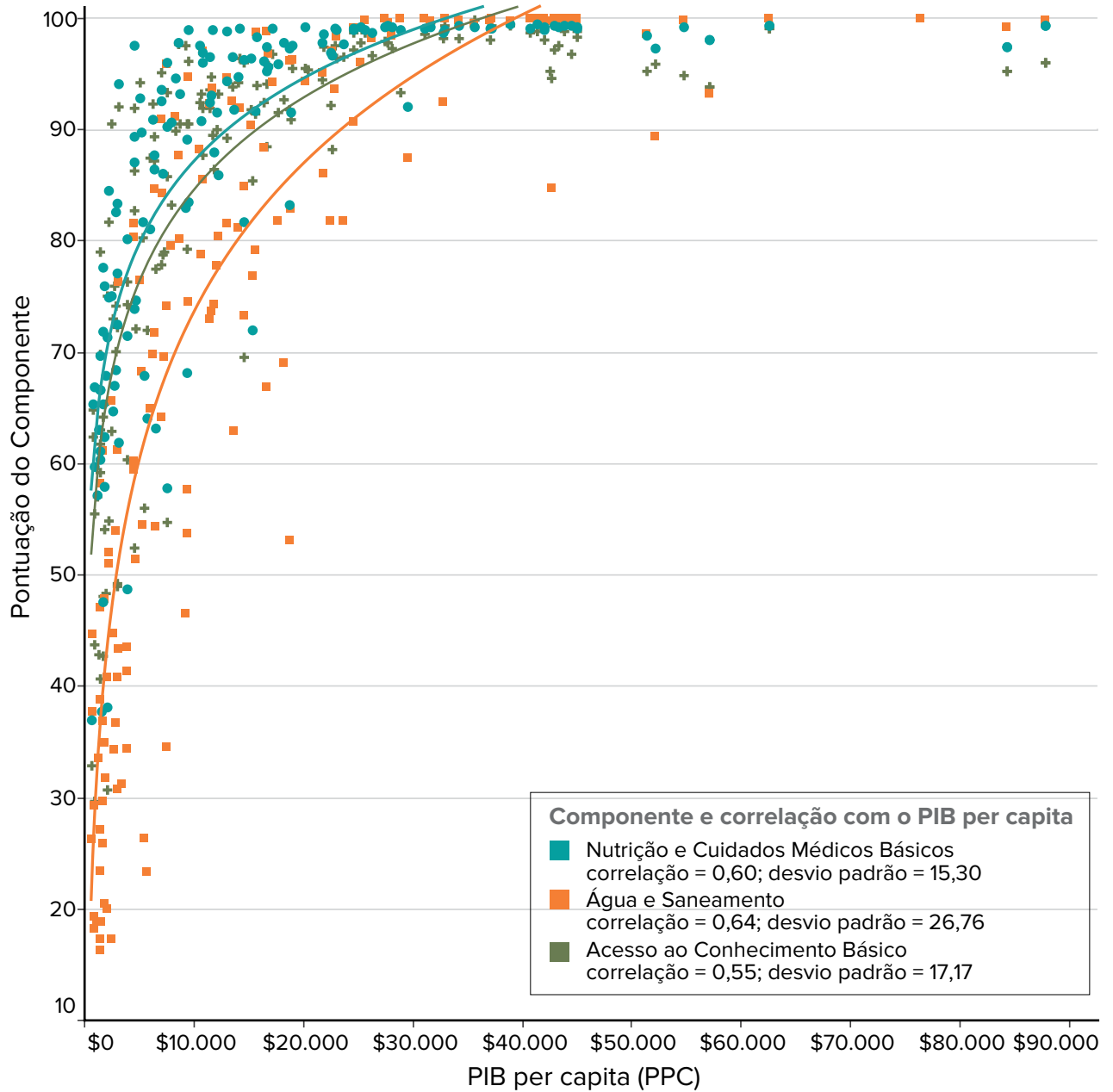
No caso desses três componentes, a relação com o crescimento econômico é maior nos países de renda média baixa, onde percebemos melhorias significativas atreladas ao crescimento da renda. A correlação entre esses componentes e o PIB per capita é baixa nos países de renda alta, pois a maioria desses países tem altas pontuações. Há, portanto, pouca variação.

Em outras palavras, atingir uma alta pontuação nesses três componentes é factível mesmo em países onde a renda é baixa e deveria estar na agenda de qualquer país que não tenha atingido alto nível de progresso nessas áreas. É de se esperar que qualquer país que tenha atingido um nível significativo de desenvolvimento econômico tenha desempenho forte nesses componentes.

Nutrição e Cuidados Médicos Básicos. Este componente demonstra melhoria particularmente rápidas com aumentos do PIB. Com PIB per capita de \$ 15 mil, a pontuação média é de 97,5%, com todos os países, à exceção de Botsuana e Gabão, atingindo pontuações acima de 90. A inclinação da curva de tendências para dos países de baixa renda sugere os sucessos dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, que incluem todos os indicadores deste componente. (Veja Box sobre o Índice de Progresso Social e os ODMs na página 86).

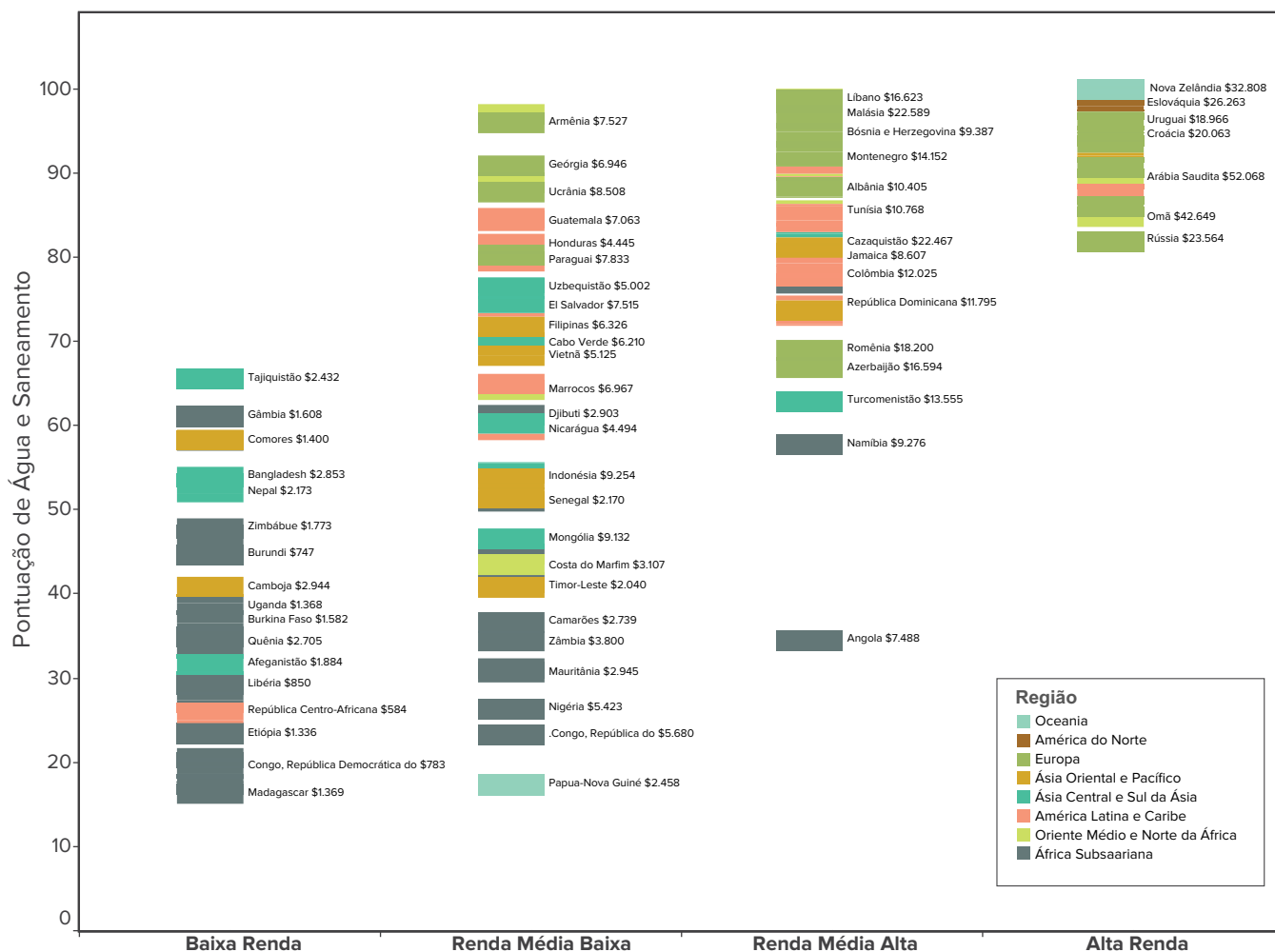
Acesso ao Conhecimento Básico. A pontuação dos países mais pobres neste componente está bem abaixo dos resultados em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, mas converge rapidamente. Em muitos dos países mais pobres, a alfabetização continua problemática, abaixo de 50%, e a taxa de matrícula no ensino primário, é de apenas 80%. Alguns países, como Ruanda, Tanzânia e Malawi, têm potencial para melhorias no futuro. Apesar de atualmente suas taxas de matrículas no ensino secundário serem baixas, têm taxas altas no ensino primário.

Figura 3.3 / Pontuações em Nutrição, Cuidados Médicos Básicos, Água e Saneamento e Acesso ao Conhecimento Básico x PIB per capita



Água e Saneamento. Apesar de ter havido grandes progressos, Água e Saneamento continua a ser um desafio para muitos países. No Zimbábue, na Gâmbia e em Comores, somente um terço da população tem acesso a água encanada. Na maioria dos outros países com PIB per capita abaixo de \$ 2 mil, esse número é ainda menor: menos de 10%. Países de renda média-baixa exibem uma variação significativa neste componente, sendo que muitos atingem pontuações semelhantes às dos países com rendas das mais altas, enquanto outros estão muito abaixo do grupo dos países mais pobres. As pontuações variam entre 17,40 em Papua-Nova Guiné (PIB: \$ 2.458) e 97,05 no Egito (PIB: \$ 10.733). Como ilustrado na Figura 3.4, países do Leste Europeu e da América Latina têm pontuação superior à dos países da África Subsaariana. O acesso médio a água encanada nos países de renda média-baixa é de 47% e a saneamento melhorado, de 60%. Isso sobe para 79% e 86%, respectivamente, nos países de renda média alta, e para 95% e 98% nos países de renda alta.

Figura 3.4 / Relação de Água e Saneamento com Renda

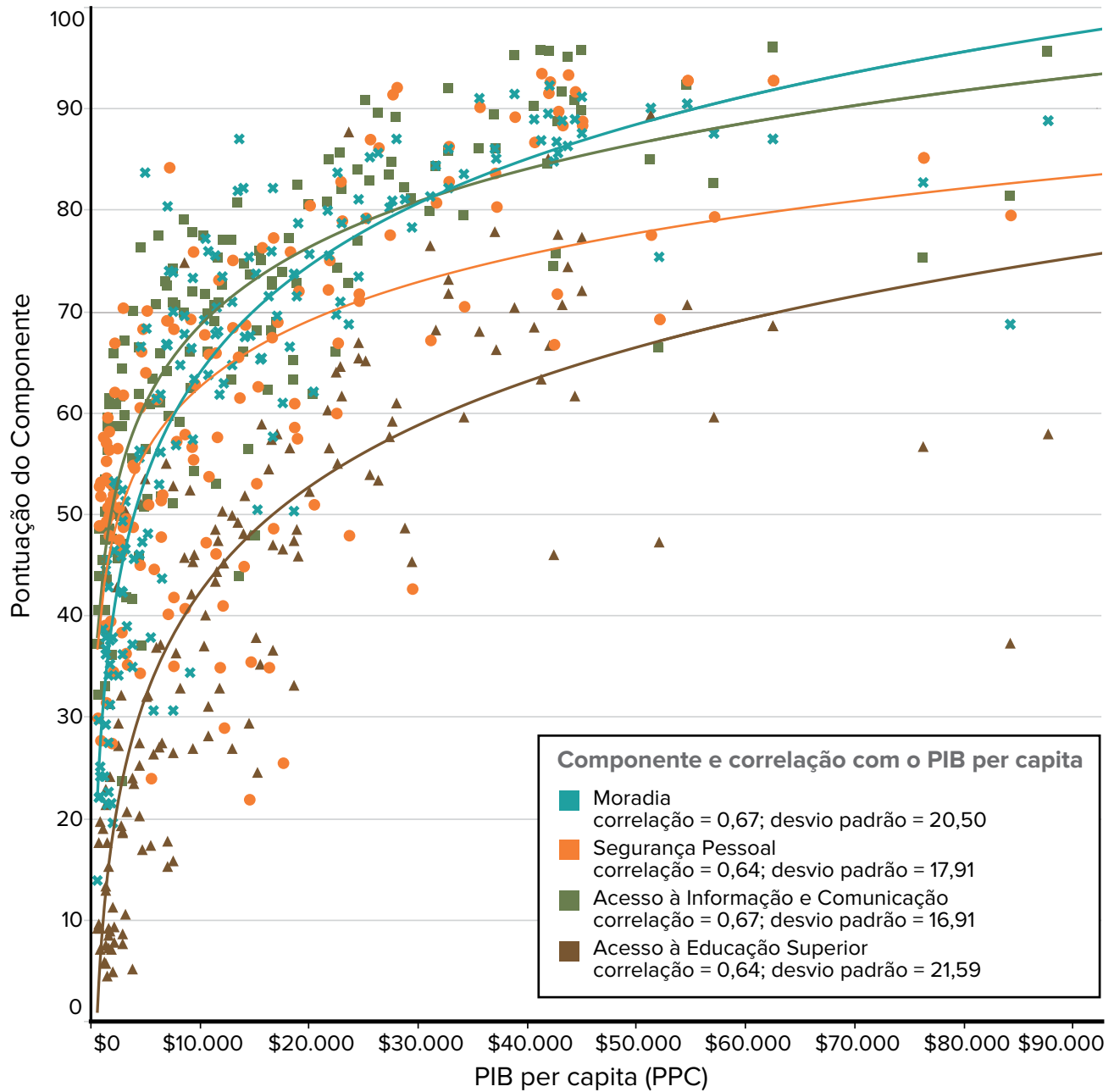


2. Acesso à Informação e Comunicação, Moradia, Segurança Pessoal e Acesso à Educação Superior: altamente atrelados ao PIB per capita



O segundo grupo inclui os componentes – Acesso à Informação e Comunicação, Moradia, Segurança Pessoal e Acesso à Educação Superior - que também estão fortemente atrelados ao PIB, mas não sobem tão rápido quanto o grupo anterior (ver Figura 3.5). Todos os quatro componentes alcançam seu maior nível de desempenho com PIB per capita de aproximadamente \$ 40 mil. É interessante observar que essa relação mais tênue entre o IPS e o PIB per capita se manifesta nos componentes de todas as três dimensões do Índice. Por exemplo, Acesso à Educação Superior tem sua origem na dimensão Oportunidades, e o componente Moradia está incluído na dimensão Necessidades Humanas Básicas. O que, sim, é comum entre esses quatro componentes é que atingir progresso nessas áreas provavelmente requeira investimento sistemático a longo prazo (ex.: desenvolvimento de um número adequado de moradias ou implementação de um sistema educacional terciário são atividades de longo prazo e que requerem grande volume de capital). À medida que os países superam o nível mínimo de desenvolvimento econômico, podem ir além das prioridades relacionadas com os Objetivos do Milênio e conquistar o progresso social de maneira mais ampla.

Figura 3.5 / Pontuações em Acesso à Informação e Comunicação, Habitação, Segurança Pessoal e Acesso à Educação Superior em relação ao PIB per capita



Acesso à Informação e Comunicação e Habitação. Esses dois componentes apresentam melhoria de grande impacto entre os menores níveis de PIB e um PIB de aproximadamente \$ 10 mil. Acesso à Informação e Comunicação e Moradia apresentam a correlação mais forte com o PIB per capita entre os países de renda média-baixa. Isso sugere que à medida que avançam além das questões básicas priorizadas pelos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, os países conseguem atender a uma gama mais ampla de necessidades das suas populações.

Os países nórdicos e do Leste Europeu geralmente têm desempenho forte no componente Acesso à informação e Comunicação, enquanto a maioria dos países do Oriente Médio, onde a liberdade de imprensa e o uso de internet são precários, têm desempenho fraco.

Apesar de o número de mortes relacionadas com a qualidade ou acesso à energia elétrica e com a poluição do ar doméstico melhorar consideravelmente em níveis relativamente baixos de PIB per capita, a disponibilidade de casas a preços acessíveis apresenta pouca correlação com a renda. Com exceção da Mongólia e do Cazaquistão, os países asiáticos têm pontuações relativamente altas. O Leste Europeu tem desempenho geralmente fraco em comparação com o norte e o oeste da Europa. O Uzbequistão e a Tailândia apresentam bom desempenho em Moradia, com alta satisfação pela disponibilidade de casas a preços acessíveis e pelo acesso quase universal à energia elétrica.

Segurança Pessoal. Os países de renda alta tendem a ter bom desempenho em Segurança Pessoal, ao passo que os países de renda baixa apresentam desempenho ruim. Apesar de Segurança Pessoal fazer parte da dimensão Necessidades Humanas Básicas, é no nível dos países de renda alta que esse componente mostra a correlação mais contundente com o PIB per capita. Na verdade, a melhoria na média das pontuações da renda baixa à média-baixa e à média-alta é bastante pequena. Não está claro se para obter altos níveis de segurança é preciso que o PIB per capita seja alto ou vice-versa. Contudo, há variação considerável entre os países de renda média, com Segurança Pessoal especialmente insuficiente no Oriente Médio, África Subsaariana e América Latina.

Acesso à Educação Superior. Como era de se esperar, o Acesso à Educação Superior e a renda estão fortemente atrelados, mas as pontuações em geral continuam baixas no mundo todo, até nos países de renda alta. O Acesso à Educação Superior tem maior correlação com os países de renda média-alta, o que sugere se tratar de uma prioridade específica das economias emergentes. Entre os países de renda baixa, a média de anos de escolaridade entre as mulheres é maior no Tajiquistão (12,2) no Zimbábue (9,4) e no Quênia (9,2) e menor no Afeganistão (0,6). Entre os países de renda alta, a maior média de educação terciária é a da Rússia (1,76) e a dos Estados Unidos (1,76) e a menor é do Kuwait (0,28) e a do Uruguai (0,29).

3. Sustentabilidade dos Ecossistemas e Saúde e Bem-Estar: Elementos que têm correlação tanto positiva quanto negativa com o PIB per capita



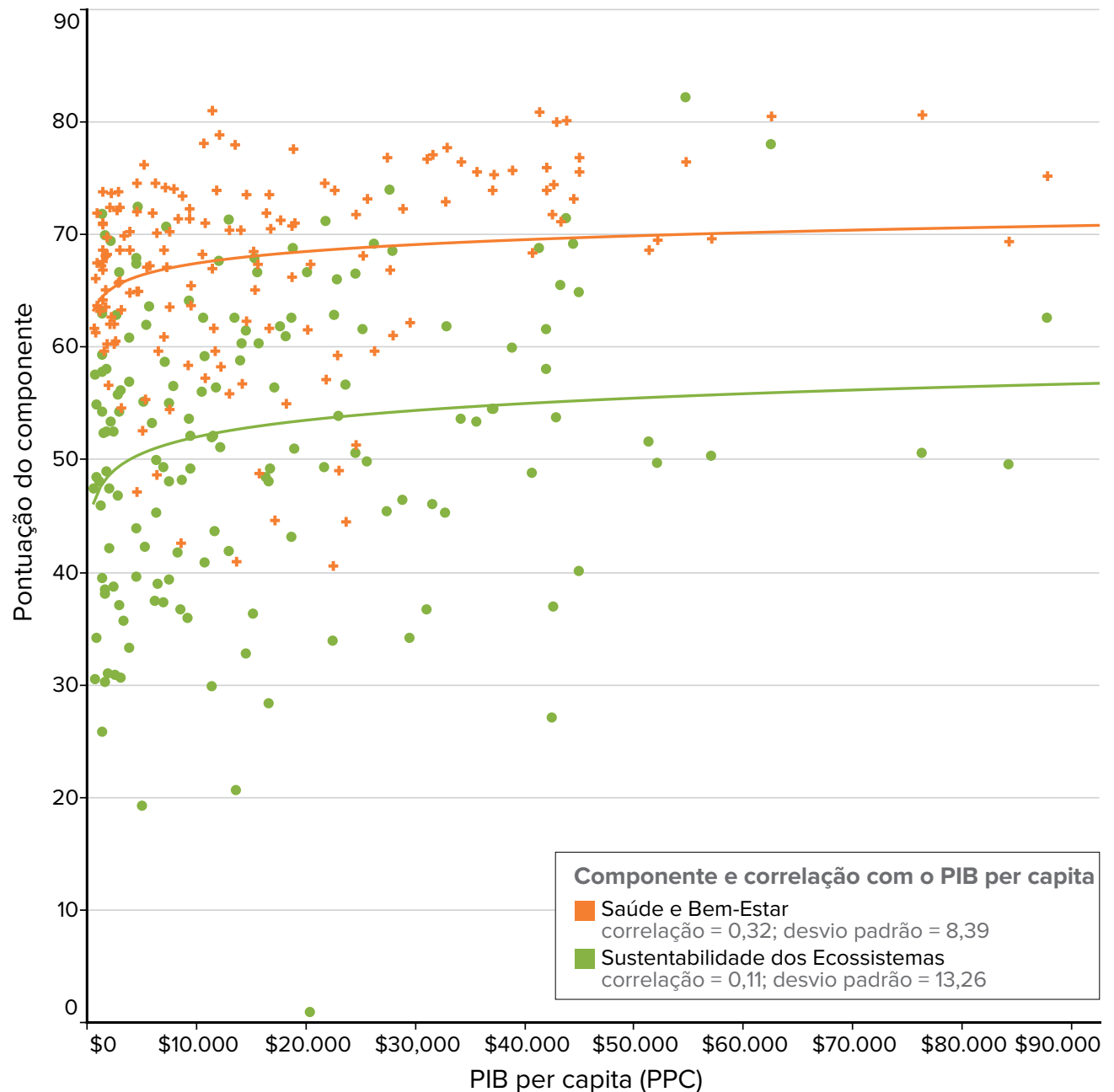
Dois componentes: Sustentabilidade dos Ecossistemas e Saúde e Bem-Estar têm uma relação complexa com o PIB (ver Figura 3.6). Por um lado, cada um desses componentes tem elementos individuais que tendem a melhorar com o desenvolvimento econômico e outros elementos que têm uma relação neutra ou até negativa com o desenvolvimento econômico. Consequentemente, a relação entre esses componentes e o PIB per capita é geralmente desigual. Mais do que todos os componentes no Índice, Sustentabilidade dos Ecossistemas e Saúde e Bem-Estar sinalizam as tensões associadas ao desenvolvimento econômico. Lidar com o baixo desempenho nesses componentes é uma política prioritária para praticamente todos os países de renda alta. Os países de renda baixa e média-baixa que ainda não sentiram os efeitos negativos sobre a saúde pessoal e a ambiental têm a oportunidade de se desenvolver de forma mais sustentável.

Sustentabilidade dos Ecossistemas. Há forte variação neste componente. Alguns países apresentam desempenho forte e outros, fraco independentemente da faixa de renda ou da região. Os países de renda média-alta têm correlação negativa entre as pontuações do componente Sustentabilidade dos Ecossistemas e o PIB per capita, indicando que, para esse grupo, os desafios associados ao aumento da renda são maiores que os benefícios. Os países de renda média-baixa, por sua vez, apresentam relação levemente positiva com a renda. Os países de renda alta apresentam a correlação negativa mais forte no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas, refletindo as pressões sobre o meio ambiente que muitas vezes acompanham o desenvolvimento econômico.

O desempenho no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas parece estar atrelado ao legado, à política e ao planejamento ambientais de um país. Suíça, Noruega e Eslovênia têm boa pontuação neste componente, assim como Laos e Uganda. Apesar de Laos e Uganda não pontuarem bem em emissões de gases de efeito estufa, demonstram relativamente pouca pressão sobre os recursos hídricos e o habitat. A Líbia registra a pontuação mais baixa de todos os países em qualquer componente: 0,96.

Saúde e Bem-Estar. Como acontece no componente Sustentabilidade dos Ecossistemas, Saúde e Bem-Estar correlaciona-se negativamente à renda no caso dos países de renda média-alta, num grau ainda maior, refletindo a maior complexidade do enfrentamento dos desafios da saúde à medida que a renda dos países aumenta. Os países de renda média-baixa sofrem o mesmo efeito,

Figura 3.6 / Pontuações em Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas em relação ao PIB per capita



mas em menor intensidade. Os países de renda alta, porém, mostram correlação positiva entre renda e Saúde e Bem-Estar. Isso indica que a resposta aos novos desafios da saúde melhora em níveis de renda mais altos.

À medida que a renda aumenta e a assistência médica melhora, diminui o número de mortes prematuras por doenças não transmissíveis e, obviamente, a expectativa de vida sobe. No entanto, em uma faixa de renda relativamente baixa, os benefícios das melhorias no fator desnutrição são

4. Direitos Individuais, Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão: Pouca ou nenhuma correlação teórica com o PIB

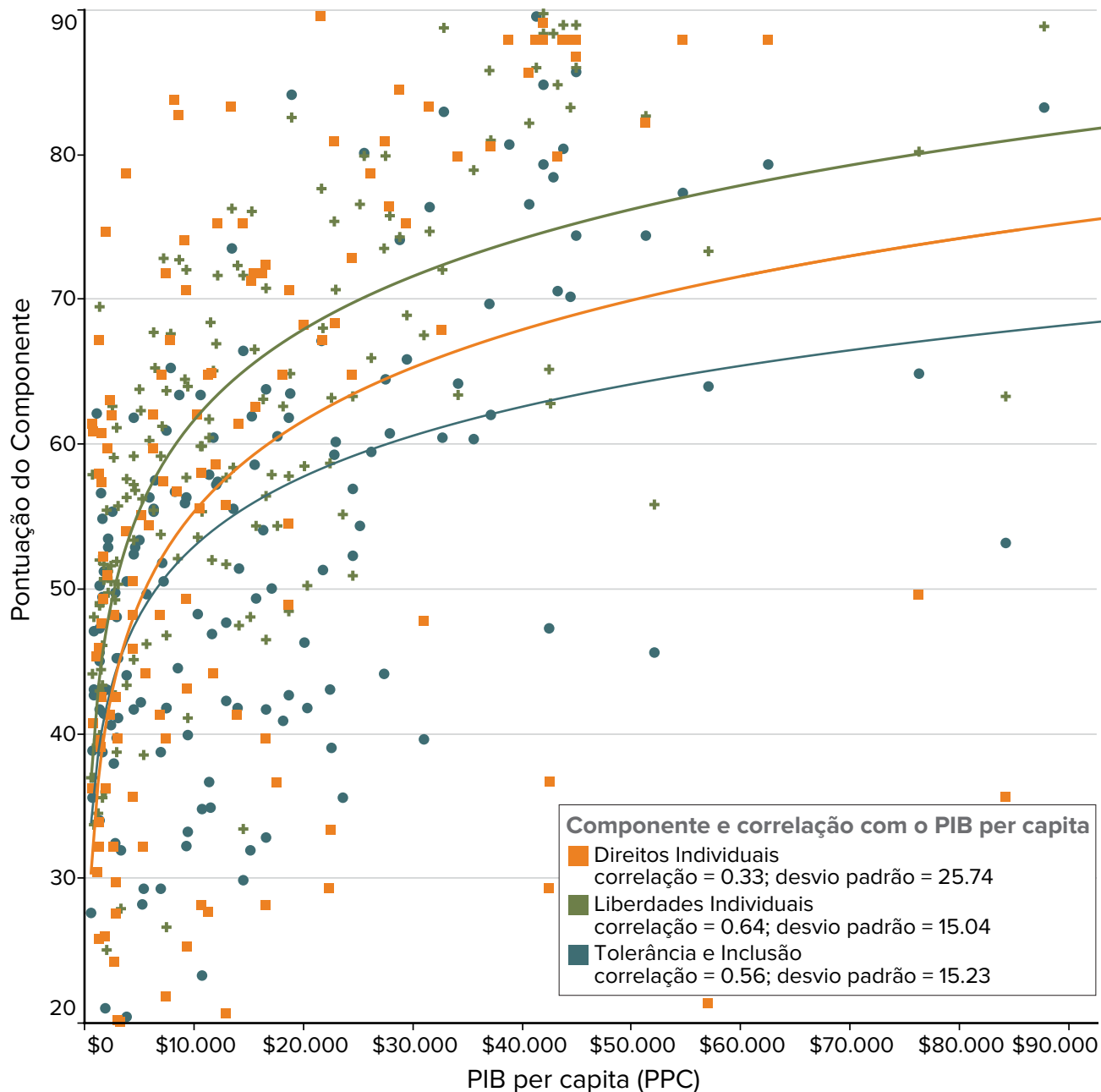


O último conjunto de componentes – Direitos individuais, Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão – apresenta a relação mais complexa com o desenvolvimento econômico (ver Figura 3.8). No caso da maioria dos componentes no Índice de Progresso Social, o aumento da renda oferece maior probabilidade de bom desempenho (embora isso não seja garantido). Mais recursos podem ser traduzidos em mais infraestrutura de saúde pública, melhores escolas e cidades mais seguras, por exemplo. Esses três componentes não apresentam a mesma relação com os recursos econômicos; no entanto, os países de renda alta têm maiores pontuações comparado aos países de renda baixa. Não se sabe ao certo se há uma relação causal e, se houver, em que direção se move. Esses três componentes mostram pontuações médias mais altas à medida que aumenta a renda, sendo que as médias dos países de renda alta excedem em muito as dos outros três grupos.

Direitos Individuais. O componente Direitos Individuais apresenta a variação mais ampla de pontuação de todos os componentes em qualquer grupo de renda. Isso não causa surpresa, já que recursos econômicos não são necessários para garantir direitos individuais. A correlação com a renda é levemente positiva entre os países de renda baixa ou média-baixa, mas é negativa entre os países de renda média-alta e alta devido às baixíssimas pontuações de alguns países ricos, sobretudo no Oriente Médio. Muitos países de renda média-baixa têm boas pontuações no componente Direitos Individuais, em especial o Cabo Verde, assim como Gana, Timor-Leste e Mongólia. O Oriente Médio e o Norte da África como grupo têm má pontuação no componente Direitos Individuais. A Tunísia é o país com a maior classificação na região, ocupando a 65ª posição. Sua pontuação é de 57,99.

Liberdades Individuais. A correlação entre o componente Liberdades Individuais e renda é positiva em todas as faixas de renda, mas é mais forte nos países de renda média-baixa. Apesar de ficar abaixo de Direitos individuais, o componente Liberdades Individuais também apresenta alto grau de variabilidade. Os primeiros 25 colocados no componente Liberdades Individuais são todos países de renda alta, mas abaixo desse nível há grande variação de pontuações, com desempenho forte e fraco em todas as faixas de renda. No grupo de renda baixa, Ruanda é um caso atípico positivo devido especialmente à sua autoproclamada liberdade de escolha e a uma taxa baixa de casamentos infantis comparada a de outros países da África.

Figura 3.8 / Pontuações em Direitos Individuais, Liberdades Individuais, e Tolerância e Inclusão em relação ao PIB per capita

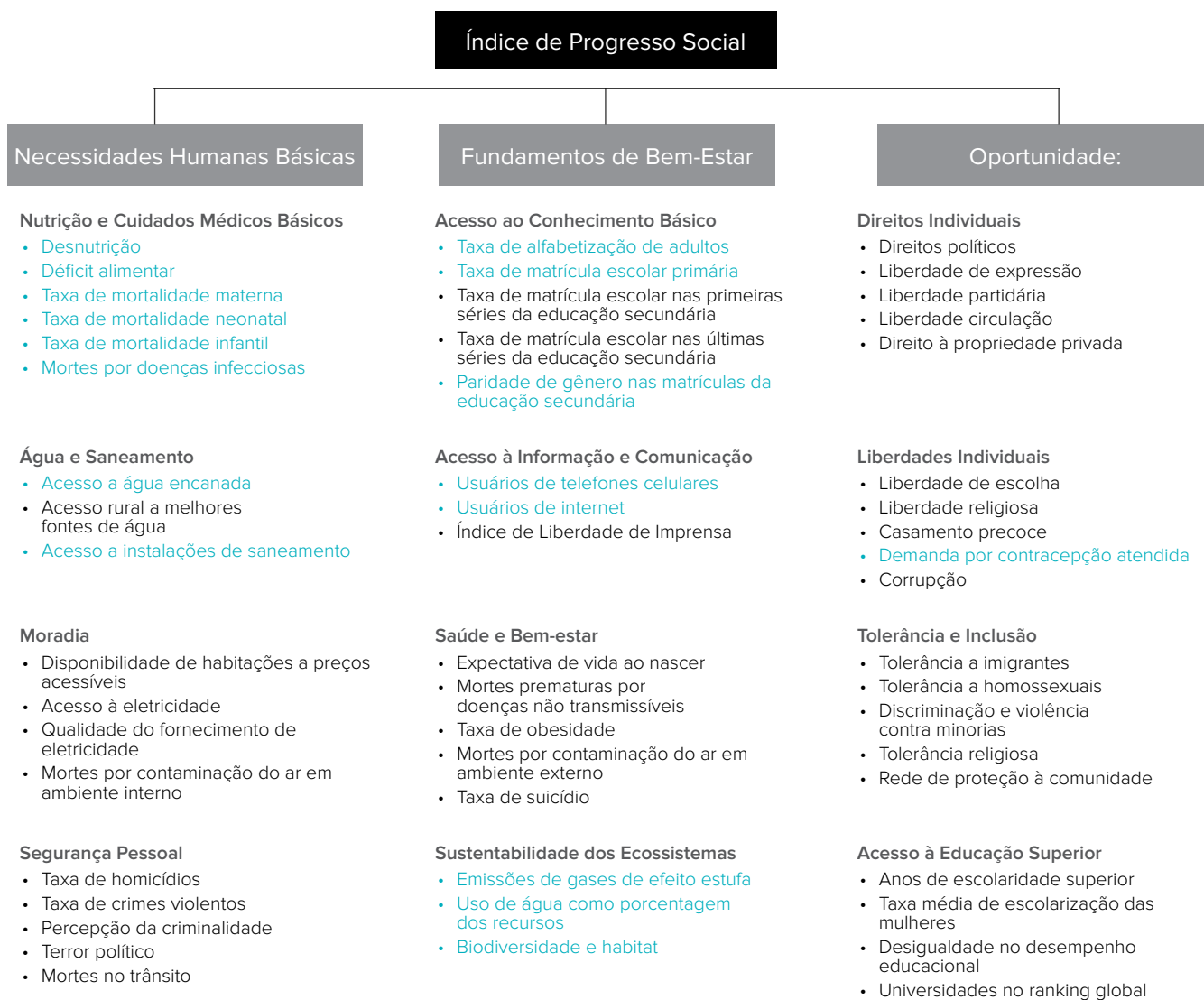


Tolerância e Inclusão. Como em Liberdades Individuais, todos os países com melhor desempenho no componente Tolerância e Inclusão estão no grupo de renda alta; contudo, a correlação com o PIB per capita é baixa. O componente Tolerância e Inclusão apresenta uma relação positiva com a renda nos países de renda alta e baixa, porém uma correlação bastante negativa nos países de renda média. No caso deste componente, parece haver uma relação mais forte com a região geográfica que com a faixa de renda (ver Figura 3.9).

O ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO

O Índice de Progresso Social e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) se sobrepõem em indicadores essenciais da saúde e nutrição básicas, educação, acesso a tecnologia e de sustentabilidade ambiental. Contudo, o Índice de Progresso Social vai acima e além dos principais motivadores dos ODMs, pobreza e fome, acrescentando-se medições de moradia, segurança, de assuntos mais avançados de saúde, bem como várias medições de oportunidades. A figura 3.10 abaixo mostra a sobreposição entre o Índice de Progresso Social e os indicadores dos ODMs.

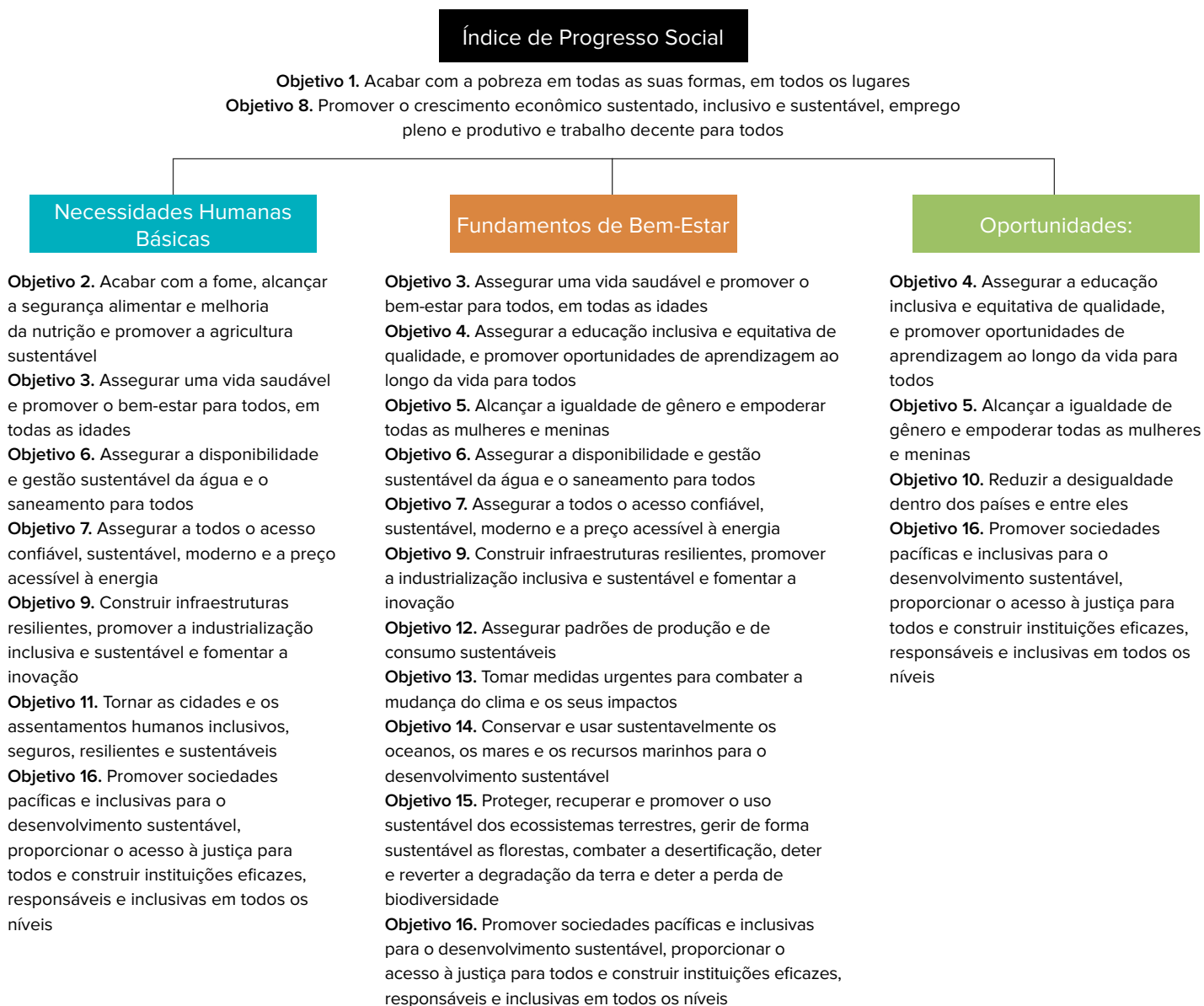
Figura 3.10 / Indicadores Compartilhados Entre o Índice de Progresso Social e os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio



A dimensão Oportunidades é um elemento crucial do progresso social. Por meio da proteção dos direitos individuais, da tolerância para todos os membros da população e do acesso à educação superior, as pessoas de um dado país têm maior chance de atingir seu potencial pleno.

Neste ano, o mundo refletirá sobre o progresso alcançado nos últimos 15 anos em relação aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio e lançará os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): um novo conjunto de metas ambiciosas para direcionar as prioridades mundiais de desenvolvimento. Os 14 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão ainda mais alinhados. Nosso mapeamento dos objetivos preliminares atuais em relação ao modelo do Índice de Progresso Social está abaixo.

Figura 3.11 / O Índice de Progresso Social e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



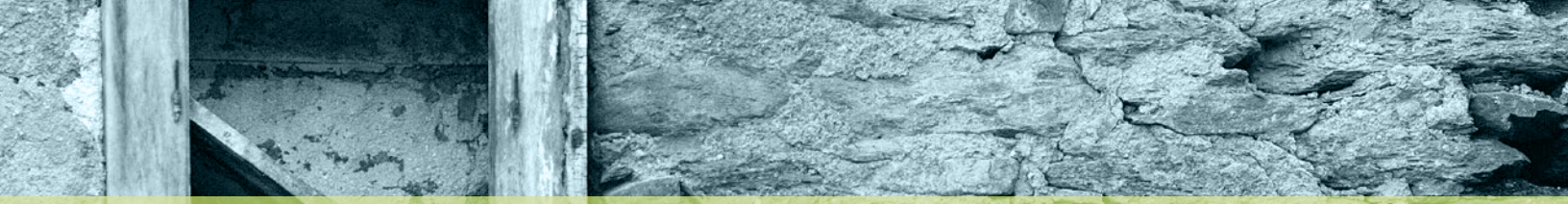
CONCLUSÕES

Nossos resultados sugerem implicações importantes para os legisladores. Para simplificar, estratégias de desenvolvimento baseadas puramente no desenvolvimento econômico são incompletas. Uma estratégia de crescimento inclusivo deve abordar diretamente as melhorias no progresso social. Veja, no capítulo 6, um estudo de caso de como o governo do Paraguai incorporou essa lógica a seu Plano Nacional de Desenvolvimento para 2030.

A necessidade de abordar diretamente o progresso social é essencial para países em qualquer nível de desenvolvimento. Mesmo nos países mais pobres, onde há uma relação positiva entre progresso social e PIB per capita, percebemos diferenças importantes de inclusão do desenvolvimento. Isso resulta em implicações importantes para doadores do programa internacional de assistência ao desenvolvimento ao ordenar suas prioridades. Muitas alocações de ajuda baseiam-se excessivamente nas medições do PIB per capita, como discutiremos a seguir (ver Capítulo 5).

Diversos países de renda média ou superior, até aqueles com níveis relativamente modestos de PIB per capita como \$ 10 mil, atingiram pontuações próximas das máximas em componentes como Acesso ao Conhecimento Básico. Nossos resultados sugerem que outros aspectos do desenvolvimento menos atrelados ao PIB per capita, como Saúde e Bem-Estar e Sustentabilidade dos Ecossistemas, são cada vez mais importantes à medida que a renda cresce e requer soluções específicas, em vez de depender somente do crescimento. Mesmo os países com os níveis mais altos de progresso social têm muito o que melhorar nessas áreas.

No próximo capítulo, ampliaremos nossa análise da relação entre os componentes do Índice de Progresso Social e o PIB para examinar o desempenho individual dos países em relação ao PIB per capita, uma ferramenta poderosa para orientar a priorização nas estratégias nacionais de desenvolvimento.



CAPÍTULO 4

BENCHMARKING DO PROGRESSO SOCIAL



BENCHMARKING DO PROGRESSO SOCIAL RELATIVO AOS PARES ECONÔMICOS

As conclusões do Índice de Progresso Social revelam que os países alcançam níveis muito diferentes de progresso social em níveis semelhantes de PIB per capita. Um país rico pode estar indo bem no progresso social absoluto, e assim mesmo ter um desempenho inferior em relação a seus pares de renda similar; um país pobre pode atingir níveis modestos de progresso social e, no entanto, ter um desempenho muito superior ao de seus pares com limitações de recursos semelhantes.

Vários exemplos ilustram isso:

- A Suíça alcança um nível significativamente superior de progresso social (87,97) em relação à Arábia Saudita (64,27) num nível semelhante de PIB per capita (\$ 54.697 contra \$ 52.068)
- O Uruguai atinge um nível muito mais elevado de progresso social (79,21) do que o Cazaquistão (61,38) num nível semelhante de PIB per capita (\$ 18.966 contra \$ 22.467)
- As Filipinas atingem um nível mais elevado de progresso social (65,46) do que a Nigéria (43,31) num nível semelhante de PIB per capita (\$ 6.326 contra \$ 5.423)

Neste capítulo, focaremos a mensuração do progresso social relativo, comparando o desempenho de cada país no Índice de Progresso Social com um grupo de outros países com PIB per capita semelhante. Olhando desta forma, temos percepções adicionais sobre o progresso social que não são facilmente identificadas focando exclusivamente o desempenho absoluto. Por exemplo, verificamos que Ruanda, embora classificada em 106º lugar no progresso social absoluto, está entre os dez países de melhor desempenho no mundo quanto ao progresso social relativo. Além de uma comparação global, também desagregamos o desempenho relativo no progresso social nos níveis da dimensão, do componente e do indicador. Isso nos permite tabular pontuações de progresso social específicos por país – uma ferramenta de visualização que ajuda líderes e cidadãos a identificar pontos fortes e fracos relativos no progresso social em relação a seus pares econômicos e priorizar investimentos potenciais.

MEDINDO O PROGRESSO SOCIAL EM RELAÇÃO A SEUS PARES

Para determinar o desempenho relativo de progresso social de um país e identificar seus pontos fortes e fracos, o primeiro passo é designar um grupo de mesmo nível relevante. Em nossa abordagem, usamos os outros 15 países mais similares em termos de PIB per capita¹¹. Em seguida, calculamos a mediana das pontuações de progresso social do grupo de mesmo nível (global e por dimensão, componente e indicador). Comparamos então o desempenho de um país em relação às pontuações de progresso social mediano de seu grupo de mesmo nível para identificar seus pontos fortes e fracos relativos. Um ponto forte tem um desempenho significativamente melhor do que a pontuação mediana enquanto um ponto fraco tem um desempenho significativamente pior do que a pontuação mediana¹². Um desempenho neutro não é nem forte nem fraco, mas está na mesma faixa dos pares.

Esta análise é específica por país. Cada país é comparado a um conjunto exclusivo de pares. No entanto, as próprias classificações de forças e fraquezas são comparáveis em todos os países, permitindo-nos identificar o conjunto de países com melhor desempenho — e pior — em relação ao seu PIB per capita. Isso nos permite detectar tendências não aparentes por meio de outras formas de análise. Em particular, vemos países com bom e mau desempenho em todos os níveis de renda. Um desempenho forte ou fraco no progresso social relativo é possível em todas as fases de desenvolvimento.

COMPARANDO O PROGRESSO SOCIAL RELATIVO EM TODOS OS PAÍSES

Para comparar as pontuações do progresso social global em todos os países, traçamos primeiro o desempenho de progresso social de cada país em relação ao seu PIB per capita na Figura 4.1. As faixas de cor indicam um desempenho relativo superior (verde), um desempenho inferior (vermelho) e um desempenho neutro (amarelo) em comparação com os grupos de mesmo nível. Em seguida, classificamos os de desempenho superior e os de desempenho inferior num gráfico de barras na Figura 4.2. Isso nos permite analisar os temas comuns a todos esses países e discutir algumas conclusões importantes dessas análises.

¹¹ Para reduzir os efeitos das flutuações anuais do PIB e manter a estabilidade em grupos de países, o PIB PPC médio entre 2010 e 2013 do PIB PPC ajustado é usado para determinar os grupos de países de mesmo nível. Uma descrição completa de como as forças e fraquezas relativas ao PIB per capita são calculadas está no relatório de metodologia (p. 21).

¹² A significância é determinada por uma pontuação maior ou menor que o desvio absoluto médio da mediana do grupo de comparação. (Veja o relatório de metodologia do Índice de Progresso Social para obter uma descrição mais detalhada do cálculo).

Figura 4.1 / Progresso Social em relação aos pares econômicos

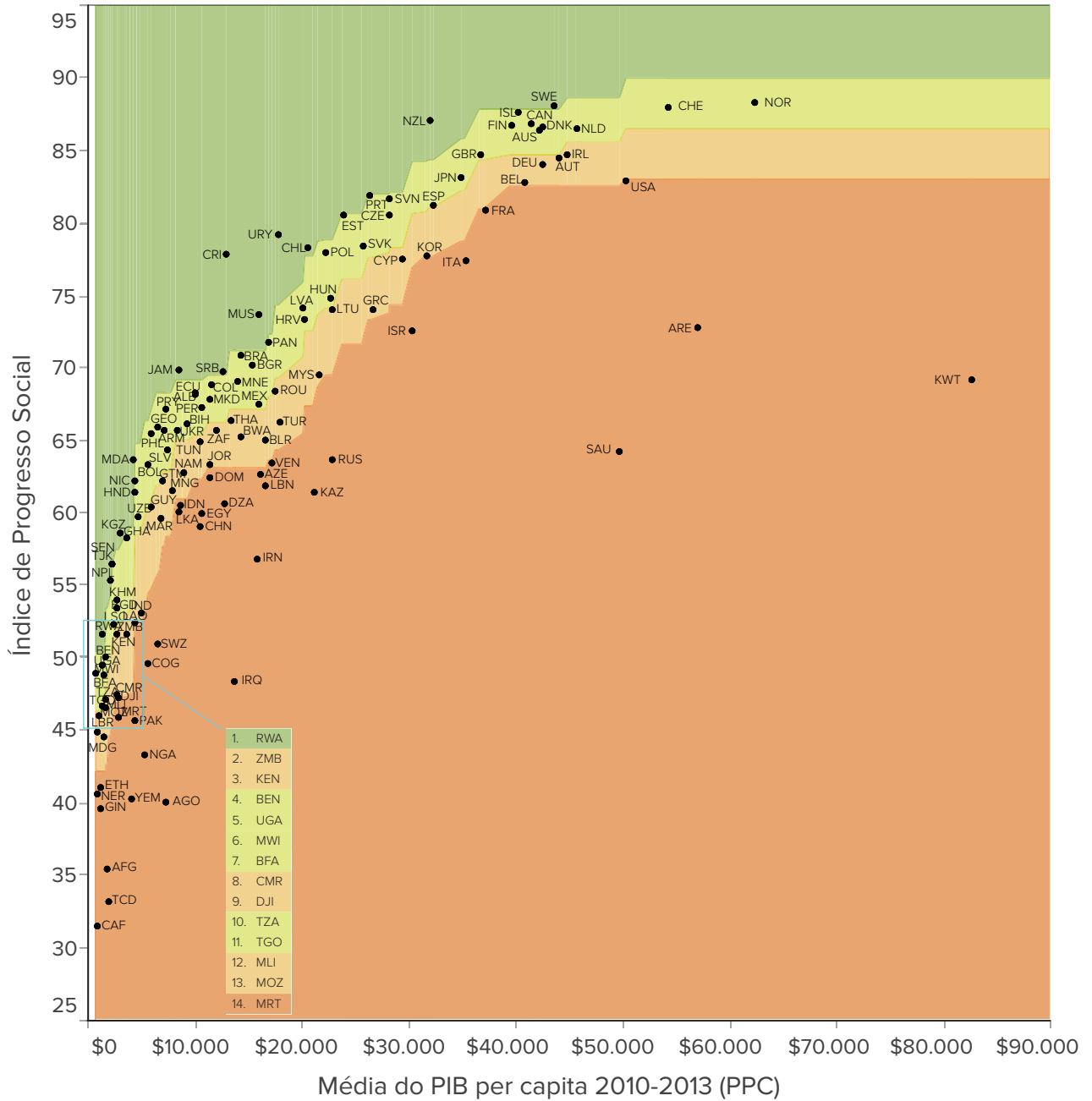
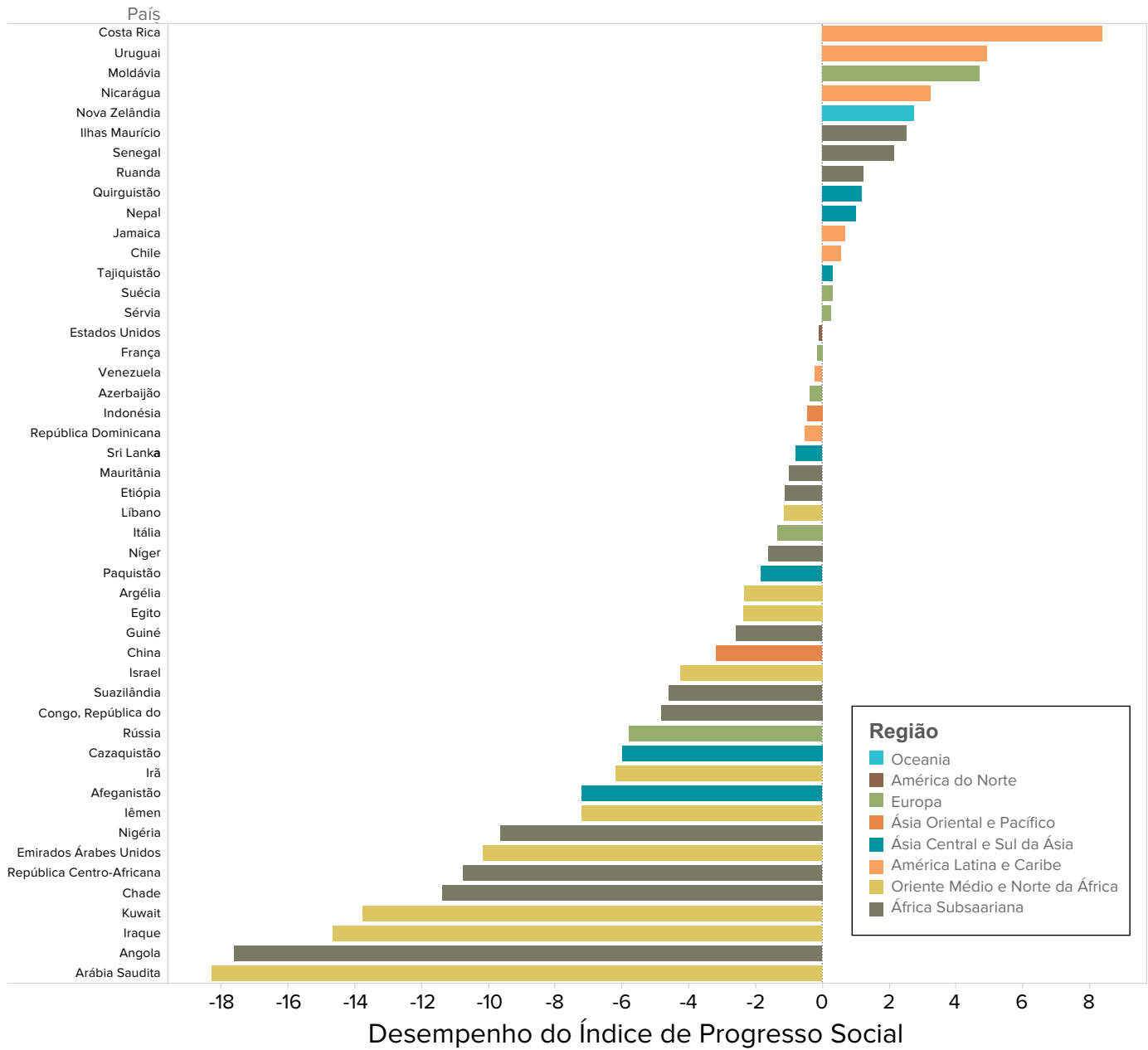


Figura 4.2/ Melhores e piores desempenhos do Índice de Progresso Social



Desempenho superior

A Figura 4.2 mostra que apenas 15 dos 133 países medidos pelo Índice de Progresso Social tiveram desempenho superior, ou seja, pontuando significativamente mais do que países com renda semelhante.

Cinco dos países com desempenho superior estão na região da América Latina e Caribe (Costa Rica, Uruguai, Nicarágua, Jamaica e Chile). Os esforços consistentes da região para construir instituições democráticas nas últimas três décadas, bem como fortes movimentos cívicos defendendo causas sociais e ambientais, permitiram a muitos países da América Latina ter um desempenho particularmente bom em relação a seus pares de renda no mundo.

Três dos 15 países com desempenho superior (Maurício, Senegal e Ruanda) estão na região subsaariana da África. É surpreendente que, embora no progresso social absoluto Ruanda esteja ainda muito longe (106º lugar), seu desempenho em relação a seus pares de baixa renda é muito forte. O exemplo de Ruanda mostra que os países devem investir no progresso social, não apenas em instituições econômicas, para criar a base apropriada para o crescimento econômico. Ruanda priorizou os investimentos no progresso social, como igualdade de gênero, redução de 61% na mortalidade infantil em uma década e taxa de matrículas no ensino fundamental de 95%, como parte integrante de sua estratégia de desenvolvimento econômico. O desempenho econômico positivo de Ruanda não teria sido possível sem a melhora nessas e outras dimensões do progresso social. Da mesma forma, o Nepal, no Sul da Ásia, tem um desempenho absoluto baixo (98º), mas tem bom desempenho em relação a seus pares similares de renda mais baixa.

Três dos 15 países com desempenho superior (Moldávia, Quirguistão e Tadjiquistão) são ex-repúblicas da União Soviética. Seu forte desempenho relativo no progresso social pode ser mais bem compreendido como uma combinação de dois fatores: fraco desempenho econômico e pontos fortes legados em alguns aspectos-chave do progresso social. Essas ex-repúblicas soviéticas são países que vêm lutando economicamente desde o desmembramento da União Soviética, devido aos desafios de transformar radicalmente seus sistemas econômicos. Por exemplo, a Moldávia é o país mais pobre da Europa (PIB per capita de \$ 4.521). Mas comparado a seus pares econômicos, tais como Paquistão, Iêmen e Gana, ela registra uma pontuação de progresso social favorável. Mais do que um verdadeiro desempenho alto no progresso social, acreditamos que a Moldávia tenha provavelmente um baixo desempenho no PIB per capita. As ex-repúblicas soviéticas também se beneficiam de um legado de investimentos anteriores em educação básica e superior e em serviços básicos de saúde. A Sérvia, outro antigo país comunista, embora fora da União Soviética, também tem baixo desempenho.

Finalmente, a Nova Zelândia e a Suécia alcançam uma forte pontuação relativa no progresso social, apesar de seu alto PIB per capita. Este é um feito significativo, dado que é mais difícil para os países mais ricos ter um desempenho superior (veja o box: Desempenho superior no Índice de Progresso Social: um alto padrão).

Não encontramos nenhum país no Sudeste da Ásia e Pacífico que registrasse uma forte pontuação relativa no progresso social. Esta é uma região muito diversificada onde os países exibem uma vasta gama de diferentes pontos fortes e fracos no progresso social. Nenhum país, no entanto, consegue um desempenho consistentemente forte o suficiente em todos os aspectos de progresso social para ter um desempenho superior. A América do Norte, com apenas dois países, também não tem nenhum com desempenho superior.

DESEMPENHO SUPERIOR NO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL: UM ALTO PADRÃO

Apenas 15 países tiveram alto desempenho em progresso social relativo enquanto 33 tiveram um desempenho fraco. Isso reflete dois fatores que dificultam aos países de renda mais elevada mostrar uma força relativa.

Em primeiro lugar, como vimos no Capítulo 3, alguns aspectos do progresso social — tais como cuidados médicos básicos e educação — mostram melhoras impressionantes em níveis de renda relativamente baixos e chegam perto da pontuação máxima de 100 em muitos dos países mais ricos. Nesse ponto, um forte desempenho relativo pode tornar-se impossível porque mesmo uma pontuação de 100 se situa dentro da faixa de desempenho “esperado” ou neutro*. O teto de 100 significa que é matematicamente impossível para alguns países ter alto desempenho nesses componentes do modelo, dificultando ainda mais um bom desempenho global.

Em segundo lugar, uma vez que é possível para um conjunto de países ricos ter uma pontuação pior que países menos ricos (por exemplo, o Kuwait, o país mais rico do grupo, pontua menos que a Jamaica, o 78º mais rico), a metodologia para o cálculo de pontos fortes e fracos define um piso, de modo que um país é mantido pelo menos no padrão dos países menos ricos. Por exemplo, o Kuwait tem apenas 53,20 pontos em Tolerância e Inclusão; se um país de riqueza semelhante, como a Noruega, fosse avaliado com base na mediana do seu grupo de pares de renda, incluindo o Kuwait, poderia parecer ter alto desempenho, mesmo que um país menos rico com a mesma pontuação, mas com menos pares de mais baixo desempenho não possa ser considerado de alto desempenho. Para eliminar essas anomalias aplicamos uma regra: que um país de renda mais alta não possa ser mantido num padrão de desempenho mais baixo que um país de renda mais baixa. Isso define de fato um piso para o intervalo de pontuações possíveis que podem ser consideradas de alto desempenho.

Um alto desempenho no Índice de Progresso Social (ou qualquer de seus componentes) é notável para qualquer país, mas particularmente para países de renda mais elevada como a Nova Zelândia. Um fraco desempenho, por outro lado, é matematicamente possível em todos os níveis de renda e, na verdade, pode ser excepcional para países de alta renda com pares de desempenho elevado. Da mesma forma, vemos muitos mais países com desempenho baixo do que alto.

**Calculado como desvio absoluto médio + 1 da mediana das pontuações dos 15 países mais próximos em termos de PIB per capita*

Desempenho inferior

Trinta e três países têm um desempenho inferior no progresso social relativo e, como vemos na Figura 4.2 e discutimos no box acima, existem muitos mais países com desempenho inferior e um grau mais elevado de desempenho inferior do que superior.

Três membros do G7 – Estados Unidos, França e Itália – demonstram fraco desempenho no progresso social relativo.

Uma constatação marcante é que países ricos em recursos, como Arábia Saudita, Kuwait, Cazaquistão, Venezuela, Nigéria e Angola, compõem um número significativo de países com desempenho inferior, assim como muitos dos exemplos mais extremos de fraco desempenho relativo significativo. Isso sugere que recursos naturais em abundância (e principalmente reservas de petróleo e gás) estão correlacionadas com desempenho inferior no progresso social. O que pode refletir uma correlação entre países ricos em recursos e instituições fracas e, às vezes, instabilidade política.

No entanto, nem todos os países ricos em recursos têm baixo desempenho. Noruega e Austrália, por exemplo, atingem níveis de progresso social semelhante ao de seus pares com renda muito elevada, sugerindo que esta não é uma relação obrigatória. Países que podem construir instituições sólidas e estado de direito podem desfrutar dos benefícios da disponibilidade de recursos para investimento no progresso social.

O fraco desempenho relativo da Rússia, pelo menos parcialmente, segue o padrão dos países ricos em recursos, mas também reflete algumas áreas específicas em que tem pontuações absolutas particularmente baixas, como Saúde e Bem-Estar.

Muitos países de baixo desempenho também são afetados por conflitos, incluindo Iraque, Paquistão, Afeganistão, Iêmen e Israel.

A China, apesar de seu progresso econômico, tem desempenho relativo baixo em progresso social. A alta taxa de crescimento da China significa que está sendo comparada a países mais desafiadores, por isso é possível que o progresso social, que é produto de investimento a longo prazo, esteja ficando para trás do desenvolvimento econômico. No entanto, não significa que todas as economias de rápido crescimento tenham baixo desempenho no progresso social, o que pode sugerir que a China enfrenta desafios de inclusão em aspectos específicos do progresso social.

Notamos que a Grécia não está entre os países de baixo desempenho, embora intuitivamente já se presumiria que estivesse. Embora a Grécia tenha atualmente um desempenho dentro do intervalo típico de seu grupo comparador no progresso social, é decorrente, em parte, de sua crise econômica. Em decorrência da recessão prolongada da Grécia, seu progresso social está agora sendo comparado com um grupo de países menos ricos do que seria antes da crise financeira. Se a Grécia for comparada com um grupo de países com base no PIB per capita significativamente mais elevado de antes da crise, mostrará uma clara fraqueza relativa. E seu fraco desempenho no crescimento econômico pode ser parcialmente devido a deficiências críticas de progresso social.

DESEMPENHO RELATIVO POR DIMENSÃO E COMPONENTE

As pontuações do Índice de Progresso Social podem ser desagregadas para mostrar o desempenho por dimensão e componente. Muitas vezes o desempenho varia em todas as áreas, com a maioria dos países mostrando seus pontos fortes e fracos. Podemos examinar o desempenho relativo dos países nas dimensões e componentes específicos. Uma visão geral sobre os países de maior e menor desempenho em progresso social relativo por dimensão e componente é mostrada na tabela 4.1 abaixo. O grau de desempenho maior ou menor é mostrado em pontos na escala do Índice de Progresso Social. Como já foi observado no Capítulo 3, alguns componentes possuem faixas de pontuação muito mais amplas do que outros, o que se reflete nos graus variados de desempenho maior ou menor mostrados abaixo. A Tabela 4.1 inclui dados de países como Butão e Zimbábue, para os quais apenas dados parciais estão disponíveis.

Países de alta renda raramente figuram entre os de maior desempenho. Isso ocorre porque, como vimos no Capítulo 3, os países podem muitas vezes obter pontuações máximas ou próximo do máximo em componentes assim que atingem o status de alta renda. Por exemplo, em Água e Saneamento, 36 países de renda alta e média-alta obtiveram uma pontuação de pelo menos 98 em 100. Portanto, existe pouco espaço para demonstrar força relativa, apesar do forte desempenho absoluto.

Os países que têm desempenho superior ou inferior no progresso social agregado estão frequentemente entre os de maior e menor desempenho por dimensão e componente. Países ricos em recursos e afetados por conflitos têm uma forte participação entre os de baixo desempenho. Países que têm baixo desempenho relativo no progresso social agregado podem também ter alto desempenho em componentes específicos. A Rússia, por exemplo, exibe o mais alto desempenho relativo em Acesso à Educação Superior. Países com desempenho global neutro são também encontrados entre os de desempenho mais forte e mais fraco, como o Peru como o de maior desempenho e a Ucrânia como um dos de menor desempenho em Saúde e Bem-Estar. Portanto, cada país terá normalmente alguns pontos fortes e fracos que podem ser melhorados.

Tabela 4.1 / Países de desempenho superior e inferior por dimensão e componente

		Melhores desempenhos	Piores desempenhos
Índice de Progresso Social		Costa Rica (+8,37) Uruguai (+4,95) Moldávia (+4,72)	Arábia Saudita (-18,27) Angola (-17,59) Iraque (-14,63)
Necessidades Humanas Básicas		Moldávia (+9,40) Nepal (+8,29) Quirguistão (+6,96)	Angola (-19,45) Congo, República do (-16,67) Nigéria (-16,53)
Fundamentos de bem-estar		Suécia (+4,14) Uganda (+3,89) Islândia (+3,82)	Líbia (-14,68) Cazaquistão (-12,71) Iraque (-12,39)
Oportunidades		Uruguai (+12,15) Costa Rica (+9,08) Jamaica (+7,87)	Arábia Saudita (-37,47) Bahrain (-30,02) Kuwait (-29,61)
Necessidades Humanas Básicas	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Quirguistão (+10,56) Moldávia (+7,80) Gâmbia (+5,28)	Chade (-24,97) República Centro-Africana (-23,93) Serra Leoa (-23,22)
	Água e Saneamento	Quirguistão (+22,87) Comores (+20,84) Gâmbia (+15,24)	Gabão (-31,71) Congo, República do (-26,28) Angola (-24,60)
	Moradia	Uzbequistão (+23,75) Moldávia (+10,33) Turcomenistão (+9,02)	Angola (-22,73) Mongólia (-22,12) Kuwait (-17,81)
	Segurança Pessoal	Butão (+17,68) Bósnia e Herzegovina (+9,34) Djibuti (+8,97)	Trinidad e Tobago (-31,37) Iraque (-27,52) Venezuela (-26,63)
Fundamentos de bem-estar	Acesso ao Conhecimento Básico	Comores (+17,94) Ruanda (+8,73) Tajiquistão (+8,42)	Angola (-25,19) Iraque (-20,69) Chade (-20,20)
	Acesso à Informação e Comunicação	Zimbabwe (+5,36) Cabo Verde (+4,38) Moldávia (+4,03)	Djibuti (-26,71) Turcomenistão (-22,61) Arábia Saudita (-19,72)
	Saúde e Bem-Estar	Peru (+6,02) Colômbia (+3,87) Vietnã (+3,58)	Cazaquistão (-24,21) Turcomenistão (-23,43) Ucrânia (-21,80)
	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Uganda (+12,67) Suíça (+11,76) Burkina Faso (+10,75)	Líbia (-52,83) Turcomenistão (-27,27) Bahrain (-27,05)
Oportunidades	Direitos Individuais	Cabo Verde (+28,20) Gana (+19,16) Timor-Leste (+15,11)	Arábia Saudita (-74,89) Emirados Árabes Unidos (-62,86) Bahrain (-54,89)
	Liberdades Individuais	Ruanda (+13,26) Uruguai (+10,35) Lesoto (+6,10)	Angola (-27,33) Arábia Saudita (-25,72) Iraque (-22,51)
	Tolerância e Inclusão	Uruguai (+21,83) Portugal (+12,85) Costa Rica (+11,29)	Arábia Saudita (-24,26) Bahrain (-22,39) Paquistão (-21,77)
	Acesso à Educação Superior	Rússia (+22,07) Ucrânia (+21,51) Quirguistão (+21,18)	Kuwait (-28,51) Bahrain (-19,78) Catar (-18,78)

AVALIAÇÃO DE PONTOS FORTES E FRACOS POR PAÍSES: PONTUAÇÃO DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

Usamos esses dados para analisar cada país em detalhe e desenvolver pontuações no nível de país. Nosso objetivo é ajudar líderes, cidadãos e observadores a identificar as forças e fraquezas relativas do país. Essas pontuações destacam prioridades e áreas urgentes para potenciais investimentos. É claro que o desempenho de um país num determinado componente pode ser influenciado por inúmeros fatores, incluindo tipo, nível e concentração de seus recursos naturais (tais como terra, mão de obra e capital), bem como suas instituições. Por exemplo, o acesso à Água e Saneamento é relativamente mais fácil para países pequenos e densamente povoados com instituições de governo eficazes em climas tropicais, do que para países grandes, com pouca densidade populacional e governos ineficazes em climas áridos. Esses fatores devem ser considerados para entender os pontos fortes e fracos relativos e ao estruturar e priorizar intervenções para reforçar o progresso social.

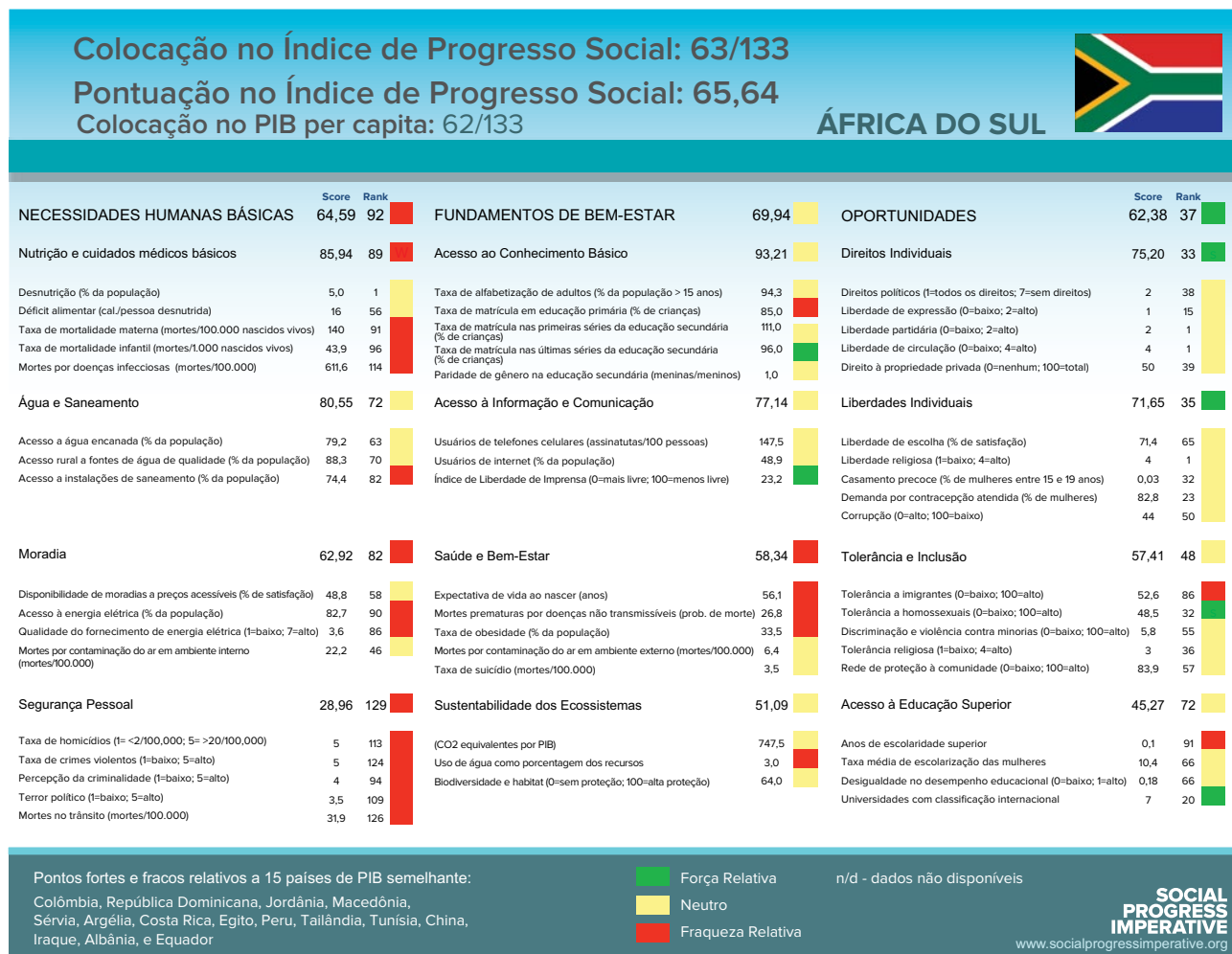
As pontuações dos países são codificadas com cores para destacar num relance os pontos fortes e fracos do país em relação a seus pares de renda. O vermelho indica um desempenho significativamente abaixo da mediana do grupo de pares; o amarelo indica um desempenho consistente com o grupo de pares; e o verde destaca uma área de força relativa.

A pontuação permite um aprofundamento do que observamos dos rankings globais de progresso social. A pontuação da África do Sul (veja Figura 4.3) proporciona um bom exemplo. No global, a África do Sul está classificada em 63º lugar no Índice de Progresso Social e em 62º no PIB per capita, mostrando um desempenho médio no progresso social relativo. A pontuação destaca os componentes específicos que levam a esses resultados e o padrão complexo subjacente ao desempenho global médio da África do Sul. Na dimensão Oportunidades, o indicador mostra que a África do Sul tem um alto desempenho em relação a seus pares econômicos, mostrando pontos fortes específicos em Direitos Pessoais e Liberdades Individuais. Isso reflete a prioridade dada a essas questões no regime constitucional pós-apartheid.

Porém a África do Sul tem um desempenho muito ruim em Necessidades Humanas Básicas, com fraquezas em três de seus componentes: Nutrição e Cuidados Médicos Básicos, Moradia e, principalmente, Segurança Pessoal. Isso reflete o legado do apartheid, dado que a infraestrutura básica era inadequada e investimentos públicos não eram considerados necessários para a maioria da população. Os dados também mostram que os investimentos desde 1994 não foram suficientes para compensar esse histórico.

Enquanto a África do Sul mostra um desempenho neutro em Fundamentos de Bem-Estar no geral, uma imagem mais matizada emerge no nível do componente. Nutrição e Cuidados Médicos Básicos (na dimensão Necessidades Humanas Básicas) e Saúde e Bem-Estar (na dimensão Fundamentos de Bem-Estar) são surpreendentemente fracos. Isso reflete as lutas significativas para conter a propagação de doenças transmissíveis, muitas vezes vista em nações emergentes com falta de uma boa infraestrutura de saúde (a epidemia de HIV/Aids da África do Sul está bem documentada e reduziu a expectativa de vida), bem como o aumento da prevalência das condições de saúde associada com a elevação da renda (como obesidade e doenças não-transmissíveis). Por meio dessas medidas de saúde, a África do Sul parece ter o pior dos dois mundos.

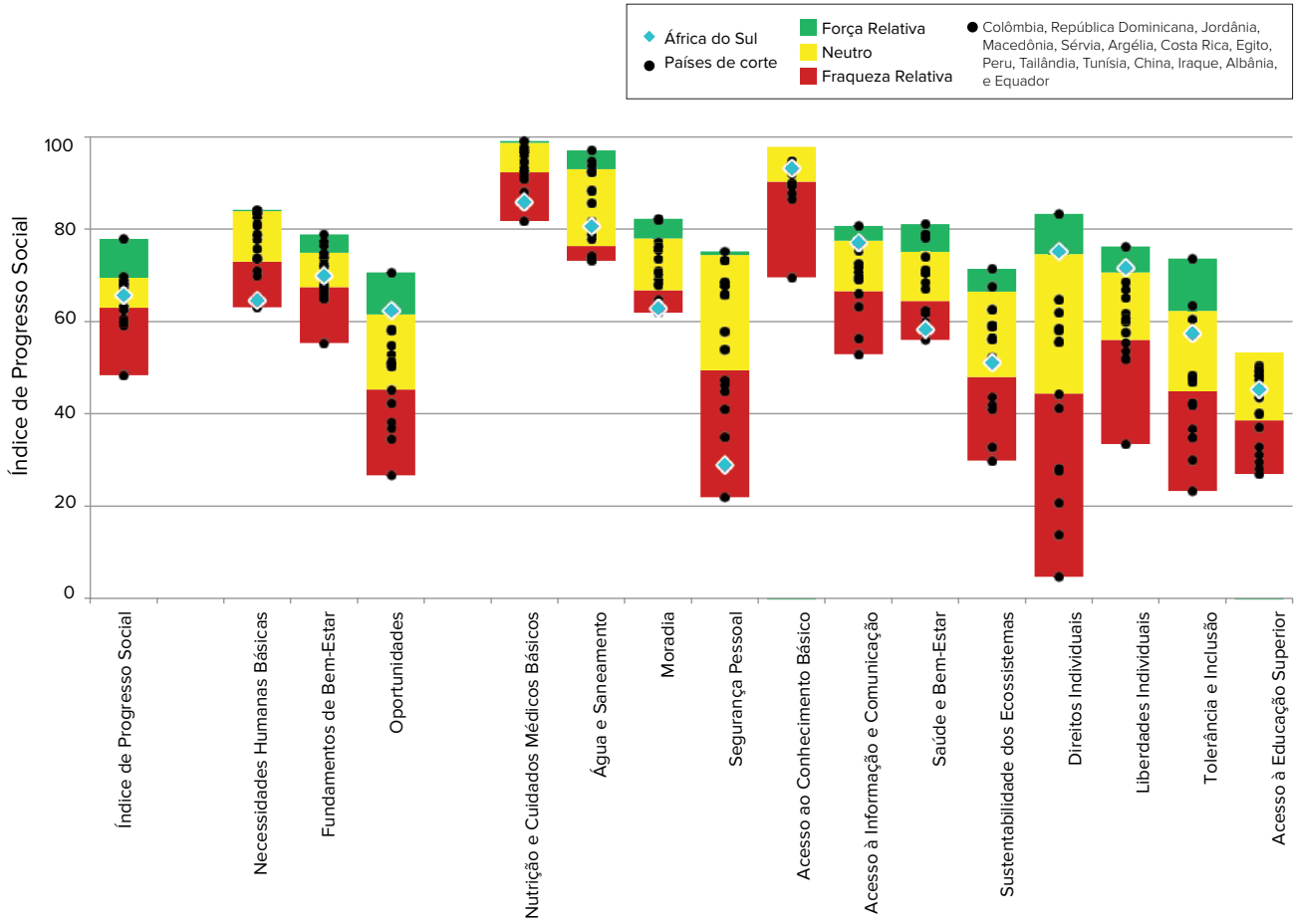
Figura 4.3 / Pontuações da África do Sul



Sua pontuação global revela que a África do Sul tem uma variedade de falhas de progresso social, abrangendo um vasto leque de questões. Uma segunda visualização (veja Figura 4.4) pode ajudar os países nas prioridades aprofundando esta análise para mostrar onde se dá a queda de desempenho do país na distribuição global das pontuações alcançadas por seus pares econômicos (com as cores vermelho/amarelo/verde novamente indicando áreas de fraqueza, neutralidade e força relativas, respectivamente). Para a África do Sul, esta visualização destaca a distância extrema que afasta a África do Sul de seus pares em Necessidades Humanas Básicas e a especial urgência em abordar Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e Segurança Pessoal. Também mostra que a África do Sul pode ter risco de baixo desempenho em Sustentabilidade do Ecossistema.

As pontuações de todos os 157 países com dados do Índice de Progresso Social e do PIB estão disponíveis em nosso site socialprogressimperative.org. Um resumo da análise dos pontos fortes e fracos relativos por país e região é apresentado no Apêndice F.

Figura 4.4 / África do Sul: Grau de desempenho superior e inferior em relação ao grupo de pares



EXEMPLOS DE PROGRESSO SOCIAL A SEREM SEGUIDOS

Além de analisar suas próprias pontuações de progresso social, os países também devem analisar as de seus pares econômicos, com o objetivo de identificar os países que conseguem, dentro de um determinado nível de renda per capita, atingir pontos fortes de progresso social relativo em áreas específicas. Como destacamos anteriormente, a Costa Rica oferece um exemplo instrutivo de desempenho de progresso social, com pontos fortes específicos nas três dimensões do modelo e nos componentes Moradia, Acesso à Informação e Comunicação, Saúde e Bem-Estar, Direitos individuais, Liberdades Individuais e Tolerância e Inclusão. Ao examinar o que é atingível entre seus pares econômicos, os países podem priorizar uma agenda de progresso social viável dentro de suas limitações de recursos.

CONCLUSÃO

Medindo o desempenho de um país em relação aos 15 de renda mais próximos, ganhamos uma compreensão mais profunda do desempenho e desenvolvimento relativo de cada país. Vemos que mesmo países de rendimento elevado podem ter fraquezas significativas em relação a seus pares, e países de baixa renda podem ter pontos fortes significativos. Olhando por essa lente, os formuladores de políticas podem melhor identificar e priorizar as áreas que necessitam de melhoria dentro de seus próprios países. As pontuações podem também fazer emergir modelos potenciais para melhoria destacando países com desempenho comparativamente alto.



CAPÍTULO 5

APLICAÇÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL



APLICAÇÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL

O Capítulo Cinco coloca o Índice de Progresso Social em prática, comparando suas conclusões com três questões críticas:

- **Desigualdade e pobreza:** Dedicando maior atenção a questões de desigualdade de renda, analisamos como o Índice de Progresso Social se relaciona com a distribuição geral de renda, assim como a incidência da pobreza absoluta e relativa. O Índice de Progresso Social oferece uma nova perspectiva a partir da qual podemos abordar esse debate polarizador.
- **Ajuda internacional:** Decisões sobre quais países recebem ajuda e até que ponto dependem de medidas de desempenho econômico, particularmente o PIB per capita. Mostramos que uma análise que vai além das medidas exclusivamente econômicas oferece uma nova percepção sobre como a ajuda internacional poderia ser estruturada.
- **Satisfação de vida:** Existe um interesse internacional cada vez maior em se usarem medidas de bem-estar subjetivo para direcionar as políticas governamentais e o envolvimento da sociedade civil. Descrevemos como o Índice de Progresso Social se relaciona com o bem-estar subjetivo e molda nossa compreensão de como tais medidas podem influenciar o debate público.

PARA UMA MAIOR COMPREENSÃO DA DESIGUALDADE E POBREZA

Nesta seção, examinaremos dois importantes indicadores econômicos usados para se fazer uma avaliação que vá além do PIB per capita e ampliar a percepção sobre a real qualidade de vida dos cidadãos: desigualdade de renda e pobreza de renda. A pobreza de renda alcançou proeminência global como um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, com a meta explícita de reduzir pela metade o número de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza, definida como menos de US\$ 1,25 por dia. Outras linhas de pobreza são usadas em países mais desenvolvidos, geralmente com base em uma proporção da renda mediana. Mais recentemente, a desigualdade de renda ganhou destaque no debate sobre crescimento inclusivo, particularmente em países mais ricos, com interesse na crescente concentração de riqueza nas mãos do “1%” mais abastado. A diminuição da desigualdade de renda se sustenta por seus próprios méritos e como forma de melhorar outros indicadores sociais. Compreender a relação entre o desempenho no Índice de Progresso Social e essas medidas baseadas na renda tem, portanto, relevância do ponto de vista analítico e das políticas públicas.

Desigualdade de renda

Para explorar a relação entre desigualdade de renda e progresso social, comparamos o índice de Gini,¹³ uma medida de desigualdade de renda muito usada, ao Índice de Progresso Social. O país com melhor desempenho no Índice de Progresso Social tem, na verdade, um dos índices de Gini mais baixos (0,250), o que significa que é um dos países mais igualitários do mundo em termos de distribuição de renda. Ainda assim, quando observamos todos os países, a conclusão surpreendente é de que existe pouca relação entre as pontuações no Índice de Progresso Social e o índice de Gini. Especificamente, encontramos apenas uma vaga correlação negativa (-0,38)¹⁴ entre os dois – isso é, apenas uma leve tendência de que, à medida que aumenta a desigualdade, diminui o progresso social (veja a Figura 5.1). Por exemplo, tomando os Estados Unidos como referência de desempenho ruim em termos de progresso social relativo e que têm um índice de Gini elevado (0,389), encontramos países com índices de Gini mais baixos que têm desempenho ainda pior – Itália (0,321), França (0,309), Egito (0,308) e Paquistão (0,296) – e países com índices de Gini mais altos e que têm ótimo desempenho em termos de progresso social – Uruguai (0,413), Nicarágua (0,57), Chile (0,503) e Ruanda (0,508).

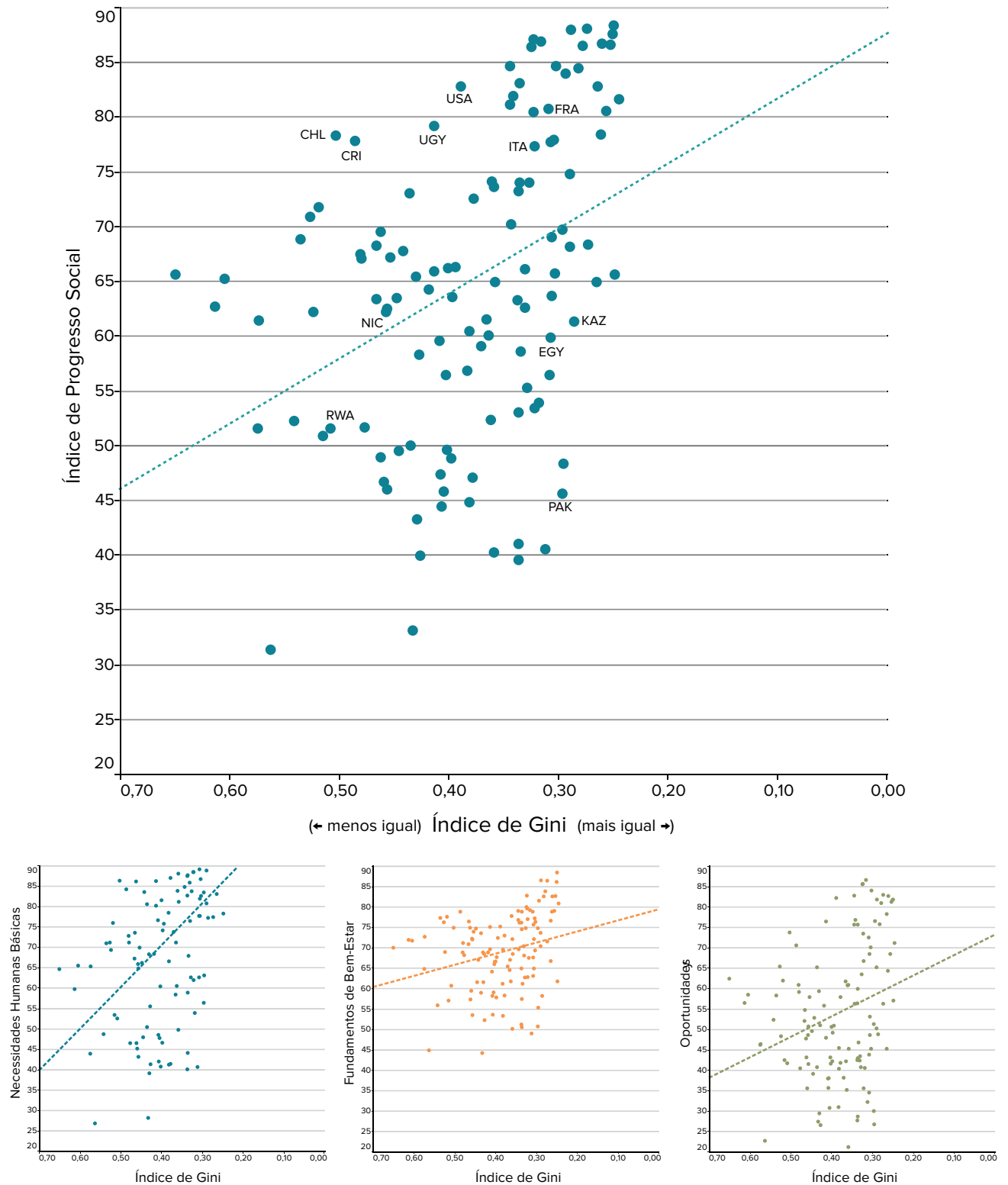
Isso pode sugerir que o nível de desenvolvimento de um país influencia a significância da relação entre progresso social e desigualdade de renda. Entretanto, quando levamos em consideração o PIB (eliminando o efeito do desenvolvimento econômico total sobre o progresso social), observamos um resultado ainda mais significativo: não existe relação estatisticamente significativa entre desigualdade de renda e progresso social como um todo. Por exemplo, Costa Rica, o país de melhor desempenho no aspecto de progresso social relativo, tem um índice de Gini de 0,486, ao passo que no Cazaquistão, país com PIB per capita similar, o índice de Gini é de 0,286 e o desempenho é significativamente ruim.

Nossa hipótese sobre essa conclusão é de que o índice de Gini, assim como o PIB per capita, pode mudar simplesmente em decorrência do que está ocorrendo no topo da distribuição de renda, não na extremidade inferior. O PIB per capita pode melhorar, e o índice de Gini pode se deteriorar se houver um aumento na renda dos mais abastados, sem mudança na posição da classe média ou pobre. O Índice de Progresso Social, por outro lado, mede explicitamente a inclusão questionando se todos os cidadãos e a sociedade como um todo alcançam resultados sociais e ambientais. Um país que exclui as mulheres, não consegue preencher as necessidades de um grupo regional ou demográfico em particular ou discrimina as minorias, por exemplo, terá um desempenho ruim no Índice de Progresso Social, independente do que esteja acontecendo com os padrões de vida médios ou no topo da distribuição de renda.

¹³ O índice de Gini mede o quanto a distribuição de renda ou as despesas de consumo entre os indivíduos ou famílias de um país se desvia de uma distribuição perfeitamente igualitária, com base em uma curva de Lorenz que compara os percentuais cumulativos da renda total recebida com o número cumulativo de recipientes.

¹⁴ Os dados do índice de Gini provêm de duas fontes. Primeiro, foram usados dados do Banco Mundial para países que não pertencem à OCDE; o ponto de dados mais recente disponível sobre cada país é dos anos de 2004 a 2011. A coerência ao relatar esses dados varia bastante de país a país e, embora os dados sejam apresentados como um único conjunto, as informações de renda subjacentes podem ser a renda disponível ou com base no consumo. Segundo, a OCDE mensura o índice de Gini no nível de renda disponível (menos os impostos e transferências) dos 34 países da OCDE. Os dados mais recentes sobre os países que fazem parte da OCDE são de 2009 a 2011.

Figura 5.1 / Índice de Progresso Social e Pontuações das Dimensões vs. Índice de Gini



Desmembrado ao nível de dimensão e considerando-se o PIB, observamos que não existe relação estatisticamente significativa entre o índice de Gini e as dimensões Fundamentos de Bem-Estar (-0,26) ou Oportunidades (-0,27)¹⁵. A única dimensão em que observamos uma correlação significativa com a desigualdade de renda (considerando-se o PIB per capita) é Necessidades Humanas Básicas (-0,50). Como descrevemos no Capítulo 3, a dimensão Necessidades Humanas Básicas apresenta a correlação mais forte com o PIB per capita (0,76) e melhora rapidamente para os países pobres em particular. Em outras palavras, mesmo depois de se levar em consideração o nível total de recursos de uma sociedade, os países que não conseguiram efetivamente garantir aos seus cidadãos a satisfação de suas Necessidades Humanas Básicas tendem também a ter uma distribuição de renda muito desigual.

Pobreza

Ao contrário do índice de Gini, as medidas de pobreza de renda necessariamente enfocam o limite inferior da distribuição de renda. Para explorar a relação entre pobreza de renda e progresso social, nos baseamos em duas medidas de pobreza: absoluta e relativa.

Pobreza absoluta extrema é definida nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio como US\$ 1,25 por dia. É um parâmetro muito baixo. Para imprimir maior relevância à nossa análise em países com níveis diferentes de desenvolvimento, usamos a porcentagem da população que vive com US\$ 2,00 ou menos por dia¹⁶ em países de renda baixa, renda média-baixa e renda média-alta.

Observamos que, à medida que as pontuações do Índice de Progresso Social aumentam, diminui a porcentagem de pessoas que vivem em extrema pobreza.¹⁷ A pobreza é correlacionada negativa e significativamente (-0,84) com o progresso social (Figura 5.2). Esse resultado é estatisticamente significativo e se mantém mesmo levando-se o PIB per capita em consideração. Ele se mantém em todas as três dimensões do Índice.

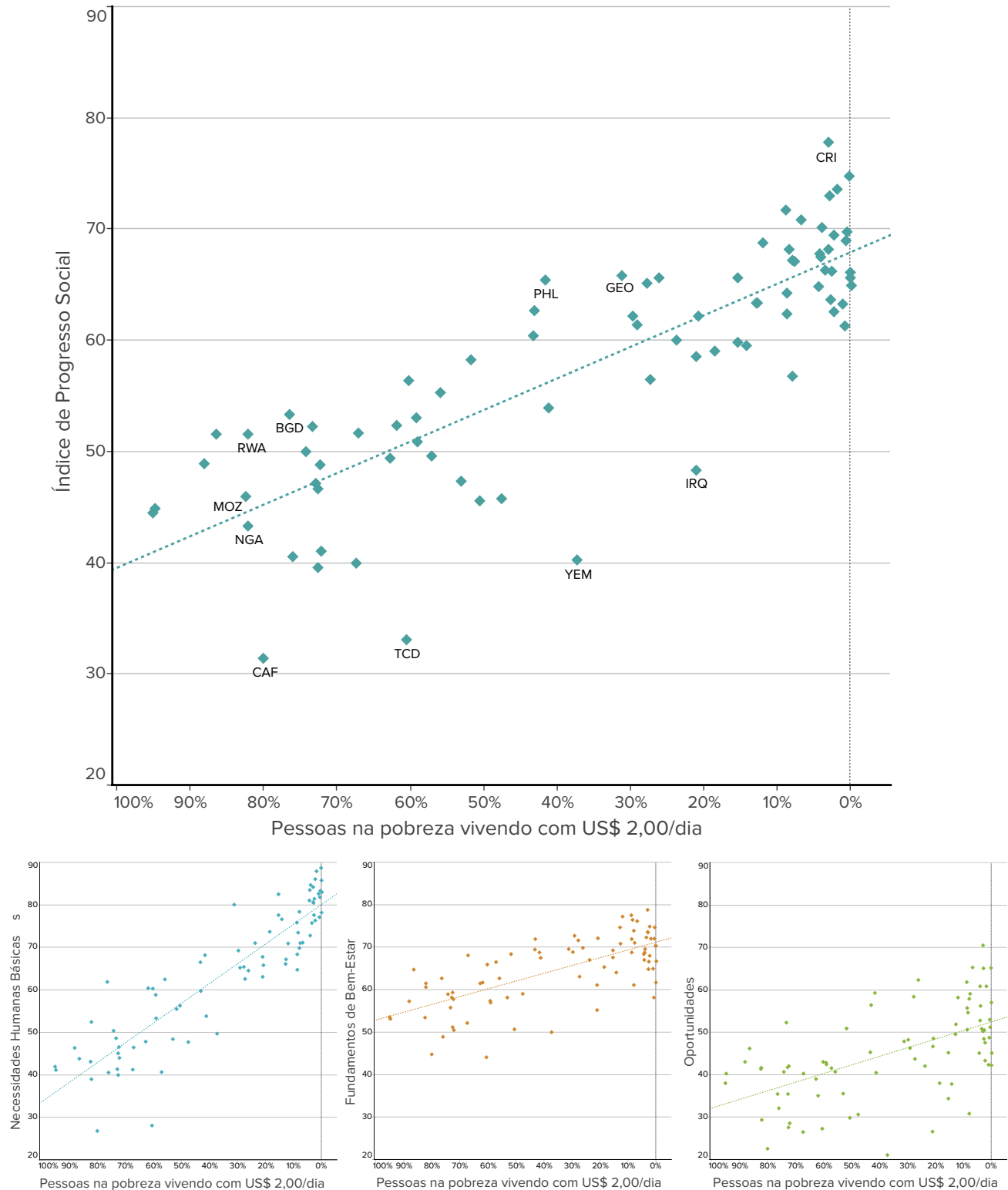
É importante entender as razões por que o progresso social, embora não cause surpresa, é associado com pobreza extrema. A relação mais direta é que, como temos observado, os países pobres tendem a ter progresso social menor e muito provavelmente têm uma proporção maior de pessoas vivendo em extrema pobreza. Isto é, para alguns países, uma simples falta de recursos é obstáculo tanto para o progresso social quanto para a redução da pobreza. Mas talvez não seja só isso, uma vez que países com rendas baixas similares podem ter desempenho muito diferente em termos de progresso social e pobreza. Considere, por exemplo, a Nigéria e Moçambique, que têm uma taxa muito alta de pobreza (82%), mas cujo PIB per capital varia consideravelmente (Nigéria \$ 5.423, Moçambique \$ 1.070) assim como a pontuação do progresso social (Nigéria 43,31, Moçambique 46,02). O progresso social baixo – a incapacidade de alcançar resultados sociais

¹⁵ Foram usadas regressões Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) para avaliar a significância das relações entre o Índice de Progresso Social, suas dimensões e medidas de desigualdade econômica considerando-se o PIB, medido como logaritmo do PIB per capita expresso em paridade do poder de compra (PPC) em dólares constantes em 2011. Houve 118 observações na amostra; a significância é medida com um intervalo de confiança de 95%. Observamos um resultado semelhante quando usamos o índice de Palma para mensurar a desigualdade de renda (correlação de -0,26). O índice de Palma é definido como a divisão da renda absorvida pelos 10% mais ricos pela parcela absorvida pelos 40% mais pobres, captando diretamente a distribuição entre ricos e pobres.

¹⁶ Dados do Banco Mundial; os pontos de dados mais recentes de cada país, variando de 2005 a 2013, a análise se restringiu aos grupos de renda baixa, média-baixa e média-alta.

¹⁷ O afinamento da amostra para países de renda baixa, média-baixa e média-alta reduz o número de observações para 80. A significância é medida a um intervalo de confiança de 90%.

Figura 5.2 / Índice de Progresso Social e Pontuações das Dimensões vs. Número de pessoas na pobreza vivendo com US\$ 2,00/dia



como um nível mínimo de nutrição, moradia ou educação, entre outros fatores – é uma manifestação direta da incapacidade de os cidadãos daquela sociedade participarem efetivamente da economia. Nos níveis baixos de desenvolvimento econômico, uma agenda de progresso social proativa é, portanto, essencial para reduzir a pobreza extrema. Garantir aos cidadãos os ativos básicos como saúde, educação primária e segurança são pré-condições para que se engajem produtivamente na economia.

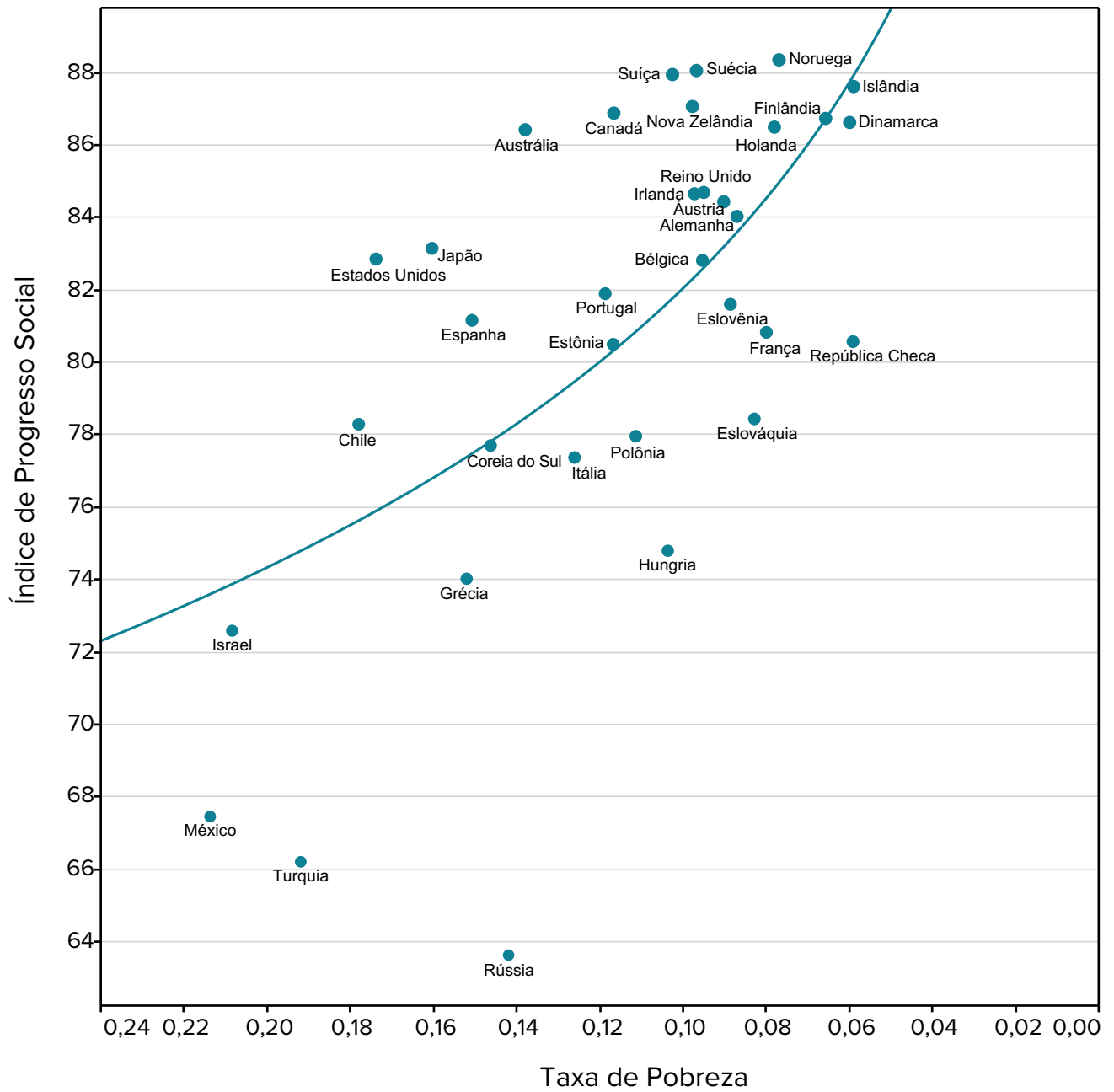
A pobreza de renda pode ser entendida em termos relativos assim como em termos absolutos. Para os países mais avançados da OCDE, um indicador padrão de pobreza relativa é a parcela de cidadãos que ganham menos que 50% da renda mediana depois da tributação e transferências. Essa linha de pobreza varia de país a país em termos absolutos, mas a relação com a renda mediana mantém-se constante ao longo do tempo. Ao contrário de medidas de pobreza extrema que estabelecem um limiar absoluto para se medir a proporção de pessoas que vivem em privação severa, a pobreza relativa é influenciada pelo desempenho mediano. Apesar disso, observamos também que taxas mais altas de pobreza relativa são associadas com pontuações menores no Índice de Progresso Social, embora a correlação seja mais fraca (-0,65) do que na pobreza absoluta (Figura 5.3).

Os cinco países com as pontuações mais altas no Índice de Progresso Social (Noruega, Suécia, Suíça, Islândia e Nova Zelândia) têm taxas de pobreza abaixo de 10,3%, ao passo que os cinco países classificados nos limites inferiores nesse grupo (Rússia, Turquia, México, Israel e Grécia) têm taxas de pobreza acima de 14%. Dentro desse amplo padrão, é interessante notar que muitos países do sul e leste da Europa tendem a ter taxas menores de pobreza e de progresso social, ao contrário dos países do norte da Europa que têm tanto progresso social mais alto quanto menos pobreza. Os países de língua inglesa, como Estados Unidos e Austrália, tendem a ter taxas mais elevadas de pobreza juntamente com progresso social mais elevado. O Japão também se encaixa nesse padrão.

Uma importante observação preliminar é de que, no caso dos Estados Unidos, o desempenho ruim em termos de progresso social relativo caminha lado a lado com pobreza elevada; países como a França conseguiram melhorar a pobreza de renda relativa e tiveram uma relativa falta de sucesso em alcançar progresso social (o desempenho da França em termos de progresso social é ruim em relação a países com um nível similar de PIB per capita). Isso pode ser reflexo de falta de avanço em aspectos do progresso social que sejam menos relacionados com a renda, como Tolerância e Inclusão. Pode também indicar alguma coisa sobre o nível de privação dos mais pobres.

Essas conclusões preliminares sugerem que a relação de mão dupla entre progresso social e diversas medidas de desigualdade de renda e pobreza de renda são complexas. O índice de Gini parece ser um indicador fraco para uma agenda de progresso social. As medidas de pobreza monetária, embora sejam melhores, trazem à tona questões importantes sobre a direção da causalidade e até que ponto os programas de combate à pobreza devem focar a renda ou as capacidades mais amplas do pobre. Aprofundaremos essas questões nos próximos relatórios.

Figura 5.3 / Pontuações no Índice de Progresso Social dos países da OCDE vs. PIB per capita



PROGRESSO SOCIAL E ALOCAÇÃO DE AJUDA

Agências internacionais de ajuda, como o Banco Mundial, o Fundo Global para Aids, Tuberculose e Malária e a Gavi, a Aliança Global para Vacinas, confiam em medidas de desempenho econômico, a Renda Nacional Bruta (RNB) em particular, para determinar que países devem receber ajuda e quanta ajuda cada um deve receber. O uso dessas medidas para alocar recursos para os mais necessitados tem tradicionalmente direcionado ajuda aos países de baixa renda. Ainda assim, essa regra de decisão está se tornando questionável à medida que um número menor de países é classificado na categoria de renda baixa. A Índia, por exemplo, que tem 292 milhões de pessoas vivendo em pobreza absoluta, atualmente é um país de renda média-baixa e, por isso, receberá menos ajuda no futuro.¹⁸ Na verdade, 73% dos pobres do mundo vivem agora em países de renda média.¹⁹

O uso de pontos de corte de renda para determinar a elegibilidade para ajuda cria o risco de que países com muita gente vivendo na pobreza podem perder a ajuda concedida à medida que ultrapassem o status de país de renda baixa e média-baixa. Pesquisa feita por Rodrigo Salvado e Julie Walz da Fundação Bill e Melinda Gates estima que, entre 2013 e 2030, 41 países passarão por essa transição com base nas projeções de crescimento do RNB.²⁰ No caso da Índia, isso significa a perda de uma ajuda oficial combinada para desenvolvimento de 40% em 2015 da Associação Internacional de Desenvolvimento, da Gavi e da ajuda bilateral do Reino Unido apenas. Essa redução de recursos ameaça enfraquecer o avanço na redução da pobreza.

O Índice de Progresso Social, ao oferecer uma perspectiva sobre os resultados sociais independentes do desempenho econômico, descortina uma nova perspectiva importante sobre as alocações de ajuda aos países, para quais programas e em que valores. Na Figura 5.4, comparamos o desempenho do progresso social de países agrupados segundo as classificações de renda do Banco Mundial (renda baixa, média-baixa, média-alta e alta). A pontuação mediana no Índice de Progresso Social desses grupos – como era de se esperar, considerando-se a correlação positiva entre progresso social e PIB per capita – aumenta a cada etapa. Entretanto, assim como existe uma variação na correlação entre PIB per capita e progresso social, observamos sobreposições significativas no desempenho entre os grupos de renda.²¹

Esse padrão se repete no nível de dimensão e componente. Na dimensão Necessidades Humanas Básicas, observamos, mais uma vez, países no grupo de renda média-alta que têm pontuação na mesma faixa dos países de renda baixa. Por exemplo, a pontuação da Angola (41,27), um país de renda média-alta, é inferior à da Tanzânia (41,39), país de renda baixa. O exame dos componentes subjacentes da dimensão Necessidades Humanas Básicas fornece uma visão mais matizada. Na

¹⁸ Dados do Banco Mundial sobre população e número de pessoas que vivem na pobreza com US\$1,25 (PPC) – dados de 2012.

¹⁹ <http://www.worldbank.org/en/country/mic/overview#1>

²⁰ Rodrigo Cesar Salvado e Julie Walz, “Aid Eligibility and Income per Capita: A Sudden Stop for MICs?” Bill & Melinda Gates Foundation, DPAF Working Paper Series 2013/05, agosto de 2013.

²¹ Essa variação no progresso social também se mantém quando os países são classificados de acordo com os quatro grupos de elegibilidade para empréstimo do Banco Mundial: AID, Misto, BIRD apenas, sem concessão de empréstimo.

Figura 5.4 / Grupos de Renda vs. Desempenho no Índice de Progresso Social

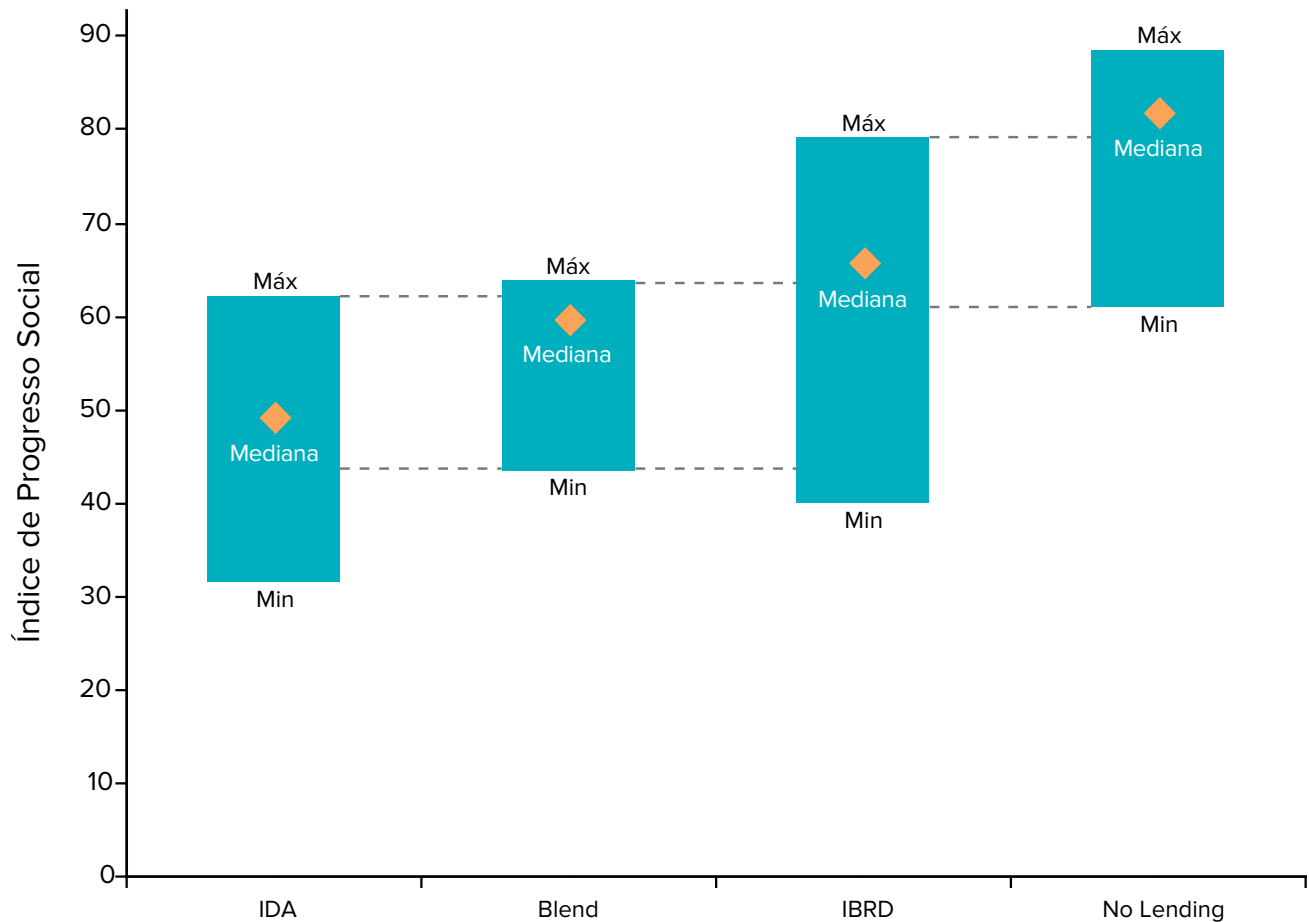
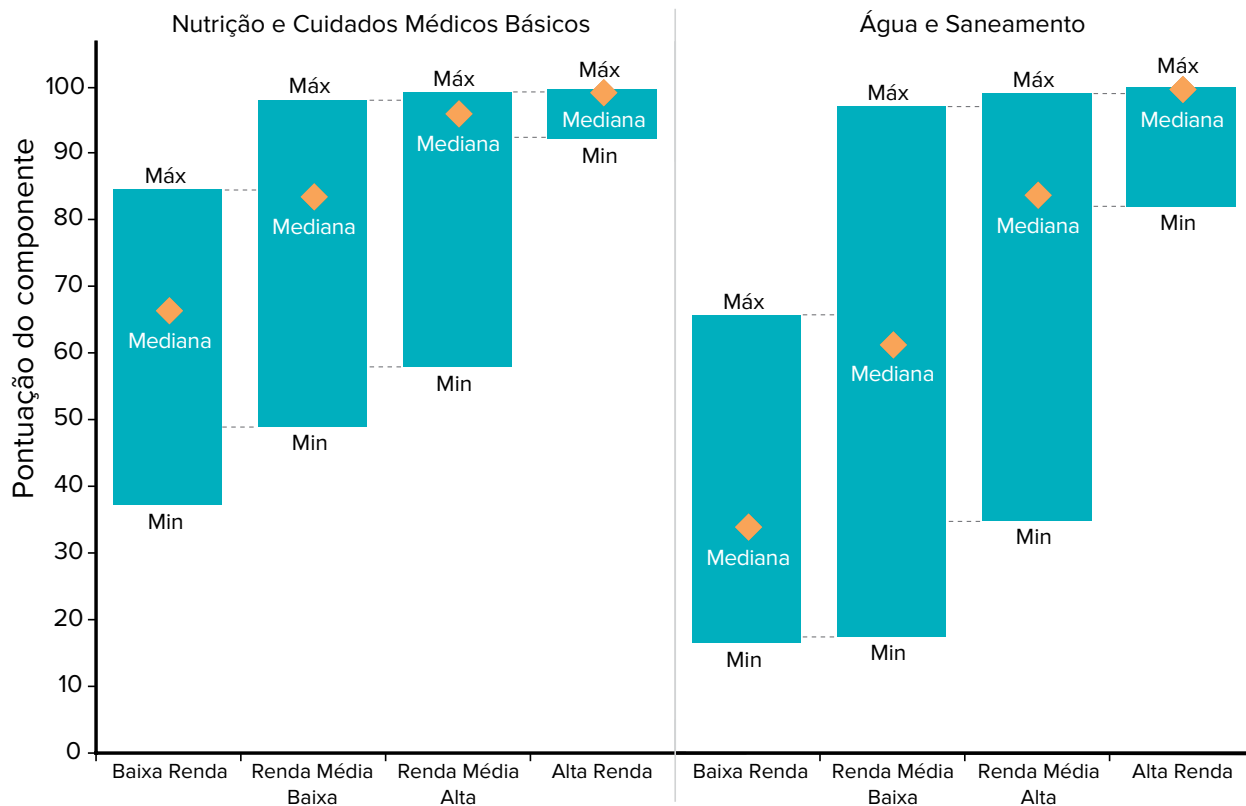


Figura 5.5, os valores medianos indicam que os países de renda média têm um desempenho muito melhor que os países de renda baixa em termos de Nutrição e Cuidados Médicos Básicos. Entretanto, alguns países de renda média (Angola, Camarões, República do Congo, Lesoto, Nigéria, Sudão, Suazilândia e Zâmbia) ainda têm desempenho abaixo da mediana de países de renda baixa. Em relação ao componente Água e Saneamento, a sobreposição é ainda maior, e muitos países de renda média mais baixa têm pontuação em uma faixa similar à dos países de renda baixa. Papua-Nova Guiné, Congo, Nigéria e Mauritânia têm pontuação abaixo da mediana de países de renda baixa.

Pontuações divergentes no Índice de Progresso Social (como um todo e no nível de dimensão e componente) tanto dentro como em diferentes categorias de renda do Banco Mundial demonstram por que é problemático confiar apenas nas categorias de renda para determinar as alocações de ajuda. No entanto, não estamos propondo que os indicadores de progresso social devam simplesmente substituir os indicadores de renda.

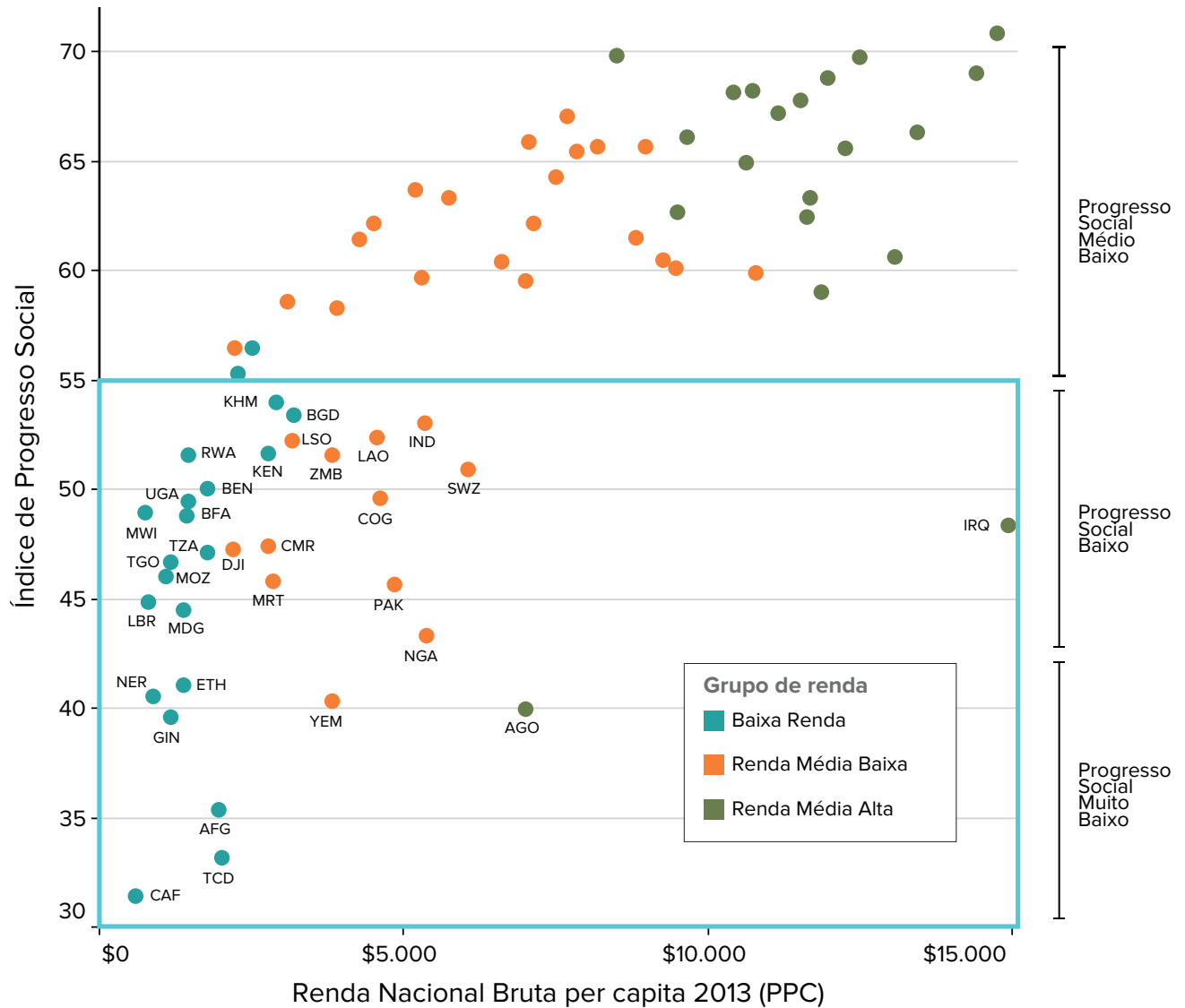
Figura 5.5 / Desempenho por Grupo de Renda em Nutrição e Cuidados Médicos Básicos e Água e Saneamento



Em casos atípicos extremos, como Angola (progresso social muito baixo apesar de ser um país de renda média-alta), a justificativa para alocação de mais ajuda financeira é fraca. Angola não está usando sua riqueza para fazer avançar o progresso social de seus cidadãos. Se houvesse vontade política para mudar essa situação, ajuda técnica poderia ser apropriada. Além disso, ajuda humanitária de curto prazo pode ser justificada para amenizar o sofrimento dos dois terços da população angolana que vivem em pobreza absoluta com menos de US\$ 2,00 por dia.

Nossa análise destaca que países que recentemente passaram do grupo de renda baixa para o de renda média-baixa, ou estão prestes a fazer isso, correm o risco de sofrer uma repentina redução na ajuda, desproporcional ao seu nível ainda baixo de progresso social. Na Figura 5.6, identificamos todos os países que se classificam nos níveis de progresso social baixo e muito baixo (pontuação abaixo de 55 no Índice de Progresso Social) comparados com o PIB per capita, observando o grupo de renda no qual eles se classificam. Observamos claramente que países como Camarões, Mauritânia, Djibuti, Lesoto, Zâmbia e Iêmen ainda têm necessidades significativas em termo de progresso social, apesar de ter atingido o status de renda média-baixa. Na verdade, mesmo no caso de alguns países mais ricos como Índia e Nigéria, isso sugere que deixar de oferecer ajuda pode ser prematuro.

Figura 5.6 / Elegibilidade para Ajuda



Reconhecemos que as organizações de ajuda tentaram minimizar o ônus inerente à transição da renda baixa para a renda média por meio de fundos de transição. No entanto, esses esquemas provisórios fazem suposições sobre a velocidade e a direção das mudanças de um país que podem não ser válidas. O Índice de Progresso Social complementa a alocação de ajuda com base na renda, oferecendo uma medida independente e holística de desempenho social de um país. Isso permite às agências de ajuda avaliar melhor as necessidades do país e alocar ajuda, garantindo que o destino da ajuda aos países se dê de forma mais eficiente, de acordo com as necessidades reais de seus cidadãos.²²

²² Andy Sumner e Sergio Tezanos Vazquez, "How Has the Developing World Changed since the Late 1990s? A Dynamic and Multidimensional Taxonomy of Developing Countries." Center for Global Development, Working Paper 375, agosto de 2014.

Progresso social e satisfação de vida

Durante a década passada, surgiu um interesse renovado na medição do bem-estar subjetivo, em termos de felicidade ou, mais precisamente, satisfação de vida, como complemento ao PIB. Observamos isso com o Relatório sobre Felicidade Mundial e o projeto de mensuração da felicidade da Agência de Estatísticas Nacionais do Reino Unido. Existe interesse também em usar a satisfação da vida como instrumento de política pública. A Comissão de Bem-Estar e Políticas Públicas do Reino Unido, por exemplo, explorou como a análise do bem-estar pode ser aplicada a vários aspectos de saúde e políticas sociais. O bem-estar subjetivo é diferente do progresso social real e menos útil como base para tomada de decisões. Mas os dois podem ser complementares e influenciar um ao outro. Esta seção explora a relação entre bem-estar subjetivo e progresso social e suas implicações.

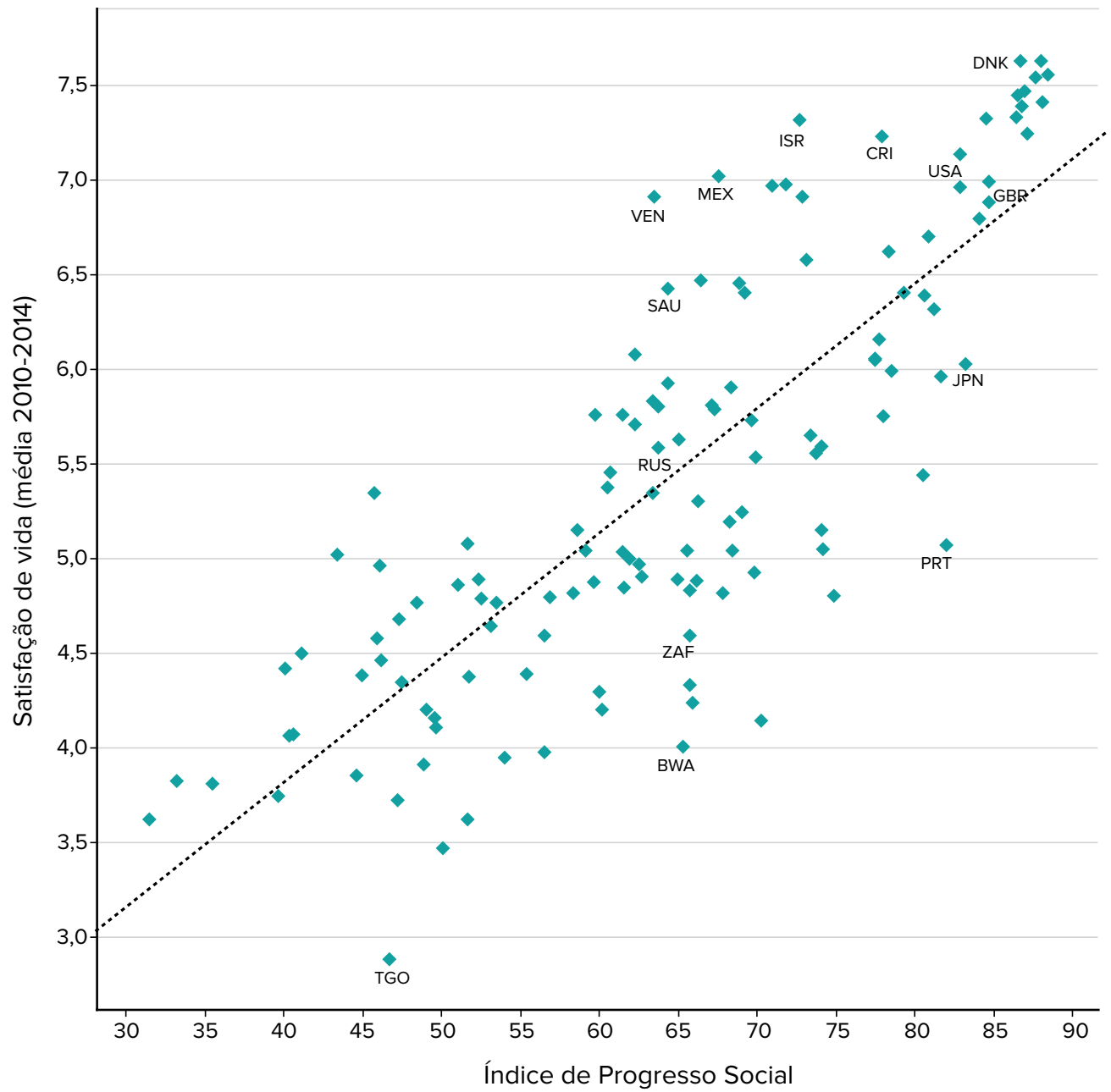
Começamos examinando a relação como um todo entre progresso social e satisfação de vida. Sabemos que ambos estão correlacionados com o PIB per capita, de modo que não causa surpresa, como mostra a Figura 5.7, o fato de o progresso social estar altamente correlacionado com a satisfação de vida. Porém, a relação é mais robusta do que isso: depois de levar o PIB em consideração, existe um impacto estatística e quantitativamente significativo do Índice de Progresso Social sobre a satisfação de vida.

No entanto, é importante observar que a relação entre bem-estar subjetivo e Índice de Progresso Social é complexa. Fizemos a análise preliminar da relação entre bem-estar subjetivo e cada dimensão do Índice de 2015. À medida que se leva o PIB em consideração, não existe impacto separado das dimensões Necessidades Humanas Básicas ou Fundamentos de Bem-estar sobre o bem-estar subjetivo; existe, no entanto, um impacto bastante consistente e independente da dimensão Oportunidades na satisfação de vida. Para colocar isso em perspectiva, é conveniente comparar a Rússia com o México. A Rússia tem um PIB per capita significativamente maior que o do México (\$ 23.564 vs. \$ 16.291) e ambos os países têm pontuação similar nas dimensões Necessidades Humanas Básicas e Fundamentos de Bem-estar. No entanto, divergem na dimensão Oportunidades (Rússia 49,19; México 60,88). No autorrelato sobre satisfação de vida, em uma escala de 0 a 10, o México tem 7,03 bem acima dos 5,59 da Rússia.

Em parte, esse resultado reflete a interação entre o Índice de Progresso Social e o PIB per capita: O PIB per capita se correlaciona com as dimensões Necessidades Humanas Básicas e Fundamentos de Bem-estar, mas tem apenas uma relação “ruidosa” com a dimensão Oportunidades. Essa conclusão traz à tona um ponto ainda mais fundamental: atenção exclusiva a indicadores econômicos como meio de elevar o bem-estar subjetivo tem como consequência desviar a atenção de aspectos de desempenho social, como Tolerância e Inclusão ou Direitos Individuais, que têm uma ligação mais fraca com medidas tradicionais de desenvolvimento econômico.

Para países como o Reino Unido e outros, que estão procurando medir e avaliar as políticas em termos de satisfação de vida, essa conclusão identifica intervenções que vão além de simplesmente aumentar a prosperidade e que provavelmente tenham um impacto positivo, incluindo direitos, liberdades individuais, atitudes sociais com relação a tolerância e educação superior.

Figura 5.7 / Pontuações no Índice de Progresso Social vs. Satisfação de Vida



Mesmo para países que não estejam deliberadamente buscando a satisfação de vida, a relação entre Oportunidades e satisfação de vida pode ser importante. É notável observar que países que passaram pela Primavera Árabe tendem a ter desempenho ruim na dimensão Oportunidades. Se a satisfação de vida estiver ligada a descontentamento social e agitação civil, os países podem desejar amenizar os riscos de desordem por meio de políticas que melhorem as Oportunidades e aumentem a satisfação de vida. Nos negócios também, as medidas de Oportunidades podem, portanto, ser uma medida útil de risco social e político. Isso exigirá mais investigações sobre a relação para entender se a dimensão Oportunidades pode ser um indicador futuro importante de instabilidade política ou do surgimento de movimentos sociais.

CONCLUSÃO

O Índice de Progresso Social oferece uma nova leitura para a avaliação de diversas preocupações sobre políticas e as iniciativas sobre como abordá-las. À medida que as preocupações sobre desigualdade e os apelos em prol de um ‘crescimento inclusivo’ tornaram-se mais fortes em decorrência da estagnação da renda da classe média em países de renda alta e o crescimento de países em desenvolvimento estimulado por indústrias extrativistas, observamos maior comprometimento com “prosperidade compartilhada” baseada em objetivos intuitivos em oposição a dados empíricos. Ao fornecer uma medida rigorosa e holística de inclusão que seja independente do PIB e de outras medidas econômicas, o Índice de Progresso Social constitui um instrumento confiável para os líderes governamentais, empresariais e da sociedade civil para aferir o desempenho, identificar prioridades para ação e acompanhar o impacto das intervenções.

No Capítulo 6, identificamos alguns estudos de caso de como o Índice de Progresso Social já está sendo usado pelos governos, empresários e organizações da sociedade civil com o objetivo de se ter um impacto positivo nas vidas de milhões de pessoas.



CAPÍTULO 6

A REDE DE PROGRESSO SOCIAL



Antonio Aranibar, Diretor de Redes do Social Progress Imperative

INTRODUÇÃO

O Social Progress Imperative capacita inovadores sociais de todas as áreas fornecendo ferramentas de medição inovadoras para construir uma língua comum que apoia a colaboração e impulsiona a mudança. Em todos os países em que atuamos, promovemos a formação de uma rede de ação local reunindo governo, empresas, a academia e organizações da sociedade civil dispostas a usar o Índice de Progresso Social como ferramenta para melhorar a vida das pessoas.

Por meio de nossas parcerias nacionais – a cada vez mais ampla Social Progress Network – estamos criando uma rede global das redes, promovida pelo Social Progress Imperative. Sob esse guarda-chuva, os primeiros a adotar já participam de atividades que usam o arcabouço conceitual e metodológico do Índice de Progresso Social como ponto de partida para ações em seus países.

Por meio de processos colaborativos, os membros de uma Rede Nacional de Progresso Social aplicam a metodologia do Índice de Progresso Social em seus países, regiões, cidades e comunidades. O Índice ajuda nossos parceiros a identificar as necessidades sociais e ambientais mais urgentes, descrevê-las em linguagem comum, priorizar recursos, alinhar intervenções, promover abordagens inovadoras e medir o impacto desses esforços.

A Rede de Progresso Social é unida pelo princípio segundo o qual o que medimos afeta as escolhas que fazemos. Nossos parceiros são campeões em elaboração de políticas baseadas em fatos e gestão baseada em resultados. Compartilham o entendimento de que a única maneira de abordar os problemas mais desafiadores é colaborando em diferentes setores. Todos estão comprometidos com a transparência e a prestação de contas, dando poder aos cidadãos por meio do direito à informação. Todos compartilham o objetivo comum de melhorar a vida das pessoas, especialmente das populações mais vulneráveis.

A REDE DE PROGRESSO SOCIAL

- 1** **O que é o IPS?**
O IPS não é apenas mais um índice. É um novo paradigma e uma ferramenta prática para o desenvolvimento
 - 2** **Quem está usando?**
Os cidadãos e as organizações inovadores e orientados para a ação comprometidos com a mudança social
 - 3** **Como eles estão usando isso?**
Promovendo a colaboração para aumentar o impacto social coletivo
- O Índice de Progresso Social estabelece um quadro global holística e robusto que pode ser consistentemente personalizado para corrigir contextos locais e realidades, permitindo diferentes níveis de desagregação, do macro ao micro. É uma **linguagem comum para o desenvolvimento**.
- A Rede de Progresso Social conecta empreendedores sociais, transformadores de desenvolvimento, empreendedores corporativos e formuladores de políticas inovadoras para melhorar o bem-estar humano. O IPS é uma ferramenta prática para os **inovadores sociais** impulsionarem a mudança social.
- A Rede de Progresso Social ativa os **processos colaborativos** para alinhar as intervenções sociais, promover a inovação social e aumentar o impacto social coletivo.

Para promover o progresso social, nosso trabalho no nível nacional combina três principais elementos:

- Processos, ferramentas e métricas inovadoras para avaliação do progresso social por meio de um modelo global que pode ser adaptado para se adequar a diferentes contextos e realidades. O modelo do Índice de Progresso Social criado para países está agora sendo aplicado nos níveis dos estados, cidades, do município e comunidades.
- Redes locais de parceiros dispostos a colaborar e alinhar seus esforços para fazer o progresso social avançar.
- Estratégias de comunicação para pôr em pauta uma nova visão do desenvolvimento.

Houve grandes avanços na América Latina, descritos abaixo, onde surgiram redes dinâmicas desde a publicação da versão beta do Índice de Progresso Social, há dois anos; sobretudo na Amazônia Brasileira, no estado do Pará e no Rio de Janeiro; no Paraguai, incluindo a participação do governo nacional; e na Colômbia, com foco especial em cidades. Em 2015, a Rede de Progresso Social se expande à União Europeia e aos Estados Unidos, colaborando com organismos internacionais como a Comissão Europeia e governos subnacionais como o estado de Michigan.

REDES DE PROGRESSO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Desde junho de 2013, vibrantes Redes de Progresso Social nacionais surgiram na América Latina e no Caribe, com participação ativa de líderes socialmente inovadores e organizações do setor privado, da sociedade civil, do governo, das universidades, promovidas por campeões em progresso social e apoiada pelas organizações patrocinadoras do Social Progress Imperative.

A apresentação das traduções ao espanhol e ao português do Relatório do Índice de Progresso Social 2014, combinada com páginas de internet nas duas línguas (www.progresosocial.org e www.progressosocial.org/brasil/), na 44a Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos em Assunção, no Paraguai, do dia 5 de junho de 2014, foi possível como resultado do dinamismo de várias redes de países na América Latina. O evento foi sediado no Paraguai pelo presidente Horacio Cartes, com a participação do secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, de ministros de relações exteriores de oito países e embaixadores de 34 países. O vice-presidente do Social Progress Imperative, Roberto Artavia, demonstrou como o Índice de Progresso Social pode ser usado para informar diferentes redes sobre a pauta regional de políticas e para destacar o trabalho de várias redes da região.



O vice-presidente do Social Progress Imperative, Roberto Artavia, apresenta o Índice de Progresso Social 2014 na Assembleia Geral da OEA em Assunção, no Paraguai.

Cada Rede de Progresso Social é liderada por um comitê de coordenação que representa todas as organizações que colaboram para promover o progresso social em uma região ou comunidade específica. A partir de 31 de dezembro de 2014, a Rede de Progresso Social contava com 117 organizações parceiras em 10 países da América Latina e do Caribe, colaborando ativamente sob supervisão das Redes Nacionais de Progresso Social.

Figura 6.1 / A Rede de Progresso Social na América Latina e Caribe



Os tipos de iniciativas em andamento incluem:

1. Posicionar o Índice de Progresso Social como a melhor medição do desempenho nacional;
2. Avaliar os desafios do progresso social no nível subnacional;
3. Promover uma agenda de pesquisa aplicada para os principais motivadores do progresso;
4. Promover abordagens inovadoras e ideias para os investimentos sociais públicos e privados; e
5. Promover compartilhamento de conhecimento em torno de ideias e abordagens bem-sucedidas e inovadoras que deem suporte ao progresso social.

As iniciativas selecionadas, atualmente em processo de implantação na América Latina, com o apoio das Redes Nacionais de Progresso Social, são:

- **Bolívia:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social subjetivo. Sob a liderança da consultoria Ciudadanía, essa iniciativa avalia as demandas dos cidadãos e as prioridades para avaliar a política pública em cinco regiões do departamento de Cochabamba.
- **Brasil:** Implementação de uma pauta de pesquisas sobre estudos do desenvolvimento e indicadores de sustentabilidade. Sob a liderança do Núcleo de Estudos do Futuro da PUC-SP (NEF/PUC-SP), essa iniciativa busca harmonizar os indicadores de desenvolvimento social comumente usados para elaboração de políticas no Brasil.
- **Brasil:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social no nível da comunidade. A Coca-Cola Brasil e a Natura juntaram forças pela primeira vez para entender as condições sociais nas comunidades da Amazônia. As duas empresas já desenvolveram ações de desenvolvimento social com comunidades da Amazônia e compram os seus produtos. Agora, em parceria com a comunidade, elas querem conhecer melhor a sua realidade e se comprometer com o seu desenvolvimento socioeconômico. Essa iniciativa fornecerá informações sobre o impacto social das empresas de forma mais ampla.
- **Chile:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social para a região Bio-Bio. Sob a liderança do Fundação Avina, Masisa e organizações regionais, a iniciativa planeja apoiar a atual agenda da “Mesa-Redonda de Sustentabilidade”, que reúna o governo regional, as organizações comunitárias e as empresas de silvicultura, para promover o desenvolvimento sustentável na região.
- **Colômbia:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social para a cidade de Bogotá. Com a liderança conjunta das três fundações do setor privado e a sociedade civil, essa iniciativa visa enriquecer o debate de políticas e apoiar a implementação de políticas públicas por meio da análise de tendências de progresso no âmbito distrital.

- **Costa Rica:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social para o setor cooperativista. Sob a liderança do movimento cooperativista, essa iniciativa aplica a metodologia do Índice de Progresso Social no nível comunitário para avaliar o impacto social do modelo produtivo das cooperativas em regiões tradicionais da Costa Rica, identificar necessidades sociais urgentes entre milhares de afiliados do movimento cooperativista e fornecer informações sobre o impacto social de vários setores produtivos.
- **El Salvador:** Desenvolvimento de uma plataforma on-line para mapear os investimentos sociais. Liderada pela Fundación Poma, uma fundação privada, essa ferramenta sintetizará os investimentos sociais atuais de acordo com os 12 componentes do Índice de Progresso Social. A Fundación Poma também tem aplicado o Modelo de Progresso Social para avaliar o impacto social em comunidades rurais de seu principal programa social, o “Libras de Amor”.
- **Guatemala:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social para a Cidade da Guatemala (veja a Caixa: A Rede de Progresso Social na Guatemala).

A REDE DE PROGRESSO SOCIAL NA GUATEMALA

Em 5 de novembro de 2014, surgiu uma nova parceria para o progresso social. O *Instituto Progreso Social Guatemala*, patrocinador institucional da *#Progreso Social Guatemala* (a Rede Guatemalteca de Progresso Social), foi lançado publicamente por seu fundador, Emmanuel Seidner, com a presença do ministro da fazenda da Guatemala Sergio de la Torre, e o vice-presidente do Social Progress Imperative, Roberto Artavia.

Emmanuel Seidner, empresário, acadêmico, congressista e fundador do *Instituto Progreso Social Guatemala*, disse: “Este é um avanço animador. A junção desse grupo composto por diversos líderes experientes de toda a sociedade civil, do meio empresarial e do governo tem o poder para transformações genuínas: aprimorar o progresso social em muitas áreas da Guatemala”. Raquel Zelaya, presidente da ASIES, disse: “Incluir muitas fontes de dados não relacionadas em uma única estrutura representa um grande desafio de coleta de dados, mas também tem a importante vantagem de ser menos sensível aos problemas que afetam algumas fontes de dados oficiais”.

Dentre as várias iniciativas, as mais avançadas têm sido lideradas pelo governo municipal da Cidade da Guatemala, em parceria com o Instituto do Progresso Social guatemalteco, para criar um índice subnacional para a maior cidade da América Central. A cidade é heterogênea em termos de renda, cultura, perfil étnico e dividida em diferentes zonas por atividade econômica. O novo Índice de Progresso Social municipal da Cidade da Guatemala abrangerá um milhão de pessoas que vivem no centro da cidade e ajudará a estabelecer uma referência que mostra onde os futuros investimentos são mais necessários para criar um forte impacto social e estimular o setor privado a investir nas zonas mais carentes de atividade econômica.

Essa iniciativa é uma genuína parceria multissetorial, incluindo vários membros do *#Progreso Social Guatemala*. Pesquisas, entre elas a construção de um conjunto de indicadores e componentes adaptados, têm sido lideradas por especialistas do governo municipal na cidade e na região (MUNIGUATE). O projeto também representa uma oportunidade para o município e o país avançarem no uso de plataformas abertas de dados. Se, por um lado, parcerias multissetoriais não são novidade na Guatemala, colaborações envolvendo o compartilhamento público de dados são raras na Cidade da Guatemala.

- **Paraguai:** Aplicação do Modelo de Progresso Social para funcionários de corporações privadas individualmente. Sob a liderança da Fundación Paraguaya, uma instituição de microfinanciamento, essa iniciativa tenta avaliar as condições de vida da força de trabalho em corporações privadas no intuito de promover melhorias em sua qualidade de vida.
- **Trinidad e Tobago:** Desenvolvimento de um Índice de Progresso Social subnacional. Sob a liderança conjunta do Ministério do Planejamento e Desenvolvimento Sustentável e da Universidade das Índias Ocidentais, essa iniciativa oferecerá um mapa de progresso social e um novo modelo para mensurar o desempenho nacional. Ela busca fortalecer a produção de dados, analisar o bem-estar e as condições de vida dos cidadãos e oferecer um modelo de política pública e investimento social para o país.

BRASIL: INDICADORES PRÁTICOS PARA A MUDANÇA SOCIAL

“Qualquer que seja o projeto, temos que imaginar qual será seu impacto nos índices sociais, para então pensar em como podemos melhorar o projeto para que ele não comprometa os indicadores, mas que traga avanços sociais. Os cidadãos esperam isso de seus governos e precisam de respostas concretas nesse sentido.” Simão Jatene, governador do estado do Pará, na Amazônia brasileira, ao falar à sua equipe em 23 de fevereiro de 2015, compartilha seu plano de desenvolvimento do Estado para os próximos quatro anos. Esse plano será baseado no mapa do Índice de Progresso Social de 144 municípios do Pará.

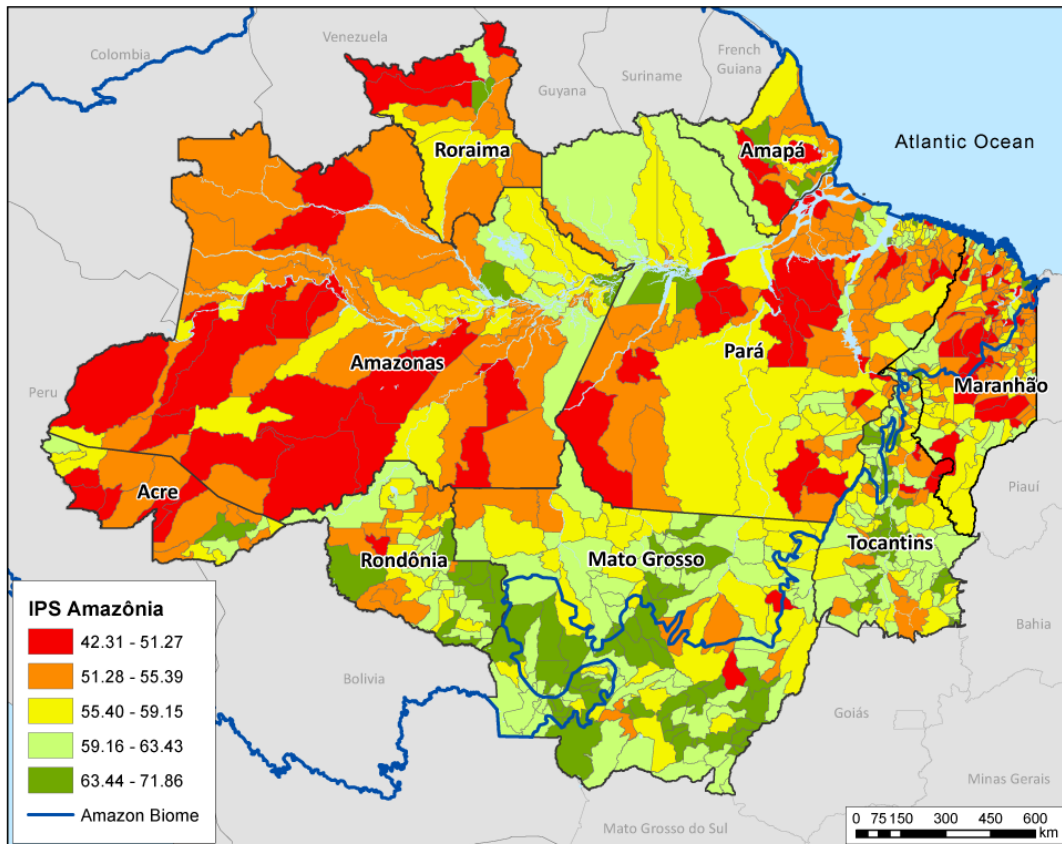
Decorridos apenas três meses após as eleições gerais e estaduais no Brasil, essa foi a primeira de muitas iniciativas apoiada pela publicação do primeiro Índice de Progresso Social subnacional para a Amazônia brasileira, ou IPS Amazônia, promovida por #Progresso Social Brasil com o apoio da Fundación Avina e realizada pela Imazon - organização sem fins lucrativos brasileira.

O relatório do IPS Amazônia aplicou basicamente a mesma metodologia usada no Índice de Progresso Social, fazendo uso de 43 indicadores para medir o desempenho social de 772 municípios e nove estados da Amazônia brasileira. Esse índice personalizado combina indicadores relevantes globalmente, como as taxas de mortalidade materna, com indicadores adaptados ao contexto local, como a taxas de desmatamento, incidência de malária e violência contra povos indígenas. O IPS Amazônia ampliou as análises de dados de diferentes partes do governo brasileiro para identificar erros e acertos específicos em cada município e estado da Amazônia brasileira, e compará-los à pontuação nacional do Brasil. Essa abordagem forma a base de nossas Diretrizes para Índices Subnacionais (veja a Caixa: Diretrizes para Índices Subnacionais).

O IPS Amazônia revelou que a realidade social nos 772 municípios e nove estados que formam a Amazônia brasileira é impactante. Quase 98,5% dos municípios da Amazônia têm uma pontuação em progresso social superior à média nacional. As desigualdades também são substanciais no estado do Pará, um território do tamanho do Peru: enquanto a capital, Belém, está na 3ª posição

Figura 6.2 / Mapa do Progresso Social dos Municípios da Amazônia Brasileira

IPS Amazônia: Overall Results



entre os 772 municípios com classificação de progresso social 4% mais alta que a média nacional, o município de Cumaro do Norte ficou na 770ª posição com uma pontuação 54% menor que a média brasileira.

De acordo com o *IPS Amazônia*, os cidadãos comuns nesta região enfrentam enormes déficits em quase todos os componentes do progresso social. Esses cidadãos têm sérios problemas para conseguir água limpa para beber sem correr alto risco de adoecer. Eles têm acesso apenas a uma educação básica ruim e recursos de informação e comunicação precários e têm pouca oportunidade de atingir níveis altos de formação. Enfrentam restrições importantes em escolhas individuais e direitos individuais, principalmente devidas à falta de meios de transporte, aos enormes problemas de direitos de propriedade sobre a terra e à falta de pluralismo político. O *IPS Amazônia* torna viável a identificação de questões sociais urgentes em todos os municípios. Isso está ajudando a conseguir, conforme o apelo do governador Jatene, uma intervenção eficaz e coordenada no nível local para “avançar na construção da sociedade que queremos, livre de pobreza e desigualdades”.

O *IPS Amazônia* também identifica histórias de sucesso: municípios que foram eficientes na transformação de recursos econômicos em progresso social, sem deixar de preservar a

biodiversidade e promover a sustentabilidade dos ecossistemas. O estudo mostrou que não é necessário derrubar a floresta tropical para atingir níveis altos de progresso social. Em uma reunião com o Ministério do Desenvolvimento Social realizada em Brasília antes do lançamento do relatório, o *IPS Amazônia* foi reconhecido como uma ferramenta útil e prática para pesquisas sobre políticas e formulação de políticas.

O *IPS Amazônia* está se tornando também uma ferramenta útil para que empresas líderes identifiquem as necessidades sociais não atendidas em sua cadeia de valor. Em 2014, a Coca-Cola e a Natura, com apoio técnico da IPSOS e suporte de outros parceiros da #Progresso Social Brasil, juntaram-se para desenvolver o primeiro Índice de Progresso Social baseado em comunidades. Conhecida como *IPS Comunidades*, a metodologia foi desenvolvida e implementada em comunidades tradicionais de um território específico da Região Amazônica para apresentar uma visão mais holística das necessidades da comunidade em estudo desenvolvido a partir de fontes primárias.

A metodologia do *IPS* foi adaptada à comunidade, por meio de um modelo holístico e integrado, oferecendo uma linguagem comum para avaliar programas executados por várias partes locais nesse território específico. Alinhando as ferramentas de medição, diferentes empresas, legisladores, movimentos sociais e órgãos governamentais compreenderão melhor como aumentar seu impacto social coletivo.

À medida que o relatório é publicado, os resultados do *IPS Comunidades* são apresentados para avaliação integral dos cidadãos do território, em um processo participativo e transparente para avaliar as necessidades da população. Os resultados serão compatíveis com o mapa de progresso social mais amplo da Amazônia brasileira, permitindo a integração de abordagens micro-macro para investimentos sociais e facilitando parcerias público-privadas de progresso social.

Sem um novo paradigma de desenvolvimento que estimule uma melhora sustentável e substancial das condições sociais dos habitantes da Amazônia brasileira, será difícil proteger essa região vital do ponto de vista ambiental. Mas, como destacou Beto Verissimo, nomeado uma das 100 pessoas mais influentes do Brasil em 2014 pela Revista Época por sua liderança no *IPS Amazônia*, “nos próximos quatro anos, serão investidos US\$ 20 bilhões no estado do Pará de acordo com uma nova visão de desenvolvimento e uma nova abordagem em relação a políticas públicas.” Fazendo uso do Índice de Progresso Social, a iniciativa #Progresso Social Brasil tem a oportunidade de garantir que investimentos como esse resultem em melhorias reais na vida das pessoas.

PARAGUAI: REINVENTANDO O FUTURO

Em 3 de dezembro de 2014, o presidente do Paraguai, Horacio Cartes, assinou o decreto 2794, apresentando o Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 que, quando aprovado pelo Congresso, orientará o desenvolvimento do Paraguai durante os próximos 15 anos. “Os objetivos são ambiciosos – visam um país verdadeiramente competitivo e inclusivo, livre da pobreza extrema, com oportunidades iguais para todos e indicadores de desenvolvimento social entre os mais altos da América do Sul”, disse José Molinas Vega, ministro do planejamento do Paraguai.

O plano descreve passos e objetivos concretos para impulsionar a política do país nos âmbitos econômico, social e internacional. Um recurso essencial desse plano de amplas reformas é a maneira inovadora de o país medir e monitorar seu desenvolvimento: o Índice de Progresso Social. O decreto e o plano (traduzidos do original em espanhol) declaram: “Para monitorar a eficiência do gasto público e seu efeito sobre a população, será usada a metodologia proposta pelo Índice de Progresso Social. Essa metodologia mede somente os resultados sociais e ambientais, de forma multidimensional, o que fornecerá uma visão geral abrangente sobre o progresso social no país, colocando-o em um contexto internacional adequado.” De acordo com Raul Gauto, da Fundação Avina e defensor do progresso social no Paraguai, “nosso objetivo é evoluir de meros gastadores de orçamento para alguém que mede as transformações que o progresso social gera como resultado desses investimentos na população.”

Esse ambicioso plano de usar o Índice de Progresso Social para orientar oficialmente os investimentos iniciou-se em 2013, quando a Comissão de Organização do Índice de Progresso Social estabeleceu-se no Paraguai, reconhecendo que, se por um lado o crescimento econômico é uma oportunidade, por outro, não é suficiente para promover progresso social. O plano surgiu de “um amplo consenso na sociedade sobre a visão de futuro para o nosso país”, segundo o ministro Molinas. Envolveu líderes de todo o país, incluindo ativistas sociais, acadêmicos, empreendedores e políticos.

Somente dois anos depois, graças ao trabalho da #Progreso Social Paraguay e o comprometimento de dois chefes de Estado sucessivos, o Plano Nacional de Desenvolvimento contém objetivos sociais específicos e realizáveis, incluindo a melhoria da expectativa de vida e da saúde mental, a proteção da segurança individual, a redução dos danos ao meio ambiente, a expansão do acesso à internet, a proteção da biodiversidade, a promoção dos direitos da mulher, a inclusão de pelo menos uma universidade do Paraguai entre as 400 melhores do mundo e o acesso em geral à educação de nível superior. O governo do país e uma grande coalizão de atores dos diferentes setores da sociedade acreditam que essas metas, combinadas ao crescimento econômico, posicionarão o Paraguai como líder regional até 2030.

O orçamento governamental para 2015 foi alinhado às 12 prioridades identificadas pelo Plano Nacional de Desenvolvimento 2030 e já foi debatido e aprovado pelo Congresso Nacional. Inclui, por exemplo, investimentos importantes no setor hídrico (US\$ 115 milhões destinados à construção de unidades de tratamento do esgoto) e um aumento significativo dos fundos alocados para a

redução da desnutrição no Paraguai (de US\$ 10 milhões em 2014 a US\$ 22 milhões em 2015 e, com sorte, US\$ 40 milhões em 2016).

Enfrentar a nutrição, por exemplo, não será mais somente foco do governo. A #Progreso Social Paraguay colaborou com FAO, organização para alimentação e agricultura das Nações Unidas, no desenvolvimento de novos alimentos de alta qualidade nutricional. Membros da rede convenceram prefeitos e governadores a designar instalações de armazenamento em áreas rurais para que o Instituto Nacional da Nutrição pudesse armazenar alimentos de forma segura, mais próximos de onde serão consumidos, reduzindo perdas e custos de transporte e tornando a distribuição possível mesmo em épocas de chuva forte, quando acessos rodoviários às áreas remotas são bloqueados.

Para melhorar a moradia, o governo incorrerá em certos riscos enquanto o setor privado poderá financiar moradias para casais jovens em áreas urbanas e rurais. Um grupo de trabalho sobre moradia reuniu-se com o sindicato nacional de arquitetos e engenheiros para desenvolver modelos novos para a moradia social, buscar alternativas diferentes da tradicional construção de alvenaria, demorada e cara, que muitos no Paraguai consideram ser a única opção de construção e a qual tem contribuído para a falta de moradias.

Trinta e quatro organizações públicas e privadas reuniram-se para acordar um plano de ação até 2017, que detalha os objetivos e iniciativas específicas para a melhora das obras públicas de água e saneamento. O #Progreso Social Paraguay também ajudou a aproximar o ministério de obras públicas das comunidades indígenas para planejar o grande Aqueduto do Chaco, um projeto de infraestrutura apoiado pelo governo da Espanha e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento para beneficiar uma área onde 80% da população não possui acesso a uma fonte estável de água. O fato de não se consultar as comunidades locais em esforços anteriores resultou na construção de vários sistemas hídricos para uma única comunidade, enquanto comunidades vizinhas não tinham nenhum.

Referindo-se ao Plano Nacional de Desenvolvimento como “um fato único na história do nosso país”, o presidente Cartes disse que “2015 será um grande ano para o Paraguai”.

COLÔMBIA: CONSTRUINDO CIDADES DE PROGRESSO SOCIAL

Em abril de 2014, a cidade de Medellín, na Colômbia, foi palco do sétimo Fórum Urbano Mundial, a primeira conferência mundial de cidades convocada a cada 2 anos pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (UN-Habitat). Durante seis dias, mais de 10 mil participantes de 160 países discutiram as “questões mais urgentes na área de assentamentos humanos em todo o mundo”. A escolha de Medellín para sediar o evento demonstra o reconhecimento de seu status de “exemplo internacional de transformação humana pelo urbanismo social”, com políticas que priorizam “comunidades vulneráveis com soluções de mobilidade acessível, incluindo governança e educação de qualidade, aliadas à recuperação do espaço público e de áreas verdes em toda a cidade”.²³

Apesar dos muitos desafios institucionais, na última década as cidades da Colômbia se revelaram locais férteis para inovações em políticas urbanas. Com 75% da população colombiana vivendo em áreas urbanas, as cidades cresceram em tamanho, complexidade e importância, o que as transformou nos principais centros de recursos e habilidades, com dinâmicas espaciais e humanas distintas.

Uma dessas inovações foi promovida pela Fundación Corona, em 1997: uma metodologia robusta para a realização de debates informativos sobre a qualidade de vida nas cidades colombianas, usando dados oficiais produzidos pelas autoridades municipais e dados de pesquisas coletados por informações sem fins lucrativos unidas na rede Ciudades Como Vamos. O modelo, que contou com a participação ativa de diferentes partes interessadas, incluindo a mídia, foi rapidamente exportado para diferentes cidades do Brasil e outros países da América Latina sob a liderança da Fundación Avina e com patrocínio da Fundação Bill e Melinda Gates, gerando a rede “Ciudades Justas, Democráticas y Sustentables”. Mais recentemente, o Banco Interamericano de Desenvolvimento vem promovendo a adoção da metodologia “Como Vamos” em cidades menores, porém em rápido crescimento, por meio de uma rede emergente de “Ciudades Emergentes y Sustentables”. Hoje, as três redes em conjunto atingem mais de 70 cidades da América Latina, a região mais urbanizada no mundo em desenvolvimento.

Em 2015, a rede Ciudades Como Vamos, em parceria com a Fundación Avina, Compartamos Con Colombia, Deloitte e com a Social Progress Imperative, além de outros parceiros, lançarão a #Progreso Social Colombia junto a uma nova ferramenta para fornecimento de informações úteis, relevantes e atualizadas para legisladores urbanos: um Índice de Progresso Social para cidades.

O primeiro Índice de Progresso Social intracidade será lançado em Bogotá, oferecendo um mapa do progresso social de 20 distritos em uma cidade de oito milhões de habitantes e permitindo a análise relevante para políticas, monitorando as transformações pelas quais a cidade passou a cada ano, de 2009 a 2014. Um Índice de Progresso Social em nível municipal fornecerá um mapa do progresso social em 13 cidades da Colômbia, incluindo Bogotá, em um modelo integrado de monitoramento. Esses Índices de Progresso Social serão monitorados anualmente, aumentando a compreensão sobre a dinâmica urbana das cidades colombianas.

²³ <http://wuf7.unhabitat.org/wuf7medellin>.

Essas ferramentas serão amplamente compartilhadas entre as mais de 70 cidades da América Latina que já estão monitorando os dados do progresso social e gerando políticas urbanas inovadoras. Em 2016, o Rio de Janeiro não apenas sediará as Olimpíadas, como se apresentará ao mundo através do “Pacto do Rio”²⁴, usando um Índice de Progresso Social adaptado para que a cidade promova parcerias público-privadas, seja internacional, sustentável, inclusiva e integrada. Uma comunidade globalmente relevante de cidades voltadas à prática do progresso social pode emergir em breve na América Latina.

UNIÃO EUROPEIA: INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA REGIONAL

Em 15 de outubro de 2014, representantes da junta diretiva de Política Regional e Urbana e do Centro de Pesquisa Conjunta, ambos da Comissão Europeia, da Deloitte Touche Tohmatsu, o Social Progress Imperative e o governo regional basco reuniram-se com seus colegas do Orkestra – o Instituto Basco para Concorrência Econômica – na Universidade de Deusto em San Sebastian, Espanha, para avaliar se é viável e qual a relevância de um Índice de Progresso Social para a União Europeia. O grupo chegou a três conclusões:

1. Os governos regionais em toda a Europa estão demandando dados decompostos, confiáveis, comparáveis e consistentes sobre questões sociais e ambientais para informar modelos regionais de desenvolvimento mais amplos e mais inclusivos.
2. Apesar dos muitos desafios técnicos identificados durante a fase investigativa anterior ao workshop, computar um Índice de Progresso Social para 272 regiões em 28 países europeus foi considerado não só factível, mas altamente desejável para embasar o próximo Cohesion Report, em 2017.
3. O desenvolvimento de uma rede de regiões europeias que use esses dados para compartilhar conhecimento sobre os fatores decisivos para o progresso social e experiência sobre políticas socialmente inovadoras foi identificado como uma demanda importante dos legisladores.

Como resultado, gerou-se um processo colaborativo de três anos liderado pela Comissão Europeia, promovido por todas as organizações que participaram do workshop e aberto a todas as instituições europeias dispostas a ajudar no avanço de uma pauta regional de progresso social. Seu primeiro passo concreto será apresentar uma versão beta de um Índice de Progresso Social no nível NUTS-II para os 28 países da UE até outubro de 2015, receber comentários, refinar o modelo e ampliar as parcerias com governos e formadores de opinião regionais. Isso ajudará a construir uma comunidade disposta a colocar em prática as políticas regionais para o progresso social.

²⁴ O “Pacto do Rio”, lançado em dezembro de 2014 sob a firme liderança do Instituto Pereira Passos, é um conjunto de compromissos articulados entre o setor público e o privado, a academia e a sociedade civil com base em informações qualificadas e compartilhadas para promover e monitorar o desenvolvimento sustentável da cidade do Rio de Janeiro. O #Progresso Social Brasil apoia ativamente esse pacto social, facilitando assistência técnica para construir um Índice de Progresso Social para a cidade, e promovendo a participação de organizações parceiras em progresso social.

OS ESTADOS UNIDOS: REINVENTANDO POLÍTICAS URBANAS

Como claramente destacado nos resultados do Índice de Progresso Social 2015, os Estados Unidos têm tido um desempenho ruim em termos de progresso social, apesar de suas vantagens econômicas. Em um país do tamanho dos EUA, com cidades em diversas etapas de revitalização econômica após anos de declínio econômico, demografia em transformação e urbanização rápida, são vários os desafios do progresso social. A demanda – e a necessidade – de medição do progresso social em cidades e regiões de todo o país é óbvia. O Social Progress Imperative, portanto, começou a construir uma rede de parceiros nos EUA.

Joseph Curtatone, prefeito de Somerville, Massachusetts, está encabeçando a primeira aplicação do Índice de Progresso Social no nível subnacional nos EUA. Uma equipe da SomerStat, o escritório de inovação e análise do prefeito, juntou-se a um grupo de pares de Progresso Social e especialistas em metodologia na Escola Sloan de Administração, do MIT, para apresentar a primeira versão de um modelo adaptado para a cidade. Essa iniciativa produzirá um referencial sobre o progresso social da cidade e identificará áreas carentes de intervenção como parte de um plano de desenvolvimento estratégico de longo prazo cujo objetivo é o enfrentamento de alguns dos problemas urbanos mais prementes, relacionados a moradias, espaços abertos, empregos e mobilidade.

No estado de Michigan, Rick Snyder iniciou seu primeiro mandato como governador em 2011 com um plano de 10 medidas para “Reinventar Michigan”. Um dos objetivos de seu plano de 10 medidas é restaurar as cidades. Em um estudo de 2012, consultores do setor público e o Instituto Brookings concluíram que 14 áreas municipais em Michigan abrigavam 82% da população, 84% dos empregos, 85% das exportações, 85% dos diplomas pós-ensino secundário, 86% do PIB e 91% dos empregos em ciência e engenharia. O Social Progress Imperative inicia uma parceria com a diretoria de iniciativas urbanas do governo estadual e uma coalizão das principais instituições dos setores privado, acadêmico e da sociedade civil. Eles consolidarão um conjunto dos principais indicadores de desempenho usando a metodologia do Índice de Progresso Social para facilitar a implementação da pauta de desenvolvimento urbano nas principais cidades do estado. Começando com um projeto piloto com quatro cidades, e com foco especial em Detroit, o projeto será a primeira medição subnacional de progresso social nos Estados Unidos.

Na Califórnia, estamos explorando os vários condados que compõem a área da Baía de São Francisco e estabelecendo parcerias com inovadores sociais nos governos da cidade e dos condados, as mais importantes instituições da sociedade civil e as principais empresas de tecnologia da região para projetar uma medição ampla do progresso social no centro de inovação do país.

O PAÍS BASCO ABRINDO O CAMINHO

A evolução do conceito de competitividade não pode mais ser separada das dimensões social e ambiental: é cada vez mais evidente que um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no progresso econômico é incompleto. A concorrência territorial deveria se juntar às imbricadas necessidades sociais e econômicas de um território. A emergência de um modelo mais amplo e inclusivo de desenvolvimento requer novas métricas com as quais legisladores e cidadãos possam comparar e monitorar seu progresso social com aqueles de territórios semelhantes.

O País Basco, região de grande autonomia, tem buscado encontrar uma abordagem integrada do desenvolvimento regional, usando uma bateria de indicadores para monitorar o desenvolvimento da região. Esses indicadores, estruturados ao redor de várias dimensões econômicas, sociais e ambientais, têm alimentado suas decisões em políticas. Essa experiência, aplicando políticas de desenvolvimento inclusivo por meio do uso de indicadores avançados, pode ser incorporada ao Índice de Progresso Social em construção para a União Europeia no nível regional (NUTS-II).

O Índice de Progresso Social europeu complementa o trabalho que o Orkestra – o Instituto Basco de Competitividade Econômica – tem realizado em pesquisas sobre políticas de desenvolvimento além dos fatores puramente econômicos. O Instituto Orkestra desenvolveu um modelo e ferramentas para analisar os diversos indicadores econômicos e de inovação e comparar a posição do País Basco em relação a outras regiões europeias. Pesquisadores da Orkestra também construíram uma metodologia para identificar as regiões estruturalmente semelhantes. Essa metodologia pode ser usada para selecionar um subgrupo de regiões a serem comparadas. Este subgrupo de territórios comparáveis, ou outras regiões que queiram melhorar o bem-estar de seus cidadãos, podem aprender uns com os outros, ampliar o debate e construir uma comunidade de práticas de progresso social na Europa.

CONCLUSÃO

O movimento para complementar as medições econômicas tradicionais com ferramentas inovadoras promotoras do progresso social vem crescendo. Aplicar o modelo conceitual e metodológico do Índice de Progresso Social tem funcionado como forma de destacar os desafios e captar novos parceiros para alavancar as mudanças em comunidades de todo o mundo. Junte-se à nossa rede de parceiros no governo, em empresas, na academia e sociedade civil que têm usado o Índice de Progresso Social como ferramenta catalisadora de ações.



APÊNDICES

APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES

Dimensão	Componente	Nome do indicador	Definição	Fonte	Link
Necessidades Humanas Básicas	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Desnutrição (% da pop.)	Porcentagem da população cuja ingestão de alimentos é insuficiente para atender às necessidades energéticas alimentares de forma contínua. Dados indicando 5% significam prevalência da desnutrição em ou abaixo de 5%.	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	http://www.FAO.org/Economic/ESS/ESS-FS/ESS-fadata/en/
		Déficit alimentar (calorias/pessoa subnutrida)	Quantidade de calorias necessárias para tirar uma pessoa da situação de desnutrição, tudo o mais sendo constante. A intensidade média de privação de alimentos dos desnutridos, estimada como a diferença entre a necessidade energética alimentar média e o consumo energético alimentar médio da população desnutrida (privada de alimentos), é multiplicada pelo número de desnutridos para se obter uma estimativa do déficit alimentar total no país, que é então normalizado pela a população total.	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura	http://www.FAO.org/Economic/ESS/ESS-FS/ESS-fadata/en/
		Taxa de mortalidade materna (mortes/100 mil nascidos vivos)	Número anual de mortes de mulheres por qualquer causa relacionada com a gravidez ou o seu acompanhamento ou por eles agravados (excluindo-se causas acidentais ou incidentais) durante a gravidez e o parto ou em até 42 dias após o término da gravidez, independentemente da duração e do lugar da gravidez, para cada 100 mil nascidos vivos.	Organização Mundial da Saúde	http://apps.who.int/gho/data/node.main.15?lang=en
		Taxa de mortalidade infantil (mortes/100 mil nascidos vivos)	Probabilidade de uma criança nascida em determinado ano morrer antes de completar 5 anos por mil nascidos vivos.	Grupo Interagências da ONU para Estimativa da Mortalidade Infantil	http://data.worldbank.org/indicator/SH.DYN.MORT
		Mortes por doenças infecciosas (mortes/100.000)	Taxa de mortalidade padronizada por idade por mortes causadas por tuberculose, doenças sexualmente transmissíveis, HIV/Aids, diarreia, coqueluche, poliomielite, sarampo, tétano, meningite, hepatite B, hepatite C, malária, tripanossomíase, doença de Chagas, esquistossomose, leishmaniose, filariose linfática, oncocercose, hanseníase, dengue, encefalite japonesa, tracoma, infecções intestinais e outras doenças infecciosas por 100 mil pessoas.	Organização Mundial da Saúde	http://apps.who.int/gho/data/node.main.18?lang=en
	Água e Saneamento	Acesso à água encanada (% da pop.)	Porcentagem da população com serviço de água encanada conectado com encanamento interno a uma ou mais torneiras ou conexão com água encanada a torneira colocada no quintal ou área externa da casa.	Programa de Monitoramento Conjunto para o Abastecimento de Água e Saneamento OMS/Unicef	http://www.wssinfo.org/data-estimates/table/
		Acesso rural a fontes de água de qualidade (diferença absoluta entre % da pop.)	Porcentagem da população rural com água encanada na residência, água encanada no quintal/terreno, torneira ou fonte pública, poço tubular ou poço escavado, poço escavado protegido, nascente protegida ou águas pluviais.	Dados do Programa de Monitoramento Conjunto para o Abastecimento de Água e Saneamento OMS/Unicef	http://www.wssinfo.org/data-estimates/table/
		Acesso a instalações sanitárias de qualidade (% da pop.)	Porcentagem da população com saneamento de qualidade, incluindo vasos sanitários, sistemas de esgoto encanado, fossas sépticas, latrinas de fossa com e sem sifão, latrinas de fossa ventiladas, latrinas de fossa com laje e banheiros de compostagem.	Programa de Monitoramento Conjunto para o Abastecimento de Água e Saneamento OMS/Unicef	http://www.wssinfo.org/data-estimates/table/
	Moradia	Acesso à moradia (% atendida)	Porcentagem de entrevistados que responderam estar satisfeitos à pergunta "Na cidade ou região em que você mora, você está satisfeito ou insatisfeito com a disponibilidade de moradia boa a preços acessíveis?"	Pesquisa Mundial Gallup	
		Acesso à eletricidade (% da pop.)	Porcentagem da população com acesso à eletricidade.	Energia Sustentável para Todos	http://data.worldbank.org/indicator/EG.ELC.ACCS.ZS

APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES

Dimensão	Componente	Nome do indicador	Definição	Fonte	Link
Necessidades Humanas Básicas	Moradia	Qualidade de fornecimento de eletricidade (1 = baixa; 7 = alta)	Média das respostas à pergunta: "No seu país, como você avalia a confiabilidade do fornecimento de eletricidade (ausência de interrupções e ausência de variações de voltagem)?" [1 = nem um pouco confiável; 7 = extremamente confiável]	Relatório de Competitividade Global do Fórum Econômico Mundial	http://reports.weforum.org/global-competitiveness-report-2014-2015/downloads/
		Mortes atribuíveis à poluição do ar doméstico (mortes/100.000)	Mortes padronizadas por idade causadas por poluição do ar interno, incluindo casos das seguintes doenças: gripe, pneumonia pneumocócica, pneumonia por Haemophilus influenzae tipo B, pneumonia por vírus sincicial respiratório, outras infecções das vias aéreas inferiores, câncer de traqueia, brônquios e pulmão, doença isquêmica do coração, derrame cerebral isquêmico, derrame cerebral hemorrágico e outros não isquêmicos, doença pulmonar obstrutiva crônica e catarata por 100 mil pessoas. No modelo do IPS, a escala dos dados vai de 3 (<30 mortes por 100 mil pessoas) a 1 (>100 mortes por 100 mil pessoas).	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde	http://www.healthdata.org/search-gbdata?s=household%20air%20pollution%20age-standardized%20deaths
	Segurança Pessoal	Taxa de homicídios (1 = <2/100.000; 5 = >20/100.000)	"Número de homicídios, definidos como mortes deliberadamente infligidas a uma pessoa por outra pessoa, por 100 mil habitantes. Pontuada numa escala de 1 a 5: 1 = 0 – 1,99 2 = 2 – 5,99 3 = 6 – 9,99 4 = 10 – 19,99 5 = > 20"	Índice Global da Paz do Instituto de Economia e Paz	http://www.visionofhumanity.org/#/page/indexes/global-peace-index
		Nível de crimes violentos (1 = baixo; 5 = alto)	Avaliação com base na pergunta: "A criminalidade violenta deverá representar um problema significativo para governos e/ou empresas nos próximos dois anos?" Medida numa escala de 1 (decididamente não) a 5 (decididamente sim).	Índice Global da Paz do Instituto de Economia e Paz	http://www.visionofhumanity.org/#/page/indexes/global-peace-index
		Percepção da criminalidade (1 = baixo; 5 = alto)	Avaliação do nível de segurança doméstica e do grau em que se pode confiar nas pessoas. Medida numa escala de 1 (pode-se confiar na maioria das pessoas) a 5 (nível muito alto de desconfiança).	Índice Global da Paz do Instituto de Economia e Paz	http://www.visionofhumanity.org/#/page/indexes/global-peace-index
		Terror político (1 = baixo; 5 = alto)	"Nível de violência e terrorismo políticos que um país vivencia com base numa "escala de terror" de 5 níveis: 1 = Países sob Estado de Direito garantido, as pessoas não são presas por suas opiniões, e a tortura é rara ou excepcional. Assassinatos políticos são extremamente raros. 2 = Há uma quantidade limitada de prisões por atividade política não violenta. No entanto, poucas pessoas são afetadas; tortura e espancamentos ocorrem em situações excepcionais. O assassinato político é raro. 3 = Há prisões políticas sistemáticas ou histórico recente desse tipo de prisão. Execuções ou outros assassinatos e brutalidades por motivação política podem ser comuns. Aceitação da detenção ilimitada, com ou sem julgamento, por opiniões políticas. 4 = Violações de direitos civis e políticos atingiram grande porcentagem da população. Assassinatos, desaparecimentos e tortura são comuns. Apesar de sua generalidade, nesse nível o terror afeta aqueles que se interessam pela política ou por ideias. 5 = O terror atingiu a população como um todo. Os líderes dessas sociedades não colocam limites nos meios ou no rigor com que buscam metas pessoais ou ideológicas.	Índice Global da Paz do Instituto de Economia e Paz	http://www.visionofhumanity.org/#/page/indexes/global-peace-index
		Mortes no trânsito (mortes/100.000)	Estimativa de mortes em acidentes de trânsito por 100 000 habitantes.	Organização Mundial da Saúde	http://apps.who.int/gho/data/node.main.A997?lang=en

APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES

Dimensão	Componente	Nome do indicador	Definição	Fonte	Link
Fundamentos de Bem-Estar	Acesso ao Conhecimento Básico	Taxa de alfabetização entre adultos (% da pop. com mais de 15 anos)	Porcentagem da população com 15 anos ou mais que pode, com entendimento, ler e escrever uma declaração curta e simples sobre sua vida diária. Também engloba a alfabetização matemática, a capacidade de fazer cálculos aritméticos simples.	Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en
		Taxa de matrícula em educação primária (% de crianças)	Proporção do número de crianças em idade para o ensino primário oficial matriculadas no ensino primário em relação à população total de crianças em idade para o ensino primário oficial.	Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en
		Taxa de matrícula em educação secundária (% de crianças)	Total de matrículas nas primeiras séries do ensino secundário, independentemente de idade, expresso como porcentagem da população total em idade para as primeiras séries do ensino secundário oficial. A taxa bruta de matrícula pode ser superior a 100% devido à inclusão de alunos acima e abaixo da idade, em função da entrada tardia ou precoce na escola, e à repetência. No modelo do Índice de Progresso Social, os dados são limitados a 100.	Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en
		Taxa de matrícula nas últimas séries da educação secundária (% de crianças)	Total de matrículas nas últimas séries do ensino secundário, independente de idade, expresso como porcentagem da população total em idade para as últimas séries do ensino secundário oficial. No modelo do Índice de Progresso Social, os dados são limitados a 100.	Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en
		Paridade de gênero na educação secundária (meninos/meninas)	Proporção de meninas em relação aos meninos matriculadas no ensino secundário em escolas públicas e privadas. No modelo do Índice de Progresso Social, os dados são limitados a 1.0.	Instituto de Estatística da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura	http://data.uis.unesco.org/Index.aspx?DataSetCode=EDULIT_DS&popupcustomise=true&lang=en
	Acesso à Informação e Comunicação	Usuários de telefonia móvel (assinaturas/100 pessoas)	Assinantes de um serviço público de telefonia móvel utilizando tecnologia de telefone celular, incluindo o número de cartões SIM pré-pagos ativos nos últimos três meses, expressos como o número de usuários de telefones celulares a cada 100 habitantes. No modelo do Índice de Progresso Social, as pontuações são limitadas a 100 telefones móveis por 100 habitantes.	União Internacional de Telecomunicações	http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx
		Usuários de Internet (% da pop.)	Número estimado de usuários de internet do total da população que utilizou a internet em qualquer dispositivo (inclusive telefones móveis) nos últimos 12 meses.	União Internacional de Telecomunicações	http://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx
		Índice de liberdade de imprensa (0 = mais livre; 100 = menos livre)	Grau de liberdade desfrutado por jornalistas, organizações de notícias e internautas em cada país, e os esforços feitos pelas autoridades para respeitar e assegurar essa liberdade.	Repórteres sem Fronteiras	http://rsf.org/index2014/en-index2014.php
	Saúde e Bem-Estar	Expectativa de vida (anos)	Número de anos que um recém-nascido viverá se os padrões vigentes de mortalidade no momento de seu nascimento permanecerem os mesmos durante toda a sua vida.	Banco Mundial	http://data.worldbank.org/indicator/SP.DYN.LE00.IN
		Mortes prematuras por doenças não-transmissíveis (probabilidade de morte)	Probabilidade de morte entre 30 e 70 anos por doença cardiovascular, câncer, diabetes ou doença respiratória crônica.	Organização Mundial da Saúde	http://apps.who.int/gho/data/node.main.A857?lang=en
		Taxa de obesidade (% da pop.)	Porcentagem da população com índice de massa corporal (IMC) de 30 kg/m ² ou superior (estimativa padronizada por idade) para ambos os sexos.	Organização Mundial da Saúde	http://apps.who.int/gho/data/node.main.A900?lang=en
		Mortes atribuíveis à poluição do ar externo (mortes/100.000)	Número de mortes resultantes de emissões de atividade industrial, residências, carros e caminhões, expresso como a proporção por 100 mil habitantes.	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde	http://www.healthdata.org/search-ghbd-data?s=Ambient%20PM%20pollution
		Taxa de suicídios (mortes/100.000)	Mortalidade decorrente de lesões autoinfligidas, por 100 mil habitantes, ajustada por idade.	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde	http://www.healthdata.org/search-ghbd-data?s=self-harm%20age-standardized%20deaths

APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES

Dimensão	Componente	Nome do indicador	Definição	Fonte	Link
Fundamentos de Bem-Estar	Sustentabilidade dos ecossistemas	Emissões de gases de efeito de estufa (equivalentes de CO2 por PIB)	<p>“Emissões de dióxido de carbono (CO2), metano (CH4), óxido nitroso (N2O), hidrofluorcarbonetos (HFCs), perfluorcarbonetos (PFCs) e hexafluoreto de enxofre (SF6) expressas em equivalentes de CO2 fazendo uso de potenciais de aquecimento global em cem anos encontrados no Segundo Relatório de Avaliação por PIB-PPC do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas. No modelo do Índice de Progresso Social, os dados são apresentados numa escala de 0 a 4:</p> <p>4: < 100 3: 100 – 200 2: 200 – 1000 1: 1000 – 2000 0: > 2000”</p>	Instituto de Recursos Mundiais	http://cait2.wri.org/wri/Country%20GHG%20Emissions?indicator[]=Total%20GHG%20Emissions%20Excluding%20Land-Use%20Change%20and%20Forestry%20Per%20GDP&indicator[]=Total%20GHG%20Emissions%20Including%20Land-Use%20Change%20and%20Forestry%20Per%20GDP&year[]=2011&chartType=geo
		Uso de água como porcentagem dos recursos	<p>“Estresse hídrico de referência ou proporção do total das retiradas anuais de água em relação ao total do fornecimento renovável anual disponível, numa escala de 0 a 5.</p> <p>4–5: Estresse extremamente alto (>80%) 3-4: Estresse alto (40-80%) 2-3: Estresse médio-alto (20-40%) 1-2: Estresse baixo-médio (10-20%) 0-1: Estresse baixo (<10%)</p>	Instituto de Recursos Mundiais	http://www.wri.org/resources/data-sets/aqueduct-country-and-river-basin-rankings
		Biodiversidade e habitat (0 = nenhuma proteção; 100 = alta proteção)	<p>Proteção de áreas terrestres e marinhas, bem como de espécies ameaçadas ou em perigo de extinção, englobando Áreas Protegidas Terrestres e de Proteção de Habitats Críticos (Peso do Bioma Nacional), Áreas Protegidas Terrestres (Peso do Bioma Global) e Áreas Protegidas Marinhas, numa escala de 0 (nenhuma proteção) a 100 (proteção alta).</p>	Centro de Leis e Políticas Ambientais da Universidade de Yale e Índice de Desempenho Ambiental da Rede Internacional de Informações sobre Ciências da Terra da Universidade de Colúmbia	http://epi.yale.edu/epi/issue-ranking/biodiversity-and-habitat
Oportunidades	Direitos individuais	Direitos políticos (1 = plenos direitos; 7 = sem direitos)	<p>Avaliação de três subcategorias de direitos políticos: processo eleitoral; pluralismo e participação; e funcionamento do governo numa escala de 1 (plenos direitos políticos) a 7 (ausência de direitos políticos).</p>	Freedom House	https://www.freedomhouse.org/report-types/freedom-world
		Liberdade de expressão (0 = baixa; 2 = alta)	<p>Grau em que as liberdades de expressão e de imprensa são afetadas pela censura governamental, incluindo a propriedade dos meios de comunicação, medido numa escala de 0 (total censura governamental da mídia) a 2 (ausência de censura governamental da mídia em dado ano).</p>	Projeto Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards	http://humanrightsdata.blogspot.com/p/data-documentation.html
		Liberdade de expressão/ associação (0 = baixa; 2 = alta)	<p>Grau em que as liberdades de reunião e associação estão submetidas a limitações ou restrições reais do governo (em oposição a proteções estritamente legais), medido numa escala de 0 (direitos seriamente limitados ou completamente negados a todos os cidadãos) a 2 (direitos praticamente sem limitações e desfrutados com liberdade por quase todos os cidadãos).</p>	Projeto Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards	http://humanrightsdata.blogspot.com/p/data-documentation.html
		Liberdade de circulação (0 = baixa; 4 = alta)	<p>“Soma de duas variáveis: Liberdade de circulação no exterior: Liberdade dos cidadãos de sair e regressar ao seu país, medida numa escala de 0 (liberdade seriamente limitada) a 2 (liberdade sem limitações à circulação no exterior). Liberdade de circulação interna: Liberdade dos cidadãos de viajar em seu país, medida numa escala de 0 (liberdade seriamente limitada) a 2 (liberdade sem limitações à circulação interna).”</p>	Projeto Base de Dados de Direitos Humanos Cingranelli-Richards	http://humanrightsdata.blogspot.com/p/data-documentation.html

APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES

Dimensão	Componente	Nome do indicador	Definição	Fonte	Link
Oportunidades	Direitos individuais	Direitos de propriedade privada (0 = nenhum; 100 = total)	Grau em que as leis de um país protegem os direitos de propriedade privada e grau em que o governo faz cumprir essas leis, medido numa escala de 0 (a propriedade privada é ilegal, todas as propriedades pertencem ao Estado; as pessoas não têm direito a processar terceiros e não têm acesso à Justiça; a corrupção é endêmica) a 100 (a propriedade privada é garantida pelo governo; o sistema judiciário faz cumprir os contratos com eficiência e rapidez; a Justiça pune quem confisca a propriedade privada ilegalmente; não há corrupção nem expropriação).	Fundação Heritage	http://www.Heritage.org/index/download
	Liberdades individuais	Liberdade de escolha (% de atendimento)	Porcentagem de entrevistados que responderam estar satisfeitos à pergunta "Você está satisfeito ou insatisfeito com a liberdade para escolher o que fazer da sua vida?".	Pesquisa Mundial Gallup	
		Liberdade de religião (1 = baixa; 4 = alta)	Medida combinada de 20 tipos de restrições, incluindo esforços de governos para banir determinadas crenças, proibir conversões, limitar pregações ou dar tratamento preferencial a um ou mais grupos religiosos. No modelo do Índice de Progresso Social, as pontuações variam de 1 (grau de liberdade baixo) a 4 (grau de liberdade muito alto).	Índice de Restrições Governamentais do Centro de Pesquisas Pew	http://www.pewforum.org/2014/01/14/appendix-2-government-restrictions-index/
		Casamento precoce	Porcentagem de mulheres casadas entre 15 e 19 anos de idade.	Banco de dados de Gênero, Instituições e Desenvolvimento da OCDE	http://stats.oecd.org/Index.aspx?datasetcode=GIDDB2012
		Demanda por contracepção atendida (% de mulheres)	Porcentagem da demanda total para planejamento familiar entre mulheres casadas ou em união estável entre 15 e 49 anos atendida com métodos modernos.	Divisão da população das Nações Unidas	http://www.un.org/en/development/desa/population/theme/family-planning/cp_model.shtml
		Corrupção (0 = alto; 100 = baixo)	Nível percebido de corrupção no setor público com base em opiniões de especialistas, medido numa escala de 0 (altamente corrupto) a 100 (muito limpo).	Transparência Internacional	http://www.transparency.org/cpi2014/results#myAnchor1
	Tolerância e inclusão	Tolerância com imigrantes (0 = baixo, 100 = alto)	Porcentagem de entrevistados que responderam sim à pergunta "A cidade ou região em que você mora é um bom lugar para imigrantes morarem?"	Pesquisa Mundial Gallup	
		Tolerância com homossexuais (0 = baixo, 100 = alto)	Porcentagem de entrevistados que responderam sim à pergunta "A cidade ou região em que você mora é um bom lugar para gays e lésbicas morarem?"	Pesquisa Mundial Gallup	
		Discriminação e violência contra minorias (0 = baixo; 10 = alto)	Indicador de descontentamento de grupos. Discriminação, falta de poder, violência étnica, violência comunitária, violência sectária e violência religiosa, medidas numa escala de 0 (nível baixo de pressão) a 10 (nível muito alto de pressão).	Índice de Estados Frágeis do Fundo para a Paz	http://ffp.statesindex.org/rankings-2014
		Tolerância religiosa (1 = baixo; 4 = alto)	Medida de 13 tipos de hostilidade religiosa cometidos por pessoas físicas, organizações ou grupos da sociedade, incluindo conflitos armados ou terrorismo por motivação religiosa, violência sectária ou de massa, assédio em função da indumentária ou outras intimidações ou abusos por motivação religiosa. No modelo do Índice de Progresso Social, as pontuações variam de 1 (grau baixo) a 4 (grau muito alto).	Índice de Hostilidades Sociais do Centro de Pesquisas Pew	http://www.pewforum.org/2014/01/14/appendix-3-social-hostilities-index/
		Rede de segurança comunitária (0 = baixo; 100 = alto)	Porcentagem de entrevistados que responderam sim à pergunta "Se você estiver em apuros, você tem parentes ou amigos com quem possa contar para pedir ajuda sempre que precisar?".	Pesquisa Mundial Gallup	

APÊNDICE A / DEFINIÇÕES E FONTES DOS INDICADORES

Dimensão	Componente	Nome do indicador	Definição	Fonte	Link
Oportunidades	Acesso à educação superior	Anos de escolaridade superior	Média de anos no ensino superior concluídos entre pessoas com mais de 25 anos.	Base de Dados de Desempenho Educacional Barro-Lee	http://www.barrolee.com/
		Taxa média de escolarização das mulheres	Média de anos de frequência escolar por mulheres entre 25 e 34 anos, incluindo o ensino primário, secundário e superior.	Instituto de Métrica e Avaliação da Saúde	http://www.gapminder.org/data/
		Desigualdade no desempenho educacional (0 = baixo; 1 = alto)	Perda de educação potencial devido a desigualdade, calculada como a diferença percentual entre o Índice de Educação do Índice de Desenvolvimento Humano, que compreende a média de anos de escolarização e a expectativa de anos de escolarização, e o Índice de Educação Ajustado à Desigualdade.	Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas	http://hdr.undp.org/en/data
		Número de universidades com classificação internacional (0 = nenhuma; 5 = >50)	Número de universidades classificadas num dos três rankings universitários internacionais mais amplamente usados, medido numa escala de 0 (nenhuma universidade classificada) a 5 (mais de 50 universidades classificadas).	Times Higher Education, Rankings Universitários Internacionais QS e Ranking Acadêmico de Universidades Internacionais	" http://www.timeshighereducation.co.uk/world-university-rankings/2014-15/world-ranking ; <a +faculty+='+stars=false+search=""' href="http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2014#sorting=rank+region+=+country=">http://www.topuniversities.com/university-rankings/world-university-rankings/2014#sorting=rank+region+=+country="+faculty+=+stars=false+search= ; http://www.shanghairanking.com/ARWU2014.html
		PIB per capita, PPC (dólares internacionais constantes de 2011)	PIB per capita com base na paridade de poder de compra (PPC). PIB PPC é o produto interno bruto convertido em dólares internacionais, usando taxas de paridade do poder de compra. Um dólar internacional tem o mesmo poder de compra com relação ao PIB que um dólar americano tem nos Estados Unidos. O PIB a preços de aquisição é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, mais os impostos dos produtos, menos os subsídios não incluídos no valor dos produtos. É calculado sem incluir deduções por depreciação do capital físico ou do esgotamento e deterioração dos recursos naturais. Os dados estão em dólares internacionais constantes de 2011.	Banco Mundial	http://data.worldbank.org/indicador/NY.GDP.PCAP.PP.KD

APÊNDICE B / RESULTADOS COMPLETOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

País	PIB per capita (PPC)	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
Noruega	62.448	88,36	94,80	88,46	81,82	99,36	100,00	86,99	92,85	99,12	96,11	80,60	78,03	87,91	91,38	79,30	68,69
Suécia	43.741	88,06	94,83	86,43	82,93	99,42	100,00	86,42	93,48	98,89	95,07	80,22	71,54	87,91	88,98	80,43	74,38
Suíça	54.697	87,97	95,66	86,50	81,75	99,33	99,93	90,52	92,85	94,90	92,31	76,60	82,21	87,91	91,10	77,34	70,67
Islândia	41.250	87,62	95,00	86,11	81,73	99,57	100,00	86,87	93,57	98,88	95,73	80,96	68,89	87,91	86,06	89,54	63,43
Nova Zelândia	32.808	87,08	92,87	82,77	85,61	99,05	100,00	86,14	86,30	99,46	92,01	77,75	61,86	98,84	88,82	82,98	71,79
Canadá	41.894	86,89	94,89	79,22	86,58	99,05	99,23	89,61	91,66	98,17	84,56	76,09	58,04	87,91	88,41	84,88	85,11
Finlândia	38.846	86,75	95,05	82,58	82,63	99,58	99,84	91,49	89,29	99,40	95,20	75,80	59,94	87,91	91,54	80,69	70,38
Dinamarca	41.991	86,63	96,03	82,63	81,23	99,23	100,00	92,25	92,66	99,27	95,63	74,04	61,57	89,07	89,87	79,33	66,63
Holanda	44.945	86,50	94,80	83,81	80,88	99,21	100,00	91,19	88,79	98,94	95,83	75,60	64,89	87,91	89,00	74,46	72,14
Austrália	42.831	86,42	93,73	79,98	85,55	99,36	100,00	85,71	89,87	97,23	88,78	80,09	53,80	97,68	88,42	78,40	77,70
Reino Unido	37.017	84,68	92,22	79,04	82,78	99,09	99,89	86,13	83,79	98,17	89,43	74,01	54,53	97,68	85,83	69,68	77,91
Irlanda	44.931	84,66	93,68	76,34	83,97	99,23	99,44	87,65	88,41	98,40	89,87	76,95	40,15	86,75	85,97	85,74	77,41
Áustria	44.376	84,45	95,04	82,53	75,77	99,41	100,00	88,99	91,75	96,82	90,85	73,21	69,24	87,91	83,31	70,19	61,67
Alemanha	43.207	84,04	94,12	81,50	76,49	99,25	100,00	88,80	88,41	97,62	91,66	71,24	65,48	79,83	84,85	70,56	70,73
Japão	35.614	83,15	95,01	78,78	75,66	99,22	99,55	91,00	90,27	99,97	86,07	75,63	53,46	95,36	78,91	60,31	68,05
Estados Unidos	51.340	82,85	91,23	75,15	82,18	98,52	98,68	90,05	77,66	95,33	85,00	68,66	51,63	82,16	82,64	74,46	89,47
Bélgica	40.607	82,83	93,73	76,57	78,19	99,15	100,00	89,01	86,78	98,79	90,17	68,43	48,89	85,59	82,16	76,56	68,45
Portugal	25.596	81,91	92,81	76,17	76,76	99,03	99,91	85,20	87,11	98,76	82,83	73,25	49,83	93,04	79,92	80,11	53,98
Espanhola	27.576	81,62	92,88	80,87	71,12	99,42	99,61	81,01	91,47	97,91	84,64	66,92	73,99	80,95	79,88	64,49	59,15
Espanha	31.596	81,17	91,09	76,79	75,62	99,30	99,80	84,44	80,83	99,69	84,24	77,17	46,08	83,27	74,67	76,34	68,22
França	37.154	80,82	91,16	78,83	72,46	99,20	100,00	85,09	80,35	99,40	86,02	75,36	54,55	80,47	81,02	62,01	66,34
República Tcheca	27.959	80,59	94,23	79,04	68,49	99,25	98,48	87,10	92,11	97,41	89,08	61,13	68,53	76,35	75,82	60,73	61,06
Estônia	25.132	80,49	88,44	79,61	73,42	99,28	96,05	79,13	79,28	97,89	90,83	68,14	61,58	97,68	76,55	54,33	65,31
Uruguai	18.966	79,21	86,18	75,03	76,41	97,57	96,33	78,70	72,11	95,54	82,41	71,16	51,01	93,04	82,56	84,12	45,93
Eslôvaquia	26.263	78,45	92,19	78,80	64,35	98,77	98,22	85,63	86,16	96,67	89,57	59,70	69,23	78,63	65,92	59,49	53,34
Chile	21.714	78,29	86,32	74,85	73,69	99,84	95,23	80,00	72,19	94,56	80,84	74,64	49,37	89,60	77,66	67,12	60,38
Polónia	22.877	77,98	86,67	77,19	70,07	99,18	93,67	70,96	82,86	97,67	85,67	59,37	66,06	80,95	75,41	59,23	64,67
Costa Rica	13.431	77,88	84,22	78,83	70,59	96,60	92,65	81,98	65,65	93,96	80,66	78,09	62,61	83,28	76,27	73,58	49,24
Coreia do Sul	32.708	77,70	89,11	75,60	68,40	98,81	92,54	82,24	82,84	98,27	85,81	72,97	45,34	67,79	72,04	60,49	73,26
Chipre	27.394	77,45	89,30	75,95	67,11	99,30	100,00	80,26	77,62	97,95	83,40	76,98	45,47	93,04	73,55	44,14	57,73
Itália	34.167	77,38	88,39	77,00	66,76	99,40	99,93	83,62	70,62	98,27	79,49	76,55	53,70	79,79	63,44	64,21	59,60
Hungria	22.914	74,80	88,80	70,40	65,21	98,99	98,42	78,75	79,06	96,40	82,13	49,13	53,95	68,28	70,70	60,13	61,72
Letónia	21.825	74,12	83,84	77,76	60,75	98,67	86,11	75,53	75,07	97,54	85,04	57,18	71,29	67,12	68,02	51,27	56,58
Grécia	24.540	74,03	87,64	74,53	59,91	99,21	99,15	81,03	71,16	98,70	76,88	71,87	50,67	64,80	50,96	56,94	66,92
Lituânia	24.483	74,00	83,75	74,79	63,47	99,05	90,69	73,53	71,75	97,22	83,96	51,38	66,60	72,87	63,32	52,29	65,39
Ilhas Maurício	16.648	73,66	88,02	72,09	60,88	95,71	96,87	82,17	77,33	95,77	72,70	70,65	49,23	72,34	70,80	63,81	36,57
Cróacia	20.063	73,30	87,49	76,09	56,32	99,22	94,48	75,69	80,59	95,58	80,51	61,64	66,63	68,23	58,51	46,33	52,23
Argentina		73,08	80,51	73,57	65,17	96,81	96,56	63,81	64,86	95,29	79,28	71,10	48,64	67,08	64,86	70,20	58,52
Emirados Árabes Unidos	57.045	72,79	89,63	74,16	54,59	98,14	93,31	87,64	79,44	93,94	82,60	69,68	50,42	21,31	73,36	63,99	59,69
Israel	31.029	72,60	86,96	72,99	57,85	99,21	100,00	81,42	67,20	98,59	79,88	76,83	36,68	47,78	67,50	39,65	76,47
Panamá	18.793	71,79	75,91	77,55	61,90	91,65	82,93	71,52	57,54	90,93	72,77	77,65	68,88	70,56	64,91	63,54	48,58
Brasil	14.555	70,89	71,14	76,21	65,33	96,34	84,98	67,70	35,55	96,13	73,60	73,63	61,49	75,20	71,63	66,45	48,05
Bulgária	15.695	70,19	84,73	69,57	56,29	98,40	98,76	65,41	76,33	94,02	75,02	48,80	60,42	62,48	54,35	49,39	58,93
Jamaica	8.607	69,83	70,52	72,84	66,14	93,25	80,20	67,80	40,82	90,64	78,98	73,45	48,28	82,65	72,78	63,37	45,76
Sérvia	12.893	69,79	83,38	74,74	51,25	98,88	94,73	64,75	75,15	94,48	77,10	55,98	71,40	55,71	51,71	47,64	49,92
Malásia	22.589	69,55	86,13	74,87	47,66	96,77	97,06	83,78	66,93	88,29	74,31	73,95	62,91	33,31	63,19	39,02	55,11
Kuwait	84.188	69,19	86,28	73,96	47,35	97,54	99,29	68,74	79,53	95,36	81,32	69,48	49,67	35,63	63,28	53,20	37,28
Montenegro	14.152	69,01	81,89	72,09	53,04	99,15	92,02	67,58	68,80	96,41	74,70	56,86	60,40	61,36	47,52	51,44	51,84
Colômbia	12.025	68,85	70,98	77,30	58,26	91,59	77,82	73,52	41,01	90,06	72,58	78,93	67,64	58,56	66,91	57,25	50,34
Romênia	18.200	68,37	77,35	71,53	56,24	97,86	69,05	66,55	75,94	92,74	77,25	55,09	61,03	64,80	62,64	40,90	56,60
Equador	10.541	68,25	73,56	76,46	54,72	90,87	78,84	77,21	47,31	93,30	71,70	78,24	62,61	55,56	59,90	63,37	40,05
Albânia	10.405	68,19	80,71	73,64	50,23	97,67	88,30	69,14	67,74	92,56	77,50	68,37	56,11	62,00	53,59	48,29	37,02
Macedônia	11.609	67,79	83,53	67,04	52,80	99,05	93,78	68,07	73,22	89,53	75,24	59,78	43,62	64,85	52,05	46,90	47,42
México	16.291	67,50	72,81	68,82	60,88	96,27	88,47	71,48	35,03	92,46	62,30	72,02	48,50	71,76	63,08	54,10	54,57
Peru	11.396	67,23	69,89	73,89	57,92	92,47	73,11	67,77	46,20	91,97	70,53	81,08	51,98	64,80	60,43	57,88	48,57
Paraguai	7.833	67,10	71,11	71,11	59,09	90,77	79,56	56,88	57,23	83,25	70,52	74,08	56,57	67,12	67,61	65,30	36,32
Taiilândia	13.932	66,34	75,77	72,35	50,90	94,74	81,22	82,23	44,88	94,23	65,97	70,42	58,79	41,28	72,34	41,82	48,15
Turquia	18.660	66,24	81,50	66,61	50,61	97,31	96,20	73,81	58,68	91,85	65,13	66,27	43,20	54,44	57,85	42,70	47,45
Bósnia e Herzegovina	9.387	66,15	85,78	70,35	42,33	99,00	94,83	73,36	75,95	90,59	77,82	63,76	49,23	43,04	41,04	39,91	45,31
Geórgia	6.946	65,89	80,15	69,61	47,92	93,59	90,95	66,81	69,24	95,17	72,98	60,98	49,31	48,16	59,18	29,27	55,06
Armênia	7.527	65,70	82,60	69,28	45,24	96,05	95,98	70,04	68,31	93,38	74,12	54,52	55,08	39,61	46,79	41,73	52,82
Ucrânia	8.508	65,69	78,28	61,74	57,05	97,84	87,76	69,55	57,96	97,76	69,82	42,64	36,73	56,72	52,14	44,52	74,83
África do Sul	12.106	65,64	64,59	69,94	62,38	85,94	80,55	62,92	28,96	93,21	77,14	58,34	51,09	75,20	71,65	57,41	45,27
Filipinas	6.326	65,46	68,23	68,86	59,30	87,77	71,80	61,87	51,49	89,44	65,87	70,21	49,93	62,00	67,78	55,50	51,92
Botsuana	15.247	65,22	65,51	71,69	58,46	72,02	76,94	50,48	62,61	85,52	68,13	65,20	67,90	71,28	76,08	61,96	24,53
Belarus	17.055	64,98	83,03	66,72	45,19	99,17	94,32	69,59	69,03	96,87	68,87	44,65					

APÊNDICE B / RESULTADOS COMPLETOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

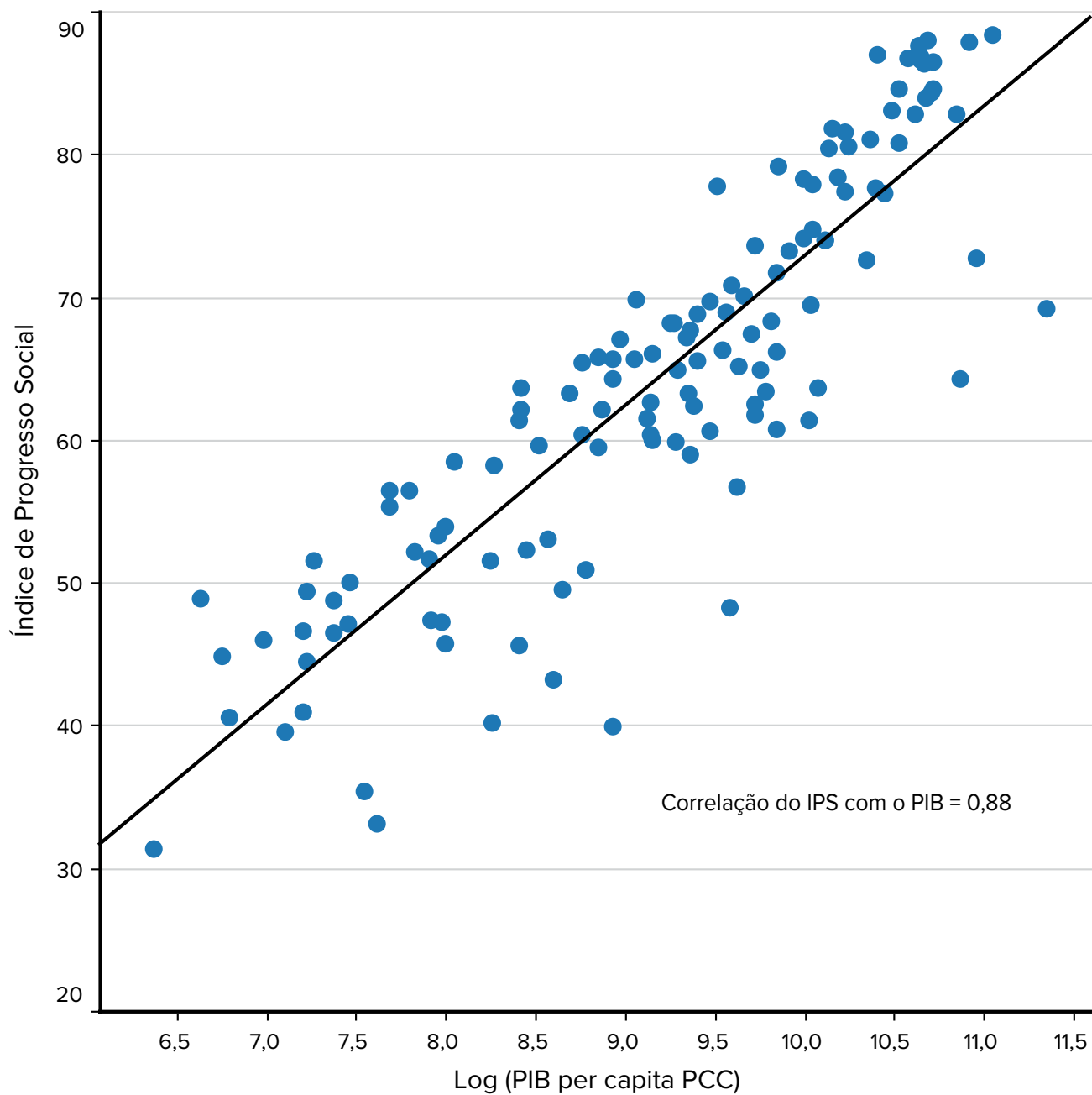
País	PIB per capita (PPC)	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
Honduras	4.445	61,44	65,29	72,71	46,32	89,40	81,65	55,67	34,45	86,35	61,91	74,66	67,91	50,48	57,19	52,36	25,24
Cazaquistão	22.467	61,38	77,17	58,21	48,75	96,99	81,84	69,75	60,11	92,27	66,02	40,59	33,94	29,25	58,71	43,01	64,02
Cuba		60,83	80,08	60,51	41,90	97,71	85,20	63,14	74,29	96,03	24,33	73,29	48,38	2,32	48,89	66,86	49,52
Argélia	12.893	60,66	78,88	66,22	36,87	94,41	81,66	70,92	68,54	89,30	63,28	70,46	41,84	20,64	57,69	42,26	26,91
Indonésia	9.254	60,47	66,52	69,54	45,35	89,13	53,78	66,38	56,78	90,63	62,36	71,50	53,66	49,28	57,74	32,20	42,18
Guiana	6.336	60,42	68,80	60,57	51,89	86,54	84,72	56,14	47,79	87,27	61,00	48,68	45,31	59,63	55,42	55,32	37,21
Sri Lanka	9.426	60,10	71,12	67,03	42,14	83,53	74,63	63,43	62,90	96,17	54,22	65,55	52,19	25,23	64,03	33,27	46,02
Egito	10.733	59,91	77,69	67,59	34,47	96,08	97,05	63,77	53,85	87,78	66,03	57,32	59,23	28,09	55,35	23,29	31,13
Uzbequistão	5.002	59,71	79,31	54,25	45,56	92,90	76,48	83,76	64,10	94,35	50,71	52,63	19,33	11,56	63,81	53,35	53,51
Marrocos	6.967	59,56	76,64	64,14	37,89	92,65	64,30	80,44	69,17	77,98	72,54	68,72	37,30	41,29	53,75	38,68	17,85
China	11.525	59,07	73,74	65,40	38,08	93,08	73,74	70,39	57,73	94,75	52,93	61,71	52,20	4,64	68,45	34,88	44,34
Quirguistão	3.110	58,58	67,87	61,16	46,70	94,15	76,34	51,28	49,71	92,14	67,11	54,68	30,70	39,61	55,74	41,09	50,36
Gana	3.864	58,29	55,50	68,43	50,93	80,17	41,44	45,69	54,69	76,45	70,01	70,37	56,90	78,63	57,56	44,08	23,46
Irã	15.090	56,82	78,42	61,14	30,90	96,43	90,40	73,69	53,14	91,89	47,80	68,58	36,30	5,75	48,02	31,94	37,90
Tajiquistão	2.432	56,49	62,58	63,09	43,79	75,10	65,61	53,02	56,59	90,57	60,94	62,10	38,77	41,29	50,50	40,55	42,80
Senegal	2.170	56,46	60,35	65,97	43,07	75,01	51,05	53,26	62,09	54,88	65,84	73,73	69,42	59,67	51,20	53,50	7,89
Nepal	2.173	55,33	62,54	62,71	40,74	84,59	52,15	46,47	66,94	81,82	52,82	62,74	53,45	50,96	49,74	52,87	9,39
Camboja	2.944	53,96	53,86	67,52	40,52	83,45	40,92	42,32	48,76	72,27	58,61	72,44	66,74	42,45	61,18	39,75	18,68
Bangladesh	2.853	53,39	61,94	62,73	35,50	82,60	53,98	49,37	61,80	74,21	46,99	73,90	55,82	48,17	42,65	32,42	18,75
Índia	5.238	53,06	58,87	57,38	42,93	81,78	54,53	48,10	51,06	80,32	51,43	55,45	42,30	53,07	56,25	28,22	32,19
Laos	4.667	52,41	60,43	61,70	35,09	74,73	51,44	47,23	68,32	72,24	37,04	65,05	72,49	13,72	56,83	52,88	16,94
Lesoto	2.494	52,27	48,62	55,82	52,35	64,80	44,79	34,19	50,71	73,12	58,67	60,61	30,90	61,95	52,65	55,34	29,46
Quênia	2.705	51,67	46,48	68,17	40,36	67,13	34,36	45,97	38,48	76,04	61,59	72,20	62,86	32,16	59,04	37,97	32,27
Zâmbia	3.800	51,62	43,87	64,82	46,19	48,84	34,46	37,21	54,95	74,32	55,47	68,64	60,83	53,92	56,29	50,55	23,99
Ruanda	1.426	51,60	52,52	60,63	41,67	66,70	47,08	45,58	50,70	69,83	38,61	71,07	63,01	33,84	69,46	45,64	17,72
Suazilândia	6.471	50,94	53,34	57,02	42,45	63,22	54,42	43,75	51,96	77,55	51,72	59,78	39,02	19,52	65,28	57,51	27,49
Benim	1.733	50,04	50,41	58,96	40,73	75,95	34,93	37,67	53,10	54,22	60,81	68,32	52,50	52,23	50,63	51,19	8,88
Congo, República do	5.680	49,60	40,67	66,56	41,58	64,08	23,31	30,70	44,61	72,07	63,30	67,26	63,60	44,10	46,17	49,61	26,44
Uganda	1.368	49,49	47,91	61,54	39,02	66,67	38,86	36,76	49,33	61,79	45,49	66,97	71,91	39,50	52,02	41,66	22,91
Malawi	755	48,95	46,42	57,31	43,12	65,36	37,82	29,69	52,81	64,90	40,58	66,16	57,60	61,36	57,94	35,58	17,60
Burkina Faso	1.582	48,82	46,56	57,79	42,11	65,44	36,95	27,47	56,38	42,75	53,32	65,12	69,99	57,35	49,02	54,82	7,27
Iraque	14.471	48,35	63,11	55,29	26,67	81,75	73,29	75,48	21,91	69,59	56,39	62,40	32,80	13,80	33,45	29,92	29,49
Camarões	2.739	47,42	48,48	58,15	35,61	68,43	36,73	42,42	46,35	70,15	49,83	65,76	46,87	24,13	49,22	49,75	19,35
Djibuti	2.903	47,27	64,18	44,02	33,62	72,56	61,33	52,40	70,43	49,28	23,67	65,98	37,15	29,72	51,87	45,17	7,72
Tanzânia	1.718	47,14	41,39	58,23	41,79	62,48	20,58	31,22	51,28	65,37	48,60	69,90	49,04	49,27	50,71	42,99	24,18
Togo	1.346	46,66	45,11	59,40	35,46	69,69	17,41	36,27	57,08	59,30	50,26	68,66	59,38	32,16	49,08	47,24	13,38
Mali	1.589	46,51	48,48	52,45	38,60	71,91	29,69	34,08	58,22	48,20	59,45	63,69	38,45	60,78	35,61	49,43	8,57
Mianmar		46,12	58,87	49,19	30,28	80,09	58,38	41,07	55,92	78,02	27,69	62,37	28,70	5,75	56,11	30,19	29,08
Moçambique	1.070	46,02	43,13	53,49	41,43	57,23	18,93	38,66	57,70	57,11	45,49	63,32	48,05	45,36	39,21	62,14	19,02
Mauritânia	2.945	45,85	47,73	59,08	30,73	77,14	30,76	36,18	46,83	49,08	64,34	68,67	54,23	27,56	38,73	48,03	8,61
Paquistão	4.454	45,66	56,37	50,71	29,90	74,03	60,31	46,02	45,12	52,56	45,71	64,99	39,57	35,59	45,09	18,66	20,29
Libéria	850	44,89	41,15	53,23	40,30	59,78	29,32	22,20	53,29	43,79	48,61	72,03	48,49	60,84	48,10	43,01	9,26
Madagascar	1.369	44,50	41,93	53,53	38,04	66,66	16,35	29,35	55,37	63,14	40,57	70,93	39,49	45,88	39,92	45,02	21,35
Nigéria	5.423	43,31	39,04	61,51	29,37	67,92	26,38	37,82	24,03	56,09	60,84	67,14	61,98	32,16	38,58	29,32	17,41
Etiópia	1.336	41,04	44,04	50,49	28,59	61,17	23,50	37,85	53,66	40,70	33,09	73,90	54,26	25,76	48,84	34,01	5,74
Níger	887	40,56	40,55	48,99	32,15	66,91	18,30	25,10	51,87	29,76	43,78	67,53	54,87	40,72	33,76	47,05	7,09
Iêmen	3.832	40,30	49,72	50,07	21,12	71,55	43,57	34,98	48,80	60,42	41,57	64,93	33,37	15,52	43,38	20,40	5,16
Angola	7.488	40,00	41,27	52,20	26,51	57,90	34,57	30,69	41,93	54,84	51,01	63,64	39,33	21,81	26,66	41,77	15,81
Guiné	1.213	39,60	40,00	51,20	27,59	63,14	33,59	24,16	39,13	42,86	48,69	67,33	45,91	30,37	34,51	39,59	5,88
Afeganistão	1.884	35,40	37,17	46,50	22,51	67,99	31,73	21,48	27,50	48,36	49,98	56,63	31,04	25,91	35,99	21,03	7,12
Chade	2.022	33,17	28,09	44,12	27,30	38,17	20,00	19,66	34,51	30,72	36,14	62,18	47,44	36,17	25,08	43,08	4,89
República Centro-Africana	584	31,42	26,81	44,84	22,62	37,07	26,25	13,93	29,98	32,95	37,19	61,74	47,48	16,68	36,97	27,65	9,19
Bahrein	42.428		67,17	46,94			99,74	84,78	66,83	95,29	74,40	71,85	27,15	29,28	65,15	47,32	46,01
Belize	8.215		65,56			94,72	91,17	64,69		89,98	59,03	71,50	41,73	83,77		56,73	32,95
Butão	7167		69,17				69,62	73,99	84,29	79,03	59,67	67,19	70,78	57,45	72,87		50,50
Burundi	747		46,63	32,20			44,69	22,08	48,90	62,42	32,18	61,41	30,51	36,17	44,10	38,87	9,66
Cabo Verde	6.210		70,50			91,01	69,85	52,92		92,41	77,56	74,59	37,44	94,20			27,14
Comores	1.400		55,01	42,51			58,27	44,50		79,04	47,40	67,73	25,88	67,12	39,77	50,23	12,89
Congo, República Democrática do	783		47,69	26,26			19,37	24,13	27,75	55,62	37,13	63,82	34,18	5,75	36,95	42,63	19,69
Costa do Marfim	3.107		47,09		31,58	61,99	43,41	46,65	36,32		59,83	63,43	56,21	20,11	50,37	45,23	10,60
Gabão	18.646		61,91		48,07	83,24	53,13	50,30	60,96		63,26	70,79	62,67	48,89	48,44	61,80	33,16
Gâmbia	1.608		57,90	55,36		77,65	61,15	42,89	49,90	64,26	58,61	68,24	30,33	42,45	43,34		9,23
Guiné-Bissau	1.362					60,46	27,22		31,45		53,37	64,26	57,85	57,93	42,99		7,54
Haiti	1.648		36,02		36,89	47,60	25,93	22,58	47,98		56,37	68,16	38,12	47,53	46,07	38,69	15,27
Líbia	20.371			56,43				62,06	51,09	95,49	61,87	67,42	0,96	10,88	50,25	41,77	
Luxemburgo	87.737			82,42	81,95	99,39	99,90	88,79		96,06	95,69	75,25	62,68	97,68	88,89	83,24	58,01
Malta	28.828			73,61	70,38	98,99	100,00	81,15		93,37	82,26	72,35	46,47	84,43	74,36	74,11	48,63
Omã	42.649			70,47			84,85	86,76	71,81	94,62	75,70	74,52	37,03	36,68	62,86		
Papua-Nova Guiné	2.458			55,39			17,40		47,64	63,03</							

APÊNDICE C / RESULTADOS CORRIGIDOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2014

País	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
Afganistão	33,92	34,54	45,65	21,56	66,54	31,39	17,06	23,18	47,48	47,63	56,46	31,04	25,80	36,21	17,14	7,12
Albânia	67,19	80,16	72,99	48,42	97,63	87,89	67,64	67,48	92,13	75,44	68,27	56,11	61,86	47,60	47,22	37,02
Argélia	59,73	77,26	65,29	36,63	94,21	81,57	71,46	61,80	87,85	61,07	70,41	41,84	20,72	57,11	41,80	26,91
Angola	39,73	40,64	51,77	26,77	56,11	33,87	30,83	41,75	54,46	49,77	63,54	39,33	21,73	28,83	40,71	15,81
Argentina	72,68	79,37	73,10	65,56	96,69	96,09	64,45	60,24	95,16	77,60	71,01	48,64	66,88	64,97	71,87	58,52
Armênia	64,93	81,21	68,56	45,03	95,50	95,70	69,78	63,85	93,27	71,43	54,44	55,08	41,82	46,03	39,46	52,82
Austrália	86,10	93,04	79,60	85,67	99,35	100,00	85,32	87,48	97,19	87,42	79,98	53,80	97,65	88,57	78,76	77,70
Áustria	84,43	95,20	82,28	75,80	99,41	100,00	89,75	91,62	96,24	90,44	73,20	69,24	88,01	83,52	70,02	61,67
Azerbaijão	61,72	76,00	67,53	41,64	95,06	66,86	74,54	67,54	94,08	66,22	61,67	48,14	28,00	43,04	38,09	57,42
Bangladesh	52,52	60,02	62,03	35,51	81,66	53,58	47,44	57,41	73,89	44,68	73,75	55,82	51,50	44,05	27,73	18,75
Belarus	64,90	83,34	65,88	45,47	99,12	94,02	71,25	68,99	96,83	66,18	44,03	56,48	14,89	57,84	51,24	57,93
Bélgica	82,47	93,44	76,42	77,54	99,13	100,00	88,12	86,52	98,77	89,53	68,48	48,89	85,66	82,37	73,67	68,45
Benim	49,13	49,09	57,47	40,84	74,32	34,86	36,46	50,73	52,56	56,52	68,30	52,46	52,23	49,79	52,46	8,88
Bolívia	62,54	66,44	69,67	51,49	78,92	64,94	60,63	61,29	87,07	66,53	71,83	53,27	54,24	59,55	55,25	36,94
Bósnia e Herzegovina	66,07	85,56	69,72	42,91	98,95	94,73	72,93	75,65	90,35	75,63	63,67	49,23	46,41	41,53	38,41	45,31
Botsuana	65,39	66,46	71,07	58,64	70,52	76,78	51,75	66,79	85,09	66,11	65,16	67,90	71,27	75,37	63,40	24,53
Brasil	71,00	72,27	75,76	64,96	96,29	84,69	70,40	37,71	95,93	72,10	73,52	61,49	75,12	68,91	67,76	48,05
Bulgária	69,52	83,01	69,28	56,29	98,30	98,62	63,44	71,68	93,92	74,07	48,70	60,42	62,41	53,60	50,21	58,93
Burkina Faso	48,32	44,79	56,75	43,43	63,83	36,65	28,70	49,99	41,43	50,57	65,00	69,99	61,64	49,85	54,96	7,27
Camboja	53,19	52,21	66,91	40,44	82,43	40,10	37,83	48,49	71,46	57,12	72,30	66,74	43,45	60,14	39,49	18,68
Camarões	46,83	48,29	56,86	35,34	67,14	36,58	43,37	46,09	69,28	45,65	65,63	46,87	25,26	45,95	50,81	19,35
Canadá	86,88	94,74	79,15	86,75	99,01	99,23	89,19	91,53	98,15	84,43	75,99	58,04	88,01	88,37	85,50	85,11
República Centro-Africana	31,28	26,75	44,39	22,72	36,96	26,15	14,09	29,81	33,03	35,49	61,53	47,48	15,45	36,89	29,34	9,19
Chade	31,51	25,76	43,82	24,95	33,82	19,88	17,21	32,14	30,09	35,70	62,05	47,44	35,99	21,71	37,20	4,89
Chile	77,98	85,87	74,39	73,67	97,75	94,99	78,68	72,06	94,70	78,97	74,51	49,37	89,64	77,07	67,60	60,38
China	58,65	73,38	64,23	38,34	92,50	73,49	69,78	57,73	94,37	48,73	61,61	52,20	4,71	69,35	34,98	44,34
Colômbia	68,35	69,96	76,85	58,25	90,23	77,58	73,10	38,93	89,73	71,17	78,85	67,64	58,56	68,25	55,88	50,34
Congo, República do	50,00	41,45	66,06	42,51	62,81	23,34	33,13	46,50	71,94	61,61	67,09	63,60	43,83	48,14	51,62	26,44
Costa Rica	77,87	84,04	78,71	70,88	96,89	92,50	81,08	65,69	93,79	80,44	77,99	62,61	83,14	75,68	75,45	49,24
Cróacia	73,22	87,89	75,59	56,17	99,17	94,48	77,73	80,20	95,50	78,71	61,54	66,63	68,24	59,94	44,30	52,23
Cuba	61,15	81,29	60,26	41,91	97,60	84,92	62,96	79,68	95,94	23,53	73,20	48,38	2,35	48,85	66,90	49,52
Chipre	77,23	89,49	75,74	66,48	99,29	100,00	79,18	79,47	97,83	82,74	76,90	45,47	92,94	71,08	44,16	57,73
República Tcheca	79,84	93,81	78,86	66,84	99,23	98,48	85,54	91,98	97,36	88,56	61,01	68,53	75,30	72,14	58,86	61,06
Dinamarca	86,14	95,98	82,41	80,01	99,15	100,00	92,26	92,53	99,26	94,89	73,91	61,57	88,01	88,60	76,82	66,63
Djibuti	47,06	63,74	43,60	33,85	70,62	61,30	52,44	70,60	49,36	22,06	65,81	37,15	30,90	51,54	45,26	7,72
República Dominicana	61,82	63,84	71,27	50,34	87,49	74,35	60,62	32,92	86,23	68,53	73,88	56,42	44,22	64,18	60,05	32,91
Equador	67,92	73,00	75,80	54,96	90,55	78,20	76,09	47,18	93,00	69,47	78,12	62,61	56,59	62,17	61,04	40,05
Egito	59,97	79,00	67,07	33,82	95,96	96,75	65,65	57,67	88,11	63,75	57,20	59,23	28,00	50,55	25,61	31,13
El Salvador	64,33	68,74	68,20	56,06	90,29	74,11	72,80	37,75	85,27	69,12	70,30	48,11	72,77	63,32	61,55	26,59
Estônia	79,67	86,64	79,40	72,95	99,32	95,83	72,44	78,97	97,85	90,13	68,04	61,58	97,65	75,55	53,52	65,11
Etiópia	40,38	43,83	49,40	27,92	59,10	22,95	39,24	54,04	38,48	31,18	73,65	54,26	25,81	47,86	32,28	5,74
Finlândia	86,37	94,78	82,41	81,92	99,54	99,83	90,48	89,25	99,39	94,63	75,71	59,94	88,01	91,07	78,22	70,38
França	81,28	92,44	78,59	72,83	99,15	100,00	90,55	80,04	99,39	85,28	75,14	54,55	80,56	83,76	60,64	66,34
Geórgia	65,59	80,14	68,95	47,67	93,05	90,57	67,75	69,20	95,08	70,53	60,90	49,31	48,20	57,87	29,56	55,06
Alemanha	83,53	93,62	81,30	75,68	99,24	100,00	87,11	88,15	97,58	91,00	71,15	65,48	80,01	84,07	67,90	70,73
Gana	57,74	54,54	67,89	50,80	79,49	41,34	44,73	52,62	75,37	68,96	70,34	56,90	78,59	58,69	42,44	23,46
Grécia	73,01	87,91	74,05	57,08	99,19	99,15	79,33	73,97	98,64	75,00	71,88	50,67	64,77	51,03	45,61	66,92
Guatemala	61,70	68,87	68,23	48,01	86,03	84,31	65,35	39,79	78,11	61,95	74,13	58,71	65,77	58,72	52,20	15,34
Guiné	39,01	40,21	49,66	27,18	62,26	33,32	24,08	41,16	42,17	43,26	67,29	45,91	31,47	34,57	36,80	5,88
Guiana	60,45	69,19	60,21	51,96	86,26	84,72	56,07	49,70	86,53	60,39	48,60	45,31	60,78	54,24	55,59	37,21
Honduras	60,69	64,25	72,02	45,80	88,43	80,91	53,66	34,01	85,62	60,03	74,52	67,91	50,38	55,67	51,91	25,24
Hungria	74,94	88,35	70,11	66,35	98,88	98,41	77,34	78,75	96,34	81,17	49,00	53,95	72,94	70,40	60,34	61,72
Índia	87,53	94,91	86,01	81,68	99,54	100,00	86,65	93,44	98,86	95,57	80,70	68,89	88,01	85,63	89,67	63,43
Índia	52,19	58,06	56,53	41,98	81,00	54,15	46,08	51,02	78,70	49,78	55,34	42,30	54,03	55,55	26,18	32,19
Indonésia	59,81	65,42	69,09	44,91	88,07	53,34	66,79	53,48	90,32	60,98	71,41	53,66	49,32	60,24	27,90	42,18
Irã	56,38	78,45	59,87	30,83	95,92	90,23	74,27	53,36	91,44	43,31	68,44	36,30	5,82	48,48	31,11	37,90
Iraque	47,85	62,80	53,60	27,15	81,10	73,01	75,35	21,73	69,27	50,01	62,30	32,80	17,33	32,92	28,85	29,49
Irlanda	84,50	94,05	76,15	83,28	99,21	99,44	89,41	88,15	98,38	89,22	76,87	40,15	88,01	84,21	83,49	77,41
Israel	72,42	86,73	72,88	57,65	99,14	100,00	80,39	67,41	98,59	79,46	76,80	36,68	48,10	68,46	37,55	76,47
Itália	76,58	87,36	76,64	65,75	99,39	99,93	82,15	67,98	98,24	78,21	76,40	53,70	78,59	59,49	65,30	59,60
Jamaica	69,27	69,83	72,16	65,83	93,17	80,20	67,41	38,53	90,50	76,49	73,37	48,28	82,41	72,49	62,66	45,76
Japão	83,12	95,15	78,67	75,56	99,20	99,55	89,54	92,29	99,97	85,84	75,39	53,46	95,29	78,22	60,65	68,05
Jordânia	63,44	82,98	64,62	42,74	96,54	92,40	77,04	65,94	94,10	67,45	67,01	29,90	27,78	59,29	40,39	43,48
Cazaquistão	61,70	77,13	57,88	50,09	96,58	81,76	69,94	60,24	92,13	65,16	40,29	33,94	30,35	57,46	48,53	64,02
Quênia	51,07	47,05	67,26	38,90	66,18	34,27	45,12	42,61	74,77	59,48	71,95	62,86	32,20	53,33	37,81	32,27
Coreia do Sul	77,74	89,75	75,44	68,03	98,89	92,51	82,64	84,95	98,26	85,37	72,78	45,34	66,74	71,87	60,23	73,26
Kuwait	69,08	86,40	73,45	47,38	97,57	99,29	69,09	79,66	95,17	79,55	69,43	49,67	36,90	62,52	52,81	37,28
Quirguistão	57,30	66,29	60,71	44,90	93,59	76,32	48,67	46,58	91,99	65,68	54,49	30,70	39,47	53,21	36,57	50,36
Laos	51,89	59,95	60,81	34,91	73,67	50,10	47,86	68,19	70,54	35,35	64,87	72,49	13,72	56,51	52,49	16,94
Letônia	73,72	82,94	77,49	60,74	98,40	86,12	74,46	72,78	97,50	84,11	57,07	71,29	67,12	67,21	52,04	56,58

APÊNDICE C / RESULTADOS CORRIGIDOS DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2014

País	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
México	66,85	73,03	68,12	59,39	96,22	88,04	72,87	34,98	92,18	59,88	71,92	48,50	71,66	61,43	49,92	54,57
Moldávia	63,29	77,20	64,25	48,41	97,29	79,61	65,79	66,13	91,79	74,08	47,20	43,92	48,20	53,76	40,67	51,01
Mongólia	60,62	56,66	64,10	61,10	81,95	46,51	33,06	65,11	97,60	64,56	58,33	35,92	73,88	62,98	55,09	52,43
Montenegro	68,37	81,70	71,89	51,52	99,11	92,01	67,22	68,46	96,28	74,13	56,78	60,40	61,30	48,11	44,82	51,84
Marrocos	59,32	76,36	63,90	37,71	92,34	63,74	80,22	69,12	77,91	71,77	68,62	37,30	41,27	52,76	38,95	17,85
Moçambique	45,75	43,79	51,83	41,64	55,42	18,71	39,18	61,86	55,34	40,68	63,25	48,05	45,29	39,49	62,75	19,02
Mianmar	45,65	58,25	48,57	30,12	79,28	57,90	41,60	54,23	77,50	25,78	62,31	28,70	5,82	55,31	30,28	29,08
Namíbia	62,17	59,32	70,84	56,37	66,35	57,55	57,94	55,42	78,06	69,03	72,16	64,11	70,42	71,46	56,61	26,97
Nepal	53,81	61,58	61,19	38,67	84,33	51,56	45,52	64,92	80,77	47,97	62,57	53,45	47,47	49,41	48,42	9,39
Holanda	86,40	94,60	83,72	80,89	99,18	100,00	90,70	88,53	98,92	95,44	75,62	64,89	88,01	89,27	74,14	72,14
Nova Zelândia	86,93	92,37	82,63	85,80	98,98	100,00	84,47	86,04	99,45	91,57	77,63	61,86	98,82	89,36	83,22	71,79
Nicarágua	62,33	65,48	71,28	50,24	85,96	59,46	55,81	60,70	81,69	64,02	72,02	67,40	46,85	61,14	65,52	27,44
Níger	40,17	39,90	48,11	32,51	65,80	18,17	26,04	49,59	29,36	40,83	67,38	54,87	40,76	38,33	43,85	7,09
Nigéria	42,44	39,09	60,04	28,17	67,05	26,67	38,89	23,77	54,28	56,85	67,05	61,98	32,20	35,27	27,81	17,41
Noruega	87,58	94,04	88,39	80,32	99,33	100,00	84,12	92,72	99,11	95,92	80,52	78,03	88,01	90,18	74,39	68,69
Paquistão	45,18	56,54	50,02	28,98	73,31	60,25	47,25	45,34	51,86	43,72	64,94	39,57	35,66	39,94	20,04	20,29
Panamá	71,93	77,32	77,09	61,38	90,71	82,72	76,22	59,61	90,62	71,30	77,55	68,88	70,42	61,11	65,42	48,58
Paraguai	66,39	70,24	70,21	58,70	91,58	78,91	55,40	55,07	82,62	67,59	74,06	56,57	66,95	67,67	63,88	36,32
Peru	67,13	69,87	73,55	57,96	91,59	72,55	67,24	48,10	91,77	69,47	80,97	51,98	64,77	61,27	57,22	48,57
Filipinas	65,12	67,84	68,50	59,02	87,28	71,77	60,98	51,32	89,10	64,82	70,15	49,93	61,86	65,41	56,91	51,92
Polónia	77,07	86,21	77,02	68,00	99,15	93,71	69,29	82,68	97,63	85,06	59,31	66,06	80,95	70,89	55,49	64,67
Portugal	81,21	92,28	75,87	75,46	98,98	99,87	85,28	85,00	98,55	81,86	73,26	49,83	92,94	77,44	77,50	53,98
Romênia	68,02	76,86	71,05	56,16	97,87	69,05	64,79	75,73	92,58	75,53	55,05	61,03	64,77	62,16	41,13	56,60
Rússia	62,94	72,83	67,55	48,43	97,60	81,90	66,84	44,98	96,47	72,91	44,21	56,63	19,54	52,07	34,38	87,73
Ruanda	50,76	50,85	59,55	41,87	64,98	46,66	43,27	48,50	68,79	35,52	70,87	63,01	33,81	70,51	45,45	17,72
Arábia Saudita	63,56	81,81	69,82	39,06	97,14	89,36	75,58	65,16	95,98	64,02	69,54	49,75	9,42	54,41	45,17	47,24
Senegal	55,18	59,43	64,56	41,56	75,15	50,42	47,85	64,29	53,66	61,46	73,70	69,42	59,67	47,06	51,62	7,89
Sérvia	69,03	82,51	74,25	50,31	98,88	94,67	63,83	72,68	94,40	75,53	55,67	71,40	54,58	51,34	40,40	49,92
Eslováquia	77,91	91,34	78,59	63,79	98,74	98,22	84,56	83,83	96,57	88,96	59,61	69,23	78,59	63,28	59,94	53,34
Eslovênia	81,51	92,78	80,44	71,31	99,40	99,61	80,77	91,34	97,87	83,06	66,82	73,99	80,95	79,42	65,72	59,15
África do Sul	65,42	65,05	69,12	62,08	85,63	79,97	63,69	30,90	93,08	74,27	58,05	51,09	75,12	70,47	57,48	45,27
Espanha	80,79	91,11	76,57	74,68	99,26	99,80	84,88	80,52	99,66	83,37	77,18	46,08	83,30	74,48	72,74	68,22
Sri Lanka	59,20	70,01	66,13	41,45	82,95	74,25	61,79	61,04	95,92	50,97	65,46	52,19	26,54	62,46	30,78	46,02
Suazilândia	50,51	53,69	55,82	42,01	62,91	53,98	43,75	54,12	76,40	48,07	59,78	39,02	19,60	63,96	57,01	27,49
Suécia	87,84	95,21	86,30	82,02	99,40	100,00	88,08	93,35	98,87	94,53	80,24	71,54	88,01	89,11	76,59	74,38
Suíça	87,46	95,29	86,32	80,78	99,29	99,93	89,22	92,72	94,80	91,70	76,57	82,21	88,01	90,48	73,95	70,67
Taijiquistão	55,21	61,70	61,86	42,07	72,99	65,27	50,11	58,45	90,38	56,24	62,05	38,77	41,09	45,36	39,03	42,80
Tanzânia	46,56	41,05	57,91	40,72	61,06	20,47	31,31	51,36	64,66	48,33	69,63	49,04	49,31	48,15	41,23	24,18
Tailândia	65,49	75,25	71,90	49,32	93,95	81,17	81,15	44,75	94,11	64,36	70,33	58,79	49,37	66,14	33,63	48,15
Togo	44,79	43,50	57,82	33,06	67,77	17,43	33,78	55,01	57,93	45,37	68,58	59,38	32,20	45,94	40,71	13,38
Tunísia	63,72	79,91	67,98	43,26	96,95	85,41	74,85	62,44	91,77	68,26	71,02	40,89	51,11	58,15	35,63	28,14
Turquia	65,31	82,03	66,19	47,73	97,16	96,13	76,37	58,46	91,75	63,69	66,11	43,20	55,65	55,26	32,54	47,45
Uganda	48,90	46,11	61,03	39,55	65,93	38,69	35,55	44,26	60,34	45,10	66,76	71,91	40,54	49,83	44,93	22,91
Ucrânia	65,29	77,85	61,05	56,97	97,69	87,71	68,27	57,74	97,72	67,23	42,54	36,73	55,48	52,84	44,75	74,83
Emirados Árabes Unidos	72,46	89,82	73,66	53,90	97,91	93,30	86,66	81,42	93,12	81,53	69,59	50,42	21,51	72,33	62,08	59,69
Reino Unido	84,77	92,46	78,75	83,09	99,02	99,89	87,53	83,40	98,13	88,60	73,76	54,53	97,65	87,07	69,75	77,91
Estados Unidos	82,55	91,26	74,77	81,63	98,52	98,66	89,89	77,96	95,24	83,61	68,59	51,63	82,20	79,99	74,88	89,47
Uruguai	78,64	85,79	74,60	75,54	97,41	96,16	77,79	71,81	95,43	80,86	71,08	51,01	92,94	81,38	81,92	45,93
Uzbequistão	59,03	78,39	53,70	44,99	91,83	76,46	81,24	64,01	94,26	48,67	52,56	19,33	11,54	62,69	52,23	53,51
Venezuela	63,42	66,60	74,04	49,62	95,97	81,86	61,03	27,53	91,37	71,71	71,24	61,83	36,49	54,30	61,03	46,66
Iêmen	39,09	48,40	48,61	20,26	70,76	43,39	34,99	44,46	59,50	36,72	64,88	33,37	15,62	38,88	21,37	5,16
Zâmbia	50,48	41,68	64,64	45,14	47,20	34,42	36,31	48,76	74,18	55,34	68,21	60,83	53,85	52,91	49,79	23,99
Bahrein		66,86	47,51		99,74	84,87	66,65		94,96	73,57	71,77	27,15	32,87	64,34	46,80	46,01
Belize		65,03			94,62	90,53	64,44		89,92	57,07	71,41	41,73	83,52		56,47	32,95
Butão		68,39			69,30	72,08	84,33		76,74	59,03	67,02	70,78	57,45	70,10	48,37	
Burundi		46,33	32,26		44,54	21,89	42,67		62,25	31,29	61,27	30,51	39,47	46,62	33,28	9,66
Cabo Verde		68,85			90,37	68,70	48,86		92,02	71,51	74,45	37,44	92,94			27,14
Comores		54,15	42,32		58,30	44,56			78,70	44,35	67,68	25,88	66,95	39,93	49,53	12,89
Congo, República Democrática do		46,29	26,41		19,25	23,62	29,95		54,93	32,29	63,77	34,18	5,82	34,72	45,42	19,69
Costa do Marfim		44,64	30,12		61,45	43,06	44,93	29,11		57,26	63,36	56,21	19,09	47,38	43,41	10,60
Gabão		62,08	48,16		82,74	52,57	52,02	61,00		61,98	70,67	62,67	48,71	49,53	61,25	33,16
Gâmbia		57,58	53,64		77,02	60,89	45,57	46,83	63,74	52,28	68,19	30,33	43,45	42,84		9,23
Guiné-Bissau					57,92	27,03		39,76		48,92	64,22	57,85	54,19	42,52		7,54
Haiti		36,20	37,53		47,28	25,92	22,86	48,76		52,42	68,03	38,12	50,77	45,68	38,41	15,27
Libia			55,99			66,75	46,90		95,56	60,11	67,33	0,96	17,85	49,35	41,17	
Luxemburgo			82,20	77,19	99,34	99,90	86,67		95,99	95,09	75,05	62,68	97,65	81,27	71,84	58,01
Malta		73,33	70,92		98,99	100,00	79,10		92,89	81,64	72,32	46,47	84,48	73,88	76,69	48,63
Omã		69,66				84,04	86,81	73,79	93,79	73,41	74,40	37,03	35,61	62,64		
Papua-Nova Guiné		54,77				17,42		43,03	62,77	43,52	60,29	52,50	66,23	49,65		27,16
Catar		69,36	51,85		100,00	85,49	88,09		96,86	77,80	74,73	28,03	30,13	68,69	61,57	47,01
Serra Leoa		33,35	33,78		34,65	18,94	23,22	56,57		40,75	59,77	52,35	40,14	44,23	46,22	4,55
Cingapura			62,82		100,00	81,34	90,27			74,61	80,50	50,60	49,78	80,06	64,69	56,74
Sudão			24,56			31,23	39,11	37,73		41,09	69,87	35,72	19,98	26,92	30,61	20,72



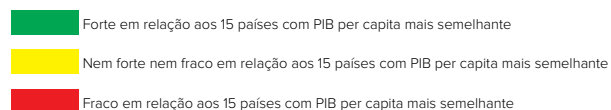
APÊNDICE E / PONTUAÇÕES E CORRELAÇÕES DO ÍNDICE DE PROGRESSO SOCIAL 2015

As classificações de grupo de renda utilizados são aqueles definidos pelo Banco Mundial (<http://data.worldbank.org/about/country-and-lending-groups>)

		PIB per capita (PPC)	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior	
Todos os países (161 países)	Mediana	11.396	64,92	74,19	69,065	49,19	93,25	80,89	67,58	60,96	91,96	69,1	68,66	52,2	55,07	59,18	51,44	44,34	
	Média	17.392	64,39	70,82	67,68	52,03	86,42	72,03	62,78	61,54	84,02	66,93	67,33	51,34	53,37	60,58	52,37	40,57	
	Desvio padrão	19.280	13,81	18,12	10,04	16,66	15,3	26,76	20,5	17,91	17,17	16,91	8,39	13,26	25,74	15,04	15,23	21,59	
	Melhor	127.562	88,36	96,03	88,46	86,58	99,58	100	92,25	93,57	99,97	96,11	81	82,21	98,84	91,54	89,54	89,47	
		Catar	Noruega	Dinamarca	Noruega	Canadá	Finlândia	Catar	Dinamarca	Islândia	Japão	Noruega	Peru	Suíça	Nova Zelândia	Finlândia	Islândia	Estados Unidos	
	Pior	584	31,42	26,81	44,02	21,12	37,07	16,35	13,93	21,91	29,76	23,67	40,59	0,96	2,32	25,08	18,66	4,55	
		República Centro-Africana	República Centro-Africana	República Centro-Africana	Djibuti	Iêmen	República Centro-Africana	Madagascar	República Centro-Africana		Iraque	Niger	Djibuti	Cazaquistão	Libia	Cuba	Chade	Paquistão	Serra Leoa
	Correlação com o PIB per capita		0,78	0,76	0,62	0,62	0,6	0,64	0,67	0,64	0,55	0,67	0,32	0,11	0,33	0,64	0,56	0,64	
Alta Renda (46 países)	Mediana	37.086	81,17	91,71	77,1	73,42	99,21	99,77	85,24	83,33	97,78	85,02	73,63	54,17	82,72	78,29	65,82	65,11	
	Média	40.769	80,25	90,23	77,74	70,61	98,81	97,23	83,65	81,16	97,39	85,56	71,37	55,73	74,32	76,55	66,54	63,88	
	Desvio padrão	20.205	6,32	5,14	4,84	11,91	1,19	4,63	5,94	11,16	1,68	6,8	7,72	12,47	23,58	10,85	13,49	11,61	
	Melhor	127.562	88,36	96	88,46	86,58	99,58	100	92,25	93,57	99,97	96,11	80,96	82,21	98,84	91,54	89,54	89,47	
		Catar	Noruega	Dinamarca	Noruega	Canadá	Finlândia	Catar	Dinamarca	Islândia	Japão	Noruega	Islândia	Suíça	Nova Zelândia	Finlândia	Islândia	Estados Unidos	
	Pior	18.966	63,64	74,1	67,17	39,49	92,16	81,92	68,7	42,7	93,37	66,45	44,58	27,15	9,28	50,96	35,6	37,28	
		Uruguai	Rússia	Rússia	Bahrein	Arábia Saudita	Trinidad e Tobago	Rússia	Rússia	Trinidad e Tobago	Malta	Arábia Saudita	Rússia	Bahrein	Arábia Saudita	Grécia	Rússia	Kuwait	
	Correlação com o PIB per capita		0,16	0,32	0,03	-0,12	0,05	0,27	0,24	0,27	-0,15	0,08	0,36	-0,19	-0,32	0,16	0,17	-0,18	
Renda Média Alta (42 países)	Mediana	14.042	66,29	77,17	70,4	51,25	96,27	84,98	69,365	60,815	92,27	71,815	68,475	51,535	56,85	59,9	50,75	47,195	
	Média	14.321	65,52	75,78	69,3	51,38	92,97	83,42	69,05	57,22	90,7	68,35	65,97	50,26	48,81	59,44	50,9	44,65	
	Desvio padrão	3.890	6,77	9,14	6,22	10,57	8,56	12,85	9,66	15,52	7,44	11,16	10,02	14,26	24,53	10,92	11,42	11,08	
	Melhor	22.914	77,88	88,8	78,83	70,59	99,17	98,88	87,01	79,06	96,87	82,13	81,08	71,4	83,77	76,27	73,58	64,02	
		Hungria	Costa Rica	Hungria	Costa Rica	Costa Rica	Belarus	Libano	Turcomenistão	Hungria	Belarus	Hungria	Peru	Sérvia	Belize	Costa Rica	Costa Rica	Cazaquistão	
	Pior	7.488	40	41,27	52,2	26,51	57,9	34,57	30,69	21,91	54,84	24,33	40,59	0,96	2,32	26,66	29,92	15,81	
		Angola	Angola	Angola	Angola	Angola	Angola	Angola	Angola	Iraque	Angola	Cuba	Cazaquistão	Libia	Cuba	Angola	Iraque	Angola	
	Correlação com o PIB per capita		0,28	0,42	-0,04	0,16	0,37	0,37	0,28	0,19	0,33	0,12	-0,31	-0,06	-0,16	0,12	-0,07	0,61	
Renda Média Baixa (41 países)	Mediana	5.181	59,71	65,58	64,655	45,24	83,53	61,33	54,465	52,91	81,53	61,91	67,14	49,93	48,16	55,995	46,63	27,15	
	Média	5.428	57,02	62,76	63,15	42,86	81,46	60,71	54,53	53,82	79,19	59,18	64,9	49,18	44,74	54,99	44,49	30,12	
	Desvio padrão	2.222	7,35	11,98	6,83	10,2	11,9	21,05	13,92	12,77	13,85	12,1	8,05	12,45	21,18	9,02	12,2	15,86	
	Melhor	10.733	67,1	83	72,71	62	97,84	97	83,76	84	97,76	78	76,24	72	94,2	73	65,3	75	
		Egito	Paraguai	Armênia	Honduras	Mongólia	Ucrânia	Egito	Uzbequistão	Butão	Ucrânia	Cabo Verde	Vietnã	Laos	Cabo Verde	Butão	Paraguai	Ucrânia	
	Pior	2.040	40,3	39	44,02	21	48,84	17	30,7	24	49,08	24	42,64	19	7,44	28	18,66	5	
		Timor-Leste	Iêmen	Nigéria	Djibuti	Iêmen	Zâmbia	Papua Nova Guiné	Congo, República do	Nigéria	Mauritânia	Djibuti	Ucrânia	Uzbequistão	Síria	Sudão	Paquistão	Iêmen	
	Correlação com o PIB per capita		0,55	0,54	0,49	0,39	0,53	0,58	0,51	0,25	0,63	0,43	-0,16	0,08	0,12	0,41	-0,08	0,55	
Renda Baixa	Mediana	1.495	46,66	45,79	55,01	38,32	66,67	33,975	35,29	51,87	61,79	48,605	67,15	50,695	41,87	47,085	42,81	13,135	
	Média	2.106	46,21	46,55	55,21	36,32	65,52	35,73	33,95	49,24	8,89	48,21	66,43	49,23	40,28	46,06	43,17	15,76	
	Desvio padrão	3.077	6,64	9,69	6,62	6,53	12,85	14,47	10,42	10,39	16,02	9,61	4,42	12,46	15,65	9,06	9,26	9,65	
	Melhor	18.646	56,49	62,58	68,17	48,07	84,59	65,61	53,02	66,94	90,57	63,26	73,9	71,91	67,12	69,46	62,14	42,8	
		Gabão	Tajiquistão	Tajiquistão	Quênia	Gabão	Nepal	Tajiquistão	Tajiquistão	Nepal	Tajiquistão	Gabão	Bangladesh	Uganda	Comores	Ruanda	Moçambique	Tajiquistão	
	Pior	584	31,42	26,81	44,12	22,51	37,07	16,35	13,93	27,5	29,76	27,69	56,63	25,88	5,75	25,08	21,03	4,55	
		República Centro-Africana	República Centro-Africana	República Centro-Africana	Chade	Afganistão	República Centro-Africana	Madagascar	República Centro-Africana	Afganistão	Niger	Mianmar	Afganistão	Comores	Mianmar	Chade	Afganistão	Serra Leoa	
	Correlação com o PIB per capita		0,53	0,41	0,66	0,38	0,35	0,31	0,4	0,24	0,52	0,39	0,21	0,23	0,11	0,11	0,35	0,41	

APÊNDICE F / RESUMO DAS PONTUAÇÕES

País	PIB (PPC) per capita	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
Afganistão	1.884																
Albânia	10.405																
Argélia	12.893																
Angola	7.488																
Argentina																	
Armênia	7.527																
Austrália	42.831																
Áustria	44.376																
Azerbaijão	16.594																
Bangladesh	2.853																
Belarus	17.055																
Bélgica	40.607																
Benim	1.733																
Bolívia	5.934																
Bósnia e Herzegovina	9.387																
Botsuana	15.247																
Brasil	14.555																
Bulgária	15.695																
Burkina Faso	1.582																
Camboja	2.944																
Camarões	2.739																
Canadá	41.894																
República Centro-Africana	584																
Chade	2.022																
Chile	21.714																
China	11.525																
Colômbia	12.025																
Congo, República do	5.680																
Costa Rica	13.431																
Croácia	20.063																
Cuba																	
Chipre	27.394																
República Tcheca	27.959																
Dinamarca	41.991																
Djibuti	2.903																
República Dominicana	11.795																
Equador	10.541																
Egito	10.733																
El Salvador	7.515																
Estônia	25.132																
Etiópia	1.336																
Finlândia	38.846																
França	37.154																
Geórgia	6.946																
Alemanha	43.207																
Gana	3.864																
Grécia	24.540																
Guatemala	7.063																
Guiné	1.213																
Guiana	6.336																
Honduras	4.445																
Hungria	22.914																
Islândia	41.250																
Índia	5.238																



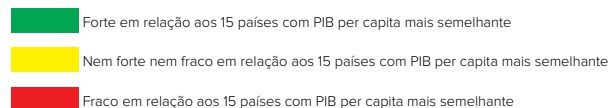
APÊNDICE F / RESUMO DAS PONTUAÇÕES

País	PIB (PPC) per capita	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
Indonésia	9.254																
Irã	15.090																
Iraque	14.471																
Irlanda	44.931																
Israel	31.029																
Itália	34.167																
Jamaica	8.607																
Japão	35.614																
Jordânia	11.407																
Cazaquistão	22.467																
Quênia	2.705																
Coreia do Sul	32.708																
Kuwait	84.188																
Quirguistão	3.110																
Laos	4.667																
Letônia	21.825																
Libano	16.623																
Lesoto	2.494																
Libéria	850																
Lituânia	24.483																
Macedônia	11.609																
Madagascar	1.369																
Malawi	755																
Malásia	22.589																
Mali	1.589																
Mauritânia	2.945																
Ilhas Maurício	16.648																
México	16.291																
Moldávia	4.521																
Mongólia	9.132																
Montenegro	14.152																
Marrocos	6.967																
Moçambique	1.070																
Mianmar																	
Namíbia	9.276																
Nepal	2.173																
Holanda	44.945																
Nova Zelândia	32.808																
Nicarágua	4.494																
Níger	887																
Nigéria	5.423																
Noruega	62.448																
Paquistão	4.454																
Panamá	18.793																
Paraguai	7.833																
Peru	11.396																
Filipinas	6.326																
Polónia	22.877																
Portugal	25.596																
Romênia	18.200																
Rússia	23.564																
Ruanda	1.426																
Arábia Saudita	52.068																
Senegal	2.170																

- Forte em relação aos 15 países com PIB per capita mais semelhante
- Nem forte nem fraco em relação aos 15 países com PIB per capita mais semelhante
- Fraco em relação aos 15 países com PIB per capita mais semelhante

APÊNDICE F / RESUMO DAS PONTUAÇÕES

País	PIB (PPC) per capita	Índice de Progresso Social	Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos de Bem-Estar	Oportunidades	Nutrição e Cuidados Médicos Básicos	Água e Saneamento	Moradia	Segurança Pessoal	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação	Saúde e Bem-Estar	Sustentabilidade dos Ecossistemas	Direitos Individuais	Liberdades Individuais	Tolerância e Inclusão	Acesso à Educação Superior
Sérvia	12.893																
Eslováquia	26.263																
Eslovênia	27.576																
África do Sul	12.106																
Espanha	31.596																
Sri Lanka	9.426																
Suazilândia	6.471																
Suécia	43.741																
Suíça	54.697																
Taiquistão	2.432																
Tanzânia	1.718																
Tailândia	13.932																
Togo	1.346																
Tunísia	10.768																
Turquia	18.660																
Uganda	1.368																
Ucrânia	8.508																
Emirados Árabes Unidos	57.045																
Reino Unido	37.017																
Estados Unidos	51.340																
Uruguai	18.966																
Uzbequistão	5.002																
Venezuela	17.615																
Iêmen	3.832																
Zâmbia	3.800																
Bahrein	42.428																
Belize	8.215																
Butão	7167																
Burundi	747																
Cabo Verde	6.210																
Comores	1.400																
Congo, República Democrática do	783																
Costa do Marfim	3.107																
Gabão	18.646																
Gâmbia	1.608																
Guiné-Bissau	1.362																
Haiti	1.648																
Libia	20.371																
Luxemburgo	87.737																
Malta	28.828																
Omã	42.649																
Papua-Nova Guiné	2.458																
Catar	127.562																
Serra Leoa	1.495																
Cingapura	76.237																
Sudão	3.265																
Suriname	15.556																
Síria																	
Timor-Leste	2.040																
Trinidad e Tobago	29.469																
Turcomenistão	13.555																
Vietnã	5.125																
Zimbábue	1.773																

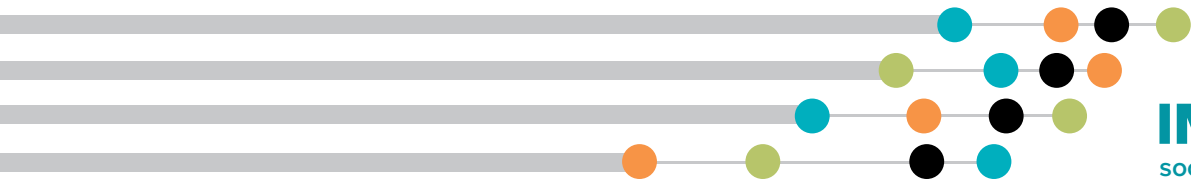




Crédito da foto da capa: Rajesh
[flickr.com/photos/himalayan-trails/3209747312/](https://www.flickr.com/photos/himalayan-trails/3209747312/)



Crédito da foto da página de título: Fabio Bertolotti
<https://www.flickr.com/photos/gothormr/5573644067>



**SOCIAL
PROGRESS
IMPERATIVE**
socialprogressimperative.org



**SOCIAL
PROGRESS
IMPERATIVE**

2101 L Street NW, Suite 800
Washington, DC 20037

socialprogressimperative.org
[@socprogress](https://twitter.com/socprogress)